

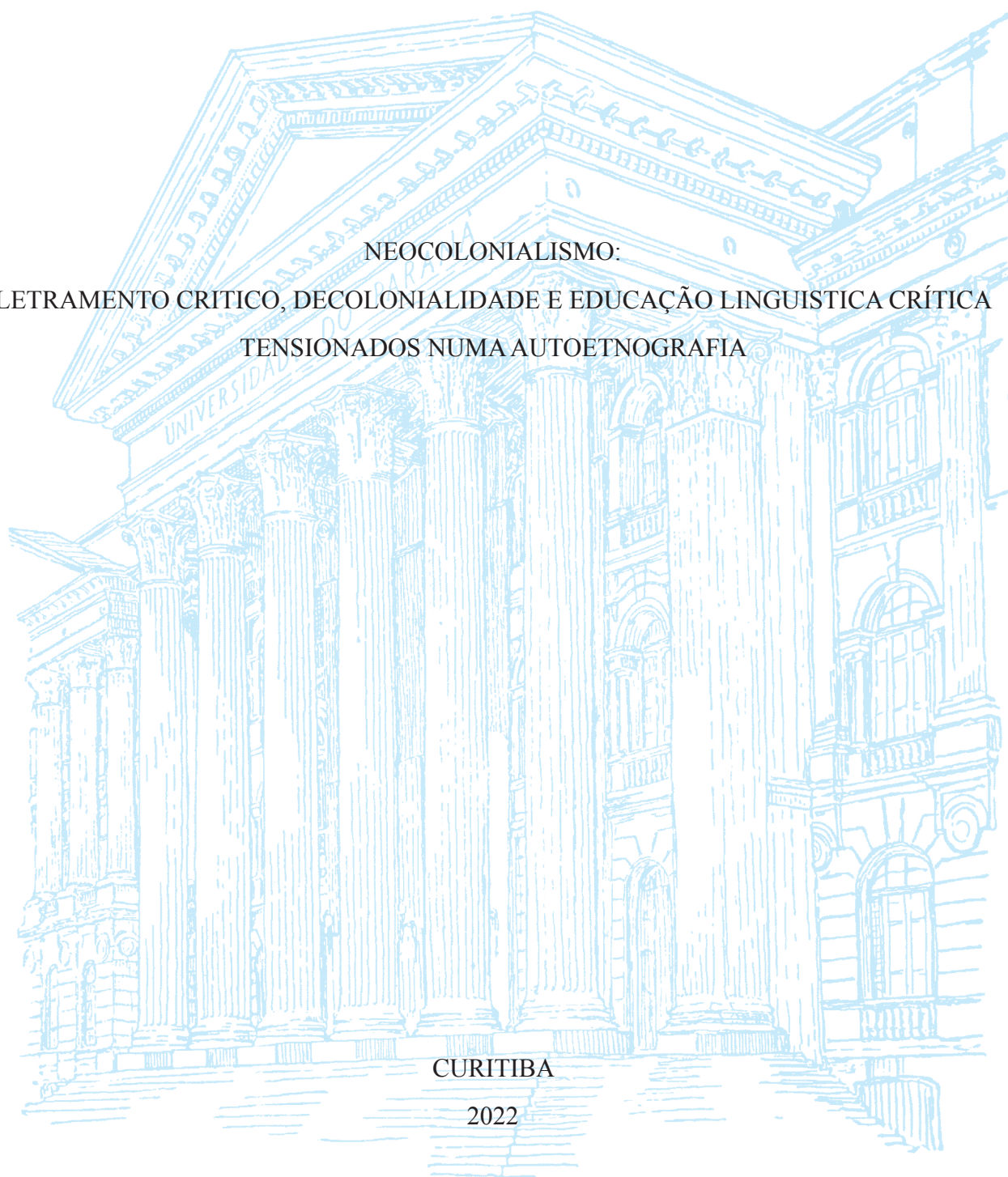
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAPHAEL BARRETO VAZ

NEOCOLONIALISMO:
LETRAMENTO CRÍTICO, DECOLONIALIDADE E EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA CRÍTICA
TENSIONADOS NUMA AUTOETNOGRAFIA

CURITIBA

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAPHAEL BARRETO VAZ

NEOCOLONIALISMO:
LETRAMENTO CRÍTICO, DECOLONIALIDADE E EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA CRÍTICA
TENSIONADOS NUMA AUTOETNOGRAFIA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Cristina Sambugaro de Mattos Brahim

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Vaz, Raphael Barreto

Neocolonialismo : tratamento crítico, decolonialidade e
educação linguística crítica tensionados numa autoetnografia.
/ Raphael Barreto Vaz. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do
Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Letras.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Adriana Cristina Sambugaro de
Mattos Brahim

1. Imperialismo. 2. Linguística aplicada. 3. Letramento.
4. Língua inglesa. I. Brahim, Adriana Cristina Sambugaro de
Mattos, 1972-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa
de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -
40001016016P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **RAPHAEL BARRETO VAZ** intitulada: **NEOCOLONIALISMO: LETRAMENTO CRÍTICO, DECOLONIALIDADE E EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA CRÍTICA TENSIONADOS NUMA AUTOETNOGRAFIA**, sob orientação da Profa. Dra. ADRIANA CRISTINA SAMBUGARO DE MATTOS BRAHIM, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 31 de Maio de 2022.

Assinatura Eletrônica

03/06/2022 11:53:55.0

ADRIANA CRISTINA SAMBUGARO DE MATTOS BRAHIM

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

31/05/2022 16:53:15.0

DENISE AKEMI HIBARINO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

31/05/2022 17:20:36.0

WALKYRIA MARIA MONTE MOR

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Rua General Carneiro, 460, 10º andar - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5102 - E-mail: ppgglet@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 187887

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prgg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 187887

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais: aqueles que me geraram, me educaram e me deram o exemplo de honestidade e trabalho duro. Me ensinaram a buscar, mesmo que errando muitas vezes, fazer o certo e tentar não prejudicar os outros no percurso que escolhi pra mim.

Outros educadores/as e companheiros estarão em ordem alfabética. Agradeço,

À Adriana Cristina Sambugaro de Mattos Brahim porque me apresentou a Linguística Aplicada de forma significativa, me convidou a ler Paulo Freire, me aceitou como seu orientando, sempre com muita amorosidade.

À Alessandra Coutinho Fernandes que me ajudou a entender o pós-método, tão essencial à minha práxis educativa, aceitou minhas discordâncias na realização do meu TCC durante a graduação e foi uma ótima mestre.

À Clarissa Menezes Jordão que me ajudou demasiadamente a compreender a criticidade, a decolonialidade, me aceitou como bolsista para uma Iniciação Científica e generosamente participou da minha banca de qualificação do mestrado.

Ao Ícaro Gracian por sempre me incitar a pensar reflexivamente, me proporcionando debates constantes de ideias, de forma instigadora, me despertando o interesse que tenho hoje sobre política.

Ao Rodrigo Costa por ser meu amigo e minha família escolhida, por me ensinar tantas coisas, entre elas sobre o que é *brasilidade* e qual a importância da cultura em nossas vidas.

À Walkyria Monte Mor por me ajudar a entender o que é ser crítico, me ajudando em questionar sempre o que é dado, por me apresentar ao conceito de construção de sentidos (meaning making) e por generosamente fazer parte da minha banca de qualificação e de defesa da minha dissertação de mestrado.

Ao Washington Antunes por ter sido meu companheiro na maior parte de escrita desta dissertação, sempre me tratando com muito carinho e amorosidade, vendo sempre o melhor em mim.

Muito grato a todos!

RESUMO

Os estudos dos letramentos (COPE; KALANTZIS, 2016; JORDÃO et al, 2018; LUKE, 2018; MENEZES DE SOUZA, 2011; MONTE MÓR, 2015a; TAKAKI; MONTE MÓR, 2017; MATTOS BRAHIM; HIBARINO, 2020) e os estudos decoloniais (SOUZA; DUBOC, 2021; GROSFUGUEL, 2018; MIGNOLO, 2003; MIGNOLO; WALSH, 2018; QUIJANO, 2000; SOUSA SANTOS, 2019) têm ganhado grande proeminência no contexto da Linguística Aplicada no Brasil. Nesta dissertação faço um apanhado das duas áreas, propondo um letramento *outro*, a saber o Letramento Neocolonial Crítico (LNC), apresentando um diálogo epistemofágico (JORDÃO, 2011) entre letramentos e decolonialidade, defendendo a hipótese de que mais do que a colonialidade, vivemos num momento neocolonial. A fim de argumentar pelo conceito de *neocolonialismo* na contemporaneidade, proponho que ele se manifesta em quatro macro-estruturas neocoloniais determinantes, sendo elas: imperialismo estadunidense, neoliberalismo, racismo cultural e globalização. A partir de uma autoetnografia, trago minhas leituras bibliográficas como embasamento teórico, refletindo sobre minha prática como professor de inglês. Ao final, defendo uma educação linguística crítica que inclua discussões em sala de aula que construam sentidos sobre ditas macro-estruturas neocoloniais de modo a desafiar o pensamento hegemônico encabeçado pelo Norte Global, cujo império mais importante hodiernamente são os Estados Unidos (EUA). Logo, questionar o papel que os EUA ocupam no mundo se mostra demasiadamente relevante, especialmente em aulas de inglês.

Palavras-chave: neocolonialismo; letramento crítico; decolonialidade; educação linguística crítica; neoliberalismo.

ABSTRACT

Literacies studies (COPE; KALANTZIS, 2016; JORDÃO et al, 2018; LUKE, 2018; MENEZES DE SOUZA, 2011; MONTE MÓR, 2015a; TAKAKI; MONTE MÓR, 2017; MATTOS BRAHIM; HIBARINO, 2020) and decolonial studies (SOUZA; DUBOC, 2021; GROSFUGUEL, 2018; MIGNOLO, 2003; MIGNOLO; WALSH, 2018; QUIJANO, 2000; SOUSA SANTOS, 2019) have gained great prominence in Applied Linguistics (AL) in Brazil. In this dissertation I provide an overview of both areas, proposing a literacy *otherwise*, namely Critical Social Literacy (CSL), presenting a dialogue between literacy studies and decoloniality, defending the hypothesis that more than in coloniality, we are living in a neocolonial historical moment. Aiming to argue for the concept of *neocolonialism* in contemporaneity, I propose that it manifests itself through four determining social macro-structures, which are: US imperialism, neoliberalism, cultural racism, and globalization. Stemming from an auto-ethnography, I bring my bibliographical readings as theoretical basis, reflecting on my praxis as an English teacher. By the end, I advocate for a critical linguistic education which includes discussions in the classroom, making meanings about such macro-structures, aiming at challenging the hegemonic thought from the Global North, whose most important empire currently is the United States of America. Hence, questioning the US role in the world becomes paramount, especially in English classes.

Key-words: neocolonialism; literacies; decoloniality; linguistic education; neoliberalism.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| SUMÁRIO | 7 |
| 1 COMEÇANDO UMA AUTOETNOGRAFIA... | 10 |
| 1.1 UM POUCO SOBRE MEU LOCUS DE ENUNCIÇÃO: LEMBRANÇAS, SENTIMENTOS E NARRATIVA PESSOAL | 15 |
| 2 ALGUNS PRESSUPOSTOS | 27 |
| 2.1 UM LEITURA OUTRA | 29 |
| 2.2 SENSO COMUM, CIÊNCIA E AUTOETNOGRAFIA | 32 |
| 2.3 UM EDUCADOR EM FORMAÇÃO CONTÍNUA | 37 |
| 3 PAULO FREIRE E LETRAMENTOS | 40 |
| 3.1 PAULO FREIRE: PRIMEIRA FASE | 40 |
| 3.2 SEGUNDA FASE: NOVOS ESTUDOS DO LETRAMENTO | 42 |
| 3.3 TERCEIRA FASE: MULTILETRAMENTOS | 44 |
| 3.4 LINGUÍSTICA APLICADA CRÍTICA E LETRAMENTO CRÍTICO | 46 |
| 3.5 LETRAMENTO NEOCOLONIAL CRÍTICO | 49 |
| 4 DECOLONIALIDADE | 55 |
| 4.1 PENSAMENTO DECOLONIAL | 56 |
| 4.2 NEOCOLONIALISMO ATUAL E O QUE DECOLONIALIDADE SIGNIFICA PARA MIM | 62 |
| 5 AS QUATRO FACES DO NEOCOLONIALISMO CONTEMPORÂNEO | 66 |
| 5.1 NEOCOLONIALISMO: A FACE IMPERIALISTA ESTADUNIDENSE | 67 |
| 5.1.1 "Como esconder um império" | 69 |

| | |
|--|-----|
| 5.1.2 "Finalmente retorna o colonialismo, já era hora" | 74 |
| 5.1.3 Golpes de Estados | 79 |
| 5.1.4 Golpe de 2016 no Brasil | 82 |
| 5.2 NEOCOLONIALISMO: A FACE NEOLIBERAL | 88 |
| 5.2.1 Neoliberalismo como fase atual do Capitalismo | 92 |
| 5.2.2 A Realidade, o Imaginário, o Simbólico e o Real | 93 |
| 5.2.3 Razão neoliberal | 97 |
| 5.2.4 Valores Familiares (neoliberalismo + neo-conservadorismo) | 105 |
| 5.2.5 Uma Nova Narrativa do século XXI pelo olhar neoliberal: Globalistas | 110 |
| 5.2.6 Neoliberalismo Progressista | 114 |
| 5.2.7 Neoliberalismo nas Universidades Públicas Brasileiras | 118 |
| 5.3 NEOCOLONIALISMO: A FACE DO RACISMO CULTURAL | 122 |
| 5.3.1 Manufaturaç o do consentimento | 126 |
| 5.3.2 "Um novo racismo para um novo império: racismo cultural" | 129 |
| 5.3.3 Complexo de vira-latas | 134 |
| 5.4 NEOCOLONIALISMO: A FACE DA GLOBALIZAÇÃO | 137 |
| 5.4.1 Globalização e língua | 142 |
| 5.4.2 Inglês como Língua Franca, Letramento Neocolonial Crítico e Educação | 148 |
| Linguística | 148 |
| 5.4.3 Consequências em minha práxis | 155 |
| 6 APENAS DANDO UM PAUSE NA CONVERSA: UM RESUMO, ÚLTIMAS REFLEXÕES, LIMITAÇÕES E UM CONVITE | 159 |
| 6.1 UM RESUMO | 159 |
| 6.2 REFLEXÕES QUASE FINAIS | 161 |

| | |
|---|------------|
| 6.3 LIMITAÇÕES E UM CONVITE | 163 |
| REFERÊNCIAS | 167 |
| APÊNDICES E ANEXOS | 180 |
| APÊNDICE 1: HOW THE US MAKES COUNTRIES PAY FOR ITS WARS: ECONOMICS OF AMERICAN IMPERIALISM WITH MICHAEL HUDSON | 180 |
| APÊNDICE 2: A THEORY OF IMPERIALISM | 181 |
| (LIVE HTTPS://YOUTU.BE/2I8FMEE8OC8) | 181 |
| APÊNDICE 3: CRIAR UM GRUPO DE ESTUDO PRA CONSTRUIR ENTENDIMENTOS SOBRE NOSSA SOCIEDADE (GRUPO LNC): | 182 |
| ANEXO 1: LIVES QUE AJUDAM A APROFUNDAR O CONCEITO DE RACISMO CULTURAL | 183 |
| ANEXO 2: LIVES QUE AJUDAM A DEMONSTRAR O NEOLIBERALISMO AO VIVO A CORES NO BRASIL E NO MUNDO | 183 |
| ANEXO 3: LIVES QUE AJUDAM A COMPREENDER O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE | 184 |

1 COMEÇANDO UMA AUTOETNOGRAFIA...

Os dias quase distópicos que temos vivido recentemente, de desgoverno (volta do país ao mapa da fome, ataque à educação, sucateamento do SUS, teto de gastos, proto-fascismo etc.), neoliberalismo exacerbado (precarização do trabalho, privatizações aceleradas e desmedidas, aumento da desigualdade social etc.), pandemia (escândalo das vacinas, falta de auxílio emergencial adequado etc.), não fazem muito sentido para mim. As narrativas que ouço sobre nosso país e sobre por que estamos nessa situação não me parecem satisfatórias. Um esforço em propor uma narrativa¹ *outra*² para entendermos nossas mazelas me parece oportuno e isso é o que proponho nesta dissertação. Para tal fim, ao longo destas páginas abordarei a minha interpretação, *uma possibilidade de leitura de mundo freiriana*, sobre elementos que tem me auxiliado a (re)pensar minha práxis a partir de uma educação linguística crítica e uma educação libertadora num contexto neocolonial (veja seção 5).

No prefácio do livro *O Estado Empreendedor* de Mariana Mazzucato (2014), Carlota Perez (2014, p. 17) afirma: “Desfazer mitos não é uma coisa fácil. Remar contra a corrente exige determinação, sério compromisso com a verdade e evidências sólidas”. Da mesma forma, propor uma narrativa contra-hegemônica também é um desafio tremendo.

Nesta dissertação, escrita por um pesquisador na área de Linguística Aplicada (LA) e numa abordagem indisciplinar (MOITA LOPES, 2006), defenderei a perspectiva do que tenho denominado *Letramento Neocolonial Crítico* (LNC) - veja seção 3.5 - cujo objetivo é propor uma educação linguística com vistas a construir entendimentos sobre as macroestruturas da sociedade neocolonial contemporânea, mais detidamente o *neocolonialismo*, fortemente marcado pelo *neoliberalismo* e suas formas de *colonização das mentes*, preponderantes nas últimas quatro décadas de sua hegemonia global.

No livro *Neoliberalism and Applied Linguistics*, os autores afirmam que:

¹ O uso do termo *narrativa* assim como do termo *discurso* neste trabalho têm aproximações com os entendimentos de Foucault (1980, 1986, 2008, 2020) em suas discussões sobre poder, por exemplo: “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência [...]” (FOUCAULT, 1986, p. 135-136).

² Faço esta proposição em uma alusão a um livro de Mignolo (2003), mais especificamente a uma versão desse trabalho em espanhol, cujo prefácio se intitula “un paradigma otro”.

while applied linguistics has become more interdisciplinary in orientation, it has ignored or downplayed the role of political economy, namely the way in which social, political and economic factors relate to one another within the context of a capitalist economy. The authors [of this book] take the view that engagement with political economy is central to any fully rounded analysis of language and language-related issues in the world today (BLOCK; GRAY; HOLBOROW, 2013, p. i)³.

embora a linguística aplicada tenha se tornado mais interdisciplinar em orientação, ela ignorou ou minimizou o papel da economia política, ou seja, a maneira pela qual os fatores sociais, políticos e econômicos se relacionam entre si no contexto de uma economia capitalista. Os autores [deste livro] consideram que o envolvimento com a economia política é central para qualquer análise completa da linguagem e das questões relacionadas à linguagem no mundo de hoje (BLOCK; GREY; HOLBOROW, 2013, p. I - tradução minha).

Corroborando a observação acima citada, julgo plausível investigar a *razão neoliberal* (termo proposto por Dardot e Laval (2016) - veja seção 5.2) que pode imperar até nas mentes daqueles que se dizem progressistas ou de esquerda (seção 5.2.6) e, concomitantemente, influenciando fortemente, por exemplo, o *modos operandi* das universidades públicas brasileiras e o comportamento dos seus alunos, professores, pesquisadores e equipe administrativa, como destacarei na seção 5.2.7. Sendo assim, creio que apenas através de um letramento *outro*, que ajude a diagnosticar e desnudar as causas das mazelas sociais que afligem a contemporaneidade, podemos sonhar com um “inédito viável”⁴ cujos alicerces dependem de uma *educação libertadora e transformadora* (FREIRE, [1997] 2020b).

Tenho como objetivo elencar argumentos satisfatórios para contribuir com os estudos decoloniais por um ponto de vista distinto do mais propagado na linguística aplicada (LA) brasileira. Advogarei, na seção 4.2, pelo perspectiva *neocolonialismo* como essencial para discussões decoloniais atuais. Não é um termo novo, uma vez que já apareceu nos trabalhos de Lênin (2012) há mais de um século que, porém, precisa de atualização e re-significação para construirmos sentidos em relação à conjuntura hodierna neoliberal/neocolonial.

Concomitantemente, pretendo atualizar (veja seção 5.1) o conceito de *imperialismo*, pois ele me parece conveniente para a desconstrução de uma narrativa de “maior democracia do mundo” vendida pela classe dominante estadunidense⁵ em sua prática neocolonial, buscando, assim,

³ No que tange as citações em outras línguas, que não o português, incorporadas nesta dissertação, priorizarei por citar a versão original, seguida pela tradução. Quando a citação não for destacada e aparecer no corpo do texto, usarei a versão original e mencionarei a tradução em nota de rodapé. Assim faço para dar destaque ao texto original, deixando a minha tradução/adaptação em segundo plano.

⁴ "O ‘inédito-viável’ é na realidade uma coisa que era inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas quando se torna um ‘percebido destacado’ pelos que pensam utopicamente, o problema não é mais um sonho, ele pode se tornar realidade” (FREIRE, 2021, p. 279)

⁵ Ao longo do texto, farei predominantemente uso do termo “estadunidense” ao invés de “americano/a” ou “norte-americano/a”. Em citações, todavia, mantereí a escolha original de cada autor.

caracterizar um Estado terrorista e explorador, defendido pela propaganda hollywoodiana e sediado em Washington, cujas ações imperialistas lhe trouxeram hegemonia global ao longo do século passado às custas de muita dor e sofrimento alheios. Um Estado que é visto com um viés de admiração por muitos aqui no Brasil, muitas vezes com ajuda de um contínuo alimentar do nosso complexo de vira-latas (veja seção 5.3.3).

Nessa toada, posso dizer que, se Menezes de Souza nos convida a *identificar, interrogar e interromper marcas coloniais* (MENEZES DE SOUZA, 2021), esta pesquisa se preocupará em tentar, como foco principal, *identificar, interrogar e interromper marcas neocoloniais* que formam macroestruturas na sociedade neocolonial contemporânea. Sem a pretensão de fazer um estudo exaustivo das macroestruturas, eu me concentrarei naquelas que estão mais intimamente ligadas à minha experiência pessoal: questões sobre as quais tenho procurado construir sentidos e que desafiam construções que faziam parte da minha leitura de mundo quando eu não tinha a preocupação de ler meus arredores a partir de um ponto de vista crítico.

Para buscar esse objetivo, farei uso de uma escrita com traços rizomáticos. Assim o farei porque para colocar no “papel” os sentidos construídos na minha mente, dificilmente conseguirei organizá-los linearmente, pois, ao invés de escrever um tema único, busco criar uma rede de entendimentos/conceitos que julgo estarem interligados, buscando entender o panorama geral do neocolonialismo e suas inter-conexões com minha práxis profissional e com minha vida pessoal.

Será uma escrita emocional e nada positivista, pois não tem pretensão de separar pesquisador do objeto de pesquisa. Não sei de você, cara leitora ou caro leitor, mas as ideias na minha cabeça não seguem aquele modelo linear que, muitas vezes, me exigem. Escolhi escrever uma autoetnografia porque neste trabalho descreverei, no melhor das minhas habilidades, as narrativas que eu conto a mim mesmo, quando em momentos de reflexão pessoal, sobre em que mundo estou vivendo.

É possível que, às vezes, pareça, e realmente esteja sendo, contraditório. Eu ainda estou para conhecer um ser humano que não seja assim. Além disso, trato aqui do capitalismo, em seu momento neoliberal, um sistema feito por contradições. Pode ser que eu nem mesmo tenha percebido algumas contradições, apenas sinalizando que o aprendizado nunca está terminado, sempre necessitando de aprofundamentos, revisões e novas reflexões.

Como destaca Franco (2021, p. 191): "Nos movimentos o rizoma caracteriza rompimentos em discrição [...]". Sendo assim, conceitos e reflexões aqui apresentados podem aparecer em uma

ordem que muitos perceberiam como de estrutura não regular. Ainda, os mesmos conceitos e reflexões são apresentados em diferentes momentos do texto, buscando em cada um deles destacar aspectos distintos que ajudem na construção dos sentidos ou visando apenas reforçar conceitos/reflexões-chave, algo comum, por exemplo, nos textos de Freire com os quais tenho familiaridade. Segundo Franco (2021, p. 187):

O rizoma [...] é um mapa e não um traçado. Oposto à visão arbórea, o rizoma não tem final [...], caracterizando antes processos de multiplicidade em contínuo tornar-se – devir. Dessa forma, o rizoma se conecta em qualquer ponto e elementos que não são necessariamente ligados na mesma natureza, podendo agregar diferentes signos e nos seus diferentes estados de não signos [...].

Conjuntamente, pode-se dizer que este trabalho não está de acordo com as formas mais tradicionais de se organizar um trabalho acadêmico, pois ele se constrói sem fazer uso das estruturas mais comumente presentes numa dissertação (a saber, por exemplo, não nomeio os capítulos e seções *introdução, metodologia, análise* etc.). Porém, essencial destacar que faço uso de numeração para indicar onde certas discussões/reflexões são aprofundadas, assim sendo de fácil localização, numa estrutura que representa meu entendimento de uma escrita rizomática, apresentando *quebras e ligações*; além disso, trago elementos mais contemporâneos, como *QR codes* que acompanham o texto como fontes de aprofundamentos para as reflexões aqui propostas. Esses movimentos que opto fazer na minha escrita da dissertação, remetem, no meu entendimento, a uma escrita transgressiva e indisciplinar.

Entendo *indisciplina* como definida por Moita Lopes (2006, p. 27):

a possibilidade política de que a pesquisa contemple outras histórias sobre quem somos ou outras formas de sociabilidade que tragam para o centro de atenção vidas marginalizadas [...], [buscando] apresentar alternativas para entender o mundo contemporâneo como também colaborar na construção de uma agenda anti-hegemônica em um mundo globalizado, ao mesmo tempo em que reescreve a vida social e as formas de conhecê-la.

Segundo o autor, *indisciplina* seria uma forma de superarmos a excessiva departamentalização disciplinar herdada do positivismo europeu, ligada a especializações que podem não dar conta de entender o contexto de forma mais ampla, apagando as relações entre aspectos distintos da vida.

A *indisciplina* possibilita desrespeitar padrões de pensamento que limitam a construção de conhecimentos, nos permitindo criar novos caminhos, novas narrativas que podem parecer, para

alguns, como um comportamento que precisa ser evitado, que vai contra o dado nas discussões correntes em LA.

Um exemplo da minha escrita transgressiva se refere ao fato de que uma das minhas hipóteses centrais é a de que se sofremos as consequências históricas da colonização europeia, chamada de colonialidade na LA (veja seção 4.2), eu argumento que as marcas neocoloniais da dominação e da exploração pelo império estadunidense são ainda mais determinantes para as misérias hodiernas no Brasil e no mundo.

Por outro lado, quando entendo que minha escrita é indisciplinar, me refiro a dois aspectos: primeiro, minha escrita não se preocupa em seguir padrões lineares (como já mencionei anteriormente), desobedecendo sequências mais tradicionais; em segundo lugar, não me preocupo em respeitar as separações disciplinares que herdamos da modernidade europeia.

Sei que parece uma empreitada muito arriscada e desafiadora propor reflexões tão abrangentes num trabalho de mestrado, mas depois de ter aprendido lições sobre pensamento crítico e problematizador das mestres que contribuíram para a minha formação (algumas citadas nos *agradecimentos* desta pesquisa), a quem faço deste trabalho um tributo, estou disposto a tomar riscos. Com o intuito de criar entendimentos sobre a minha cultura, utilizei os estudos dos letramentos (seção 3) e os estudos decoloniais (seção 4) como pilares para repensar minha prática educativa.

Não conseguiria agir de outra forma que não questionando sempre o já dado e, como certa vez ouvi de Walkyria Monte Mor (2021, informação verbal), ser crítico é "ter uma suspeita constante de que o que é dado não é exatamente assim", desafiando o hegemônico e sendo sincero comigo mesmo. Eu parto do pressuposto de que verdades são construídas, incompletas e temporárias, assim, aqui descrevo a minha verdade, situada geográfica e temporalmente, ou seja, apenas *uma possibilidade* de leitura do mundo pelo meu viés interpretativo, tentando descrever sentidos por mim criados, tentando estar *no mundo e com o mundo*. Espero proporcionar uma leitura instigante e inquietadora.

1.1 UM POUCO SOBRE MEU *LOCUS* DE ENUNCIACÃO: LEMBRANÇAS, SENTIMENTOS E NARRATIVA PESSOAL⁶

Os primórdios desta pesquisa podem datar de quase vinte anos atrás. Ao mesmo tempo, datam de quatro anos atrás. Vou tentar explicar: a primeira referência se trata do início do meu envolvimento profissional com a língua inglesa; o segundo refere-se à eleição de Jair Bolsonaro e seu impacto em mim. Como espero demonstrar ao longo destas páginas, esta dissertação é a união desses dois momentos-chave da minha vida.

Há uma distância temporal significativa entre muitos dos eventos que narrarei nesta seção e o quando eles foram ser lembrados e registrados neste texto. O que quero dizer é que estou escrevendo sobre grande parte deles baseando-me apenas na minha memória, ou seja, preciso declarar que estou ciente do fato de que a versão da trajetória aqui narrada é, em certos momentos, mais emocional do que fatídica. É a narrativa que eu conto a mim mesmo, no melhor das minhas habilidades, porém, com todas as suas limitações; afinal, este trabalho tem seu momento de escrita nos anos de 2021 e 2022.

Escolhi por escrever minha dissertação num viés *autoetnográfico* (veja seção 2.2): *de forma simplificada, estou escrevendo uma etnografia em combinação com uma autobiografia*. Uma vez que o fio guia é formado pela união entre minha memória e meus sentimentos em relações a questões acadêmicas e pessoais que permeiam minha mente, inconsistências e até certas contradições não devem ser vistas com total surpresa.

A ordem das seções e capítulos respeitam a organização que eu fui montando na minha "cabeça" nesses anos de mestrado, anos cheios de instabilidade, medo, confusão, frustração, incerteza. Sabendo das minhas já declaradas limitações (e tantas outras ainda desconhecidas por mim), farei o possível para expor minhas formas de ver o mundo em que vivemos e os sentidos e significados que tenho construído.

...

⁶ Se o formato escolhido para o texto como um todo não é tradicional, aqui vou além: narro "episódios" da minha memória que provocaram muitas indagações pessoais; algumas delas estavam guardadas no inconsciente até a escrita desta pesquisa e são aqui compartilhadas numa sequência demasiadamente emocional e não cronológica, com quebras e retomadas.

No ano 2000, comecei a estudar inglês com mais afinco numa escola de idiomas. O que me despertou o interesse foi o fato de que naquele momento estava iniciando o ensino médio e alguns amigos e eu começávamos a ter conversas sobre possíveis futuros que iniciávamos a delinear para nós mesmos.

Lembro - isso, claramente - que pensávamos em talvez estudar informática ou inglês, pois nos pareciam as duas áreas que mais poderiam contribuir para nossa formação profissional, visando conseguir bons empregos no futuro. Visitamos algumas escolas na cidade para perceber o que já, de certa forma, sabíamos no início: as condições financeiras das nossas famílias seriam um obstáculo para aquele incipiente projeto. A busca tinha sido, pelo menos para mim, mais um devaneio juvenil do que uma busca proposital.

Mas algo inesperado aconteceu.

Exatamente o que aconteceu, para ser sincero, é meio confuso pra mim. Minha memória me conta que fomos a uma escola de inglês e nos ofereceram uma “aula demonstrativa”; quem já frequentou ou trabalhou em escolas de línguas sabe o que quero dizer. Lembro-me de termos saído empolgados com a aula de apenas 20 minutos. A professora nos havia encantado.

Voltamos para casa e falamos com nossos pais. Não lembro precisamente o que os pais dos meus amigos disseram para eles. Sei que meus pais me falaram que o curso estava fora do orçamento familiar. Por algum meio, descobri que a escola onde havíamos tido a aula demonstrativa tinha sorteado bolsas de estudo numa divulgação em alguma escola pública da cidade. Provocado, fui à escola de línguas mais uma vez - não sei ancorado em quê - e pedi uma bolsa de estudos. Simples assim. Como a conversa se desenrolou, me foge. Sei que saí de lá com um acordo de que poderia estudar lá se pagasse pelo material didático. Creio que minha empolgação de ingressar na escola era tão grande que o gerente se compadeceu daquele menino de 14 anos que queria tanto estudar.

Era uma daquelas escolas que promete “falar inglês” em 18 meses, ou seja, em três semestres. Isso acarretava em pagar pelo material didático três vezes. Quando começou o terceiro semestre, eles me concederam o livro mais uma vez sem que eu tivesse pago pelo primeiro. Eu creio que nunca contei pros meus pais que tinha esse detalhe em toda a história: apenas tinha falado da bolsa de estudos. Nós não tínhamos telefone residencial quando comecei o curso - lembro-me que usávamos o da minha avó na casa ao lado quando muito necessário - logo nunca houve contato entre a escola e meus pais.

Hoje penso: como tive a “cara de pau” de continuar estudando enquanto devia dinheiro durante aqueles três semestres? A melhor resposta que posso dar é: aprender inglês era “tudo” pra mim! Não me importava com o que tinha que passar para atingir aquele objetivo.

A ordem dos fatos agora se bagunça mais uma vez.

Minha tia, que morava ao lado com minha avó, tinha assinado TV à cabo em casa. De alguma forma eu, em alguma das idas lá, descobri o seriado *Friends* - talvez um dos maiores fenômenos televisivo-culturais da época. Eu achava o seriado muito engraçado. Achava ter acesso a programas internacionais muito “chique”. Talvez eu tenha começado a ver seriados estadunidenses antes, talvez eu comecei a estudar inglês antes. Não sei. Sei que as aulas me ajudavam a entender cada vez mais as piadas, algumas que as legendas não davam conta. Isso me encantava cada vez mais. Eu lembro - acho que não contei isso pra ninguém até hoje - de entrar escondido durante o período da tarde na casa da minha avó - por uma janela que não travava direito por dentro - e assistir produtos da indústria cultural estadunidense quando os moradores estavam no trabalho. Naquela idade, sem uma educação focada na criticidade, eu simplesmente comecei a absorver o discurso cultural oficial do império estadunidense - veja seção 5.1 e seção 5.3.1 -, afinal, os principais estúdios de Hollywood tem ligação direta⁷ com o governo estadunidense (SOUZA, 2021).

Poderia prolongar muito minha narração aqui, porém, quero ir ao seguinte ponto: quando mais aprendia inglês, mais tinha acesso a produtos da indústria cultural estadunidense e mais acreditava na narrativa de democracia-liberal “vendida” pelos EUA. Comecei a ver muitos seriados. Comecei a idealizar os EUA - da mesma forma que a maioria dos meus alunos e minhas alunas fazem; digo isso baseado nas conversas em sala de aula ao longo de quase duas décadas lecionando inglês e o fato de que a maioria fala que adoraria morar nos EUA, um lugar que acreditam ser “muito melhor pra viver, onde as coisas funcionam”.

Comecei, no início dos anos 2000, a projetar - ou será fantasiar? - uma vida diferente, em outro país, onde as coisas pareciam melhores, a sociedade parecia mais justa, as pessoas mais honestas e a corrupção parecia menor (ou assim sugeriam a maior parte de tudo que eu consumia: revistas, jornais, programas de TV, filmes etc.). Creio que as leitoras e os leitores deste texto já entenderam o que quero dizer. O discurso que eu absorvia - mesmo que de forma subliminar naquela época, é claro - é o de que existiam culturas mais evoluídas que outras, que países do Norte

⁷ A ligação não é nada secreta, como afirma o próprio site do Departamento de Defesa: <https://www.defense.gov/News/Inside-DOD/Blog/article/2062735/how-why-the-dod-works-with-hollywood/>

Global - especialmente os EUA - poderiam me proporcionar uma vida melhor, pois *as pessoas de lá não nasciam com o jeitinho brasileiro* (veja seção 5.3).

Quando mais o tempo passava, mais a idealização aumentava. Isso foi acontecendo progressivamente até 2009, quando me mudei para Nova Iorque (NY).

...

Quando estava no terceiro semestre/terceiro nível na escola de inglês, a escola estava passando por certas dificuldades financeiras. As turmas estavam diminuindo muito. Era o começo do ano de 2002. Fernando Henrique era o presidente. A economia estava em frangalhos. A inflação estava muito alta. Fatos esses que ajudariam a eleição de Lula naquele ano. Lá pela metade do semestre, restávamos apenas eu e mais um aluno na turma. Mais algumas semanas, esse outro aluno desistiu também. Como sobrava apenas o aluno bolsista, que ainda devia o material didático, a turma foi fechada e parei de estudar lá.

Nesse tempo como aluno, inglês passou a ser minha maior paixão: para um menino do interior, de uma família muito trabalhadora mas humilde, parecia a porta para um mundo diferente. Andava por todos os lugares com um mini-dicionário inglês-português no bolso. Ao mesmo tempo, tinha um colega na escola regular, mesma turma, que também fazia inglês na mesma escola de idiomas mas em outra turma. Acabamos virando melhores amigos. Estudávamos juntos pela manhã. Aprendíamos e praticávamos inglês juntos sempre que podíamos. Nos assumimos gay um para o outro juntos nessa época. Tínhamos “quase tudo” em comum. Ele foi a primeira pessoa com quem me abri sobre minha sexualidade e o mesmo aconteceu com ele. O inglês se transformou quase que na nossa língua “secreta” (falávamos intimidades nessa outra língua, parecia libertador, quase um refúgio). Foi algo transformador para mim, afinal, vindo de uma família muito religiosa, falar sobre essa característica da minha sexualidade era algo proibido, ou assim era subentendido. Na verdade, eu mesmo via essa questão de forma muito dúbia, só aceitei plenamente minha sexualidade bem mais tarde, com 20 anos.

Nesses tempos de imbróglio emocional característico da adolescência, antes da metade do ano, pelas dificuldades da escola, uma escola pequena de uma cidade do interior (Castro-PR), a direção tinha oferecido para nós dois o cargo de professor. Primeiro para ele, depois para mim (eu já me comunicava bem em inglês na época, mas lembro que ele estava “mais à frente”). Éramos mão-

de-obra barata. A oferta para mim foi: "você trabalhando aqui, pode quitar suas dívidas com a escola". Eu vi a possibilidade de quitar minhas dívidas e, mais importante, de ter a minha própria TV à cabo em casa, sem precisar continuar entrando escondido na casa da minha avó, além de poder ver seriados não mais apenas no período da tarde. Assim virei professor. *A partir de então, inglês ganhou uma parte ainda maior da minha vida, a indústria cultural estadunidense virou ainda mais influente nela: cada vez via mais, consumia programas de TV, filmes e música em inglês.*

...

Em 2009, estava morando em NY. Em 2011 mudei para Boston. Em 2012 estava de volta ao Brasil.

Meus anos nos EUA foram cheios de emoção. De todos os tipos. O que interessa para esta pesquisa são apenas alguns pontos. Me deterei apenas a eles.

Quando me mudei para NY, algumas coisas me surpreenderam. À primeira vista, foram os carros estacionados. Em NY, a maioria das casas e apartamentos não possuem garagens. Era muito estranho, no período da noite, ver todas aquelas ruas cheias de carro, tornando o ato de chegar em casa e estacionar para entrar em casa muitas vezes demorado. Num segundo momento, outras coisas começaram a chamar minha atenção. Comecei a perceber que os bairros e/ou vizinhanças da cidade eram muitas vezes marcados por grupos sociais claramente distintos.

Bem, deixa eu ser mais claro. Estava acostumando com bairros marcados por desigualdades sociais no Brasil. Porém, comecei a conhecer bairros apenas de brancos, outros apenas de negros, outros apenas de italianos, outros apenas de judeus, outros de... creio que você já entendeu. Além de diferenças econômicas, diferenças culturais e étnicas (*posso dizer raciais?*) eram sobremaneira marcadas.

Nessa época, eu ainda era uma pessoa religiosa. Nasci e cresci numa família adventista e até cheguei a cursar teologia por um tempo a fim de me tornar um pastor (acreditava que ler a Bíblia e orar o dia todo me livraria da minha "sexualidade destoante", ou assim me era ensinado). Quando fui procurar uma igreja para frequentar, percebi que precisava, também, ter ciência que havia uma igreja dos brancos, outra para os negros, outra para imigrantes etc. Me deixou muito perplexo essa divisão religiosa. Alicerçado nas crenças cristãs que eu mantinha naquele momento,

aquilo não fazia nenhum sentido pra mim: o Jesus que eu encontrava na Bíblia, na minha leitura, não seria a favor daquela separação.

Com o passar dos meses, a ideia de país rico e desenvolvido - repetidamente presente nas mídias brasileira e estadunidense que eu consumia de forma acrítica - foi se desmoronando. Encontrei uma infraestrutura urbana sucateada, regiões das cidades abandonadas (claramente aquelas habitadas majoritariamente por não-brancos, nos termos deles), uma desigualdade imensa⁸ e muita pobreza⁹, algo que me havia fugido antes de minha mudança para lá.

A imagem de país da democracia, da oportunidade, da justiça etc. começou a ruir pra mim. É verdade que eu não entendia muito o que eu via ao meu redor. Era tudo muito surpreendente para alguém que se achava uma pessoa informada, que assistia e lia jornais. Cada dia que passava, eu questionava mais a visão de mundo que eu tinha até então, construída a partir da mídia hegemônica que eu seguia com afínco: *eu acreditava, naquela época, que o principal objetivo da mídia jornalística era informar...*

...

A vida é complexa e às vezes surpreendente. Pela minha “criação” cristã/evangélica numa família muito conservadora, eu cresci me vendo como uma pessoa de direita e muito conservadora. Para mim, isso nunca tinha sido questão de reflexão. Você que está lendo esta dissertação pode achar o que vou dizer bobo ou até absurdo, mas para aquele menino muito religioso e do interior (já ouvi muitos relatos como o meu, por exemplo, partindo dos meus amigos de infância), ideias como "ser de direita", "fazer o direito e o certo" etc. pareciam a mesma coisa. Pessoas de criação muito religiosa tem uma tendência de não cogitar ideias que questionem o *status quo*; somos, muitas vezes, segundo minhas duas décadas de muito envolvimento com questões religiosas, levados a ligar ideias como de "revolução" com balbúrdia e mal comportamento, ideias como de "esquerda", “socialismo” e “comunismo” com “ateísmo”, afinal, desde crianças nos é repetido que, segundo Marx, “religião é o ópio do povo”: assim, assunto encerrado; nada mais a dizer.

Sei que essa não é a realidade de todos os evangélicos ou de todas as religiões. Esse foi o mundo no qual cresci: por isso escrevo uma autoetnografia.

⁸ Veja, por exemplo: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/eua-a-democracia-sobrevivera-a-desigualdade-brutal/>, disponível em 05/04/2022.

⁹ Veja, por exemplo: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53562958>, disponível em 05/04/2022.

Aí vem uma das surpresas da vida a que me referi antes. Mudei para os EUA, centro do capitalismo neoliberal, como uma pessoa que se via de direita. Afinal, o discurso midiático hegemônico no Brasil é de direita: eu normalmente assistia à TV Globo e lia a revista Veja, a qual minha escola assinava. Para aqueles que não sabem, não é assim nos EUA (veja seção 5.2.6). A grande mídia lá está majoritariamente ligada ao partido Democrata, que se diz de esquerda. A maioria dos jornais, canais de TV, Hollywood etc. estão ligados à esquerda daquele país, ou seja, sua indústria cultural majoritariamente o é. É verdade que se dizer de esquerda e ser de esquerda são duas coisas diferentes: a “esquerda” estadunidense é neoliberal...

Eu voltei dos EUA como alguém que se via como de esquerda. Como todo esse processo aconteceu é complexo, mas posso, simplificada, afirmar que a parte mais importante de morar nos EUA foi abrir minha mente para algo que eu jamais havia pensado enquanto vivia no Brasil. Ou seja, sem um pensamento crítico, temos a tendência de seguir os aparelhos ideológicos que temos mais acesso (veja seção 5.2.2).

Me fugia na época que morava nos EUA a compreensão de que tanto a direita quanto a esquerda de lá são produtos do neoliberalismo, afinal, é o país que dita o modelo econômico mundial. Além disso, o projeto de idealização do país - de manufatura do consenso (veja seção 5.3.1) - também se manifesta dos dois lados, pois, *não é um projeto de governo, é um projeto de Estado.*

Mesmo sem qualquer tipo de aprofundamento na área, questões como, "o que acarreta tanta pobreza nesse país tão rico?" e "como a desigualdade se estabelece?", já passavam pela minha cabeça. *Lembro de ouvir a palavra neoliberalismo pela primeira vez nessa época, mas nada além disso.*

...

Voltei ao Brasil depois de cerca de três anos. Por sorte, não tem a ver com algum tipo de xenofobia que tenha sofrido. Posso dizer que ser brasileiro quando morei lá foi um dos melhores momentos para tal, o Brasil estava num momento de projeção internacional muito positivo (veja seção 5.1.4). As pessoas que conheci, pelo menos no que percebi, gostavam de conhecer brasileiros. Fui bem tratado nesse aspecto. Quero deixar claro que as críticas que farei ao longo desse texto aos EUA não tem nada a ver com o povo estadunidense, são críticas direcionadas à sua chamada “elite”,

ao donos do dinheiro, ao seu governo, ao complexo militar que direciona suas políticas imperialistas/neocoloniais (veja seção 5).

Hoje, tento diariamente me distanciar dos pensamentos associados ao racismo cultural (veja seção 5.3) que são quase que “implantados” nas mentes pela narrativa imperial/neocolonial hegemônica. Não acredito mais que existem pessoas ou povos que nascem com pré-disposições a algum tipo de comportamento. Cada dia mais tento fugir de ideias como, “os europeus tem mais cultura”, “no Brasil nada dá certo, olha o povo que mora aqui!”, “as coisas funcionam lá porque os governantes deles são menos corruptos, os impostos pagos tem retorno”, ou tantas outras simplificações para questões tão mais complexas que ouvi continuamente desde criança.

Enfim, voltei ao Brasil por ter percebido que tanto os sentidos que fui levado a construir, quiçá ingenuamente, tanto sobre o Brasil quanto sobre os EUA eram cada vez mais distoantes quando eu tentava ter um olhar mais atento. Esse é um dos desafios de quando nos envolvemos com ideias progressistas, nos abrimos a possibilidade de contestar o *status quo*, buscar ir além, mesmo com enormes dificuldades, do senso comum (veja seção 2.2).

Contudo, mesmo sendo bem tratado pelas pessoas com quem tive mais contato, eu não me sentia *em casa*. Comecei a repensar os entendimentos que tinha construído sobre o Brasil ao longo do tempo. Comecei a perceber que, tanto naquele momento, em 2012, quanto ao visitar histórias do passado, o complexo de vira-latas gritava dentro de mim (veja seção 5.3.3). Comecei a perceber que eu quis morar fora do Brasil porque o racismo cultural vivia plenamente em mim, afinal, havia acreditado no discurso da *teoria da modernização* (veja seção 5.3.2) de que povos/culturas do Norte Global eram superiores aos do Sul Global, estando estes sofrendo apenas por sua corrupção e pelas desonestidades intrínsecas à sua natureza.

Claro que eu não usava, no começo da década passada, esses termos que acabei de usar. Apenas estava me conscientizando de que a narrativa que eu havia consumido repetidamente não ia ao encontro de um olhar mais criterioso. Foi um processo que se iniciou, lentamente, na década de 2010. *Será que realmente existiam pessoas que nasciam com pré-disposições para o bem (no Norte Global) e outras quase sempre focadas apenas no ganho próprio, em tirar vantagem sempre que possível (no Sul Global, especialmente no Brasil)?*

...

Finalmente, em 2018, quando Bolsonaro foi eleito, algo impensável para mim, percebi que realmente não entendia a sociedade em que vivia. Não entendia o mundo, não entendia o meu país. Foi aí que decidi que iria, a partir daquele momento, me esforçar a desafiar o senso comum ao qual estava acostumado e começar a criar entendimentos novos, *outros*. Quais são as macro-estruturas sociais neocoloniais que determinam a minha sociedade que eu não estava conseguindo ver ou que não entendia? Há questões que, intencionalmente, são apagadas da discussão pública hegemônica?

Foi nessa época que eu tive um *insight*. Peço a você, leitora ou leitor, mais uma vez, não ria de mim. OK, pode rir.

Nunca me interessei por sociologia. Sociologia, baseado no que lembro, era uma disciplina muito pouco valorizada no ensino médio. Tínhamos poucas aulas, não era cobrada especificamente no vestibular, as avaliações eram muito simples se comparadas a outras disciplinas. Lembro que ensinavam sobre pensadores que não eram claramente adeptos de religião, principalmente a minha, o cristianismo. “Passou batido” pra mim. Foi apenas em 2018 que pensei pela primeira vez: se eu quero entender um pouco mais da sociedade em que vivo, talvez sociologia possa ajudar; talvez eu não precisasse apenas confiar no que eu tinha ouvido “por aí” para entender as complexidades da sociedade da qual eu faço parte.

Pouco tempo depois, ingressei no mestrado. Na verdade, entrei apenas como aluno especial antes mesmo de participar do processo seletivo. Quando terminei minha graduação, eu queria ter feito uma pesquisa de campo para incluir no meu trabalho de conclusão de curso. Eu até cheguei a começar a fazer. Criei perguntas, as trouxe para meus alunos. Colhi as respostas, mas acabei deixando fora do meu trabalho final. Não sabia como interpretar, analisar aqueles dados. Achei melhor “deixar pra lá”.

Me inscrevi para a disciplina de *Pesquisa Qualitativa* com a professora Adriana Brahim. Não sabia o que “qualitativa” queria dizer. Apenas gostaria de saber como fazer uma pesquisa, tabular os dados e fazer uma análise. Nessa disciplina, aprendi o que era *linguística aplicada*. Já tinha ouvido sobre LA, mas não estava maduro suficiente para absorver o que se tratava até esse momento. Foi ali que “processei” o fato de que conhecimento quando construído “em caixas” se limita muito. Termos como transdisciplinaridade e indisciplina realmente ganharam sentido pra mim (veja seção 2). Foi nesse momento que “letramento” e “decolonialidade” começaram a fazer parte da minha vida de forma mais significativa. LA, finalmente, me permitiu pensar “fora da

caixinha”: nela, poderia tentar (*apenas tentar*) construir significados que me ajudassem a entender, pelo menos um pouco melhor, o mundo em que vivo. Aí começou uma nova jornada.

Essa jornada, essa abordagem, essa busca por sentidos e significados que pretendo seguir ao longo da minha vida, tenho chamado de *Letramento Neocolonial Crítico*: o nome que eu dei para os meus esforços pessoais de entender onde eu, como sujeito histórico, me encontro. Concomitantemente, em meu entendimento, esta dissertação busca narrar meus esforços pessoais por um processo de descolonização pessoal, *um tentativa de apagar progressivamente tanto as marcas coloniais quanto neocoloniais que fazem parte do meu ser por meio de um processo de conscientização*.

...

Eu deixei a religião. Fiz isso por não acreditar mais em dogmas e em verdades eternas. Gosto de mudar de ideia constantemente, assim creio que estou aprendendo.

Dito isso, acredito ser importante salientar que citarei vários pensadores/as e escritores/as ao longo desta dissertação e, ao fazê-lo, em nenhum momento, estou “assinando um atestado” de concordância com todas as reflexões propostas por eles/elas. Me responsabilizo apenas pela minha leitura sobre o que elas/eles produziram e *apenas* pelos trechos que cito aqui para auxiliar nas minhas reflexões e problematizações.

Em outras palavras, as reflexões apresentadas neste trabalho se utilizam de várias áreas de conhecimento, buscando argumentos de epistemologias distintas, aproveitando o que faz sentido pra mim, muitas vezes resignificando o que li ou estudei, sendo um tipo de epistemofagia, como definida por Jordão (2011, p. 151):

O termo epistemofagia, cunhado na combinação entre epistemologia e antropofagia, alude à digestão de significados diferentes e de suas maneiras de existir, numa mistura entre o que foi devorado e aquela que devorou, resultando num hibridismo que permite a formação de perspectivas novas de caráter múltiplo e a criação de processos diferentes de compreensão.

Um exemplo, como deve ficar claro na minha escrita, que posso destacar: Paulo Freire e Walter Mignolo são duas das maiores influências para esta pesquisa: autores de áreas do conhecimento que parecem distantes. O primeiro sendo chave para meu entendimento de *letramento* e o segundo para o meu entendimento de *decolonialidade*: áreas centrais em diálogo aqui.

A leitura do trabalho de Mignolo (2003) teve uma influência muito grande na gestação das reflexões que trago neste trabalho. A novidade, para mim, dos temas proposto por ele me impactaram demasiadamente. O livro *Histórias locais - Projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar* causou um impacto tão grande em mim como pouquíssimos outros livros o fizeram. A forma de escrita desse livro se mostrou bastante desafiadora também. Foi minha primeira exposição consciente a uma escrita rizomática, nada linear. Lembro que precisei terminar de ler vários capítulos para entender o que o autor queria dizer com “pensamento liminar”. Cada seção, cada capítulo me ajudava nesse processo desafiador e provocador. Apenas as várias voltas do autor ao mesmo tema, por pontos de vistas distintos, com outros enfoques, me ajudaram a compreender sua proposta analítica que me era demasiadamente nova. Jamais pensei que seria capaz de emular sua escrita e sua sabedoria, mas preciso registrar sua influência na minha primeira tentativa como um pensador acadêmico autônomo. Estou ciente que este texto pode possuir mais erros que acertos, mas o vejo como um primeiro passo em direção ao pensador e escritor que um dia espero me transformar.

Se iniciei minha jornada buscando compreender o termo *neoliberalismo*, mencionado várias vezes no trabalho de Mignolo e de Freire, minha pesquisa me levou ao *neocolonialismo*, como se fosse um passo à frente em relações às provocações acendidas em mim pelos dois autores. Em busca de entender o neoliberalismo, mencionado apenas tangencialmente pelos autores, percebi o poder *neocolonial estadunidense* que o estabeleceu como *modus operandi* do capitalismo atual. Dessa forma encontrei uma resposta para um anseio pessoal de me localizar como sujeito histórico: “Cada [ser humano] está situado, datado, no sentido de que vive numa época determinada, num local determinado, num contexto social e cultural precioso: ‘o [ser humano] é um ser com raízes tempo-espaciais’ (FREIRE, 2016, p. 67). Portando, como aprofundarei ao longo deste trabalho, o letramento Neocolonial Crítico (LNC) é a minha ferramenta pessoal - sem pretensões universalistas - para questionar e complexizar entendimento sobre se estamos vivendo a colonialidade - ou seja, consequências históricas da colonização europeia - ou além disso, investigarei se consigo advogar pela hipótese de que estamos vivendo num *momento neocolonial*.

Finalizo essa seção afirmando que este trabalho é extremamente emocional e incentivado por questões pessoais e políticas, pois "emotion plays a significant role in our being and becoming in the world"¹⁰ (JORDÃO; FIGUEIREDO; MARTINEZ, 2020, p. 841), respondendo a minha história

¹⁰ “a emoção desempenha um papel significativo em nosso ser e tornar-se no mundo” - tradução minha.

pessoal e à história do meu país (ou pelo menos como eu a entendo). Na contracapa do livro de Césaire (2020), encontram-se as seguintes palavras: “Este livro é uma declaração de guerra. Guerra ao racismo, ao colonialismo e à pomposa hipocrisia de intelectuais e políticos a serviço do capitalismo.”. Em forma análoga, declaro que esta dissertação é minha tentativa - mesmo que fraca, falha e insuficiente - de me aproveitar do campo da LA brasileira e suas potencialidades únicas de apresentar uma narrativa indisciplinar. É minha tentativa - ciente das minhas limitações - de lutar contra o capitalismo explorador e desumano da melhor forma que vejo possível hoje, atacando o seu centro de poder: é a minha luta (ou guerra?) anti-imperial, não por entender os EUA como único império, mas o império que, estou convencido, tem causado os danos mais evidentes e abrangentes na contemporaneidade.

2 ALGUNS PRESSUPOSTOS

Há momentos históricos decisivos em que grandes injustiças no modo como a sociedade funciona não podem mais ser ignorados e que causam momentos de verdadeira revolução. Segundo Freire (2020a), podemos chamá-los de *situações-limite*, ou seja, conjunturas que se mostram como oportunidades de grandes transformações porque as insuficiências e injustiças do *status quo* estão escancaradas.

Pensando no presente, quais seriam as macro-questões neocoloniais definidoras do nosso tempo que são mais relevantes para nossa sociedade? Sem entender a sociedade de forma sistemática, tentar transformá-la para melhor torna-se tarefa mais improvável.

Cada dia sinto-me mais perturbado ao perceber o número de brasileiros que muitas vezes catam e reviram os lixos do meu bairro, dependendo dos restos daqueles que deveriam ser considerados seus irmãos. Cada vez mais me sinto perturbado por brasileiros que precisam depender apenas da sua força física para fazer entregas nas suas bicicletas por 12 horas num dia sem ter acesso à carteira assinada ou a um salário mínimo e dias de folga remunerados, que precisam comprar seus próprios meios de trabalho (moto, caixa de entrega, uniforme etc.) para enriquecer outras pessoas.

Me sinto triste por ver brasileiros que tinham bons trabalhos, como nas grandes empresas de engenharia do Brasil e que hoje trabalham como motoristas de Uber e muitas vezes perdem dinheiro ao invés de ganhar por seu trabalho, crédito da Lava-Jato (veja seção 5.1.4) e suas péssimas práticas que tiveram intuito de destruir nossa economia (SOUZA, 2016). Não estou me referindo ao fato de que maiores salários sempre são melhores que salários menores. Estou me referindo à precarização trabalhista que faz com que pessoas que tinham direito a férias, dias de folga, décimo terceiro, vínculo empregatício etc., hoje são “pintados” como empreendedores, empresários ou autônomos, ditos como detentores de maior liberdade trabalhista, quando na verdade são vítimas de maior exploração pelo capitalismo selvagem atual (veja seção 5.2):

A instabilidade e a insegurança são traços constitutivos dessas novas modalidades de trabalho. [...] Trata-se de uma espécie de trabalho sem contrato, no qual não há previsibilidade de horas a cumprir nem direitos assegurados. Quando há demanda, basta uma chamada e os trabalhadores e as trabalhadoras devem estar on-line para atender o trabalho intermitente. As corporações se aproveitam: expande-se a “uberização”, amplia-se a “pejotização”, florescendo uma nova modalidade de trabalho: o *escravo digital*. Tudo isso para disfarçar o assalariamento. (ANTUNES, 2018, p. 25).

Nesse contexto de perdas de direitos e precarização trabalhista, por que o Brasil, como diz Laura Carvalho (2018), parece estar sempre dançando uma valsa: um passo à frente, um passo ao lado, um passo pra trás? Conseguimos construir entendimentos sobre as crescentes mazelas que afligem o Brasil, ainda mais marcadamente desde o golpe de 2016, e afetam diretamente a classe trabalhadora ao favorecer a classe exploradora?

Quando Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil em 2018, algo que eu julgava impensável, um dos efeitos do golpe que se dizia anti-corrupção mas na verdade era anti-povo, percebi que conhecia minha sociedade demasiadamente menos do que eu cria conhecer, demasiadamente menos que eu gostaria de conhecer. Motivado em entender o que tinha levado nosso país a esse marco histórico de tantas adversidades, comecei a tentar construir entendimentos sobre a sociedade em que vivo. Foi desse anseio que nasceu o LNC, que explico em detalhes na seção 3.5.

A partir das inquietações e preocupações apresentadas até aqui, que me inspiram a desenvolver minha pesquisa de mestrado em Linguística Aplicada, classifico meu trabalho como *indisciplinar*, no sentido de que enveredarei por conceitos-chave que busco em diferentes áreas do conhecimento, como a sociologia, a economia, a filosofia da educação, a história, entre outras. Essas áreas e conceitos me ajudam a entender o *meu mundo*, e podem ser explicitados se vistos por lentes indisciplinadas, buscando estar *no mundo* e *com* o mundo de modo freiriano.

Vejo na indisciplinada uma aproximação com o que Mignolo (2008) chama de *desobediência epistêmica*. Para o autor, esse conceito está de mãos dadas com a ideia de não nos prendermos "aos conceitos modernistas e euro-centrados, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases [...]" (MIGNOLO, 2008, p. 288), assim nos permitindo pensar de outras formas, a partir de paradigmas *outros*.

No meu entendimento, este presente trabalho pretende ser indisciplinar no sentido de que é somente na ideia de indisciplinada, e não na ideia disciplinada imposta por séculos a partir de versões tradicionais e positivistas de sujeito e de sociedade, que podemos tentar responder às problemáticas sociais, como as que apresentei anteriormente. Nesse sentido, o LNC é *um* letramento no contexto de multiletramentos, múltiplos letramentos e novos letramentos. Buscarei delinear um projeto incipiente que tem se transformado numa vocação auto-imposta.

2.1 UM LEITURA *OUTRA*

Atualmente, experienciamos mudanças sociais que pedem por um contínuo repensar sobre em qual sociedade estamos vivendo. Sendo assim, creio que os momentos de crise que marcam a nação brasileira nos últimos anos de incansáveis perdas de direito e segurança social (decorrentes, por exemplo, do golpe de 2016, da Reforma Trabalhista de 2017, da Reforma da Previdência de 2019 e de um desgoverno proto-facista) requerem uma narrativa *outra* sobre como percebemos nosso país e o mundo. Pelo que Chomsky e Herman chamam de *Fabricação do Consentimento* (HERMAN; CHOMSKY, 1988) - veja seção 5.3.1 -, a população brasileira foi levada, pela grande mídia, a acreditar erroneamente que apenas reformas que acarretassem perdas de direitos e benefícios, como as já mencionadas, poderiam levar o Brasil à uma situação melhor. Claramente podemos perceber hoje que as reformas não entregaram nenhuma das promessas (a saber, a primeira prometia muitos empregos e a segunda grandes investimentos nacionais e internacionais, todas promessas sem concretude).

Agravando as dificuldades, a maior pandemia da nossa geração encontrou nosso país despreparado, sem uma liderança capaz de cuidar do seu povo. Hoje, assistimos à venda e à destruição do estado nacional, com privatizações múltiplas agravadas pelos valores ilusórios pagos por verdadeiras riquezas¹¹. Numa narrativa contínua de descrédito da política, característica do projeto neoliberal, vejo uma população sem esperança e sem sonho de um futuro mais promissor no curto prazo. O Brasil continua sendo "o país do futuro" (algo que lembro ouvir desde quando era criança), porém, com um futuro que parece cada vez mais longínquo, fugindo a passos largos dos brasileiros de norte a sul.

O LNC nasceu, para mim, de uma necessidade histórica de luta pela pátria. Num contexto de neocolonialismo, encabeçado pelo imperialismo estadunidense, cujas petrolíferas se beneficiaram dos leilões do Pré-Sal e cujas empreiteiras roubaram projetos e empregos qualificados da nossa construção civil (MIER; HUNT, 2019; SOUZA, 2018), precisei de um termo explícito, nomeando uma necessidade, para me ajudar como uma lente, buscando criar entendimentos de onde estamos e por que estamos nessa situação de desalento e desesperança.

¹¹ Apenas nos leilões de poços do Pré-Sal da Petrobras, as estimativas de perdas de riquezas para o povo brasileiro ultrapassarão 1 trilhão de reais apenas em renúncias fiscais, riqueza que foi descoberta no governo petista e que segundo o ex-presidente Lula e a ex-presidenta Dilma Rousseff seriam investidos principalmente na educação e no desenvolvimento do Brasil, o que ajuda a explicar o golpe de 2016 e a prisão do ex-presidente Lula (MIER; HUNT, 2019); veja, por exemplo: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/10/31/estudos-apontam-perdas-de-r-1-tri-em-renuncia-fiscal-com-leilao-do-pre-sal.htm>.

O LNC é então uma proposta que parte de uma inquietação pessoal. Como educador, vivenciei vários diálogos em aula com alunos que celebravam a ascendente trajetória do, por alguns, denominado “Mito”. Refletindo sobre nosso país, um país onde há mais gado que habitantes, muitos brasileiros passaram a comprar osso no açougue e a fazer comida à lenha por não conseguirem comprar um botijão de gás de cozinha; percebi que não entendia as forças determinantes, macroestruturais, que estavam guiando o rumo da história nacional contemporânea. Numa saga pessoal em busca de entendimentos sobre o que nos teria levado a tal destino, iniciou-se uma jornada que me levou a escrever o presente trabalho. Podendo parecer que tal linha de pesquisa passe longe da minha práxis diária como professor de inglês, ao longo deste trabalho buscarei demonstrar como através do LNC busquei ressignificar *minha carreira como educador*. Concordo com as palavras de bell hooks (2017, p. 28) quando ela afirma:

A educação progressiva e holística, a "pedagogia engajada" [...] dá ênfase ao bem-estar. Isso significa que os professores devem ter o compromisso ativo com um processo de autoatualização que promova seu próprio bem-estar. Só assim poderão ensinar de modo a fortalecer e capacitar os alunos [...], a prática do curador, do terapeuta, do professor ou de qualquer profissional de assistência deve ser dirigida primeiramente para ele mesmo.

Percebo nitidamente, com a ajuda da minha formação universitária e dos ótimos educadores que contribuíram para a minha formação, como sou produto da colonialidade que marca a nossa sociedade (MENEZES DE SOUZA; DUBOC, 2021; ALBUQUERQUE; HAUS, 2020; GROSGOUEL, 2018; MIGNOLO, 2003; MIGNOLO; WALSH, 2018; QUIJANO, 2000; SOUSA SANTOS, 2019). Ser produto da colonialidade acarreta entender o mundo com os olhos dos outros, dificultando compreender nossa realidade social, por meio de construções de sentidos feitas por nós mesmos, a partir de nossas experiências e de nossas identidades e subjetividades, respeitando, ao invés desses aspectos, interesses e entendimentos imperialistas.

Se a opção decolonial (MIGNOLO, 2008) me provoca a desafiar construtos euro-cêntricos e não mais vê-los como a única alternativa científica, me permitindo pensar a partir do meu *locus* de enunciação e por meio de um pensar *outro*, encontrei no LNC uma forma de criar significados e entendimentos que me ajudam a repensar minha práxis de forma crítica, na esperança de construir com meus alunos uma educação linguística crítica *em* línguas (FERRAZ, 2015), uma *educação como prática da liberdade*, nos termos de Freire ([1997] 2020b), ou ainda, uma educação que não tenha medo de transgredir (bell hooks, 2017).

Meus movimentos na proposição do LNC passam obviamente por entendimentos sobre o fazer ciência em LA. Lembro-me de uma simples concepção de ciência que ouvi certa vez ainda muito jovem: ciência existe para desfazer equívocos que fazem parte do senso comum. Esta constante jornada de tentar entender melhor onde estamos e o que não entendemos ou entendemos equivocada ou superficialmente, é uma forma de ciência. Trazer esse entendimento de forma simples para qualquer área da educação e incentivar professores a construir significados e entendimentos com seus alunos, para que eles possam desafiar "verdades" dadas e construir conhecimentos, ao invés de apenas transmitir informações (superando o que Freire chamaria de *educação bancária*) pode, a meu ver, trazer muitos benefícios tanto aos educandos¹² quanto aos educadores e às educadoras. Empenhar-se, junto com as/os educandas/os, num trabalho constante e árduo, na medida do possível, em reiteradamente lembrar o papel da ciência e da educação, desvelando construtos equivocados de como nosso mundo funciona, mostra-se primordial numa conjuntura cheia de narrativas falaciosas, embaladas por diversas formas de *fake news* que, cirurgicamente, atingem pessoas por mensagens de *Whatsapp*, por exemplo. Busco ir além da narrativa oficial, pois como afirmou Marx (2008, p. 1080), "toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas."

Em consonância, Freire falou sobre educação como uma "lente" para melhor enxergar o mundo, uma forma de o desvelar e o conhecer para poder transformá-lo (FREIRE, [1997] 2020a). Alguns poderiam dizer que tal entendimento se evidencia numa chamada primeira fase do autor, que parece ter sido superada. Eu, todavia, ainda concordo quando ele fala em "mitos" que confundem nossa percepção do real (e, aqui, a ironia com o apelido de Bolsonaro precisa ser apreciada), que geram entendimentos colonizadores que precisam ser identificados, interrogados e interrompidos, como Menezes de Souza (2021) nos convida a fazer. Em outras palavras, poderia dizer que busco aqui mostrar os sentidos que foram construídos por mim e como esse processo que entendo como uma tentativa de auto-descolonização tomou corpo.

Nessa toada, na seção seguinte tratarei de conceitos importantes para a minha argumentação neste trabalho. Abordarei o que entendo por senso comum e por ciência, para então abordar meus entendimentos sobre autoetnografia, a abordagem metodológica escolhida para esta pesquisa.

¹² Como ficará claro ao longo deste trabalho, farei uso dos gêneros feminino, masculino e neutro nas minhas argumentações. Esse uso será variado e sem padrão com a intenção de superação de uma norma determinista.

2.2 SENSO COMUM, CIÊNCIA E AUTOETNOGRAFIA

Em seu texto intitulado “Parentesco intelectual entre Paulo Reglus Neves Freire e Boaventura de Sousa Santos”, Ana Lúcia de Souza Freitas (2014, p. 18) argumenta que há uma certa complementaridade nas contribuições de cada autor no que tange “a constituição de práticas educativas emancipatórias, ou seja, comprometidas com o empoderamento dos sujeitos” frente a situações adversas.

De acordo com Freitas, enquanto Paulo Freire ganhou proeminência no âmbito da educação popular, Sousa Santos popularizou-se por questionar a própria validade do conhecimento científico num paradigma positivista:

As peculiaridades das contribuições de cada autor têm em comum o caráter teórico-prático de uma produção intelectual marcada por três aspectos que evidenciam seu compromisso com a emancipação social: a) assunção de sua natureza política; b) clareza de uma visão complexa da relação entre igualdade e diferença; c) dimensão coletiva da intervenção que articula a dimensão individual aos processos grupais e/ou contextos institucionais. (Ibidem, p. 18-19).

Na leitura da autora, a escrita de Freire “evidencia como a valorização do *saber de experiência feito*¹³, por meio do registro criticamente exercido, cria condição para a teorização da prática e para a produção de um conhecimento socialmente aceito” ao passo que, para Sousa Santos, “uma das formas de renovação das ciências sociais reside em confrontar o conhecimento que elas produzem com outros conhecimentos [...]” (Ibidem, p. 21-23), assim, reivindicando por uma ciência menos imperial, mais multicultural e igualitária, valorizando outras formas de conhecimento. Com essa mudança paradigmática “pretende-se um *senso comum esclarecido* e uma ciência prudente [...] uma configuração de conhecimentos que, sendo prática, não deixe de ser esclarecida e, sendo sábia, não deixe de estar democraticamente distribuída.” (SOUSA SANTOS, 1989, p. 41-42 - ênfase minha). A universidade, para o autor, deveria ser um ponto privilegiado à favor de uma *ecologia dos saberes* (Idem, 2019).

A meu ver, senso comum e ciência se complementam, porém, não deixam de ser distintos. Creio que cada um deveria alimentar e instigar o outro. Se a ciência, em momentos, desafia o senso comum, o *senso comum esclarecido* deveria servir para validar ou não o conhecimento científico.

¹³ Relevante destacar a diferença entre “saber de experiência feito” e senso comum. O primeiro trata de um conhecimento acumulado ao longo da vida e muitas vezes sem aquilo que chamaríamos de educação formal mas mesmo assim *de demasiado valor*. Senso comum, por outro lado, é formado ao longo da nossa vida, baseado em experiências do dia a dia, muitas vezes não assistido por uma reflexão crítica, assim, associado ao *dado* pela sociedade.

Num jogo dialético, ambos têm seu papel social. Se a ciência faz uso de métodos e de revisão por pares para se estabelecer, o senso comum se utiliza de ações práticas e situações concretas para se consolidar. Não creio que eles devem ser vistos como opostos e nem como similares: são dependentes e suplementares.

Compreender para o que serve o estudo e a ciência como um todo parece essencial no processo educativo. Ao invés de ser visto como um lugar de aprendizado significativo, a escola muitas vezes é percebida como local de obrigações, distante do ser percebida como útil para melhoria da vida, longe de ser um lugar cheio de prazer (bell hooks, 2017).

Quando penso em minhas memórias escolares, lembro que desde pequeno tive facilidade com matemática. Minha tia Josiane era professora da disciplina e aprendi muito com ela. Hoje, mesmo tendo aprendido muito com ótimos professores ao longo da minha vida escolar, uso muito pouco do que aprendi no meu dia-a-dia; pouco além das operações básicas, da porcentagem e a significativa *regra de 3*. A lista parece acabar por aí. Sempre percebi uma clara depreciação em relação à matemática por parte de muitos alunos, muitas vezes pela dificuldade no aprendizado da disciplina. Hoje, penso que se você não se tornar um profissional que trabalha diariamente com números, a maior parte do que aprendemos depois da antiga quinta série parece não ser empregado na nossa rotina (lembra como a fórmula de Bhaskara era para ser importante?).

Esses estudos parecem ter me ajudado pouco para eu entender o mundo ao meu redor. Como a matemática escolar se torna cada vez mais técnica e complexa depois dessas lições iniciais, e poucas vezes é ensinada com uma associação multi/trans/in-disciplinar. A maior parte do currículo parece ficar sem sentido para a maioria dos alunos, como parece para mim.

Não estou dizendo que deveríamos acabar com as aulas de matemática depois de aprendermos a regra de 3. Mas ensiná-la de uma maneira solta e descontextualizada com a vida da/ do aluna/o, como aconteceu na maior parte da minha formação, parece apenas contribuir para o sentimento de asco dos/as alunos/as em relação à educação e à ciência.

Os conceitos indisciplinares e transdisciplinares dos quais faço uso ao longo deste trabalho para elaborar o LNC são o resultado da minha construção de sentidos, tentando entender onde estou historicamente, para buscar entender os meus arredores, pois, sem um bom diagnóstico das tribulações que estamos enfrentando, não poderemos achar soluções para problemas sociais que nos afugentam. Precisamos, porém, nomear a doença para, então, podermos nomear a cura. Se a escola não contribui, aliada a várias outras formas de aprendizado, para diagnosticar condições macro-

sociais e construir propostas e soluções para melhorias, acredito que ela não está servindo para muita coisa. Ela não estaria *no* mundo e *com* o mundo, como diria nosso patrono da educação.

Nesse sentido, termos centrais deste trabalho (neocolonialismo, imperialismo, neoliberalismo, (de)colonialidade, manufaturação do consentimento, racismo cultural, desigualdade, letramentos, entre outros) têm me ajudado a repensar minha práxis e minha leitura de mundo. Eles me ajudam a criticamente desvelar ideias baseadas no senso comum que muitas vezes   acrítico (*desvelar*, pois, tudo que estudei com afinco na vida se mostrou diferente das impressões prévias e/ou iniciais que tinha anteriormente). Ou seja, pretendo delinear ao longo de minhas reflexões neste trabalho, também, qual meu entendimento de uma “educa o libertadora” que julgo ainda mais relevante na atualidade cheia de desafios que estamos enfrentando, com contínuos ataques à escola, à universidade e à pesquisa¹⁴.

Dessa forma, desenvolvo uma pesquisa que se v  de cunho autoetnográfico, pois pretende propor como se daria um letramento que busca entender minha cultura, minha práxis, dessa forma tendo traços de uma pesquisa propositiva (ROCHA, 2010). O que vou discorrer nestas páginas são pensamentos que guiam a minha práxis como professor e minha vida pessoal como um cidadão brasileiro. O que busco aqui é tratar dos conceitos de forma sistemática, de modo a os contrapor a uma especializa o extrema, ou seja, ao invés de escrever extensivamente sobre apenas um tema sem mostrar sua interliga o com outros, escrevo esta disserta o em defesa da indisciplinada e baseado no que Freire ([1997] 2020b) chamou de *totalidade*. Em outras palavras, buscarei mostrar as conexões entre diversos aspectos/temas que podem ajudar na constru o de sentidos e entendimentos de uma forma mais ampla, uma vez que concordo com Batista (2019) quando o autor afirma que a demasiada especializa o ou divisão de áreas na trabalho acadêmico “impede de fazer pontes entre áreas diferentes do conhecimento e de tratar como conjunto o que *existe como conjunto* no mundo real. Nada *existe* fora do todo [...]. Segmentar   dissecar e, em última análise matar. Nada *vive* fora do todo.” (Ibidem, p. 20 - ênfase no original).

Nessa toada, vale atentar às diferenças entre etnografia e autoetnografia. A primeira tem como foco a observa o de outra pessoa, grupo de pessoas ou ainda outro grupo social pelo pesquisador. Assim, o cientista social busca a constru o de sentidos sobre uma realidade diferente

¹⁴ Para alguns números sobre os cortes na pesquisa científica no Brasil, cf.: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-31/ciencia-brasileira-sofre-com-cortes-de-verbas-e-encara-cenario-dramatico-para-pesquisas-em-2021.html>. Num projeto de desmonte do Estado brasileiro - iniciado pelo Golpe de 2016 e pela opera o Lava-jato (MIER; HUNT, 2019; SOUZA, 2018)-, atacar a educa o e a pesquisa é um passo importante para que um projeto nacional de desenvolvimento e soberania não tenha continuidade.

da sua. Já a segunda tem como foco construir entendimentos sobre o próprio contexto da/o pesquisadora/or, ou seja, ela ou ele é tanto a/o pesquisada/o quanto a/o pesquisadora/or: um duplo papel em forma dialética.

Na autoetnografia aqui realizada, há relatos sobre uma longa extensão temporal, englobando o início da minha vida profissional como professor, o seu desenvolvimento, minha entrada na graduação e, em seguida, na pós-graduação, além de mencionar momentos da escrita deste trabalho. Em outras palavras, às vezes resgato um distante passado vivido por mim, em outros momentos relato um passado recente e, até, um presente por mim experienciado.

A pesquisa autoetnográfica “tem por pressuposto fundamental descrever o ponto de vista nativo sobre seus valores, sua experiência de vida, pensamentos, emoções, sentimentos e práticas que constituem sua própria realidade existencial, sua cultura.” (KOCK et al, 2012, p. 94). Ademais, a autoetnografia possui três propósitos: a) fazer uso de experiências pessoais para complementar, ou preencher lacunas, de pesquisas existentes; b) articular o conhecimento internalizado de experiências culturais; c) criar textos que sejam acessíveis a públicos maiores, principalmente fora do mundo acadêmico (ADAMS et al, 2014). Nesse sentido, esta pesquisa, em certos momentos, narra minhas experiências pessoais no que tange a minha construção de sentidos desde o começo do meu envolvimento com a língua inglesa; em outros momentos, narra mudanças de opinião, buscando acentuar como esse processo se deu no que entendo como o desenvolvimento do meu pensar crítico, refletindo as experiências culturais e acadêmicas que vivi.

Durante o processo autoetnográfico “o pesquisador analisa os aspectos culturais e sociais ao seu redor, de dentro pra fora, para em seguida realizar uma análise interna de si mesmo, de fora pra dentro, tornando-se assim, vulnerável à resistência cultural e às interpretações.” (KOCK et al, op. cit., p. 95). Numa narrativa “por meio da autoetnografia, o indivíduo, ora pesquisador, ora objeto pesquisado, compreende a si mesmo por meio do aprofundamento intrínseco e de seu ambiente vivido. Assim, quando compreender a si, compreenderá o meio, os outros envolvidos.” (Ibidem, p. 96). É nesse sentido que desenvolvo minha pesquisa.

Outra característica deste trabalho é que seus dados, além das reflexões pessoais, são construídos por materiais teóricos e bibliográficos de uma literatura diversificada, destacando uma análise qualitativa e interpretativista. Esse processo de escrita, calcado em aspectos linguísticos, históricos, sociais e econômicos, tem em vista a descrição de um momento histórico a partir de um ponto de vista de um sujeito que tem...

nenhum interesse de, não importa que ordem, assumir um ar de observador imparcial, objetivo, seguro, dos fatos e dos acontecimentos. Em tempo algum pude ser um observador "acizentadamente" imparcial, o que, porém, jamais me afastou de uma posição rigorosamente ética, e pretendo pormenorizar a crítica presente em mim à malvadez neoliberal, ao cinismo de sua ideologia fatalista e a sua recusa ao sonho e à utopia (FREIRE, 1996, p. 16).

Sendo assim, narro aqui uma leitura de mundo que é *minha, sem pretensões de ser a única leitura correta ou ser uma leitura que esteja de acordo com os sentidos criados por outros sujeitos.*

Baseado nas características acima elencadas, a pesquisa apresentada nesta dissertação busca investigar o contexto brasileiro e global contemporâneo, examinando as forças determinantes, macroestruturais neocoloniais, da nossa sociedade, tendo como foco o momento histórico de domínio estadunidense que se solidificou depois da Segunda Guerra Mundial, momento em que os impérios europeus foram superados como poderes centrais do mundo capitalista.

Esta pesquisa busca averiguar, como objetivo geral, as minhas inquietações pessoais sobre como meu país tem sido impactado por forças como neoliberalismo, neocolonialismo e imperialismo estadunidense, e quais as implicações desses averiguações para minha práxis educativa como professor de inglês. Pode-se dizer, todavia, que *seu foco central* encontra-se em averiguar marcas neocoloniais da contemporaneidade.

Posso dizer que este texto é uma resposta à minha educação universitária. É um exercício dialógico entre o que aprendi e as inquietações despertadas em mim pela minha formação, abrangendo pontos de discordância com o estabelecido em LA, fazendo desta pesquisa uma busca de novas respostas e de construção de novos sentidos, ainda que temporários. Estou convencido de que os temas aqui abordados podem contribuir para eu me encontrar como um sujeito histórico, me ajudando a me localizar ontologicamente para, em seguida, me auxiliar na decisão de para onde vou na minha práxis educativa e política.

Partindo dos estudos dos letramentos e os estudos decoloniais, espero repensar minha prática na sala de aula. Além disso, busco propor uma narrativa *outra* sobre os sistemas de poder que têm acometido a minha vida, a dos meus alunos de inglês (e conseqüentemente sobre a cultura estadunidense e anglo-saxã) e daqueles com que tenho contato no meu dia-a-dia. Faço isso de forma a questionar o entendimento de que vivemos num momento histórico pós-colonial, ou seja, que apenas experienciamos e somos afetados por suas conseqüências históricas do colonialismo. Ao contrário, defendo que vivemos num contexto neocolonial (como discutirei na seção 5), ou seja, um

período de dominação e exploração com características distintas do período colonial promovido pelos impérios europeus.

2.3 UM EDUCADOR EM FORMAÇÃO CONTÍNUA

Para melhor situar minha pesquisa, quero voltar um pouco no tempo. Quando entrei na universidade, já era professor havia alguns anos. Comecei a lecionar inglês numa escola cujo método de ensino era engessado. Lá, aprendi o “como” dar aula de acordo com os preceitos do local onde tive meu primeiro emprego. Esse "como lecionar" passou por várias mudanças ao longo dos anos, à medida que eu me mudava de cidade e de escolas. Aprendi vários “como’s”, que variavam de acordo com as visões linguísticas das escolas onde trabalhei, pois, a maioria das escolas de línguas possuem um método próprio.

Comecei a lecionar em 2002 e apenas entrei na universidade em 2013. Ao longo desses anos, sem experiência acadêmica, percebia apenas que as chamadas metodologias ou métodos de ensino mudavam, sem saber que envolviam questões mais amplas como visão de língua e o papel do professor em sala, por exemplo.

Foi apenas na universidade, na graduação em Letras, que finalmente aprendi a diferença entre o "como" e o "por quê” no ensino; a teoria me levou a buscar o "por quê”: desta forma, conclui, durante a graduação, que poderia encontrar vários “como’s”¹⁵, de acordo com *minhas* necessidades e as demandas e interesses dos minhas *alunas*, sempre localizados histórico e socialmente. Isso transformou profundamente o modo como eu passei a ver minha vocação, minha prática pedagógica; ou seja, percebi que o educador não é apenas alguém que aprende métodos e metodologias de ensino, mas é um ser pensante que pode desenvolver sua agência e autonomia, como destaca Kumaradivelu (1994), dessa maneira complexizando, embaçando (ou apagando?), a linha divisória entre educadoras e pesquisadoras.

Ainda na universidade, aprendi outra lição que gostaria de revisitar. Lá aprendi sobre "preconceito linguístico” com a professora Mazé. Ela me mostrou algo que estava ao meu redor todos os dias e, mesmo assim, eu nunca tinha percebido; mudou minha vida. Mesmo já tendo

¹⁵ Importante ressaltar que quando essas reflexões foram amadurecendo para mim, eu já estava trabalhando numa escola de inglês onde havia muita liberdade pedagógica se comparada com outros lugares onde trabalhei anteriormente, sendo assim, desenvolver minha autonomia e minha agência (ambas encorajadas pela escola e que pode contrapor a visão homogênea de muitos sobre institutos de línguas) se deu de forma relativamente tranquila, um dos diferenciais do meu *locus* profissional em relações a tantos outros.

lecionado por uma década quando cursei meu primeiro ano da graduação, nunca havia entrado em contato com esse conceito que me mostrou o quanto eu, ao longo da minha educação escolar, não tinha questionado pensamentos/frases como “isso não existe em Português” ou “você está assassinando a língua, isso é errado...”, quando usos que fugiam da norma padrão eram usados por tantos falantes de português. Sem o prévio interesse nesse assunto, precisei de uma professora que me guiasse para algo essencial, mesmo *sem* eu ter o desejo ou interesse pelo conceito. Me convenci de que ter um balanço para compartilhar *com* nossos educandos o processo de aprendizagem, encorajando que todos participem ativamente e construam entendimentos baseados em seus interesses, pode ser uma opção enriquecedora. Porém, sendo um educador, almejo poder ajudar na jornada dos meus alunos, não porque eu transfiro conhecimentos, mas porque posso criar, como Paulo Freire (2020a) afirma, oportunidades de aprendizado diversas que auxiliarão na formação dos meus educandos.

Outro exemplo análogo, é o próprio conceito de criticidade que apreendi com educadoras como Clarissa Menezes Jordão ou Alessandra Wiggers, o qual me foi apresentado durante a graduação sem que eu tivesse buscado aprendê-lo ou sequer soubesse da sua relevância.

Esse é, a meu ver, o papel do professor. Estou convencido de que podemos, quiçá devemos, ouvir nossos alunos e encorajá-los a ter parte ativa em seu aprendizado, contudo, não abrindo mão da responsabilidade de sermos as educadoras na sala de aula, assim, concomitantemente, fazendo escolhas baseadas em nossa experiência e em nossos estudos, um processo dialético.

A saber, este trabalho não porá foco sobre o papel do aluno e a importância da sua agência e sua autonomia (ambos essenciais e vitais), pois isso depende de cada cidade, cada sala, cada momento, cada turma e pode ser encontrado em vários trabalhos na literatura acadêmica (cf. KUMARADIVELU, 1994). Ao invés disso, me concentrarei em discussões sobre como os educadores podem contribuir no processo de educação linguística de *nossos educandos*.

Creio que escolher temas que acreditamos serem essenciais para o curso que lecionamos é nosso trabalho, dos educadores. *Engessar* nossas escolhas, por outro lado, pode ser um erro. Podemos - quiçá precisamos - aprender com nossas/os alunas/os e fazê-las/os parte do processo de seleção de conteúdos, propondo escolhas, que podem ser questionadas e desafiadas por eles/elas. Portanto, não me parece ser o mais adequado simplesmente deixar para a/o aluna/o todas as escolhas: educação pode ser vista como um processo de negociação constante.

Na sala de aula temos o papel dos/as educadores/as e o papel das/os educandas/os. Estou convencido de que não devemos dar todo o poder para nenhum dos lados. Educadores precisam se cobrar pelo papel que assumiram e saber que são a autoridade na sala, sem todavia serem autoritários, como já defendia Freire (2014, p. 195), “todos aprendem e ensinam, sem que isso signifique serem iguais ou que quem ensina não aprende e quem aprende não ensina.”. O educador, penso eu, não é apenas um facilitador, mas, também, um problematizador devido ao leque de conhecimentos que vai acumulando com sua experiência, respeitando sua vocação. *E sobre essa parte do processo de educação que este trabalho se concentra.* Não por ser mais importante que as outras, mas por ser a que se mostra relevante, a meu ver, num contexto de ataque à educação e aos educandos do nosso país, uma vez que percebi/senti as consequências da postura do governo Bolsonaro em relação à educação, ou seja, um momento histórico, acredito eu, que pede por ações mais assertivas.

Almejo tratar de assuntos a partir de um ponto de vista abrangente, por minhas lentes, que questione formas de poder que apenas se mantêm em pé quando permanecem escondidas, veladas ou apagadas na narrativa educacional (como foi o caso, por muito tempo, de questões como patriarcado e preconceito linguístico, apenas para nomear dois exemplos).

Sempre inspirado pela obra e vida de Darcy Ribeiro (2015), busco uma práxis educacional engajada, com uma postura positiva e propositiva, encarando o processo histórico como ainda aberto à nossa frente.

Não satisfeito apenas em aceitar nossa realidade - que creio ser construída socialmente e não de forma individual -, advogo por um letramento com fins transformadores no que percebo como macro-estruturas neocoloniais (veja seção 5). Para tanto, na próxima seção, farei um apanhado sobre os estudos dos letramentos e como eles auxiliam na minha prática profissional. Abordarei as três fases dos estudos como entendidas por Monte Mór (2015a), seguidas do conceito de letramento crítico. Farei uso desses quatro passos para, em quinto lugar, descrever o conceito de LNC.

3 PAULO FREIRE E LETRAMENTOS

Pretendo aqui fazer um breve apanhado de momentos decisivos no pensamento educativo brasileiro que têm fortes impactos nas discussões do campo aqui no Brasil e que me ajudam a pensar minha práxis educacional de forma mais impactante. Os estudos dos letramentos (COPE; KALANTZIS, 2016; JORDÃO et al, 2018; LUKE, 2018; MENEZES DE SOUZA, 2011; MONTE MÓR, 2015a; TAKAKI; MONTE MÓR, 2017; MATTOS BRAHIM; HIBARINO, 2020), a meu ver, têm um papel essencial na formação de educadourus, portanto, são o foco desta seção.

Segundo Monte Mór (2015a), podemos destacar três períodos relacionados aos estudos dos Letramentos na academia brasileira. A seguir, apresentarei os três períodos de acordo com a divisão definida pela autora conjuntamente com a minha leitura dessas fases, de forma dialógica. Em quarto lugar, apresentarei o *letramento crítico* e a *linguística aplicada crítica*, perspectivas também essenciais na minha prática escolar como professor de inglês.

3.1 PAULO FREIRE: PRIMEIRA FASE

Na década de 1960, as ideias de Paulo Freire começaram a ganhar força e importância no discurso educacional brasileiro. Distinto das ideias consideradas mais tradicionais, o pensamento freiriano se opunha a uma alfabetização grafo-fônica e visava educar com foco na realidade dos seus alunos, de modo que cada educande aprendesse a ler e escrever e, ao mesmo tempo, fosse conhecendo seu mundo, desvelando mitos opressivos e se formando *com* e não *a* outros, de forma que pudesse encorajar uma transformação social revolucionária que findasse com a condição de opressão e sofrimento, realidade da grande maioria dos brasileiros num contexto de ditadura militar: uma educação a fim de construir, concomitantemente, “uma sociedade que se ‘descolonizasse’ cada vez mais. Que cada vez mais cortasse as correntes que a faziam e fazem permanecer como objeto de outras.” (FREIRE, [1997] 2020b, p. 51-52).

Para Freire (2020a, p. 79-80), a educação precisa ser uma força de mudança e transformação: ao invés de “[...] dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos [...]” ou sobre “conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação”, ele pensava em uma educação como prática de liberdade. Em outro trecho do livro Freire afirma: “a investigação se fará tão mais pedagógica quanto mais crítica e tão mais crítica quanto, deixando de perder-se nos

esquemas estreitos das visões parciais da realidade, das visões 'focalistas' da realidade, se fixe na compreensão da *totalidade*” (Ibidem, p. 139. Na minha leitura, quando Freire fala de *totalidade*, ele se aproxima do que hoje chamamos de inter/trans/in-disciplinaridade, sua preocupação parece estar contra a ultra-departmentalização dos conteúdos e sua consequente perda de sentido prático, em outras palavras, preferindo destacar as interligações entre diferentes aspectos.

Ainda, o autor defendia uma *educação problematizadora* que superasse uma *educação bancária*, que tensionasse o papel de educador e de educando, pois um aprende *com* o outro. Desafiando os educandos, continua o autor, como seres *no* mundo e *com* o mundo, eles perceberiam a totalidade (ou inter/multi/in- disciplinaridade dos conteúdos), não "como algo petrificado, assim desenvolvendo uma consciência crítica e desalienada [...]" (Ibidem, p. 98), apenas dessa forma possibilitando entender “nossa realidade, de forma sistemática” (Idem, 2020b, p. 126), pois nada em nossa vida é isolado do todo.

Nos estudos decoloniais defende-se a ideia de que o colonizador habita dentro de nós, nos constituindo (ALBUQUERQUE; HAUS, 2020). Freire (op. cit., p. 43) afirmava que “somente na medida em que se descubram ‘hospedeiros’ do opressor [os oprimidos] poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora [...]”, e, conseqüentemente, “[...] aprender a escrever a sua vida como autor e como testemunha da sua história.” (Ibidem, p. 12). Nesse processo de constante aprendizado, “[...] como os homens estarão sempre libertando-se, o diálogo se torna um *permanente* da ação libertadora[...]" (Ibidem, p. 187), pois *verdades* são incompletas e carentes de constante amadurecimento.

Freire considera *ler* o mundo e estar *com* o mundo como essenciais, em outras palavras, precisamos passar pelo processo de conscientização de que somos sujeitos históricos: sendo esse o primeiro passo; devemos, em seguida, sonhar em transformar o mundo: “como sujeito, com outros sujeitos, ajudar e acelerar as transformações, na medida em que conhece para poder interferir” (Ibidem, p. 72), pois “necessitamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política” (Ibidem, p. 117), uma educação que ensine a transgredir (bell hooks, 2017).

Nesse sentido,

quanto mais refletir sobre a sua realidade, sobre sua situação concreta, mas ele “emergirá”, consciente, engajado, pronto a intervir sobre e na realidade, [desenvolvendo] a tomada de consciência e a atitude crítica [que] liberta o homem em vez de subjulgá-lo, domesticá-lo, colocá-lo de acordo, como faz amiúde a educação que vigora em grande número de nações

do mundo, visando a ajustar o indivíduo à sociedade, bem mais do que promovê-lo em sua própria trajetória (FREIRE, [1997] 2016, p. 68).

Ou seja, “a conscientização, compreendida como processo que integra organicamente a criticada, a curiosidade e a criatividade, orienta-se no sentido do desenvolvimento da consciência democrática do conhecimento libertador e da sensibilidade emancipatória” (FREITAS, 2004, p. 227).

Em virtude de sua proposta problematizadora, Freire foi forçado a se exilar do país durante a ditadura. Se o objetivo foi silenciá-lo, o oposto aconteceu: o autor se tornou um dos educadores mais (re)conhecidos, mais importantes e essenciais para qualquer pessoa que escolha se enveredar no campo educacional, um campo, segundo Freire, que existe para nos fazer “ser mais”. Mesmo sem usar o termo, Freire já entendia o que hoje chamamos de letramento, afinal, ler o mundo vem antes de ler a palavra, afirmava o pensador (FREIRE, 2014).

Inspirado pela filosofia educacional freireana, o LNC é uma proposta para construção de entendimentos sobre a sociedade em que vivemos em sentido *macro*, pensando na totalidade, para, primeiramente, apreendermos o sistema social ao nosso redor e, juntos com outros sujeitos, decidirmos que o que está dado não precisa *ser* assim, apenas *está* assim (MONTE MOR, 2021, informação verbal). Num segundo momento, após o processo de conscientização sobre as formas opressoras, colonizadoras e exploradoras, podemos construir o “inédito viável”, um mundo melhor, com menos desigualdades e mais justo, que se afaste cada vez mais da “miséria neoliberal” (CASARA, 2020).

3.2 SEGUNDA FASE: NOVOS ESTUDOS DO LETRAMENTO

De acordo com a leitura de Monte Mór (2015a, p. 187), “by late in 1980s and beginning of the 1990s, studies of literacies by Street (1984), Good and Watt (1963), Olson (1994), and Olson and Torrance (1991), reinvigorated the Freirean discussion on literacies that had started in the 1960s.”¹⁶.

Com o fim da ditadura, repensar a educação no Brasil ganhou força. Nessa fase dos estudos dos letramentos, Brian Street (2014)¹⁷, um dos proeminentes pensadores da época, propôs

¹⁶ "No final da década de 1980 e início da década de 1990, os estudos sobre letramentos de Street (1984), Good e Watt (1963), Olson (1994) e Olson e Torrance (1991), revigoraram a discussão freireana sobre letramentos que havia começado no década de 1960." - tradução minha.

uma oposição entre um modelo autônomo de letramento, orientado a habilidades, e um ideológico, que pensa letramento como uma *prática social*: "o modelo autônomo tem como característica o fato de abordar o letramento como uma realização individual, ou seja, o foco concentra-se no indivíduo e não em um contexto social mais amplo no qual o indivíduo opera." (TERRA, 2013, p. 34); por outro lado, "o modelo ideológico oferece uma visão culturalmente sensível das práticas de letramento, uma vez que considera que essas práticas sociais variam de um contexto para outro e se transformam ao longo de momentos históricos determinados." (Ibidem, p. 45).

De acordo com os Novos Estudos do Letramento não há um letramento autônomo, monolítico e único. Além disso, a partir desse momento, o *letramento*, no singular, passa a *letramentos*, no plural, para indicar a pluralidade de sentidos, de práticas. Como narra Street (2012, p. 71):

Esse é um termo que eu, entre outros, ajudei a desenvolver [na década de 1980], na tentativa de opô-lo a uma noção autônoma retificada, segundo a qual existe apenas uma coisa chamada 'letramento', que tem um 'L' maiúsculo e um 'o' minúsculo, que é singular e autônomo no sentido de ser um fato que, de forma independente, tem feito sobre outras coisas.

Superando uma visão apenas grafo-cêntrica, os estudos dos letramentos se preocupam, a partir de então, com possibilidades de mudança social. Ademais, percebe-se que os letramentos são específicos e situados, cujas características não podem transportadas facilmente para outros contextos sócio-culturais, conseqüentemente, um letramento no sul do Brasil poderia ser diferente de um letramento no centro-oeste, por exemplo. Concomitantemente, perspectivas críticas ganharam força na área, o que abordarei mais à frente.

Em decorrência dessas discussões, conceitos como "eventos de letramento" e "práticas de letramento" ganharam relevância, posto que: "um evento de letramento é qualquer situação em que um portador qualquer de escrita é parte integrante da natureza das interações entre os participantes e de seus processos de interpretação" (HEATH, 1983, p. 93) e "[...] práticas de letramento são os modos culturais gerais de usar a leitura e a escrita que as pessoas produzem num evento de letramento." (BARTON, 1993, p. vii). Dessa forma, o primeiro conceito "capacita os pesquisadores, e também praticantes, a focalizar uma situação particular onde as coisas estão acontecendo e pode-se vê-las enquanto acontecem" (STREET, op. cit., p. 75), como um ato de escrita ou leitura, por exemplo, um evento de letramento acadêmico; enquanto o segundo conceito é, continua Street (Ibidem, p. 76):

uma tentativa de lidar com eventos e com os padrões de atividades de letramento, mas para *ligá-los* a alguma coisa mais ampla de natureza cultural e social. E parte dessa ampliação envolve atentar para o fato de que trazemos para um evento de letramento conceitos, modelos sociais relativos à natureza da prática e que o fazem funcionar, dando-lhe significado. Não podemos apreender os modelos simplesmente sentando no muro com uma filmadora e observado o que está acontecendo. Podemos fotografar eventos de letramento, mas não podemos fotografar práticas de letramento.

Em outras palavras, as práticas de letramento levam em conta os contextos culturais amplos e, assim, incluem visões de língua(gem) e abordagens educacionais que fazem parte da construção de sentidos/significados.

Se em Freire já encontramos o conceito de que nossas ações são atos políticos, aqui, a noção de que somos seres políticos e de que a educação também o é ganham ainda mais força no contexto educacional mais abrangente. É importante ressaltar que, mesmo com uma visão mais holística, política e social do que encontramos em um concepção de letramento autônomo e grafo-cêntrico, as preocupações dessa fase, os *novos estudos do letramento*, ainda estão em leitura e escrita. Na próxima fase, os letramentos ganharão mais abrangência. É quando o *New Long Group* (NLG) ampliará o conceito para *multiletramentos*. Com os estudos dos multiletramentos, o conceito que proponho de LNC encontra mais elementos para sua constituição.

3.3 TERCEIRA FASE: MULTILETRAMENTOS

No final da década de 1990 e no começo dos anos 2000, os estudos dos multiletramentos chegam ao Brasil num momento oportuno, segundo a leitura de Monte Mór (2015a, p. 189). As obras de Freire haviam ganhado força mais uma vez, segundo a autora, com a chegada da democracia; em consequência, a academia e as escolas estavam prontas para novas discussões que respondessem a um novo momento sócio-histórico.

This third generation view of literacies has gained growing space in the national debate about education. It suggests that the conventional educational models that had been adopted in various Western countries no longer respond to all of the needs of Brazilian society. There have been transformations resulting from various factors, but mainly from the phenomena of globalization and digital technology (...). This view of literacies is recognized as the one that may promote transdisciplinarity among various school disciplines. It also prompts a rethinking of curriculum design/policies, the school-society relationship, the teacher-student relationship, language and its modalities, language and its communities of practice.

Essa visão da terceira geração dos letramentos tem ganhado cada vez mais espaço no debate nacional sobre educação. Ela sugere que os modelos educacionais convencionais que vinham sendo adotados em vários países ocidentais não respondem mais a todas as necessidades da sociedade brasileira. Houve transformações decorrentes de vários fatores, mas

principalmente dos fenômenos da globalização e da tecnologia digital (...). Essa visão de letramentos é reconhecida como aquela que pode promover a transdisciplinaridade entre as diversas disciplinas escolares. Também incita a repensar o *design* curricular/políticas curriculares, a relação escola-sociedade, a relação professor-aluno, a linguagem e suas modalidades, a linguagem e suas comunidades de prática.

Essa fase é inaugurada com a publicação de *A Pedagogy of Multiliteracies - Designing Social Futures - Uma Pedagogia de Multiletramentos - Desenhando Futuros Sociais* - (CAZDEN, C.; COPE, B.; FAIRCLOUGH, N.; GEE, J.; et al, 1996), o qual foi escrito por um grupo de estudiosos que se reuniu da cidade de New London, Connecticut, Estados Unidos, de onde vem seu nome.

Nesse documento seminal, buscava-se, mais uma vez, problematizar o letramento tradicional escolar grafo-cêntrico, advogando que ele, apesar de ainda extremamente necessário, seria insuficiente para a realidade de construção de significados (*meaning-making*) no contexto contemporâneo. Com mudanças sociais e tecnológicas, observou-se uma crescente demanda por (novos) letramentos que fossem além de apenas leitura e escrita, contemplando a grande variedade de modos que se combinam para que haja construção, representação e comunicação de entendimentos. Discussões sobre “quais cidadãos” queremos formar e “quais habilidades” seriam relevantes para essa nova conjuntura se mostraram preponderantes.

De acordo com Kalantzis, Cope e Pinheiro (2020), o prefixo “multi”, nos estudos sobre multiletramentos, é entendido em duas formas distintas. Primeiramente, ele denota a multiplicidade de contextos sociais nos quais construímos significados, cada um com suas especificidades, tais como ambientes comunitários, ramos profissionais, questões de identidade, domínios do conhecimento, entre tantos outros. Nesse sentido, os multiletramentos “defende[m] um ensino voltado para projetos que considerem as diferenças multiculturais existentes, dando visibilidade às dimensões profissional, pessoal e de participação cívica.” (Ibidem, p. 20). Por outro lado, por *multi* denota-se a *multimodalidade* crescente em nossas interações interpessoais, incluindo, por exemplo, os modos escrito, visual, espacial, gestual, oral etc., consequências de novas tecnologias para produção e comunicação de significados.

Quando penso em *multi*, na minha pesquisa, estou mais preocupado com o primeiro significado na apresentação dos meus argumentos e com o segundo significado na apresentação de argumentos que considero complementares em formatos de *lives*, por exemplo. Com o meu amadurecimento no que tange o conceito de letramentos, parece ter ficado mais claro para mim que há quase infinitas áreas nas quais podemos ser letrados, ou seja, nas quais podemos fazer uso um

pouco mais consciente, proposital e propositivo de nossos conhecimentos para os mais devidos fins. Podemos ser letrados no tradicional uso grafo-cêntrico da língua, assim como podemos ser letrados em como participar de uma entrevista de emprego, usar tecnologias diversas, escrever uma redação ou dirigir um carro com segurança e responsabilidade, entre tantos outros.

Partindo desse pressuposto, um letramento preocupado em entender as forças macro-sociais mais determinantes, que moldam nossa vida, me parece conveniente e até essencial. Para tal fim, advogo pelo Letramento Neocolonial Crítico (veja seção 3.5), um letramento entre tantos outros, porém, que vai além de apenas considerar questões sociais (algo já explícito no conceito de letramento): um prática de letramento cujos fins são construir sentidos/entendimentos sobre as *macroestruturas da sociedade neocolonial* da qual fazemos parte, para, inicialmente, compreendê-la, mas indo além, visando transformá-la (FREIRE, [1997] 2020).

Monte Mór, em seu texto, reforça que, apesar de poderem ser consideradas gerações distintas dos estudos de letramentos no Brasil, as três fases acima mencionadas coexistem, de forma que pesquisadores e professores/educandos distintos acabam se concentrando em uma das três concepções brevemente exploradas aqui.

Busquei nesta seção apenas tecer umas breves considerações sobre a trajetória dos estudos dos letramentos no Brasil, sem a preocupação de uma análise exaustiva do assunto, com o intuito de situar em que meio se desenvolve minha pesquisa e de onde surgiram inquietações que provocaram o desenvolvimento das análises que apresenta nesta dissertação, numa maneira epistemofágica (JORDÃO, 2011). A seguir, tratarei sucintamente do aspecto crítico tanto nos estudos do letramento quanto na linguística aplicada, outro alicerce para o conceito de LNC.

3.4 LINGUÍSTICA APLICADA CRÍTICA E LETRAMENTO CRÍTICO

Se a linguística é uma ciência que pode ser considerada jovem se comparada às outras, a linguística preocupada com questões de criticidade é ainda mais recente. Segundo Kanavillil Rajagopalan (2003, p.123), “o clamor para que as reflexões teóricas em torno do fenômeno da linguagem sejam conduzidas com base em um postura crítica tem, no máximo umas duas ou três décadas de história.”. Mesmo que o trecho citado tenha sido escrito no começo deste século, pode-se dizer que a criticidade em LA ainda é recente, afetando duas ou três gerações.

Quando preocupações críticas são incorporadas às nossas reflexões, segundo Rajagopalan, pode-se dizer que “o linguista vai recuperando seu verdadeiro papel enquanto cientista social, com um importante serviço a prestar à comunidade e, com isso, contribuir para a melhoria das condições de vida dos setores menos privilegiados da sociedade à qual pertence.” (RAJAGOPALAN, loc. cit.). Para tanto, continua o autor, faz-se necessário superar ideias preconcebidas sobre qual é o papel do linguista, assim como o papel do linguista aplicado. É fundamental superar a ideia de que “o linguista deve apenas buscar uma maior compreensão a respeito daquilo que escolheu estudar, a saber, a linguagem.” (Ibidem, p.124). Ele afirma: "A consciência crítica começa quando se dá conta do fato de que é intervindo na linguagem que se faz valer suas reivindicações e suas aspirações políticas. Em outras palavras, toma-se consciência de que trabalhar com linguagem é necessariamente agir politicamente” (Ibidem, p. 125).

A linguística aplicada, área inter/trans/in-disciplinar (MOITA LOPES, 2006), é um campo que transgride as fronteiras do pensamento e da política tradicionais. Pennycook afirma que “nunca se deve permitir que a LA crítica descansa com base na satisfação de sua própria autoconcepção, nas identidades que ela afirma como constituindo sua comunidade. Portanto, uma LA transgressiva está sempre engajada em práticas problematizadoras.” (PENNYCOOK, 2006, p. 83).

Num contexto de LA, encontramos o *letramento crítico*. Para apreender esse termo tão essencial ao presente trabalho, resgato Hilary Janks. Descrevendo o "como fazer" letramento crítico, a autora elenca alguns pressupostos-chave (JANKS, 2016, p. 22-25):

- a. A língua está em todos os lugares;
- b. Textos são parciais;
- c. Textos não são neutros;
- d. Escolhas são feitas pelos produtores dos textos;
- e. Modos múltiplos são usados para a produção de significados;
- f. As escolhas dos produtores do texto nem sempre são conscientes.

Estando inteirados desses pressupostos acima mencionados, quando entramos em contato com um texto, expresso em qualquer modo, devemos, segundo a autora, fazer perguntas como: quem se beneficia com a posição ofertada? Quem inclui? Quem exclui? Há outras possibilidades de interpretação? Quais as possíveis consequências sociais dessa visão de mundo? Quais interesses estão sendo atendidos?

Se perguntas como as exemplificadas acima forem feitas, isso “[...] pode ajudar você em sua capacidade de agência, no poder de se colocar em ação.” (Ibidem, p. 22). Além disso, importa detalhar que, para a autora, os textos são parciais por dois motivos: primeiramente, porque são incompletos, pois expõem apenas uma parte da discussão; em segundo lugar, por refletirem o ponto de vista do autor. Em outras palavras: “[...] textos são versões parciais do mundo [...]” (Ibidem, p. 23).

Ainda, para ela, essencial destacar as conexões entre linguagem e poder: “para aqueles que detém o poder, é mais fácil mantê-lo se puderem persuadir todos na sociedade que não há nada de antinatural a respeito dessas disposições, que as coisas são assim porque foram feitas para ser assim”¹⁸ (Ibidem, p. 29). Janks continua: “convencer as pessoas a consentir com regras estabelecidas pela sociedade é, muitas vezes, o trabalho das famílias, das religiões, das escolas e dos meios de comunicação” (IDEM). Alicerçados nos dois trechos recém citados, para o LNC, entender os conceitos de racismo cultural (seção 5.3), uma ideia de superioridade de alguns povos e culturas em relação a outros, e de aparelhos ideológicos (seção 5.2.2), os construtores do *status quo*, é essencial. Portanto, ambos serão detalhados mais à frente neste trabalho.

Para Janks, “a transformação social que se esforça para alcançar a equidade e a igualdade está no centro da perspectiva do letramento crítico” (Ibidem, p. 31), de forma que superemos construções como, “o Ocidente é mais avançado e civilizado que o Oriente” (parte central do pensamento positivista/modernista), ou “o Norte Global é mais desenvolvido e superior culturalmente ao Sul Global” (parte central do *racismo cultural* vigente, como abordarei a seguir). Continua a autora: “as pessoas que cresceram em meio a discursos que as construíram como inferiores têm de ‘descolonizar’ as suas mentes. Como Freire assinalou [em *Pedagogia do Oprimido*], os sujeitos têm de nomear a si mesmos e redescobrir seu lugar no mundo” (Ibidem, p. 32). Portanto, apreender e questionar *criticamente* o conceito de complexo de vira-latas (outro conceito-chave para LNC, veja seção 5.3.3), tão preponderante na mente dos brasileiros, é essencial para qualquer projeto crítico, decolonial ou descolonizante, a meu ver. Para Monte Mór (2015b, p. 47):

É inegável que a crítica representa um dos pontos centrais nas propostas educacionais que se constroem segundo as bases das teorias de letramentos e letramentos críticos. A crítica constitui-se um elemento imprescindível para um projeto que se prevê investigar o fenômeno

¹⁸ Percebo uma relação entre essa declaração da autora e o que aprendi enquanto um cristão, como destaquei na seção 1.1, pois, o *status quo* é muitas vezes associado à vontade de Deus em certos contextos religiosos, como aquele onde eu cresci.

da globalização e a presença da tecnologia na sociedade, assim como revisar, ampliar e ajustar currículos, epistemologias, habilidades, capacidades, conceitos de linguagem, de cidadania, a relação escola-sociedade, as relações entre professor-aluno (e as identidades destes), a linguagem em suas modalidades e práticas.

Relevante perceber a preocupação da autora sobre investigar o *fenômeno da globalização*, tema ao qual me deterei quando discutir neocolonialismo, mais adiante. Complementarmente, para Jordão (2015, p. 84), “no letramento crítico, as escolas deveriam se constituir em espaços para questionamento das práticas de construções de sentidos e representação de sujeitos e saberes, para problematização dos sistemas sociais de hierarquização desses sujeitos e saberes.”. Assim, acredito, entender forças macro-sociais determinantes no mundo contemporâneo se mostra primordial para as práticas em educação linguística em/de inglês na área de linguística aplicada indisciplinar e transgressiva. No meu entendimento, apenas dessa forma poderemos entender como a desigualdade é construída para, em seguida, podermos pensar em futuros alternativos, centrados em maior justiça social, menos desigualdade, menos violência.

Aceitando o convite da criticidade e da transgressão, na próxima seção faço um resumo sobre as características do que proponho como LNC.

3.5 LETRAMENTO NEOCOLONIAL CRÍTICO

Letramentos se justificam quando possuem um claro uso social, sendo assim, o uso do termo no plural se faz necessário. A meu ver, ainda há pouca preocupação na literatura sobre letramentos que busquem entender *mais detidamente* macro-estruturas da sociedade neocolonial contemporânea (e.g.: neocolonialismo, neoliberalismo, globalização etc.) para desafiá-las criticamente, almejando transformações. A partir disso, proponho o LNC para qualificar o que os estudos de letramentos despertaram em mim, um letramento que advoga por uma *educação libertadora* e que tem em vista amearhar construtos num panorama geral (ou, *big picture* em inglês), auxiliando em um diagnóstico macro-estrutural e conjuntural que possa acarretar mudanças, transformações e até revoluções sociais. Se o letramento crítico auxilia na criação de uma atitude questionadora, problematizadora etc., o LNC foca-se em criar sentidos/entendimentos sobre questões macro-estruturais e contemporâneas, sempre em diálogo com os estudos decoloniais, numa abordagem epistemofágica (JORDÃO, 2011).

Para explorar esse letramento que pensa a sociedade de forma ampla e crítica, voltemos a Freire (2005, p. 242) e ao conceito de conscientização, revisitado por ele mesmo e essencial para o LNC:

A conscientização não era outra coisa senão o esforço da compreensão do mundo histórico-social sobre que se está intervindo ou se pretende intervir politicamente. O mesmo ocorre com a compreensão de um texto de cuja invenção os leitores não podem escapar, embora respeitando o trabalho realizado, neste sentido, por seu autor. Não há realmente, prática educativa que não seja um ato de conhecimento e não de transferência de conhecimento. Um ato de que o educando seja um dos sujeitos críticos.

Para Freire, *ler é também inventar* um texto, afinal, lemos o mundo antes de lermos a palavra. Da mesma forma, ler o mundo precede transformá-lo. Para pensarmos um mundo diferente, "salienta-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo *temas e tarefas da sua época*." (Idem, [1997] 2020b, p. 61 - grifos meus). Dessa forma, percebo nas palavras de Freire um sujeito com postura de decisão, de ação e de ruptura, ou seja, um sujeito que luta contra uma postura retificadora e/ou de submissão a molduras sociais que apenas mantenham o *status-quo*. Além disso, um sujeito em constante vir-a-ser, ou seja, em contínua construção de sentidos e significados sobre seus arredores.

Menezes de Souza (2011, p. 132), num esforço de redefinir letramento crítico (LC), o entende como "um ato que não se limita a revelar ou desvelar as condições de produção do texto lido [, o LC] necessita por sua vez de outra acepção do conceito de 'crítica', uma acepção que traga consigo uma dimensão histórica para complementar a dimensão social", pois revelar/desvelar é o primeiro passo; dimensões sociais e históricas são inerentes ao processo e a crítica questiona o apreendido, visando imaginar possibilidades *outras*.

Se o LC me ajudou demasiadamente no desenvolvimento de uma postura crítica, problematizadora e questionadora, o LNC, a meu ver, pode contribuir para usar essa postura para problematizar, de forma mais específica, questões macrossociais (algumas das quais, de forma seminal como abordo mais detalhadamente na seção 5). Além disso, fazem parte do conceito de LNC preocupações que se iniciaram nos estudos decoloniais, porém, que se desenrolaram em investigações *neocoloniais*. Em outras palavras, abordar o processo de *construções de sentidos* num foco mais direcionado, de forma a marcar *minhas preocupações macro-sociais ou macro-estruturais neocoloniais*. Afinal, escolhi a autoetnografia para abordar *minha* construção de sentidos e

significados sobre o momento histórico em que me encontro como sujeito crítico e seu impacto em minha práxis educacional.

Nesse sentido, o LNC questiona detidamente o papel dos EUA no mundo, e assim o faz pelo fato de seu papel de proeminência no capitalismo desde a Segunda Guerra Mundial quando se tornou no país-guia do processo neocolonial (veja seção 5), o *Hegemon* contemporâneo (ESCOBAR, 2021). O LNC desafia seu discurso propagandístico de *líder do mundo livre*, o descrevendo, em contraposição, como um império terrorista e neocolonial (CHOMSKY, 2017), cujo *modus operandi* é similar ao da máfia¹⁹. Para tal fim, o LNC defende que o neoliberalismo pode ser entendido com uma luta de classes que está sendo vencida pela classe dominante (o 1%, ou até o 0.001% (PRICE; EDWARDS, 2018)), dessa forma, indo contra “o discurso neoliberal de hoje de acordo com o qual as classes sociais sumiram, já não existem” (FREIRE, 2014, p. 170).

O LNC desafia o pressuposto de que a sociedade em que vivemos é a única opção possível, contestando o mantra neoliberal TINA - “there’s no alternative” - (THATCHER, 1993), não aceitando a *globalização* como algo dado e propondo que ela pode ser entendida como uma *propaganda neocolonial*, cujo discurso é multicultural enquanto, na realidade, acarreta um aumento significativo da concentração de renda e riqueza na mão de um pequeno grupo de pessoas (PRICE; EDWARDS, 2018), pois:

umas das tarefas da educação popular progressista, ontem como hoje, é procurar, por meio da compreensão crítica de como se dão os conflitos sociais, ajudar o processo no qual a fraqueza dos oprimidos vai se tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza. Essa é a esperança que nos move. (FREIRE, 2014, p. 174).

Eu, como professor de inglês, entendo que essa língua tem sido usada como braço do imperialismo neoliberal/neocolonial (KRESS, 2010), assim como todos os impérios anteriores o fizeram através de suas línguas. Na minha opinião, há uma clara associação, ao longo da história, entre a expansão de um império e a expansão de sua língua - como defende Menezes de Souza (2021). Assim aconteceu com o império grego, com o império romano, com o império francês, com o império português, com o império espanhol, com o império britânico, entre tantos outros, e, a meu ver, tem acontecido nitidamente com o império estadunidense.

Quando comecei a estudar o neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2017) e me familiarizei com projeto neoliberal/neocolonial estadunidense (LOSURDO, 2020), cheguei próximo de mudar de profissão: questioneei meu papel como alguém que, por meu trabalho, ajudava na disseminação

¹⁹Cf. Chomsky (2021): https://youtu.be/_4yBZLpqn0

do ideal neoliberal preponderante na prática social em inglês, como defende Kress. Superei essa vontade, pois através de uma prática educativa que incluísse questões de criticidade sobre a sociedade em que eu vivo, ressignifiquei minha profissão. Afinal, não há mal em aprender inglês em si, contanto que se tenha em mente como a língua pode ser usada para disseminar a ideologia neoliberal/neocolonial e para inculcar uma visão sobre o império estadunidense bem distante da realidade com auxílio da sua indústria cultural e da sua mídia de massas (bell hooks, 2017; SOUZA, 2020;2021) - veja também a seção 5.3.1.

O LNC defende um viés radical: radical no sentido de que pretende investigar as raízes das desigualdades sociais: “o conhecimento e educação vem estar ligados à construção de sentidos (*meaning making*), à crítica e à ruptura [...]. Os educadores críticos entendem essa relação como conscientização crítica, empoderamento e emancipação.” (FERRAZ, 2015, p. 39). Hoje, vivemos, na minha leitura, num mundo dominado pelo imperialismo estadunidense, destacadamente aqui, nas veias abertas da América Latina (GALEANO, 2010). O neocolonialismo imperialista estadunidense, a meu ver, não vai medir esforços para que continuemos lutando *apenas* contra nossa herança colonial europeia (uma luta justa, porém insuficiente) de forma a minimizar o domínio e a exploração contemporâneos. Para essa batalha discursiva/narrativa, o LNC acredita no papel da educação tal como afirma Freire (1996, p. 110 - grifo no original) quando destaca que:

*Se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também reprodutora da ideologia dominante. O que quero dizer é que a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queira, nem tampouco é a perpetuação do *status quo*, porque o dominante o decreta. O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isso reforça nele ou nela a importância da sua tarefa político-pedagógica.*

Dessa forma, minha práxis pedagógica, com auxílio do LNC, busca incluir discussões que questionem ideias dominantes e, conjuntamente, criem sentidos/significados/entendimentos sobre como a *sociedade neocolonial* toma corpo (veja seção 5), em outras palavras, se preocupa com questões *macro-estruturais da sociedade neocolonial contemporânea*. De forma a facilitar o entendimento do que tenho desenvolvido até aqui, as tabelas abaixo resumem pontos centrais de conceitos já abordados.

Tabela 1: Letramento Crítico

| Letramento Crítico Tradicional | Letramento Crítico Redefinido |
|--|---|
| <p>Enfoque no contexto e nas condições de produção da <i>escritura</i> do texto e do autor;</p> <p>Leitura como <i>consenso</i>: convergência entre leitores;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Por que o outro escreveu assim? - Por que o outro diz X e quer dizer Y? | <p>Enfoque no contexto e na <i>produção de significação</i> (leitura/escritura; autor/leitor);</p> <p>Leitura como <i>dissenso</i>, conflitante: divergência entre produtores de significação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Por que eu entendi/ele entendeu assim? - Por que eu acho/ele acha isso natural/óbvio/inaceitável? Por que eu acho que ele quer dizer X? |

Adaptado de Menezes de Souza (2011)

Tabela 2: Letramento Neocolonial Crítico

| Letramento Neocolonial Crítico |
|--|
| <p>Enfoque nas macro-estruturais neocoloniais que buscam subjugar, domesticar, colocar de acordo, ajustar o indivíduo à sociedade contemporânea neocolonial “dada” ou ao <i>status quo</i>; ênfase em questões de economia política.</p> <p>Leitura de mundo como:</p> <p>1. <i>problematização</i> e 2. <i>transformação</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Por que a sociedade contemporânea se mostra tão desigual, injusta e violenta? - Quais práticas sociais são baseadas em exploração e dominação? - Quais narrativas/discursos hegemônicas/os podem ser questionadas/os? - Quais <i>marcas neocoloniais</i> podemos identificar, interrogar e interromper? - Quais as possibilidades <i>outras</i> que podemos vislumbrar como inéditos-viáveis para nossas formações sociais? |

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Vale ressaltar que minha proposição de um letramento *outro* é apenas o começo de um projeto que busco desenvolver a partir desta dissertação. As discussões/reflexões/análises que apresento aqui não tem pretensão de limitar o espectro de pesquisa do que tenho denominado LNC. Apenas se pretendem como o início de um projeto de construção de sentidos que questionem,

problematizem os discursos e narrativas que se propõem como hegemônicas e/ou oficiais sobre as macro-estruturas da sociedade neocolonial contemporânea. Além disso, os temas/assuntos abordados aqui foram escolhidos tendo como base as minhas inquietações sobre o que minha história de vida até aqui (tanto na vida pessoal quanto na vida acadêmica) mais me despertaram interesse e/ou tiveram profundas mudanças de perspectivas, como abordei no começo deste texto (veja seção 1.1), estando sujeitos a mudanças de foco ao longo do tempo.

Dito isso, para entender o neocolonialismo, entendimentos sobre o colonialismo e o pensamento decolonial se mostram basilares. Ademais, questões linguísticas, como abordarei na seção 5.4.1, estão intimamente ligadas às questões coloniais e neocoloniais. Sendo assim, na seção seguinte, analiso brevemente o pensamento decolonial e como ele tem impactado minhas reflexões e preocupações, afetando minha práxis pessoal e profissional e também minha proposição do LNC.

4 DECOLONIALIDADE

“Falo de milhões de pessoas a quem artificialmente inculcaram o medo, o complexo de inferioridade, o estremecimento, a genuflexão, o desespero, a sobrevivência.” Aimé Césaire, **Discurso sobre o colonialismo**²⁰

Em seu admirável livro *Histórias Locais / Projeto Globais - Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar*, Mignolo (2003) demonstra como a modernidade não teria existido sem a colonialidade, duas faces de uma mesma moeda. Mignolo (Ibidem, p. 47) explica:

Entendo aqui como “colonialidade” tão-somente o lado reverso da “modernidade” - seu lado sombrio, como a parte da lua que não enxergamos quando a observamos da terra. A colonialidade traz para o primeiro plano a coexistência e interseção tanto dos colonialismos modernos quanto das modernidades coloniais (e, obviamente, a multiplicação das histórias locais que substituem a história mundial ou universal), na perspectiva dos povos e histórias locais que têm de confrontar o colonialismo moderno. O conceito necessário, que ultrapassa os anteriores, de colonialidade/modernidade implica a necessidade, na verdade a forte necessidade, de construir macronarrativas na perspectiva da colonialidade.

Aprecio no pensamento do autor a contraposição entre colonialismo e colonialidade. Nesta diferenciação, o autor opõe a narrativa hegemônica da modernidade eurocêntrica com uma "narrativa outra", que busca alterar o ponto de alicerce do pensamento, em uma lógica outra, demonstrando como essencial a construção de narrativas a partir de experiências históricas localizadas. Inspirado no pensamento do autor, busco construir aqui, em forma análoga, uma narrativa que possa atender à conjuntura brasileira, e assim, elaborar como tenho entendido o sistema *neocolonial contemporâneo*.

Se Mignolo percebe que a colonialidade é a outra face da modernidade, estou convencido de que podemos encontrar no neocolonialismo um conceito válido para entender a conjuntura atual. Na minha concepção, o neocolonialismo atual pode ser descrito através de quatro pontos estruturantes: imperialismo estadunidense, neoliberalismo, globalização e racismo cultural (seção 5 abordará cada um desses termos). Esses quatro aspectos não são isolados ou separáveis uns dos outros, são formas de construir entendimentos a partir de ênfases distintas, como os quatro lados de um quadrado, ou as diferentes partes de um rizoma, unindo-se para edificar o poder hegemônico que se estruturou no último século e que, a meu ver, mostra-se distinto do momento histórico elaborado por Mignolo através de modernidade/colonialidade.

²⁰ Epígrafe emprestada de Frantz Fanon (2020).

Antes de eu me enveredar nessa discussão, acredito ser importante explorar brevemente as bases do pensamento decolonial, ponto basilar das minhas reflexões, para que, em seguida, possa explorar aspectos que julgo essenciais para compreendermos as forças macro-estruturais da atualidade.

4.1 PENSAMENTO DECOLONIAL

Os estudos decoloniais (SOUZA; DUBOC, 2021; GROSFUGUEL, 2018; MIGNOLO, 2003; MIGNOLO; WALSH, 2018; QUIJANO, 2000; SOUSA SANTOS, 2019) têm se tornado uma grande força nas discussões sobre LA no Brasil. Congressos, livros, *lives* etc. têm proliferado na academia nacional, com o DELA²¹ - Decolonialidade e Linguística Aplicada - em 2021. Numa tentativa de entender as forças coloniais que determinaram a história mundial desde a modernidade e suas consequências até a contemporaneidade, muitos pesquisadores daqui e de toda América Latina (e até do Norte Global) têm se enveredado nessa área (como, por exemplo, os citados acima).

Colonialidade não é um termo que se refere ao processo histórico de colonização, mas sim às relações desiguais que seriam consequências dele. Os Estudos Decoloniais, então, se preocupam em entender a hierarquia entre Sul Global e Norte Global, sendo esses não lugares geográficos, mas uma metáfora que busca explicar as opressões que foram promovidas pelo projeto Modernidade/Colonialidade (MIGNOLO, 2003) por meio de um olhar contra-hegemônico (SOUSA SANTOS, 2019).

A *decolonialidade* procura, entre outras preocupações, entender como a categoria de raça foi criada na modernidade para estabelecer a colonialidade do poder: "and such an idea was not meant to explain just the external or physiognomic differences between dominants and dominated, but also the mental and cultural differences."²² (QUIJANO, 2019, p. 126). Assim, construir entendimentos sobre como se formam/se estabelecem estruturas de dominação se mostra essencial para, em seguida, podermos superá-las.

O capitalismo, em constante adaptação, renova sua exploração em outras formas, chegando ao *racismo cultural* predominante hoje (SOUZA, 2015; 2021, veja a seção 5.3.2) - no qual questões raça são apagadas e o foco localiza-se em questões culturais. Se o racismo de pele ainda é estrutural

²¹ <https://dela.de.curitiba.br>

²² "e tal ideia não pretendia explicar apenas as diferenças externas ou fisionômicas entre dominantes e dominados, mas também as diferenças mentais e culturais." - tradução minha.

e determinante (ALMEIDA, 2019), ele já não pode ser defendido abertamente²³, ao contrário do segundo aspecto levantado por Quijano, cultura ou etnicidade em termos atuais, que é utilizado para justificar a dominação contemporânea, explicando o lugar geopolítico e econômico de cada país, como discutirei a seguir.

De acordo com Mignolo (2011, p. 273), “decoloniality has its historical grounding in the Bandung Conference of 1955 in which 29 countries from Asia and Africa gathered”, um movimento que se mostra "not as a new universal that presents itself as the right one that supersedes all the previous and existing ones, but as an option”, onde, "border thinking is the epistemic singularity of any decolonial project.”²⁴.

Num processo dialógico, a decolonialidade não almeja apenas adaptar teorias à realidade local, mas sim desenvolver aprofundamentos baseados em conhecimentos prévios e, também criar novas teorias e novos entendimentos nossos, estando interessada:

in relationality. That is, in the ways that different local histories and embodied conceptions and practices of decoloniality, including our own, can enter into conversations and build understandings that both cross geopolitical locations and colonial differences, and contest the totalizing claims and political epistemic violence of modernity (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 1).

na relacionalidade. Ou seja, nas maneiras como diferentes histórias locais e concepções e práticas incorporadas de decolonialidade, incluindo a nossa, podem entrar em diálogo e construir entendimentos que atravessam localizações geopolíticas e diferenças coloniais e contestam as reivindicações totalizantes²⁵ e a violência epistêmica política da modernidade. MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 1).

²³ É verdade que pode-se argumentar que um processo inverso, não de tentativa de superação do racismo de pele, pelo contrário, um de reacendimento desse tipo de preconceitos, notavelmente através de governos proto-facistas como de Jair Bolsonaro no Brasil e Donald Trump nos Estados Unidos. Porém, pela complexidade de tal evento histórico, essa discussão necessita de profundidade que não darei conta nesta pesquisa. Esse crescimento de preconceito em direção a minorias, segundo alguns autores, pode ser ligado ao neoliberalismo progressista incorporado por Clinton e Obama nos EUA, num programa que, muitas vezes apenas no discurso, se dizia preocupado com a emancipação de minorias oprimidas. Os projetos neoliberais progressistas estadunidenses apenas aprofundaram o projeto neoliberal e as desigualdades, como descritos, por exemplo, por Souza (2020) e Fraser (2019). Segundo Souza: “É como se a culpa da continuação e do aprofundamento do desemprego e da pobreza fosse das políticas cosméticas de emancipação das minorias. Mulheres, LGBTs, negros e latinos passam a ser os alvos visíveis da classe trabalhadora branca e decadente, possibilitando a escalada do sexismo, da misoginia, da homofobia e do racismo aberto e indiscriminado. (...) O engodo do neoliberalismo progressista é visto como o engodo de qualquer forma de 'progressismo'. Daí que o multiculturalismo, a proteção ao meio ambiente e a luta pelos direitos das minorias passam a ser vistos como a causa real de todos os problemas” (SOUZA, 2020, p. 168-169). As discussões propostas por Souza e Fraser auxiliam nessas discussões e ajudam a explicar a eleição de Donald Trump, a qual parece de difícil digestão para muitos.

²⁴ “a decolonialidade tem seu fundamento histórico na Conferência de Bandung de 1955, na qual 29 países da Ásia e da África se reuniram”, um movimento que se mostra "não como um novo universal que se apresenta como o certo que suplanta todos os anteriores e existentes, mas como uma opção”, onde, “o pensamento fronteiriço é a singularidade epistêmica de qualquer projeto decolonial”- tradução minha.

²⁵ Aqui, entendo “totalizantes” como “universais”; em muitos momentos deste texto uso o termo “totalizante” e similares de outra forma, em uma tentativa de construir entendimentos num "panorama maior", sem limitações disciplinares e/ou desconectadas do “todo”, ou seja, nas interligações entre áreas que podem ser vistas como separadas.

Isso deve-se ao entendimento de que as “verdades” são sempre incompletas e em constante amadurecimento e transformação, visando superar “the Eurocentric legacies incarnated in *U.S.-centrism* and perpetuated in the Western geopolitics of knowledge.”²⁶ (Ibidem, p. 2 - ênfase minha) - algo que deve, a meu ver, ser incluído em uma educação linguística, especialmente em inglês, questionando seu papel de única língua hegemônica na atualidade (veja seção 5.4.1).

Por outro lado, sem desconsiderar o pensamento ocidental, afinal, “western thought and Western civilization are in most/all of us, but this does not mean a blind acceptance, nor does it mean a surrendering to North Atlantic fictions”²⁷ (Ibidem, p. 3), ou seja, um constante questionar sobre o que nos é útil e/ou aplicável à nossa realidade e o que precisamos superar. Ainda, segundo os autores:

By the 1990s, decolonization’s failure in most nations had become clear; with the state in the hands of minority elites, the patterns of colonial power continued both internally (i.e., internal colonialism) and with relation to global structures. At that moment coloniality was unveiled; decoloniality was born in the unveiling of coloniality. (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 3).

Na década de 1990, o fracasso da descolonização na maioria das nações ficou claro; com o Estado nas mãos de elites minoritárias, os padrões de poder colonial continuaram tanto internamente (isto é, colonialismo interno) quanto em relação às estruturas globais. Nesse momento se desvelou a colonialidade; a decolonialidade nasceu no desvelamento da colonialidade. (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 3 - tradução minha).

A decolonialidade, então, se preocupa em discutir e confrontar problemas e desafios comuns a todas as antigas colônias européias²⁸, que sofreram, e sofrem, dominação baseada em racismo, sexismo, naturalização da vida - criação da natureza - e classe (Ibidem).

A decolonialidade, conseqüentemente, objetiva iniciar um processo contínuo que pode vislumbrar, segunda Menezes de Souza (2021), interromper os efeitos da colonialidade: uma tarefa que não é individual, mas sim comunal, para uma dia reconstruirmos *Abya Yala*, nome do nosso continente antes da invasão europeia (Ibidem, op. cit.), porém que hoje é dominado pelo império estadunidense, remetendo à doutrina Monroe de 1823 (veja seção 5.1).

²⁶ “os legados euro-cêntricos encarnados no centrismo norte-americano e perpetuados na geopolítica ocidental do conhecimento”. - tradução minha.

²⁷ “o pensamento ocidental e a civilização ocidental estão na maioria/todos nós, mas isso não significa uma aceitação cega, nem uma rendição às ficções do Atlântico Norte” - tradução minha.

²⁸ Importante reforçar aqui minha concordância com as preocupações decoloniais até aqui citadas. Todavia, ao longo deste trabalho, busco argumentar que não estamos apenas vivendo conseqüências históricas do período colonial europeu. A meu ver, vivemos em um período neocolonial no qual as formas de dominação e exploração diferem do modelo moderno em formas estruturais. Então, além da relevância colonial, precisamos entender as novas forças contemporâneas de imperialismo.

Lembrando a importância que Paulo Freire dava para nomear as coisas, *Abya Yala* se mostra ainda mais relevante:

While 1492 marked the beginning in Abya Yala of the model of world power that we now refer to as modernity/coloniality, the decade of the 1990s—of 500 years—began in this same continent a new political moment of decolonial resistance, proposition, shift, and movement. The newness of this moment was not in its originality in a lineal sense. Rather it was in its contemporary re-membrance of decolonial struggle and historical continuity in thought, analyses, reflection, and action from the ground up, that is, from the peoples who for centuries have lived the colonial difference, the difference imposed through a hierarchical classification based on the ideas of race, anthropocentrism, heteronormativity, and gender. (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 24-25).

Enquanto 1492 marcou o início em Abya Yala do modelo de poder mundial que agora chamamos de modernidade/colonialidade, a década de 1990 – de 500 anos – inicia neste mesmo continente um novo momento político de resistência, proposição, mudança e movimento decoloniais. A novidade deste momento não estava em sua originalidade em sentido linear. Pelo contrário, foi em sua lembrança contemporânea da luta decolonial e da continuidade histórica no pensamento, análise, reflexão e ação desde a base, ou seja, dos povos que durante séculos viveram a diferença colonial, a diferença imposta por meio de uma classificação hierárquica baseada nas ideias de raça, antropocentrismo, heteronormatividade e gênero. (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 24-25 - tradução minha).

O projeto decolonial desafia não apenas os preceitos científicos modernos de distanciamento, neutralidade e objetividade, mas, também, toda a estrutura do pensamento moderno em relação à teoria, ao conhecimento, à pesquisa e ao pensamento acadêmico, buscando desmontar as paredes disciplinares e uma extrema especialização que perca de vista o todo/a totalidade (*the big picture*). Para tanto, práticas, posturas e processos que transgridem, intervêm e são insurgentes fazem parte da construção decolonial, o que Walsh chama de *insurgência decolonial*, uma existência simultaneamente política, epistêmica e existencial que provém de baixo pra cima e das margens, formando um pensar/sentir/viver *outro*, a saber, anticapitalista e anti-imperialista. Em outras palavras, um processo de práxis freiriana que envolve um movimento dialógico que vai da ação à reflexão e da reflexão à ação até uma nova ação (FREIRE, 1985).

Nesse mesmo livro que tem guiado a discussão dessa seção, Walsh enfatiza que mesmo que queiramos derrubar o muro (da história e do sistema) colonial, basta apenas abriremos *grietas* nele para trincá-lo. Duboc (2012), com certa aproximação, fala em usarmos as *brechas* para desconstruirmos a colonialidade. Apesar de concordar que podemos e devemos usar as grietas, brechas e trincados, essas são ações/attitudes pontuais. Por outro lado, precisamos, concomitantemente, pensar em como podemos derrubar a parede toda (uma *parede* que representa mitos, preconceitos, exclusões, marginalizações etc.). Um não exclui o outro. Podemos pensar em ações pontuais pelas brechas; creio que devemos, ao mesmo tempo, pensar em como transformar,

de forma revolucionária, todo o sistema de opressão. Para isso, apenas através de movimentos maiores, sistemáticos e comunais poderemos usar as brechas, inicialmente, para um dia derrubarmos toda a estrutura de opressão, buscando superar a exploração capitalista que é guiada pelo Norte Global - especialmente pelos EUA nas décadas recentes:

Trabalhar nas brechas me parece o começo do processo, quando encontramos espaços para mudanças, transformações de práticas e um contínuo repensar sobre nossas ações. Mas quando conseguirmos num projeto *com* outros trincar várias partes do muro colonial, podemos começar a pensar num *inédito-viável*, ou seja, uma realidade distinta que pode ser construída, como diria Freire (2015), para irmos contra o discurso neoliberal de que não há alternativa para o sistema em que vivemos: buscando "expresiones pedagógicas de resistencia, insurgencia y rebeldía que provocan grietas y derrumbes en el orden moderno/colonial a la vez que encaminan esperanzas, horizontes y proyectos 'otros'."²⁹ (WALSH, 2013, p. 32).

Para tanto, podemos pensar nossas práticas pedagógicas a partir da decolonialidade:

Decolonial pedagogies, in this sense, 'imply the possibility of re-knowing the multiple knowledges, thoughts, experiences, existences, cosmovisions, dissidences, and emotions that cross the subjects and populations that produce knowledges from positionalities that locate them as subalternized, exploited, oppressed, etc (CARIÑO et al., 2017, p. 527)' (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 95).

As pedagogias decoloniais, nesse sentido, "implicam a possibilidade de re-conhecer os múltiplos saberes, pensamentos, experiências, existências, cosmovisões, dissidências e emoções que atravessam os sujeitos e populações que produzem saberes a partir de positionalidades que os situam como subalternizados, explorados, oprimidos, etc" (CARIÑO et al., 2017, p. 527) (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 95 - tradução minha)

Nessa linha de pensamento, Walsh nos interpela: "how does decoloniality challenge, interrogate, and/or interpolate you?"³⁰ (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 102). Essa pergunta eu tento responder, através do meu entendimento, ao longo desta dissertação quando proponho o LNC como uma alternativa que tem como objetivo entender para transformar as macro-estruturas de poder neocolonial.

Contribuindo com a discussão sobre como lutar contra as diferenças estruturais, Cusicanqui (2018, p. 114) diz que:

instead of a 'geopolitics of knowledge', I propose the task of undertaking a 'political economy' of knowledge. Not only because the 'geopolitics of knowledge' in the decolonial

²⁹ "expressões pedagógicas de resistência, insurgência e rebelião que causam rachaduras e deslizamentos de terra na ordem moderna/colonial enquanto dirige esperanças, horizontes e 'outros' projetos". (tradução minha).

³⁰ "como a decolonialidade desafia, interroga e/ou interpola você?" - tradução minha.

sense is a notion that is not put into practice (it rather raises a contradiction through gestures that recolonize the imaginaries and minds of intellectuals of the South), [...] in order to analyze the economic strategies and material mechanisms that operate behind discourses.

em vez de uma "geopolítica do conhecimento", proponho a tarefa de empreender uma "economia política" do conhecimento. Não só porque a "geopolítica do conhecimento" no sentido decolonial é uma noção que não é posta em prática (mas suscita uma contradição através de gestos que recolonizam os imaginários e as mentes dos intelectuais do Sul), [...] de forma a analisar as estratégias econômicas e os mecanismos materiais que operam por trás dos discursos. (tradução minha).

Provocado pelo trecho acima, às vezes me pergunto se intencionalmente ou não (mesmo que para mim, qual das duas opções não é o mais determinante, pois, o que me mais interessa são as consequências e não as intenções), se opiniões como: "Marxism in the colonies and in the non-European world in general is limited for it remains within the colonial matrix of power that creates exteriorities in space and time (barbarians, primitives and underdeveloped)"³¹ (MIGNOLO, 2011, p. 281), não são uma forma de simplificar erroneamente o que o pensamento marxiano, simplesmente fazendo com que muitos apenas desconsiderem sua relevância, meramente o julgando como eurocêntrico, e assim, impróprio, irrelevante, ou localizado; em outras palavras, não creio que Marx possua um pensamento positivista: "justamente porque, caracterizado pela ambição de fornecer uma leitura unificada da totalidade social e histórica, o marxismo algumas vezes é lido (e distorcido) como uma chave de leitura que simplifica e nivela a complexidade dos processos históricos." (LOSURDO, 2020, p. 62). O pensamento marxiano rogava por uma união dos povos do mundo não por um projeto universalizante, hegemônico, ou hegemônizante, mas sim, defendendo que apenas unidos podemos ter condições de derrotar a exploração capitalista, pois, o que Marx tem de mais importante a nos ensinar se concentra no entender como o capitalismo funciona e não em descrever em detalhes como funcionaria o socialismo/comunismo, como muitos defendem. Para tal falácia ficar em pé, apenas com o desconhecimento sobre o materialismo histórico e dialético proposto por Marx and Engels (assista o vídeo da Sabrina Fernandes sobre o tema, que pode ser acessado pelo *QR code* ao lado), que não é nada universalizante, é um método sem receitas, que sugere construção de entendimentos históricos e localizados ao materialismo local. Para Marx, precisamos entender o concreto, ou seja, as várias determinações da realidade em conjunto, as quais estão sempre em movimento: o LNC, da mesma forma, se esforça para entender



" M " de
Materialismo
Histórico -
S a b r i n a
Fernandes

³¹ "O marxismo nas colônias e no mundo não europeu em geral é limitado, pois permanece dentro da matriz colonial de poder que cria exterioridades no espaço e no tempo (bárbaros, primitivos e subdesenvolvidos)" - tradução minha.

as macro-determinações da sociedade neocolonial e isso pretendo detalhar a partir da próxima seção.

4.2 NEOCOLONIALISMO ATUAL E O QUE DECOLONIALIDADE SIGNIFICA PARA MIM

O conceito de “neocolonialismo”, foco desta seção, não é novo nem sequer recente. Vladimir Ilyich Ulyanov, mais conhecido como Lênin (2012), já abordou o tema no início do século XX, assim como o fez Kwame Nkrumah (1965) em meados do mesmo século. Para os autores, o termo poderia ser aproximado do conceito de “imperialismo”, sendo que Nkrumah chamava de neocolonialismo o “[...] imperialism in its final and perhaps most dangerous stage [...]”³² (NKRUMAH, 1965, p. ix), enquanto Lenin definiu imperialismo como fase superior do capitalismo (LENIN, 2012). Ademais, o termo foi usado para contrapor o modo de colonização utilizado entre os séculos XVI e XVIII, baseado no capitalismo comercial, mercantil e de extração (associado ao processo de invasão e apropriação de Abya Yala), com um novo modelo colonial decorrente da Segunda Revolução Industrial ao longo do século XIX e início do XX, que visava garantir mão-de-obra barata, mercados consumidores e matérias-primas (associado ao processo de invasão e apropriação na África e Ásia).

Um dos argumentos que defendo neste trabalho é, como já mencionei, questionar o pressuposto de que o colonialismo se limita à modernidade e que hoje sofremos dos seus efeitos (colonialidade). Defendo que vivemos num mundo *neocolonial*, uma forma distinta de colonização. Um momento histórico que sofre os efeitos de colonizações europeias, porém que, conjuntamente, apresenta novas maneiras de domínio e colonização, ou seja, sofremos de práticas neocoloniais.

Nesse sentido, me aproprio do termo *neocolonialismo*, atualizando-o, para trazê-lo ao contexto da LA indisciplinar, transgressiva e crítica, contrapondo aos conceitos de colonialismo e modernidade/colonialidade como estabelecidos nos estudos decoloniais (MIGNOLO, 2003, entre outros). Assim faço porque estou convencido de que podemos dar um passo além dos entendimentos construídos sobre modernidade/colonialidade e como eles impactam nossa vida e a construção da nossa própria subjetividade: os processos de dominação e exploração atuais diferem em pontos fundamentais do descrito amplamente nos estudos decoloniais focados na modernidade, o que espero humildemente ser capaz de demonstrar.

³² “imperialismo em seu estágio final e talvez mais perigoso” - tradução minha.

Os dois momentos históricos descritos por Lênin e Nkrumah contaram com a existência de colônias. O momento subsequente, ao longo da primeira metade do século XX, porém, começou a contar com novas formas de governo, concomitantemente. Algumas vezes eles eram denominados protetorados, domínios ou regiões semi-autônomas, por exemplo, cujos governos variavam em relação ao grau de soberania e autonomia em relação à metrópole.

Ao longo do século de todo o século XX, os territórios dominados passaram por processos históricos diversos e específicos, porém, em comum, em direção ao que se entendeu como um movimento em direção à independência e em direção à soberania nacional, o que acarretou o surgimentos de dezenas e dezenas de novos países ao redor do mundo.

O termo neocolonialismo, como usado por Lenin e Nkrumah, já se mostrava relevante por ressaltar uma mudança no modo de dominação em curso, com características distintas e determinantes. Se o modelo de dominação política absoluta (colonialismo) estava em declínio (como notamos nos processos de independência no continente americano), novas formas de dominação e exploração estavam nascendo em resposta ao novo contexto: “The essence of neo-colonialism is that the State which is subject to it is, in theory, independent and has all the outward trappings of international sovereignty. In reality its economic system and thus its *political policy*³³ is directed from outside.”³⁴ (NKRUMAH, 1965, p. ix- ênfase minha).

Progressivamente, o modelo anterior foi sendo abandonado, adaptando-se para uma exploração que deixaria de ser absoluta, para transformar-se em uma dominação primordialmente econômica. Como isso aconteceu ao redor do mundo foi demasiadamente variado, complexo e localizado, fugindo do escopo deste trabalho, entretanto, detalhado, por exemplo, por Nkrumah (1965) em seu livro *Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism*.

A minha proposta aqui é explorar como o discurso contemporâneo de independência e soberania precisa ser questionado, buscando caracterizar como a dominação e a exploração são estruturadas atualmente. Para tanto, utilizo aqui o termo *neocolonialismo* para descrever as forças mais determinantes hoje (a saber, imperialismo estadunidense, neoliberalismo, racismo cultural e

³³ Isso é facilmente observável no que tange ao golpe de 2016 no Brasil. O eleitorado brasileiro votou por um governo de centro-esquerda mas acabou, mesmo antes do golpe e mais aceleradamente depois, com medidas neoliberais de austeridade, reformas que acarretaram perdas de direitos, políticas de desinvestimento etc. que simplesmente aprofundaram a crise econômica e social, além de aumentar a desigualdade, mesmo que o voto majoritário tenha escolhido uma plataforma totalmente oposta.

³⁴ “A essência do neocolonialismo é que o Estado que está sujeito a ele é, em teoria, independente e tem todas as armadilhas externas da soberania internacional. Na realidade, seu sistema econômico e, portanto, suas práticas políticas são dirigidas de fora” - tradução minha.

globalização), e como elas se diferenciam do modelo usado na modernidade/colonialidade, que tem privilégio em discussões vigentes nos estudos decoloniais. Assim faço, pois creio que apenas entendimentos sobre as novas formas de dominação, exploração e colonização podem oportunizar transformações e revoluções para atingirmos uma forma de pensar/sentir/viver decolonial, “[...] through a struggle against the external forces which have a vested interest in keeping [our country] underdeveloped.”³⁵ (NKRUMAH, 1965, p. xx).

Resgato e ressignifico o termo ao invés de criar um novo porque creio que o termo *neocolonialismo*³⁶ ainda não é dominante nas discussões em LA, além do fato de que Nkrumah (1965, p. x) já percebia determinações do novo modelo, que estava em ascensão em sua época, e que ainda são vigentes, exemplificativamente:

The result of neo-colonialism is that foreign capital is used for the exploitation rather than for the development of the less developed parts of the world. Investment under neo-colonialism increases rather than decreases the gap between the rich and the poor countries of the world. The struggle against neo-colonialism is not aimed at excluding the capital of the developed world from operating in less developed countries. It is aimed at preventing the financial power of the developed countries being used in such a way as to impoverish the less developed.

O resultado do neocolonialismo é que o capital estrangeiro é usado para a exploração e não para o desenvolvimento das partes menos desenvolvidas do mundo. O investimento sob o neocolonialismo aumenta, em vez de diminuir, o fosso entre os países ricos e pobres do mundo. A luta contra o neocolonialismo não visa excluir a capital do mundo desenvolvido de operar nos países menos desenvolvidos. Destina-se a evitar que o poder financeiro dos países desenvolvidos seja usado de forma a empobrecer os menos desenvolvidos.

Percebemos que o problema no modelo neocolonial centra-se na falta de autonomia nacional para tomada de decisões, sem interesses soberanos e preocupados com a população local, em conjunto com a extração de riquezas num processo de destruição do bem comum, porém, de uma forma bem distinta ao modelo colonial europeu, pois ocorre *sem necessidade de ocupação territorial*, em países que se dizem soberanos. Isso pode ser claramente perceptível, a meu ver, pelo processo de privatização - um dos aspectos do momento neoliberal que ainda não era vigente na época de Nkrumah - acelerado no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro e coordenado por Paulo Guedes, cujos beneficiários são estrangeiros (tendo a classe exploradora nacional como subserviente), acoplado à uma crise econômica que parece não ter fim, iniciada em torno de 2015 - em consequência da operação Lava-jato e suas práticas anti-nacionais (MIER; HUNT, 2019;

³⁵ “[...] através de uma luta contra as forças externas que têm interesse em manter [nosso país] subdesenvolvido.” - tradução minha.

³⁶ Ressaltando que não faço uso do “hífen” no meio do termo como fazia Nkrumah, apenas por preferências estilísticas.

SOUZA, 2020; 2018; 2016), usada como justificativa para o golpe e a subsequente destruição de direitos e, em seguida, de concentração de renda e riqueza no país.

Me pergunto: a quem interessa pensar que ainda vivemos num momento determinado pelo pensamento e modelo de dominação euro-cêntricos? É verdade que o neoliberalismo e o poderio estadunidense já se mostram presentes nas discussões decoloniais (MIGNOLO, 2003, por exemplo), porém, foco e ênfase fazem diferença. Como Freire ([1997] 2020b, p. 129 - ênfase minha) já percebeu:

... os intelectuais brasileiros ou a grande maioria daqueles que pensavam e escreviam sobre o Brasil tinha como ponto de referência tanto para o seu pensar com a própria avaliação do seu pensar a realidade do país como um objeto de pensar europeu *e depois norte-americano*. Pensar o Brasil, de modo geral, era pensar o Brasil de um ponto de vista não brasileiro [...], negava o Brasil e buscava refúgio e segurança na erudição sem o Brasil verdadeiro, e, quanto mais queria ser um homem de cultura, menos queria ser brasileiro.

O pensamento decolonial se afirma, majoritariamente, contra um mundo euro-cêntrico. Como se colonização fosse algo do passado e governos/países ao redor do mundo tivessem total soberania sobre suas escolhas. Apenas pensando no contexto da pandemia de Covid-19, sabemos que não compramos vacinas da Rússia³⁷, por exemplo, por ordens diretas de Donald Trump a Jair Bolsonaro, como foi demonstrado pela CPI das vacinas. Poderia citar vários outros exemplos.

Na leitura deste pesquisador, não estamos num mundo euro-cêntrico. Essa fase já acabou. Trabalho com a hipótese de que vivemos e pensamos, *majoritariamente*, como os estadunidenses (o líder do Norte Global), consumimos sua cultura, sua música, seus livros, sua academia, sua tecnologia e vivemos no mundo virtual (bem diferente do real) criado por eles (Instagram, Facebook e WhatsApp, por exemplo). Nossas riquezas são constantemente espoliadas majoritariamente pelos EUA, e se não entendermos como esse sistema neocolonial funciona, estaremos cada vez mais colonizados, primordialmente nas mentes, sem nem saber o que estamos sofrendo. Nessa toada, a partir da próxima seção, trato das macro-estruturas e dos fundamentos desse poder neocolonial contemporâneo.

³⁷ Com a dissolução da União Soviética, a Federação Russa perdeu influência ao redor do globo. Principalmente nas últimas duas décadas, a Rússia tem voltado a ganhar espaço importante no globo. Mais recentemente, na última década, a crescente influência da China também tem se solidificado. Além disso, Rússia e China têm construído uma aliança estratégica com a tentativa (pelo menos no discurso, apenas o tempo dirá como isso vai se materializar) de voltarmos a um mundo multipolar. Nesse contexto, China e Rússia se tornaram adversários estratégicos do império estadunidense. Uma descrição minuciosa desse processo poder ser encontrada, por exemplo, em Escobar (2021), o que nos ajuda a entender a constatação de guerra híbrida-mediática dos EUA contra as nações euro-asiáticas. Estando ciente de que, no futuro, há a possibilidade de que essas nações emergentes se tornem os poderes contra quem precisaremos lutar; precisamos ficar atentos às essas novas contradições.

5 AS QUATRO FACES DO NEOCOLONIALISMO CONTEMPORÂNEO

Quando iniciei minha pesquisa, meus interesses estavam primordialmente focados em construir sentidos sobre o neoliberalismo (veja seção 5.2). Todavia, ao longo dos recentes meses de leituras, estudos e reflexões, minhas percepções foram amadurecendo e notei que o verdadeiro cerne do meu trabalho se encontrava em buscar caracterizar o *neocolonialismo*.

Para narrar essa evolução, volto um pouco no tempo.

Me deparei com os estudos decoloniais (cf. seção anterior) quando entrei no programa de pós-graduação da UFPR, mais especificamente no mestrado em linguística aplicada. Provocado pelos estudos, consegui dar nomes a pensamentos e concepções que estavam perdidos na minha cabeça. Já há algum tempo, como narrei anteriormente, sabia que possuía inquietações dentro de mim que ainda não podia processar intelectualmente, mas que estavam lá dentro de mim.

A decolonialidade me auxiliou a encontrar um caminho para resolver questões que ainda estavam obscuras pra mim. Como narrei no começo deste texto, há alguns anos já havia percebido que as principais narrativas que ouvi ao longo da minha vida não davam conta da realidade que eu começava a perceber cada dia mais claramente.

Os estudos decoloniais foram chave para eu perceber que eu havia nascido num contexto que expressava claras marcas da época colonial européia, com consequências devastadoras pelo histórico de espoliação que marcaram o que hoje chamamos de modernidade. Buscar, então, questionar quais essas marcas eram a fim de tentar, progressivamente, superá-las passou a fazer parte do meu dia-a-dia: buscava identificar os sentidos que eu tinha construído ao longo da minha vida através de um olhar que podia ser chamado de eurocêntrico, ou seja, formado a partir de um ponto de vista imperialista.

Entretanto, depois de muitas reflexões, discussões e reconsiderações, notei que apenas uma crítica ao pensamento eurocêntrico não dava conta de muitas questões que tinham impacto direto na minha vida, na minha leitura de mundo. Me convenci de que sim, vivemos as consequências do momento colonial europeu. Porém, paralelamente, vivemos num momento neocolonial que faz uso de outras artimanhas para apropriação de riquezas: criar sentidos sobre essas novas marcas coloniais, marcas não apenas históricas mas com ferramentas reformuladas e intencionalmente escondidas que busco aqui caracterizar.

O neocolonialismo atual, *a meu ver*, se estabelece através de quatro faces ou alicerces. Esses quatro aspectos, que juntos estruturam a matriz de poder e de dominação na sociedade global contemporânea, e cujos entendimentos fui construindo ao longo de minhas leituras e reflexões, constituem verdadeira categorias de análise para a afirmação que proponho sobre o neocolonialismo presente na sociedade hodierna. São elas: imperialismo estadunidense (que abordarei na seção 5.1), neoliberalismo (seção 5.2), racismo cultural (seção 5.3) e globalização (seção 5.4). Convém destacar que não acredito que essas quatro faces aqui mencionadas são as únicas personificações da estrutura neocolonial, ao invés, são as quatro faces que minha pesquisa me ajudou a claramente identificar até a escrita desta dissertação (ou seja, pode haver outros aspectos que me fugiram durante a escrita deste trabalho). As faces aqui descritas me levaram a desmerecer minhas origens, que introjetaram o racismo cultural e o complexo de vira-latas (veja seção 5.3.3) dentro do meu ser, os quais tenho buscado desconstruir e interromper.

Nas páginas a seguir, buscarei abordar sobre como cada um deles contribui para a nova matriz de poder. Utilizando-me de lentes críticas, busco nessa descrição caracterizar a perspectiva que tenho denominado de Letramento Neocolonial Crítico (LNC), uma abordagem contra-hegemônica e em favor de (re)pensar as *macro-estruturas sociais* atuais baseadas em desigualdade e exploração e naturalizadas pelo *neocolonialismo*.

5.1 NEOCOLONIALISMO: A FACE IMPERIALISTA ESTADUNIDENSE³⁸

O Bicho (Manuel Bandeira)

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.

Quando em aula, em conversa com meu alunos, muitas vezes conversamos sobre planos e objetivos futuros. Muitas vezes, tratamos de interesses de viagem ou até de mudança para outros

países. Continuamente e repetidamente, o país mais citado para tais fins são os EUA. Eu mesmo compartilhava desse interesse quando mais jovem, tanto que morei lá por alguns anos.

Quando questionados sobre as razões dos seus anseios, respostas comuns são: “lá as coisas funcionam”, “lá se ganha muito dinheiro”, “lá existe menos corrupção”, ou ainda, “a cultura lá é mais desenvolvida”. Essas são exemplos de ideias que ouço hoje de meus alunos e nas quais eu também acreditava num passado não tão distante. Afinal, “é o país da liberdade”. Será que essa percepção, muitas vezes prevalente no senso comum, se mantém em pé numa análise mais detida? Essa e outras questões abordo nesta seção.

*Imperialismo*³⁹ é um termo que pode parecer mais apropriado para se referir a outro momento histórico, a modernidade - ou assim parecem sugerir, *na minha leitura*, os estudos decoloniais. Então me pergunto: "quem se beneficia desse discurso?" ou "quem teria interesse nessa narrativa?". A resposta mais direta talvez seja: o império contemporâneo, com vistas de apagar suas práticas neocoloniais.

Vale ressaltar que o projeto neocolonial pode ser entendido como um projeto do Norte Global como um todo através do projeto neoliberal, cujas práticas de desregulamentação dos mercados de capitais beneficiam as classes dominantes/exploradores de vários países, principalmente aqueles de herança colonial moderna. Contudo, este trabalho concentra-se em definir o imperialismo estadunidense por ser o mais poderoso e relevante, sendo ele o *líder do neocolonialismo contemporâneo* por seu papel hegemônico desde o fim da Segunda Guerra Mundial e, além disso, por sua função determinante em espalhar o inglês ao redor mundo, fato que será abordado mais à frente e está ligado à minha prática de professor de inglês.

De acordo com Prabhat Patnaik (2021) - veja apêndice 2 para mais detalhes -, *não existe capitalismo sem imperialismo*: são indissociáveis. Nesse sistema baseado na exploração, continua o autor, países do Norte Global (tendo os EUA no papel de liderança) se apropriam de recursos naturais do Sul Global e usam a região como mercado consumidor para seus produtos manufaturados de maior valor agregado. Durante esse processo, se a vontade do poder imperial não é respeitada, medidas retaliatórias são acionadas.

Quais os mecanismos empregados na contemporaneidade para manutenção desse sistema? Há diferenças nas formas de exploração se comparadas a modelos anteriores de colonização? A partir daqui, discorro sobre minha tentativa de responder a essas perguntas.

5.1.1 "Como esconder um império"

Em seu livro chamado *How to hide an empire: a history of the greater United States* (*Como esconder um império: a história do grande Estados Unidos*), Daniel Immerwahr (2019) inicia sua exposição que questiona o papel dos Estados Unidos da América no mundo nos provocando a pensar se o país é ou não um império. Nos desafiando a olhar além do que ele chama de mapa padrão (*logo map*, em inglês) do país, o autor problematiza nosso entendimento sobre quais territórios formam a nação (que inclui, por exemplo, ilhas pouca conhecidas do Pacífico e mesmo Porto Rico), discorrendo sobre como o país já se auto-denominou de formas distintas.

Segundo o autor, a palavra *império* era usada pra se referir à nação até a virada do século XIX para o século XX, quando uma mudança narrativa começou a apagar o termo.

Outro elemento que vale destacar é o fato de que os presidentes Theodore Roosevelt (presidente entre 1901 e 1909) e Woodrow Wilson (presidente entre 1913 e 1921) usaram o termo "colônias" para se referir a lugares como Porto Rico, Filipinas, Guam, Samoa Americana, Havaí and Ilha Wake. Hoje, apenas Filipinas é um país (dito) independente, enquanto os outros passaram a serem chamados por outra terminologia, *territórios estadunidenses*: "Better to stick with a gentler term, used for them all: territories"⁴⁰ (IMMERWAHR, 2019, p. 7), ironiza o autor. Uma pergunta justa a ser feita é: qual a razão ou quais as intenções dessa mudança? Seria, como provoca o autor, para esconder o império do senso comum, uma vez que possuir colônias não era mais aceitável e iria contra a ideia de os EUA serem uma república e, conjuntamente, contradizer seu apoio - apenas no discurso, é claro - à ideia de auto-afirmação dos povos?

Em uma visita à cidade de Washington, D.C., mais especificamente ao "Memorial da Segunda Guerra Mundial" (National World War II Memorial), podemos encontrar 56 colunas de granito de 5 metros de altura. Criado em 2004, o memorial possui um pilar para cada um dos 48 estados que formavam os Estados Unidos na época da guerra, além de um para o distrito federal e

⁴⁰ "Melhor ficar com um termo mais suave, usado para todos eles: territórios" - tradução minha.

outros 7 para os chamados “territórios”, os quais também enviaram soldados para batalha no grande conflito internacional (a saber, *Commonwealth* das Filipinas, Porto Rico, Guam, Samoa Americana, Ilhas Virgens Americanas, além dos atuais estados Alasca e o Havai, que não tinham esse *status* na época).

A escolha de certos vocábulos, no meu entendimento, é uma forma de criação de um senso comum em favor da ideologia das classes dominantes (HERMAN; CHOMSKY, 1988) - como, por exemplo, a ideia de meritocracia (SANDEL, 2020). Por meio da grande imprensa, universidades, *think tanks*, centros de pesquisas, indústria de entretenimento etc. (SOUZA, 2020), a elite estadunidense controla o discurso e a narrativa dominantes com a intenção de enganar e manipular, primeiramente a sua população e, depois, o mundo todo. Algo que parece fazer cada vez com mais eficácia, com o sucesso de empresas como Netflix e Disney, além de todas as outras que compõem Hollywood, aparentemente bem sucedidas ao redor do mundo, e que representam o país como o líder do mundo livre, maior defensor da democracia e da liberdade individual.

Faço uma pausa: o que estou querendo enfatizar é que a informação sobre os ditos *territórios* e sua história não é secreta, mas a ênfase e a importância que esses fatos ganham na cultura popular tem certos interesses em mente. A mudança de uma palavra para outra cujo significado não seja tão marcado (*colônia* por *território*, por exemplo) pode fazer muita diferença se você comanda o discurso e quer reforçar uma narrativa, afinal, o termo *colônia* está fortemente associado à exploração e posse, enquanto o termo *território* não possui tal marcação.

Faço essa explicitação porque penso na importância dada ao fato de que percebo nos estudos decoloniais uma preocupação maior em enfatizar continuamente que a ciência e a colonialidade estão focadas na modernidade eurocêntrica (MIGNOLO; WALSH, 2018). Concordo com o fato de que, historicamente, fomos e somos muito influenciados pela modernidade/colonialidade. Contudo, mesmo que mencionados nos estudos decoloniais (e.g. MIGNOLO, 2003), o imperialismo estadunidense, a meu ver, o poder mais influente e pernicioso ao redor no mundo há quase um século, fica em segundo plano, ou seja, é preponderante nos estudos decoloniais a crítica ao eurocentrismo, enquanto a dominação/exploração capitalista está centralizada no outro lado do Atlântico já há algum tempo (CHOMSKY, 2017; LOSURDO, 2020), uma marcação que entendo ser necessária.

Não discordo dos estudos decoloniais feitos com foco na Europa Moderna. Creio, porém, que podemos nesse momento de majoração do pensamento decolonial, ampliar o foco e a ênfase

para o novo poder que tem explorado e se apropriado de riquezas ao redor do mundo, quiça, com mais intensidade (CHOMSKY, 2017) do que qualquer império europeu⁴¹, e muitas vezes, executando a espoliação por baixo dos panos, num discurso que se diz humanitário e democrático. Além disso, estou convencido de que é justamente pelo seu poder de fabricar o consentimento que os Estados Unidos têm tido sucesso em encobrir suas práticas nocivas.

Voltando à discussão anterior, os habitantes desses “territórios” estadunidenses se referem ao que comumente chamamos de Estados Unidos como a *mainland* (que poderíamos talvez traduzir como “parte continental”). Segundo Immerwahr, esses territórios não foram promovidos ao nível de estados, denominação conferida aos hoje 50 estados oficiais, por uma razão muito simples: eles não chegaram a ser ocupados majoritariamente por pessoas brancas, demonstrando a exclusão de povos indígenas, povos escravizados/descendentes de povos escravizados que fazem parte das populações desses espaços. Algo que pode ser claramente exemplificado por Porto Rico que, apesar de fazer parte dos Estados Unidos desde 1899, nunca chegou ao *status* de estado. Atualmente, esses territórios totalizam 13, os quais não tem os mesmos direitos constitucionais dos considerados *estados*, “with different laws applying in each” (IMMERWAHR, 2019, p. 10). O autor aponta que:

What getting the Greater United States in view reveals is that race has been even *more* central to U.S. history than is usually supposed. It hasn't just been about black and white, but also about Filipino, Hawaiian⁴², Samoan and Chamoru (from Guam), too, among other identities. Race has not only shaped lives, it's shaped the country itself, - where the borders went, who has counted as “American”. Once you look beyond the logo map, you see a whole new set of struggles over what it means to inhabit the United States.(IMMERWAHR, 2019, p. 12).

O que a visão dos Grandes Estados Unidos revela é que a raça tem sido ainda mais central para a história dos EUA do que geralmente se supõe. Não se trata apenas de preto e branco, mas também de filipinos, havaianos, samoanos e chamoru (de Guam), entre outras identidades. A raça não apenas moldou vidas, moldou o próprio país, - para onde foram as fronteiras, quem conta como "americano". Quando você olha além do mapa do logotipo, vê todo um novo conjunto de lutas sobre o que significa habitar os Estados Unidos. (IMMERWAHR, 2019, p. 12).

⁴¹ Digo isso pelo fato de que os EUA possuem em torno de 4% da população mundial e, ao mesmo tempo, acumulam 50% da riqueza mundial (CHOMSKY, 2017).

⁴² Importante notar que o Havaí tornou-se um estado mesmo sem ter uma maioria branca. Porém, esse fato pode ser explicado, de acordo com Immerwahr, pela necessidade de usar o ataque ao Pearl Harbor que deflagrou a Segunda Guerra Mundial como um claro ataque aos EUA. Fato apagado da história oficial, continua o autor, é que o Japão também atacou, no mesmo dia, às Filipinas, Guam, Atol Midway e Ilha Wake; todos territórios dos EUA à época (IMMERWAHR, 2019). Como relata o autor, no discurso original escrito por Franklin Delano Roosevelt para sua fala oficial pós-ataque, cujo documento com alterações à lápis está documentado no seu livro, as Filipinas seriam mencionadas, porém foram riscadas do discurso pouco antes da sua fala. Até hoje, como demonstrado por filmes e referências culturais, o ataque ao Pearl Harbor faz parte do psique estadunidense em união contra um inimigo externo, da mesma forma que utilizaram o atentado às Torres Gêmeas em 2001 para justificar duas guerras fraudulentas, baseadas em grandes mentiras (CHOMSKY, 2017), cujos interesses eram claramente geopolíticos e petrolíferos (HARVEY, 2004).

Essa falta de compreensão sobre o que forma os Estados Unidos não acontece apenas fora do país. Como Immerwahr explica, o mesmo acontece dentro da *mainland*. Como a população normalmente associa *imperialismo* apenas aos poderes estrangeiros e do passado, seria difícil manter a mentira de que os Estados Unidos são um símbolo de liberdade se seus cidadãos compreendessem aquilo que intencionalmente é mantido fora de destaque, assim, muitos nem sequer sabem que os habitantes desses territórios sejam cidadãos estadunidenses.

Tendo em vista o que descrevi até aqui, vale ressaltar que o tema imperialismo, que estava em segundo plano no final do século passado - a meu ver pelo interesse do império e pela defesa de sua indústria cultural -, tem voltado a ganhar seu devido lugar nas discussões sociais, políticas e científicas. Se no final do século passado o tema foi substituído na narrativa oficial e na pesquisa científica pelo conceito de *globalização* (HIRSCH, 2010), diversos livros, estudos e artigos que tratam do assunto têm sido escritos recentemente (CHOMSKY, 2017; MIER; HUNT, 2019; OSÓRIO, 2018; LOSURDO, 2020; SOUZA, 2020; HARVEY, 2004; JOHNSON, 2007; MASCARO, 2015, 2019; FIORI, 2020; HIRSCH, 2010; PANITCH; GINDINPARA, 2012, para citar alguns). Creio que esse seja um bom motivo para abraçarmos essa tendência e tentarmos criar entendimentos de como as forças imperialistas se movimentam na atualidade.

Até aqui, tratei apenas de argumentos para estabelecer os EUA como um império em relação às suas colônias/territórios, ou seja, tratei de locais onde os EUA exercem dominação direta, no sentido mais tradicional/moderno do termo em forma de *ocupação territorial e controle político direto*. Esse modelo de dominação é um resquício da época colonial européia. A partir daqui, passo a caracterizar o novo modelo de dominação que se mostra dominante hodiernamente: o *neocolonialismo*.

Para entender as especificidades neoliberais e neocoloniais que marcam a forma do Estado contemporâneo, a fase atual de dominação precisa ser enfatizada:

A transformação do Estado está relacionada com as mudanças na estrutura do sistema de Estados e da hierarquia de poder internacional ocorridas no curso da reestruturação

neoliberal do capitalismo, do colapso da União Soviética⁴³ e com a posição de dominação absoluta dos Estados Unidos (HIRSCH, 2010).

Os EUA, assim como outros impérios anteriores, se impõem pelo seu poderio militar, porém, extrapola esse aspecto. No livro *Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI*, Domenico Losurdo ([2018] 2020) descreve as características do império neocolonial estadunidense. O autor detalha a forma discursiva que os EUA usam hoje para alcançar seus interesses nos quatro cantos do mundo. Segundo ele, se na modernidade o discurso era civilizar os povos ainda não-civilizados, os EUA, apenas discursivamente e somente quando interessa⁴⁴, fazem excursões neocoloniais ao redor do mundo em nome da “democracia e dos direitos humanos”.

O país que se auto-denomina líder do mundo livre, que levanta a bandeira da democracia e da liberdade, se envolveu, *apenas no governo de Bill Clinton*, em "48 ações militares" (LOSURDO, 2020, p. 11) ao redor do mundo. Talvez ainda mais significativo seja o fato de os EUA terem estado em guerra em 222 anos dos seus 239 anos de existência (CHARPENTIER, 2017). Com o controle da internet e dos veículos de mídia tradicional mais importantes ao redor do mundo, o país dita o discurso hegemônico mundial de forma a esconder a verdadeira natureza de suas práticas neocoloniais.

Losurdo, quando em vida, buscou interpretar o mundo e denunciar suas mazelas, reiteradamente com o objetivo de transformar a realidade. Preocupado em superar a dicotomia “autoritarismo versus democracia”⁴⁵ *vendida* pelo império estadunidense, o autor buscou em sua obra pensar criticamente para além das operações de terrorismo psicológico propagado pela

⁴³ Relevante ressaltar que o Estado de Bem-estar Social criado nos EUA, e desenvolvido ainda mais profundamente na Europa Ocidental, apenas veio à existência por causa de uma necessária resposta ao modelo socialista soviético. Como os EUA venceram a guerra fria, eles dominam a narrativa e ressaltam *apenas* os fracassos de um sistema que também teve muitos acertos e que obrigaram o Ocidente a tomar medidas de distribuição de renda, melhoria de qualidade de vida da população em geral (criação do Estado de Bem-estar Social), e incorporação de várias conquistas sociais, como a igualdade de gênero (voto feminino e direito ao trabalho estabelecidos em 1917 no bloco socialista), luta pelo fim da discriminação racial, auto-determinação dos povos, legislação trabalhista (como cinco dias de trabalho por semana, aposentadoria e férias pagas), luta anti-colonial etc. que não eram prevalentes no Ocidente, além do apagamento do papel soviético na vitória sobre o Nazismo (que muitas vezes é atribuída aos EUA) (LOSURDO, 2020; FIORI, 2020; HIRSCH, 2010); para Hobsbawm (1995), a Revolução Russa é tão importante para o século XX quanto a Francesa foi para o século XIX. Com o fim de um modelo alternativo com preocupações de igualdade, o Ocidente (encabeçado pelos EUA) não se viu mais numa posição de ameaça, logo, o capitalismo selvagem (momento histórico definido explicitamente como TINA - *there's no alternative* - que foca-se na propagação de ideias contra/anti-revolucionárias) tomou corpo.

⁴⁴ Leia-se aqui o fato de que questões democráticas e de direitos humanos não são importantes quando se trata de nações aliadas dos EUA, como é, por exemplo, o caso da invasão da Palestina pelo povo israelense, no sentido mais tradicional e moderno de tomada de terras e extermínio da população local (CHOMSKY, 2017), ou de ditaduras como da Arábia Saudita (LOSURDO, 2020; JOHNSON, 2010), se tais nações avançam interesses estadunidenses.

⁴⁵ Uma análise atenta percebe que, para os EUA, democracias são aqueles países que considera seus aliados, enquanto ditaduras são aqueles países que se opõem de alguma forma ao projeto neocolonial.

máquina terrorista estadunidense, cujas justificativas superficiais e enganosas foram usadas para destruir a Líbia, atacar a Síria, Afeganistão, Iraque⁴⁶, cercear a Venezuela e estrangular Cuba, apenas para citar um número muito pequeno de ações do império neocolonial que se diz humanista, além de diretas intervenções golpistas, que abordarei à frente, como no Brasil e na Bolívia, mais recentemente. Como escreveu Losurdo, o discurso de “assegurar a ‘paz’ e expandir a ‘civilização’ e o ‘direito’, bem longe de construir uma novidade, é uma constante do imperialismo.” (LOSURDO, 2020, p. 20). A seguir, exemplificarei como esse discurso se constrói.

5.1.2 "Finalmente retorna o colonialismo, já era hora"

Um dos porta-vozes oficiais do imperialismo neocolonial estadunidense (CHOMSKY, 1989; HERMAN; CHOMSKY, 1988), o *New York Times* publicou em 18 de abril de 1993⁴⁷ um artigo chamado *Colonialism's Back -- and Not a Moment Too Soon* (livremente traduzido: *Finalmente retorna o colonialismo, já era hora*). No artigo, Paul Johnson (1993, não paginado) celebra o “*revival* altruístico do colonialismo”:

We are witnessing today a revival of colonialism, albeit in a new form. It is a trend that should be encouraged, it seems to me, on practical as well as moral grounds. There simply is no alternative in nations where governments have crumbled and the most basic conditions for civilized life have disappeared, as is now the case in a great many third-world countries.

Estamos testemunhando hoje um renascimento do colonialismo, embora em uma nova forma. É uma tendência que deve ser encorajada, me parece, tanto por motivos práticos quanto morais. Simplesmente não há alternativa em nações onde os governos desmoronaram e as condições mais básicas para a vida civilizada desapareceram, como é o caso agora em muitos países do terceiro mundo - (tradução minha).

O mais intrigante, para mim, é que o conceito de neocolonialismo já é explícito no próprio artigo do *New York Times*, pois afirma que estamos testemunhando um renascimento do colonialismo, porém *numa nova forma*; ao mesmo tempo, é claro, sugerindo o acrônimo TINA (*there's no alternative*, não há alternativa, ou seja, *não pense em revolução*), o moto da era neoliberal, quase como uma auto-vocação “missionária” do porta-voz do império. É difícil não perceber no artigo de Johnson um paralelo com o discurso civilizatório que conduzia a exploração

⁴⁶ Vale lembrar que a guerra do Iraque no século XXI é apenas a mais recente empreitada estadunidense no país. A Guerra do Golfo (1990-1991), transmitida ao vivo pela TV CNN, foi uma forma de os EUA re-estabelecerem, militarmente, sua hegemonia global, guerra na qual exterminaram iraquianos mesmo "depois do cessar-fogo" (LOSURDO, 2020, p. 21).

⁴⁷ Um artigo breve que vale a pena ser lido *em sua íntegra*: <<https://www.nytimes.com/1993/04/18/magazine/colonialisms-back-and-not-a-moment-too-soon.html>>, acesso em: 25/11/2021.

dos impérios da época moderna. Porém, como o imperialismo neocolonial estadunidense tem pretensões ainda mais extensivas que os impérios da Modernidade, Johnson continua: "the new colonialism is not just about white men running the affairs of nonwhite countries but can involve intervention in Europe -- or anywhere else."⁴⁸ (Ibidem, não paginado), ou seja, até a questão de cor de pele é superada pelo imperialismo contemporâneo em favor de uma dominação ainda mais abrangente: se na modernidade havia concorrência entre nações, os EUA se vêem como mandatários globais únicos.

Especialmente ultrajante ao longo do artigo, a meu ver, é a afirmação de que, muitas vezes, povos colonizados são gratos pelo domínio externo pelo fato de que a colonização traria um governo mais adequado e benfeitor, menos corrupto. Se essa fala do jornal não é um exemplo claro do que Chomsky e Herman (1988) detalham em seu livro, uma forma de fabricação de consentimento, e que Losurdo chama de “[...] a indústria de mentira como parte integrante da máquina de guerra do imperialismo [...]” (LOSURDO, 2020, p. 75), para o povo estadunidense em primeiro lugar, e para o mundo em segundo, pelo alcance do *New York Times*, não tenho certeza do que poderia te convencer, cara leitora:

The Greeks, who invented colonialism, founded city-colonies to spread their civilization. The Romans, who inherited the Greek empire, did the same. Most of the people thus colonized welcomed this form of rule and lamented the destruction of the Roman Empire in the fifth century A.D. as a catastrophe. From the Renaissance through to the early years of the 20th century, first the European powers and then Russia and the United States competed for colonies, and all believed they were bestowing civilization on those less fortunate. By the early 20th century, however, colonialism was operating under growing restrictions imposed by liberal⁴⁹ opinion (JOHNSON, 1993, não paginado).

Os gregos, que inventaram o colonialismo, fundaram cidades-colônias para difundir sua civilização. Os romanos, que herdaram o império grego, fizeram o mesmo. A maioria das pessoas assim colonizadas acolheu bem essa forma de governo e lamentou a destruição do Império Romano no século V d.C. como uma catástrofe. Desde o Renascimento até os primeiros anos do século 20, primeiro as potências européias e depois a Rússia e os Estados Unidos competiram por colônias, e todos acreditavam que estavam concedendo civilização aos menos afortunados. No início do século 20, porém, o colonialismo operava sob crescentes restrições impostas pela opinião liberal (JOHNSON, 1993, não paginado).

Segundo o ultrajante trecho acima, os impérios europeus modernos tinham genuínas boas intenções para com os povos colonizados e se submeteram ao papel de colonizadores, assim como os Estados Unidos assumem hodiernamente, apenas porque julgavam que os povos dominados não

⁴⁸ “o novo colonialismo não é apenas sobre homens brancos administrando os assuntos de países não-brancos, mas pode envolver intervenções na Europa – ou em qualquer outro lugar” - tradução minha.

⁴⁹ Immerwahr (2019) faz uma discussão da mudança no discurso imperialista estadunidense na virada do século XIX para o século XX, como mencionei anteriormente, essa mudança, segundo o artigo jornalístico de Johnson (1993), foi "fueled by American high-mindedness" ("alimentado pela nobreza americana"), algo difícil para eu acreditar.

teriam condições autônomas de bom governo, logo, dependeriam da bondade dos impérios estrangeiros para cuidar de seus habitantes: "the civilized world has a mission to go out to these desperate places and govern"⁵⁰ (Ibidem, não paginado). Para concluir seu artigo, o autor vai ainda mais longe em suas ultrajantes acepções:

Once again, the already overburdened United States *will have to* take the major responsibility, though it can count on staunch support from Britain and, in this case, from France. Labor and expense will be needed, as well as brains, leadership and *infinite patience*. The only satisfaction will be the *unspoken gratitude* of millions of misgoverned or ungoverned people who will find in this *altruistic revival of colonialism* the only way out of their present intractable miseries (JOHNSON, 1993, não paginado - ênfases minhas).

Mais uma vez, os Estados Unidos, já sobrecarregados, terão de assumir a maior responsabilidade, embora possam contar com o firme apoio da Grã-Bretanha e, neste caso, da França. Trabalho e despesas serão necessários, assim como cérebro, liderança e paciência infinita. A única satisfação será a gratidão tácita de milhões de pessoas mal-governadas ou sem-governado que encontrarão neste renascimento altruísta do colonialismo a única saída para suas atuais misérias intratáveis (JOHNSON, 1993, não paginado - ênfases e tradução minhas)

Não consigo decidir se leio o tom do trecho acima como um de soberba, ou de absoluta maldade, ou de completa ignorância, ou ainda de absoluto racismo cultural (como discutirei adiante).

Losurdo afirma, comentando o artigo mencionado acima: “assim, tanto o colonialismo quanto o imperialismo conhecem sua reabilitação: mais do que nas salas de aula universitárias ou nas redações dos jornais, o revisionismo histórico alcança sua consagração nas guerras [neo]coloniais em curso.” (LOSURDO, 2020, p. 23).

É relevante ressaltar que a dominação neocolonial não acontece apenas pela força, acontece primeiramente nas mentes e passa, muitas vezes, pelo aval das classes dominantes locais que acabam aceitando a dominação externa. Josef Stalin⁵¹, durante o XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, denunciou “a subserviência dos aliados (ou vassalos) europeus...de Washington, ... chamou os partidos comunistas a levantarem as bandeiras de independência nacional e das liberdades democráticas, 'jogadas ao mar' pelas burguesias de seus países” (LOSURDO, 2020, p. 63). Fala, creio eu, que poderíamos repetir para aqueles que se encontram hoje no poder no Brasil. A preocupação acima citada era compartilhada por Palmiro Togliatti, líder italiano à época da fala de Stalin, que acusava seu governo de vender a

⁵⁰ "o mundo civilizado tem a missão de ir a esses lugares desesperados e governar" - tradução minha.

⁵¹ Stalin é uma figura muito controversa e complexa. Não é meu intento aqui defendê-lo ou acusá-lo. Apenas creio que essa opinião citada é deveras importante e aplicável à nossa realidade na qual temos, no Brasil, uma classe dominante completamente subserviente aos interesses estadunidenses.

independência de seu país, transformando a Itália em um colônia submissa a um imperialismo estrangeiro (TOGLIATTI, 1984), já se referindo aos Estados Unidos, cujo domínio sobre a Europa se estende até hoje (CHOMSKY, 2017; LOSURDO, 2020). Na leitura do político italiano, o plano estadunidense após a Segunda Guerra Mundial seria:

A conquista do domínio sobre o mundo todo [...]; a dominação econômica, política e militar de uma série de países que até recentemente eram independentes e também de capitalismo avançado, como a França e a Itália; a preparação de um ataque contra a União Soviética, contra a China, contra os países de democracia militar. Concretamente, para prepararam as forças necessárias a esse ataque e concretizar os seus objetivos, o imperialismo estadunidense estabeleceu bases militares no mundo inteiro, envia as próprias tropas e as instala em países que até recentemente eram independentes e que nunca teriam permitido a ocupação por tropas estrangeiras” (TOGLIATTI, 1984, apud LOSURDO, 2020, p. 66)].

Se faz necessário, a meu ver, detalhar que tipo de poderio militar os EUA estabeleceram ao longo das últimas décadas. O veículo *Al Jazeera* publicou um artigo, escrito por Mohammed Hussein and Mohammed Haddad, em 10 de setembro de 2021 intitulado *US military presence around the world* (Presença militar estadunidense ao redor de mundo - acesse ao artigo pelo QR code ao lado). A publicação, com tons mais descritivos do que de avaliação moral, faz uso de vários infográficos os quais resumirei brevemente abaixo, porém que merecem ser lidos na íntegra. O estudo, cuja introdução destaca que "the US controls about 750 bases in at least 80 countries worldwide and spends more on its military than the next 10 countries combined"⁵², ajuda a ilustrar que tipo de poderio militar estamos tratando quando falamos das forças armadas estadunidenses. Abaixo destaco alguns dados do estudo (HUSSEIN; HADDAD, 2020, sem paginação):



US military presence around the world The US controls about 750 bases in at least 80 countries worldwide

- a. Mais de 750 bases militares ao redor do mundo;
- b. Ainda hoje, cerca de 80.000 militares operando no Japão e cerca de 27.000 na Coreia do Sul;
- c. Cerca de 60.000 militares na Europa, sendo mais de 30.000 na Alemanha, mais de 12.000 na Itália e quase 10.000 no Reino Unido;
- d. Base militar na ilha de Guantanamo, que pertence à Cuba e ainda é ocupada pelos EUA, onde pratica tortura fora do seu território oficial por questões legais;
- e. Gastos militares que se aproximam dos 800 bilhões de dólares *ao ano* (quantia maior do que os próximos 10 países somados);

⁵² "os EUA controlam cerca de 750 bases em pelo menos 80 países em todo o mundo e gastam mais em suas forças armadas do que os próximos 10 países juntos" - tradução minha.

Referindo-se ao que ele chama de "imperialismo planetário", como demonstrado pelos dados acima, Losurdo (2020, p. 87) aponta:

Não há país, qualquer que seja o seu regime político e social, nem há área geográfica, por mais distantes dos Estados Unidos que seja, que possa considerar-se a salvo da reivindicação de jurisdição universal que Washington atribuiu a si mesma. Estamos diante de um intervencionismo planetário que, em nome da prevenção, está pronto para incendiar o planeta.

Depois do colapso da União Soviética, cujo fim consagrou o império estadunidense como superpotência hegemônica no mundo, sem rivais, “os EUA cada vez mais claramente se empenham em realizar um império planetário. É nesse quadro que se instala o expansionismo desenfreado em direção às áreas mais ricas e promissoras em termos de petróleo⁵³ e gás natural.” (Ibidem, p. 89).

Pelos interesses neocoloniais estadunidenses, seu governo preteriu o bem-estar de seu próprio povo, escolhendo gastar trilhões de dólares em guerras no Oriente Médio e em tantos outros lugares. O império se vê e se vende, através, por exemplo, da indústria hollywoodiana, como a polícia do mundo. Com seu projeto neoliberal, o país destruiu a classe média do seu país e trouxe, pelo desespero, desalento e revolta, Donald Trump ao poder. Numa narrativa que se diz humanista e em favor da liberdade, o império neocolonial defende seus interesses nacionais, que não são de todos, mas apenas de uma pequena classe dominante:

Estamos diante de uma contradição lógica manifesta ou de uma reivindicação inédita; mas tudo isso não constituiu um problema para quem pretende falar em nome de um "povo eleito" e ter consigo o bom Deus e a providência. E é a partir dessa tranquila certeza de ser o único e exclusivo porta-voz dos valores universais, ou melhor, dos “valores dados por Deus” (...) que Bush Jr. - ao formular a doutrina que reivindica para Washington o direito à guerra preventiva⁵⁴ e ao intervencionismo planetário - proclama também o fim do Estado nacional: “Hoje, a distinção entre assuntos internos e externos está se estreitando. Num *modelo globalizado*, mesmo os eventos que acontecem para além dos limites da América têm um grande pacto interno” (LOSURDO, 2020, p. 93 - ênfase minha).

Fazendo uso, muitas vezes, do discurso sobre a globalização, os EUA justificam suas ações ao redor do mundo. Obviamente, “a ideologia neocolonialista e racista não se apresenta sempre de

⁵³ Petróleo brasileiro, uma das razões da interferência estadunidense no Golpe de 2016 no Brasil, foi alvo do império que buscava "sua parte" nas descobertas do Pré-Sal pela Petrobras, cujas intenções de apropriação se fizeram evidentes durante as espionagens conduzidas pelo governo estadunidense tanto na presidenta Dilma Rousseff quanto na petroleira nacional, expostos pelos vazamento do site Wikileaks (MIER; HUNT, 2019).

⁵⁴ Aqui, se refere às guerras do Iraque e do Afeganistão, por exemplo, cujos inícios foram baseados em informações totalmente descreditas com o tempo: “Naturalmente, a ideologia dominante diz que são guerras humanitárias, guerras promovidas pelo Ocidente para evitar grandes massacres, o que, na verdade, produz os massacres que eles dizem querer evitar” (LOSURDO, 2020, p. 138). A fala de Bush mencionada na citação está presente numa entrevista a Bob Woodward, “Bush's Sets a Course of ‘Confident Action’”, *International Herald Times*, em 20 de novembro de 2002.

forma aberta; mesmo [assim] são fatais, elas preparam tragédias em escala total. [Precisamos] lutar contra o colonialismo e o neocolonialismo, racismo e neorracismo, contra o imperialismo" (Ibidem, p. 138). Ou seja, precisamos desconstruir o discurso imperialista e analisar suas ações ao invés de apenas consumirmos a narrativa dominante de forma *acrítica*. Podemos fazê-lo, a meu ver, em sala de aula, por exemplo, comparando o senso comum sobre o império estadunidense com dados históricos e com outros pontos de vista sobre ele.

Losurdo (Ibidem, p. 185-188) enfatiza que o imperialismo impede a liberdade das pessoas e das nações através de suas ações econômicas e militares: “se há uma desigualdade esmagadora em relação à riqueza, não haverá possibilidade de liberdade política [...e] não é possível realizar a democracia”, além disso, “se não aceitarmos [a visão burguesa e capitalista da democracia], devemos chegar à conclusão de que hoje em dia os inimigos mais encarniçados da democracia e dos direitos humanos são o capitalismo e o imperialismo”, e finaliza o autor, “sem a transição ao socialismo⁵⁵, a luta contra o imperialismo seria condenada à derrota”, fato que pode ser claramente observado na história brasileira, pois as vezes em que nosso país tentou, no último século, uma virada progressista, ou à esquerda, um golpe de Estado auxiliado pelo imperialismo estadunidense interrompeu essa trajetória. Um exemplo, já extensivamente documentado (por exemplo, em MIER; HUNT, 2019; SOUZA, 2020; 2018; 2016), é o processo que levou ao golpe de 2016, o qual foi encabeçado pela operação Lava-jato que destruiu nossas forças produtivas mais importantes e teve direto incentivo, participação e até direção estadunidenses, sendo um exemplo emblemático que precisa ser compreendido (buscarei auxiliar nesse processo à frente). Depois de cerca de uma década de melhoras da qualidade de vida da população brasileira, na primeira década do século XXI, por medidas que valorizaram a soberania nacional, a intervenção externa ocorreu. Nessa linha de pensamento, tratarei a seguir dos EUA como uma máquina de orquestrar golpes contra governos que privilegiam os interesses das populações locais.

5.1.3 Golpes de Estados

Para iniciar esta seção, recupero a definição de Mascaro (2018, p. 69) para situar minhas considerações: “Compreendem-se golpes como mudanças bruscas de controle, na estruturação, no

⁵⁵ Parra uma discussão sobre o socialismo como opção ao capitalismo, veja, por exemplo: <https://www.youtube.com/watch?v=CzqtOmjRbL8>

funcionamento ou na dinâmica do campo político e social ou no arranjo relativo de poder entre classes, frações, grupos, corporações, instituições ou indivíduos, adivinhas de causas comissivas.”.



The Jakarta Method feat. Vincent Bevins

No livro *The Jakarta Method: Washington's Anticommunist Crusade & the Mass Murder Program that Shaped Our World* (2020) - *O Método Jacarta: a Cruzada Anti-comunista de Washington e o Programa de Assassinato em Massa que Moldou Nosso Mundo* -, Vincent Bevins faz uma detalhada descrição de vários golpes de Estados pensados ou apoiados pela CIA (*Central Intelligence Agency*, em inglês), além de detalhar programas de extermínio de vários grupos ou pessoas com intenções revolucionárias ao redor do globo, sempre fazendo uso de uma propaganda difamatória de forças e partidos comunistas ou progressistas (accesse os *QR-codes* acima e ao lado para uma entrevista com o autor e um audiobook).



The Jakarta Method: Washington's Anticommunist Crusade and the Mass Murder Program (Full Audiobook)

Tantos golpes e intervenções patrocinados ou apoiados pelos EUA, fatos que não são controversos. Na revista chamada *Harvard Review of Latin America*, que dificilmente pode ser tida como vinda de uma instituição anti-hegemônica, encontramos um estudo no qual golpes e intervenções estadunidenses são enumeradas (COATSWORTH, 2005). Na época da publicação do estudo, dados de 2005 e muito defasados em 2022, somavam-se 41 ocorrências.

Creio ser importante citar alguns exemplos.

No dia conhecido como *primeiro 11 de setembro* (veja os *QR codes* abaixo e ao lado), dia do golpe de 1973 no Chile que foi orquestrado pelos Estados Unidos, encontramos um exemplo claro da percepção do país como um império aos seus próprios olhos. O jornalista John Lee Anderson (1998, não p. - ênfase minha), num artigo para a revista *The New Yorker*, relata que⁵⁶:



O primeiro 11 de setembro e o começo das "forever wars" - Noam Chomsky

The plan, according to declassified United States government documents, was to make Chile ungovernable under Allende, provoke social chaos, and bring about a military coup [...]. A C.I.A. cable outlined the objectives clearly to the station chief in Santiago: "It is firm and continuing policy that Allende be overthrown by a coup [...]. We are to continue to generate maximum pressure toward this end utilizing every appropriate resource. It is imperative that these actions be *implemented clandestinely and securely so that United States Government and American hand be well hidden.*" - ênfase minha.

⁵⁶ Uma versão completa do documento citado pode ser encontrado no link: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm>>. Acesso em: 4/11/2021.

O plano, de acordo com os documentos secretos do governo dos Estados Unidos, era tornar o Chile ingovernável sob Allende, provocar o caos social e causar um golpe militar [...] Um telegrama da CIA descreveu os objetivos claramente ao chefe da base em Santiago: “Trata-se de uma firme e contínua política para que Allende seja derrubado por um golpe [...] Vamos continuar a gerar o máximo de pressão com este objetivo, utilizando cada recurso apropriado. É imperativo que essas ações sejam *implementadas clandestina e secretamente, de modo que o governo dos Estados Unidos e a mão americana permaneçam bem escondidos*” - ênfase e tradução minhas.

Aqui percebemos a brutalidade do império que, numa medida da Operação Condor, resultou na tomada do poder pelo general Augusto Pinochet, colaborador dos Estados Unidos, “cujos aliados militares e civis em seus 17 anos de poder torturaram, mataram e ‘desapareceram’ cerca de quatro mil pessoas” (JHONSON, 2007, p. 56). Aqui percebemos o encontro entre imperialismo e neoliberalismo, pois o golpe de Estado serviu para fazer do Chile o primeiro laboratório de implantação do neoliberalismo de forma abrangente, considerado o modelo a ser exportado para o mundo.



GOLPE NO CHILE
E A HISTÓRIA DE
SALVADOR
ALLENDE

Encerrando esta seção, citarei mais um golpe de estado que aconteceu em 2019. Estou me referindo ao golpe dado na Bolívia contra o governo de Evo Morales. Como narram Prashad e Bejar (2020, sem paginação), no dia 24 de julho de 2020, um fio (*thread*) na rede social *Twitter* demonstrou como pensam aqueles que se vêem como donos no mundo. Numa interação, Elon Musk, famoso bilionário estadunidense, postou: “government stimulus package is not in the best interests of the people”⁵⁷; outro usuário da plataforma respondeu: “You know what wasn’t in the best interest of people? The U.S. government organizing a coup against Evo Morales in Bolivia so you could obtain the lithium there”⁵⁸; finalmente, Musk declarou: “We will coup whoever we want! Deal with it”⁵⁹.

Mais tarde, Musk deletou sua postagem, porém deixou evidente como pensam as classes dominantes do Norte Global sobre os países do Sul Global: fontes de matéria prima e riquezas naturais a serem apropriadas. Como destacam os autores:

Over his 14 years in office, Morales fought to use the wealth of Bolivia for the Bolivian people, who saw - after centuries of oppression - remarkable advances in their basic needs. Literacy rates rose and hunger rates dropped. The use of Bolivia’s wealth to advance the interests of the people rather than North American multinational corporations was an

⁵⁷ “O pacote de estímulo do governo não é do melhor interesse do povo” - tradução minha

⁵⁸ “Sabe o que não era do melhor interesse das pessoas? O governo dos EUA organizando um golpe contra Evo Morales na Bolívia para que você pudesse obter o lítio lá” - tradução minha.

⁵⁹ “Vamos dar o golpe em quem quisermos! Lide com isso” - tradução minha.

abomination to the U.S. embassy in La Paz, which had egged on the worst elements of the military and the far right to overthrow the government. (PRASHAD; BEJAR, 2020, não p.)

Ao longo de seus 14 anos no cargo, Morales lutou para usar as riquezas da Bolívia para o povo boliviano, que viu - após séculos de opressão - avanços notáveis em suas necessidades básicas. As taxas de alfabetização aumentaram e as taxas de fome caíram. O uso da riqueza da Bolívia para promover os interesses do povo, em vez das corporações multinacionais norte-americanas, era uma abominação para a embaixada dos EUA em La Paz, que incitou os piores elementos dos militares e da extrema direita a derrubar o governo. (PRASHAD; BEJAR, 2020, não p.)

O imperialismo neocolonial não admite ações soberanas e autônomas: as riquezas devem ser apropriadas pelo Norte Global - em especial pelos EUA. A partir do LNC, estou convencido de que questões como as abordadas aqui nesta seção podem contribuir para uma educação linguística que leve em conta questões de poder e exploração. Hoje, o projeto neoliberal ajuda nesse processo extrativo. Antes de me deter a essa outra face do neocolonialismo estadunidense, o neoliberalismo, me deterei a mais uma intervenção estadunidense, aquela contra a presidenta Dilma Rouseff e contra todos os brasileiros (ou contra 99% do brasileiros?).

5.1.4 Golpe de 2016 no Brasil

Há uma certa discussão sobre o que aconteceu em 2016 no Brasil. Alguns defendem que a presidenta Dilma Rouseff sofreu um *impeachment* que respeitou as normas institucionais estabelecidas. Outros, defendem que foi um golpe de Estado. Eu sou partidário do segundo entendimento. Partindo desse pressuposto, escrevo esta seção.

De acordo com a minha leitura e a de alguns autores - me baseio aqui, principalmente, em Souza (2016; 2020; 2021), Mascaro (2018), Rocha (2021), Mier e Hunt (2019)⁶⁰ -, o golpe de 2016 foi uma trama complexa que envolveu atores internos (nacionais) e externos (especialmente estadunidenses). *Pelo teor desta pesquisa*, os fatores externos terão proeminência na minha narrativa, mesmo que procure incluir ambos.

As forças que se uniram nesse esforço contra o povo brasileiro, um eleitorado que elegeu em 2014 um governo com propostas que podem ser chamadas de progressistas ou, no mínimo, de centro-esquerda, nos forçaram um governo ultra-neoliberal chefiado por Michel Temer a partir de 2016. Alguns fatores determinantes do processo, segundo os escritores citados acima, foram: a) o

⁶⁰ A saber, o trabalho de Souza (2016) tem foco maior nos atores internos do golpe, enquanto Mier e Hunt (2019) e Souza (2019; 2021) tratam mais atentamente de fatores externos, principalmente a influência estadunidense, enquanto Mascaro destaca as questões jurídicas e estruturais e, finalmente, Rocha acentua os envolvimento militares (tanto nacionais quanto estadunidenses) no processo.

Brasil estava ganhando uma importância global que desagradava o império estadunidense, além de apresentar políticas nacionais autônomas e soberanas; b) as taxas de lucros das grandes empresas brasileiras estava em declínio, acarretando uma crise de acumulação, devido a ganhos salariais da classe trabalhadora e a uma economia não mais tão pujante quanto a da segunda metade da década anterior; c) a presença de conflitos de classe mais aflorados pela ascensão social de setores populares, causando “desconforto” e “repulsa” na classe média (maioritariamente branca) que via a desigualdade social/econômica diminuir; d) a descoberta do Pré-sal e o projeto petista de usar essa recém descoberta riqueza para investir em educação e saúde; e) o interesse do arrefecimento do projeto neoliberal no Brasil que havia, de certa forma, sido amenizado nos governos petistas, para que se possibilitasse acelerar privatizações dos bens públicos brasileiros de forma a aliviar a crise do capital acentuada desde 2008.

Nessa conjuntura, a elite do dinheiro (nacional e internacional) desenhou um plano de ação, com ajuda das forças armadas nacionais e do judiciário (ROCHA, 2021; SOUZA, 2016), para tirar o PT do poder, por meio de um “Congresso reacionário e comprado”⁶¹ (SOUZA, 2016, p. 131). Para tanto, o discurso “contra corrupção” se tornou a ferramenta principal para desestabilização do Brasil, visando uma troca do poder hegemônico no executivo. Ademais, a mídia corporativa e hegemônica brasileira foi uma ferramenta essencial para a manufatura de uma opinião pública, uma vez que se posicionou favorável ao projeto golpista em que o judiciário se mostrou extremadamente seletivo na perseguição política e judicial (SOUZA, 2016; 2020).

Nesse caldeirão de interesses, com mais complexidades que serei capaz de abordar aqui, o grande capital (nacional e internacional) almejava um retorno à bonança neoliberal dos governos FHC e da privatária tucana (RIBEIRO JUNIOR, 2011), afinal, quando o grande capital e o governo agem em uníssono, a exploração e a acumulação econômica/financeira são mais bem sucedidas:

Quando as formas capitalistas operam amalgamadas por um grande eixo de força material do valor, fazendo uma plena simbiose institucional entre capital determinante e poder estatal dominante nos mesmos aparelhos, sua condução política é mais autônoma e mesmo imperial: os Estados Unidos acabam por impor e polarizar os regimes de acumulação, os modos de regulação, as crises e as respostas políticas e institucionais para tanto (MASCARO, 2018, p. 13-14)

⁶¹ “Gravações telefônicas - posteriormente reveladas - de Romero Jucá [senador federal e líder do governo no governo Temer], tratando do engendramento de um grande acordo político que contivesse até mesmo o STF [Superior Tribunal Federal], dão dimensão de um amplo manejo de dinâmicas políticas.” (MASCARO, 2018, p. 82-83).

Assim, os interesses internacionais começam a ficar claros na narrativa de Mascaro sobre o golpe de 2016. Continua o jurista:

Pelo ângulo da dinâmica internacional do capital, o [Brasil] continua relativamente dependente e subordinado ao peso do comando dos EUA. Resguardadas as diferenças nesse decorrer histórico, assim foi no século XX, com seu caso de resolução de síntese, a ditadura militar, e assim o é no início do século XXI, com seu primeiro caso simbólico, a corrosão do petismo e a retomada neoliberal de choque (Ibidem, p. 16).

De acordo com Mascaro, essa contínua subserviência do Brasil advém de fraquezas estratégicas de governos que abdicaram de mudanças institucionais mais profundas, sem maiores sublevações sociais que acabaram em repetidos golpes ao poder executivo que favorecem “frações dos capitais nacional e internacional mais aderentes à acumulação internacional e aos setores sociais médios e altos sob ideologia conservadora e regressista.” (MASCARO, loc. cit.).

O Brasil ocupa um *locus* intermediário no capitalismo global, ou seja, não se encontra entre os países centrais ao mesmo tempo que não é insignificante nesse sistema econômico: “não passa ao largo das atenções do capitalismo central e, por estar à vista do controle externo, também não logra forjar alternativas soberanas nacionais plenas.” (Ibidem, p. 36). Desta forma, “pela necessidade que experimenta de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior norte-americano, [o Brasil tem] de agravar violentamente a exploração do trabalho no marco na economia nacional” (MARINI; SADER, 2000, p. 98), fato evidenciado, por exemplo, na Reforma Trabalhista de 2017, um dos objetivos do golpe de 2016, com ganhos para as burguesias nacional e internacional. Afinal, em decorrência da crise de 2008, “a acumulação de grande grupos encontrava, no país, um grande mercado a conquista, caso se vencessem os obstáculos parciais petistas às investidas neoliberais e privatistas, [causando a] luta de classes que resultou na remoção dos governos petistas do poder federal brasileiro.” (Ibidem, p. 46).

Como aponta o autor, se o golpe de 1964 foi conduzido pelos militares e teve o judiciário na sua retaguarda, em 2016 os papéis foram invertidos: essa chegada...

do direito à posição de condutor da luta da classes burguesa é um movimento tanto brasileiro quanto mundial, refletindo novos arranjos políticos da dinâmica do capitalismo. Após períodos de projetos econômicos nacionais, o neoliberalismo, desde a década de 1970, empreende a construção de um espaço de movimentação do capital que é efetivamente internacional. [Para tanto,] vai-se consolidando uma série de instituições jurídicas uniformes, por ampla soma de países, estabelecendo um *modus operandi* transnacional do interesse burguês⁶² (MASCARO, 2018, p. 52).

⁶² Para uma discussão mais detalhada sobre a mudança do papel do Estado no período neoliberal, veja seção 5.2.

O judiciário, então, teve um papel-chave na criação de uma narrativa anti-corrupção - com um foco de perseguição seletivo - para justificar o golpe de 2016, tendo como maior pivô a operação Lava-jato. Uma operação que fez uso de ações ilícitas, como as divulgações de conversas sigilosas da presidenta Dilma, num relacionamento espúrio entre a corte de Sérgio Moro, a procuradoria federal e a grande mídia⁶³.

Por meio do discurso anti-corrupção, cria-se uma estigmatização da política - um dos pontos fulcrais da narrativa neoliberal - e, conseqüentemente, como destaca Souza (2021), uma criminalização da soberania popular que é pintada como aquela que elege os corruptos que estarão no controle de um Estado corrupto, ou seja, a ideia de um povo com caráter também duvidoso (veja seção 5.3 e as discussões sobre *jeitinho brasileiro*, *racismo cultural* e *complexo de vira-latas*), incapaz de selecionar pessoas mais adequadas e/ou qualificadas para condução nacional, assim, justificando o discurso golpista:

Ao se construir a autoimagem de um povo de corruptos que elege políticos corruptos - que irão, por sua vez, dominar um Estado patrimonial igualmente corrupto -, constrói-se também a justificativa perfeita para a legitimação de golpes de Estado supostamente contra a corrupção sempre que a elite antipopular não estiver contente com quem ocupa o poder (SOUZA, 2021, p. 175).

A operação Lava-jato, todavia, não foi uma operação que se restringiu a interesses nacionais: “Lava Jato [was] a joint operation between the US Department of Justice, the FBI and the Public Prosecutors team from Curitiba led by Sergio Moro [...], based on illegal informal communications between the Brazilian judiciary and the US Department of Justice”⁶⁴ (MIER; HUNT, 2019, p. 69-70). Como documentado por Mier e Hunt, Moro teve consecutivas visitas aos EUA, ao Departamento de Justiça, por exemplo, durante as operações citadas, o que acarretou até mesmo em mudanças legais no Brasil para um modelo similar ao estadunidense, como, por exemplo, a aprovação das *delações premiadas*, algo até então inexistente no direito brasileiro e incompatível com a tradição jurídica nacional, assim: “partilhando práticas e ideologia, tendo *inglês como língua franca* e o modelo de interesses e instituições estadunidenses como paradigma.” (MASCARO, 2018, p. 53-54 - ênfase minha).

⁶³ Veja, por exemplo, Duarte (2020) e o livro *Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*, que demonstra as comunicações e outras ações ilícitas do judiciário que auxiliaram na narrativa golpista.

⁶⁴ “A Lava Jato [foi] uma operação conjunta entre o Departamento de Justiça dos EUA, o FBI e a equipe do Ministério Público de Curitiba liderada por Sergio Moro [...], baseada em comunicações informais ilegais entre o judiciário brasileiro e o Departamento de Justiça dos EUA” - tradução minha.

Ainda, importante ressaltar, essa constatação da cooperação imperialista não é fruto apenas de opiniões críticas às ações golpistas, mas foi reconhecida por Kenneth Blanco, procurador-geral interino dos EUA, em um entrevista em 2017⁶⁵: “It's hard to imagine a better cooperative relationship in recent history than that of the United States Department of Justice and the Brazilian prosecutors.”⁶⁶ (BLANCO, 2017, em vídeo). As comunicações acima referidas ocorreram de formas ilegais e fora dos meios permitidos por lei (MIER; HUNT, 2019).

Como narram Mier e Hunt, as interferências estadunidenses no governo brasileiro decorreram do fato de que o domínio imperial do norte estava ameaçado pela primeira vez em gerações, talvez desde os anos 1960, quando os EUA participaram ativamente do golpe contra João Goulart. Entretanto, se no golpe anterior a interferência foi através da mais tradicional ajuda militar, a mais recente interferência foi através da nova arma imperial: a chamada “Lawfare”, ou seja, o emprego de manobras jurídico-legais para atingir seus interesses.

Após o golpe, constatou-se o “pagamento” pelos serviços prestados e o espoliamento das riquezas nacionais. De forma não surpreendente, dois blocos do poder não foram afetados pelas políticas neoliberais de corte de gastos dos governos ilegítimos que se seguiram. Os militares não foram incluídos nos cortes da Reforma da Previdência, e junto com o judiciário, ganharam aumentos salariais. O judiciário, a saber, “[...] increased their salaries by 41%”⁶⁷ (Ibidem, p. 132) de seus salários quando Michel Temer tomou o poder.

Em termos internacionais, concordo com Mier e Hunt (Ibidem, p. 20) quando afirmam que “what is being done to Brazil is a neocolonial project, conducted in darkness, and hiding in plain sight”⁶⁸, um projeto que tem acarretado perdas sobre os bens comuns/públicos do povo brasileiro, aumento da desigualdade social e, por exemplo, um retorno do Brasil ao mapa da fome⁶⁹, afinal, continuam os autores, “human suffering is a detail that governments in the global north are prepared

⁶⁵ Entrevista completa, *Lessons From Brazil: Fighting Corruption Amid Political Turmoil*, disponível em <https://www.atlanticcouncil.org/unused/webcasts/lessons-from-brazil-fighting-corruption-amid-political-turmoil/>, acessada em 05/04/2022.

⁶⁶ “É difícil imaginar uma relação de cooperação melhor na história recente do que a do Departamento de Justiça dos Estados Unidos com os promotores brasileiros.” - tradução minha.

⁶⁷ “aumentou seus salários em 41%” - tradução minha.

⁶⁸ “o que está sendo feito ao Brasil é um projeto neocolonial, conduzido na escuridão, escondido por estar à vista de todos” - tradução minha.

⁶⁹ Veja, por exemplo, <https://www.canalsaude.fiocruz.br/canal/videoAberto/o-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome-sdc-0546>, acessado em 05/04/2022.

to condone in exchange for access [to resources]”⁷⁰. Ademais, a golpe imediatamente acarretou, conforme os escritores, a venda das reservas do Pré-sal a valores abaixo do mercado para empresas estadunidenses como Exxon e Chevron (MIER; HUNT, 2019), além de ser acompanhada de um abatimento fiscal R\$ 300 bilhões para companhias petrolíferas estrangeiras, um exemplo de *verdadeira corrupção*.

Nesse conjuntura do projeto neocolonial estadunidense:

Se existem empresas industriais com alta tecnologia, como Petrobras e Odebrecht, monta-se um golpe com juizes e procuradores canalhas do próprio país para destruir as empresas. Tudo em nome do combate à corrupção. No imperialismo informal, não é mais necessário mandar um exército caro e sangüinário ao país que se quer explorar. Basta [...] colonizar o pensamento do oprimido e neutralizar sua capacidade de reação (SOUZA, 2020, p. 56).

Para tanto, a trama necessitou de uma intensa influência midiática, pois, como destaca Souza (2016, p. 13) “por meio do controle direto ou indireto dos meios de divulgação de informação, é possível, dentro de circunstâncias favoráveis, distorcer e fraudar sistematicamente a forma com a sociedade percebe a si própria e quais são os verdadeiros interesses em jogo.”.

Finalmente, como destacou Mascaro (2018, p. 77-78):

O golpe [de 2016] gera o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais, amplia o neoliberalismo, majora processos de machismo, racismo, homofobia, transfobia e perseguição a comunidades indígenas e quilombolas, aniquila juridicamente ações eleitorais das esquerdas. O dizer sobre o golpe unifica, então, inteligibilidades e forças sociais para resistência e combate. Nesse caso, afirmar o golpe é construir uma linha mestra para as narrativas e o sentido das lutas atuais. Então, a história não apenas interferiria no golpe *a posteriori*. Escrever a história enquanto ela acontece reforça possibilidades de luta no presente”.

Estou convencido que ainda estamos dentro do golpe sofrido pela presidenta Dilma. O projeto neoliberal se fortaleceu com Temer e ainda mais com o governo Bolsonaro (outra consequência do falso, seletivo discurso anti-corrupção e anti-petista). Como busquei demonstrar aqui: "O golpe contra o Brasil teve participação óbvia e admitida dos EUA em conluio com a elite local, utilizando-se da corrupção como uma mera arma de guerra para, na verdade, destruir a recente democracia, com sua inclusão popular e nova autonomia internacional brasileira.” (SOUZA, 2021, p. 195). Construir entendimentos sobre esse fenômeno histórico pode nos ajudar a vencê-lo nas próximas eleições. Precisamos vencer o projeto golpista e, conjuntamente, o neoliberalismo. O

⁷⁰ “o sofrimento humano é um detalhe que os governos do norte global estão dispostos a tolerar em troca de acesso [a recursos]” - tradução minha.

imperialismo está de braços dados com o neoliberalismo. Após analisar o primeiro, a próxima seção buscará construir sentidos sobre o segundo.

5.2 NEOCOLONIALISMO: A FACE NEOLIBERAL

“O neoliberalismo tem uma história e uma coerência. Combatê-lo exige não deixar se iludir, fazer uma análise lúcida dele. O conhecimento e a crítica do neoliberalismo são indispensáveis” Pierre Dardot e Christian Laval, **A Nova Razão do Mundo**

“Naturaliza-se o absurdo, mesmo quando o horror parece estar perto demais. Diante de tanto sofrimento evitável, constata-se uma inércia que, em princípio, soa incompreensível. O caos parece reinar em meio à crença generalizada de que não existem alternativas. As pessoas, mesmo percebendo que há algo de errado, não sabem como agir para fazer diferente. Aliás, parecem ignorar que é possível fazer diferente” Rubens Casara, **Contra a miséria neoliberal**

O início desta pesquisa se deu por uma inquietação pessoal que foi crescendo desde que "ingressei" no mestrado como aluno especial. Como já mencionei anteriormente (seção 1.1), requeri à professora Adriana Brahim uma vaga como aluno especial na disciplina sobre Pesquisa Qualitativa em LA porque tinha interesse em aprender a fazer uma pesquisa de campo, gerando dados e os analisando, algo que não consegui realizar durante meu trabalho de conclusão de curso durante a graduação por me sentir inseguro para fazê-lo.

Já como aluno especial, antes mesmo de fazer o processo seletivo do mestrado na UFPR, ingressei no GPELIN (Grupo de Pesquisa em Educação Linguística), coordenado pela mesma professora, quando o tema do *neoliberalismo* começou a se tornar cada vez mais relevante para mim. Lembro vividamente que, lendo o livro *Pedagogia da Autonomia* de Paulo Freire (1996), em reuniões do grupo, o termo aparecia várias vezes, como em: “Daí a crítica permanentemente presente em mim à malvadez neoliberal, ao cinismo de sua ideologia fatalista e a sua recusa inflexível ao sonho e à utopia” (FREIRE, 1996,p. 16), já citado anteriormente, ou: “A ideologia fatalista do discurso e da política neoliberais de que venho falando é um momento daquela desvalia acima referida dos interesses humanos em relação aos do mercado.” (p. 99).

Essa, contudo, não foi a primeira vez em que o termo me chamou a atenção. Quando voltei a morar no Brasil, lá por 2012, como mencionei anteriormente, o fiz porque havia percebido que a ideia que eu tinha criado (ou sido levado a criar?) sobre os EUA destoava muito da realidade que eu percebia. A desigualdade social e a pobreza presentes no país me deixaram muito perplexo. Aquilo que eu consumira sobre o país, principalmente pela indústria cultural estadunidense, me mostrava a nação como o país da oportunidade, da liberdade e de proteção das minorias. Lá, percebi que algumas minorias eram de certa forma ostracizadas, como a comunidade afro-americana e grande

parte da comunidade imigrante, para citar apenas duas. O país que se orgulhava de ter criado a classe média mais pujante do mundo, naquele momento já vivia uma realidade drasticamente diferente. Enfim, a narrativa contada pela grande mídia sobre o país me parecia muito equivocada.

Sem entender muito de política e economia, voltei ao Brasil como muitas perguntas sobre o que tinha acontecido com o “sonho americano”. Sem lembrar de muitos detalhes, lembro que naquela época entrei em contato com um artigo que fazia uma análise histórica do período neoliberal e como ele tinha acarretado aumento da desigualdade e a concentração de renda e riqueza nas mãos de poucos, diminuição e empobrecimento do classe média, além de gerar um crescimento econômico pífio. Naquele momento, esse artigo me ajudou a explicar um pouco sobre o que eu tinha visto e experienciado. Mas guardei isso num canto da minha memória e ficou “por isso mesmo”.

Quando da leitura do livro de Freire e da ascensão do bolsonarismo, eu já estava mais interessado em questões políticas e econômicas e o termo passou a aparecer cada vez mais nos lugares que eu frequentava e nos conteúdos que eu consumia. Eu ouvia dele em falas acadêmicas repetidamente e uma curiosidade em entendê-lo foi ganhando cada vez mais força dentro de mim. Me parecia que ele me ajudaria a me localizar como um sujeito histórico e político. Ao mesmo tempo, o momento brasileiro pedia por um envolvimento maior com tais questões. Assim começou minha pesquisa.

Assim como nos trechos recém citados de Freire, o termo, na maior parte da vezes, aparecia de forma genérica e rápida, sem muito aprofundamento. O mesmo acontece no livro de Mignolo (2003), usado como guia para as discussões da seção 4 desta pesquisa. Parecia que o neoliberalismo era o grande culpado por muitas coisas e, a partir desse momento, o termo tinha claramente chegado no âmbito educacional, algo que me havia fugido anteriormente. Numa busca de maior precisão e aprofundamento, minha pesquisa encontrou na indisciplina uma maneira de construção de sentidos sobre o assunto.

Após meses, ou até anos nessa busca, estou convencido de que uma definição possível de neoliberalismo é de que ele se trata de uma luta de classes⁷¹. Uma luta de classes porque, na década de 1970, a classe exploradora burguesa se deparou com uma queda nas suas taxas de lucros por um fortalecimento da classe trabalhadora por conquistas sindicais durante o período fordista,

⁷¹ É relevante mencionar que Freire já menciona em seus livros que uma das características do neoliberalismo é buscar apagar as discussões sobre “classe social”. Porém, quando primeiramente li isso em seus livros, essa definição me escapou, talvez porque questões de classe não terem proeminência na LA, apesar de aparecerem tangencialmente.

acarretando uma resposta à altura dos donos dos meios de produção (COOPER, 2017). Já na década de 1970⁷², Douglas Fraser compartilhou de uma leitura similar:

In July of 1978, Douglas Fraser, President of the United Auto Workers, resigned from John Dunlop's Labor-Management Group in a flurry of publicity. The committee had been set up under the Nixon administration to seek out cooperative solutions to labor-management problems and to pass advice along to the White House. [...] "I believe leaders of the business community, with few exceptions, have chosen to wage a one-sided class war today in this country—a war against working people, the unemployed, the poor, the minorities, the very young and the very old, and even many in the middle class of our society," he declared. "The leaders of industry, commerce and finance in the United States have broken and discarded the fragile, unwritten compact previously existing during a past period of growth and progress. [...] I would rather sit with the rural poor, the desperate children of urban blight, the victims of racism, and working people seeking a better life than with those whose religion is the status quo, whose goal is profit and whose hearts are cold" (COWIE, 2003, p. 307).

Em julho de 1978, Douglas Fraser, presidente da United Auto Workers, renunciou ao Labor-Management Group de John Dunlop em uma enxurrada de publicidade. O comitê havia sido criado sob a administração Nixon para buscar soluções cooperativas para problemas de gestão trabalhista e dar conselhos à Casa Branca. [...] "Acredito que os líderes da comunidade empresarial, com poucas exceções, optaram por travar uma guerra de classes unilateral hoje neste país – uma guerra contra os trabalhadores, os desempregados, os pobres, as minorias, os muito jovens e os muito velhos, e até mesmo muitos da classe média da nossa sociedade", declarou. "Os líderes da indústria, comércio e finanças nos Estados Unidos quebraram e descartaram o frágil e tácito pacto que existia anteriormente durante um período que experienciou crescimento e progresso. [...] Prefiro sentar-me com os pobres rurais, os filhos desesperados da praga urbana, as vítimas do racismo e os trabalhadores que procuram uma vida melhor do que com aqueles cuja religião é o *status quo*, cujo objetivo é o lucro e cujos corações são frios" (COWIE, 2003, p. 307) - tradução minha.

Como enfatizado por Fraser acima, o neoliberalismo é um capitalismo selvagem. É um modelo civilizatório encabeçado pelo imperialismo estadunidense que, mesmo depois de ter causado várias crises ao redor do mundo, ainda permanece como a força determinante, especialmente no Brasil de Bolsonaro e Paulo Guedes, como pretendo demonstrar nesta seção, iniciando por uma contextualização jornalística.

André Esteves, dono do maior banco de investimentos do Brasil, BTG Pactual (onde trabalhava Paulo Guedes antes de assumir o chamado super-ministério no governo de Jair Bolsonaro) e uma das pessoas mais ricas do país, foi gravado numa reunião com investidores, no

⁷² Para uma abordagem mais detalhada, veja Cowie (2003): <https://library.fes.de/libalt/journals/swetsfulltext/18650600.pdf>, disponível em 15/12/2021.

dia 21/10/2021, contando histórias de suas interlocuções diretas com os poderes da república brasileira. O áudio, obtido pelo site *Brasil 247*⁷³, revela os bastidores do poder no Brasil.

No áudio, o banqueiro narra uma ligação que acabara de ter recebido de Arthur Lira, deputado federal pelo estado de Alagoas e então presidente da Câmara de Deputados, perguntando sua opinião sobre o recente pedido de demissão de vários secretários do ministério de Paulo Guedes. Na mesma gravação, ele narra como precisou “educar” ministros do Supremo Tribunal Federal sobre a importância da autonomia⁷⁴ do Banco Central, conversa que deu resultado, pois a votação do tema no Supremo pela autonomia do Banco Central venceu por 8 votos a 2. Ainda, Esteves conta como foi procurado pelo presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, sobre o que o banqueiro pensava sobre a taxa básica de juros estabelecida pela instituição, um dos determinantes financeiros mais importantes da economia.

No mesmo áudio vazado, Esteves fala do *problema* da demarcação de terras indígenas para investimentos, de que, na sua opinião, temos muito mais em comum com os Estados Unidos do que com qualquer país da América Latina e faz uso de frases e termos em inglês o tempo todo, sugerindo um tipo de *status* associado à língua inglesa aqui no Brasil; ainda, ele compara o golpe de 1964 com o golpe de 2016, dizendo que ambos foram momentos análogos de correção histórica na direção do país.

Esse áudio confirma a teoria que será explorada nesta parte do texto. Ou seja, ele mostra quem é o “mercado”, tanto falado nos jornais, como se fosse uma *entidade* responsável pela saúde econômica do país, mas que tem, na verdade, corpo, nome, localização e uma quantidade obscena de capital. O neoliberalismo é o mercado financeiro no comando do governo. Nem se eu inventasse um exemplo anedótico seria tão feliz em mostrar como o neoliberalismo impera no nosso país atualmente.

Segundo Marx e Engels (1998, p. 12), “o poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia.”, porém, que se apresenta de forma ainda mais determinante no neoliberalismo. Se o áudio acima citado não confirma a opinião

⁷³ <https://www.brasil247.com/economia/exclusivo-vaza-audio-do-banqueiro-andre-esteves-que-revela-como-ele-influi-na-camara-e-no-banco-central-assista>. Muitas matérias sobre o vazamento podem ser encontradas em diversos veículos, contendo mais detalhes e análises da fala do banqueiro. Escolhi disponibilizar esse link aqui por ser o responsável pelo emblemático furo jornalístico. A gravação possui mais de uma hora de duração e ouvi-lo integralmente fornece uma oportunidade ímpar de entender profundamente como pensam os detentores do poder no neoliberalismo e, ainda, como se materializa sua influência no governo nacional.

⁷⁴ Relevante ressaltar que a autonomia do Banco Central é um claro projeto neoliberal. Sua intenção é dar autonomia para a instituição em relação aos governos eleitos democraticamente, fato que ficará mais claro ao longo desta seção.

dos autores, vou me contentar em citar apenas mais dois argumentos. A cada ano, o programa Bolsa Família, que ajuda 13,5 milhões de famílias em todo o Brasil, não chega ao custo de 30 bilhões de reais (dados de 2019⁷⁵), enquanto as renúncias fiscais dadas à empresas privadas, com argumento de incentivo à economia, chega a mais de 350 bilhões de reais (dados de 2017⁷⁶) ao ano.

Escolhi começar a discussão sobre o neoliberalismo com os dados ilustrativos mencionados acima para contextualizar a discussão. Ainda, importante destacar que o projeto neoliberal só se impôs pelo poderio imperial e militar estadunidense, como destaquei anteriormente. Como espero deixar claro a seguir, o capitalismo teve uma virada entre os anos 1970 e 1980, quando, pela liderança dos EUA, o modelo de acumulação capitalista passou do fordismo para o neoliberalismo. Esse novo *modus-operandi* se estabeleceu quando o modelo soviético entrou em decadência e a nova ordem mundial se tornou unipolar, concedendo ao império estadunidense o imperativo de "dar todas as cartas do jogo" e, até, redefinir as suas regras.

Na próxima seção, me debruçarei na literatura que me ajudou a criar sentidos sobre esse novo momento histórico. A ordem dos elementos que serão elencados não se pretende linear ou cronológica; a sequência reflete o processo de construção desta pesquisa, ou seja, o ordem de como eu me familiarizei com os conceitos/entendimentos apresentados.

5.2.1 Neoliberalismo como fase atual do Capitalismo

O termo neoliberalismo tem sido usado abundantemente no discurso contra-hegemônico crítico na LA (BLOCK; GRAY; HOLBOROW, 2013; ALBUQUERQUE; HAUS, 2020; PENNYCOOK, 2020; BORELLI; SILVESTRE; PESSOA, 2020, MIGNOLO, 2003; WALSH, 2013, apenas para citar alguns exemplos). Por vezes, parece ser usado como um termo-amuleto, ou seja, um termo que parece quase obrigatório nas discussões contemporâneas. Tem, por vezes, sido usado com significados amplos e/ou imprecisos, dificultando um diagnóstico do real problema que enfrentamos e, conseqüentemente, dificultando encontrar respostas apropriadas à miséria neoliberal⁷⁷.

⁷⁵ <https://br.financas.yahoo.com/noticias/bolsa-familia-gastos-governo-070036578.html>, disponível em 04/11/2021.

⁷⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-06/brasil-deixou-de-arrecadar-r-3547-bi-com-renuncias-fiscais-em-2017>, disponível em 04/11/2021.

⁷⁷ Durante a hegemonia do neoliberalismo (1990-2020), ocorreu tanto o crescimento da desigualdade e do endividamento da população quanto causou menos crescimento econômico que em etapas capitalistas anteriores (CASARA, 2021).

Muitas vezes, o neoliberalismo é entendido como algo “anti-Estado” ou defensor do estado mínimo. Tais perspectivas se mostram falaciosas se buscarmos descrever o fenômeno mais atentamente. Ao contrário destas acepções, como já percebeu Foucault (2020), trata-se de um nova articulação entre o público e o privado, redefinindo (e não eliminando) o papel estatal, que visa a um governo dos indivíduos por um estado forte, autoritário e, por vezes, violento (CASARA, 2021).

O neoliberalismo, como demonstra Casara (2021), é uma entidade sublinhada de plasticidade e com propriedades altamente adaptativas aos diversos contextos nos quais busca criar raízes. Num processo de constante auto-reinvenção, ele se apresenta como resposta e/ou alternativa aos males causados por “velhos neoliberalismos”. Isso pode ser claramente percebido na grave crise de 2008-2009, de seu feitio, e seu acirramento na década seguinte ao redor do mundo.

Ademais, podemos destacar sua incompatibilidade com a democracia, questionada e ameaçada abertamente há décadas, por exemplo, através de Margaret Thatcher e seu infame discurso de que não existe sociedade, mas apenas indivíduos e interesses (THATCHER, 1993), além de um dos pais do neoliberalismo, Friedrich Hayek, e seus esforços para "consertar" os efeitos disruptivos da democracia nas atividades do mercado (HAYEK, 1973).

A intencional má compreensão do funcionamento da nossa sociedade é um projeto dos poderes político e econômico, os quais apresentam fatos e informações isoladamente, na tentativa de fragmentar a realidade para torná-la incompreensível (CASARA, 2021), tornando vital uma busca por uma nova narrativa anti-hegemônica, em outras palavras, advogo pelo LNC com uma das maneiras para construção de sentidos sobre suas macro-estruturas.

Antes de me aprofundar nas caracterizações do neoliberalismo, gostaria de dar um passo atrás e discorrer sobre outros termos que podem auxiliar na construção de entendimentos sobre a fase atual do capitalismo e suas implicações que, muito mais do que apenas econômicas, são a base para uma nova razão civilizatória (DARDOT; LAVAL, 2016; MIGNOLO, 2003)

5.2.2 A Realidade, o Imaginário, o Simbólico e o Real

Em seu livro *Contra a miséria neoliberal* (uma *live* na qual Casara apresenta as principais ideias desse livro pode ser acessada pelo *QR code* ao lado), Casara (2021) explora o *imaginário neoliberal*. Para tanto, ele apresenta algumas



Rubens Casara -
Contra a miséria
neoliberal

considerações que me parecem convenientes às discussões desta presente pesquisa. Esta seção utiliza-se das reflexões do autor para seu desenvolvimento.

O autor, em seu livro, ressalta que o neoliberalismo busca reforçar imagens de um modo de pensar e atuar no mundo a partir de categorias como “interesse”, “lucro”, “concorrência” etc., as quais são introjetadas pelos indivíduos. Um exemplo: "a imagem que o homem neoliberal tem de outros indivíduos é a de um objeto que pode ser danoso ou, mais precisamente, a imagem de uma empresa concorrente que precisa ser derrotada." (Ibidem, p. 281).

A fim de aprofundar esta discussão, Casara utiliza alguns termos-chave que precisam ser abordados. Segundo o autor, “imaginário” é tanto uma tentativa de retratar o real quanto algo que pode ser taxado de inventado ou ilusório. Isso decorre do fato de que “imaginar” traz em si a ideia de criação de imagens, as quais se diferenciam dos objetos que estão retratando. A imaginação, afirma o autor, sempre está limitada pelo simbólico, em outras palavras, pela linguagem e pelas experiências de cada um.

Sendo assim, as imagens são, necessariamente, as imagens que se fazem de algo. Nesse processo, há sempre algo de criativo, porém, que se liga à vivência de cada um, à sua história, às suas pré-compreensões e tradições. Toda imagem, portanto, é parcial; a representação não alcança a completude do objeto. Ao longo desse processo, o sujeito cria-se a si mesmo e ao mundo. Isso realiza-se na relação entre “o imaginário (a imagem que se tem) e o simbólico (o dimensão da linguagem). É através da ordem simbólica (*da linguagem, das palavras e dos gestos*) que o imaginário pode ser [comunicado].” (Ibidem, p. 285 - ênfase minha).

A realidade, nesses termos, pode ser entendida como essa trama simbólico-imaginária, sendo ela um registro distinto do real:

O real é impossível de simbolizar, como percebeu Lacan. A realidade, por sua vez, é retratável através da linguagem porque ela é sempre parcial. A realidade une *simbólico* e *imaginário* com o objetivo de substituir o real. A compreensão que cada pessoa tem do mundo não é o “real do mundo”, uma vez que se limita às imagens que cada pessoa produz que podem ser [compartilhada] através da linguagem. É impossível, pois, compreender a realidade sem o recurso do [...] imaginário. (CASARA, 2021, p. 286).

Platão, em sua alegoria da caverna, já sublinhou que as pessoas têm a necessidade de se iludir, acreditando que as imagens não podem ser diferentes do real. Podemos, assim, aproximar a *realidade* com uma *percepção* que tenho do *real*, uma construção coerente entre o imaginário e o simbólico. De acordo com Casara (Ibidem, p. 287), “o empobrecimento da linguagem (e o correlato enfraquecimento do simbólico), promovido pela racionalidade neoliberal, por exemplo, leva ao

fortalecimento do registro imaginário.”. O imaginário é mutável, sujeito a transformações, fazendo dele um campo de disputa ético-política, “colonizar o imaginário é a condição de possibilidade para o neoliberalismo impregnar o conteúdo e a significação de tudo com os valores do mercado” (Ibidem, p. 289), de forma a possibilitar a ilimitação dos lucros e “[...] atacar os princípios, práticas, culturas, sujeitos e instituições da democracia, compreendida como um governo pelo povo.” (BROWN, 2018, p. 9).

Nessa batalha pelo nosso imaginário, nutre-se a ausência de reflexão e da crítica, com pensamentos como, “é mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo”, ou simplificações como, “todos os políticos são corruptos, então melhor não se envolver em política” ou a equiparação do nazismo e do comunismo, discurso usado no Brasil nos últimos anos. Continua Casara (2021, p. 290-291 - grifo meu):

a ‘simplicidade’ e a ‘transparência’, enunciadas pela normatividade neoliberal, buscam reforçar a ilusão da imanência, empobrecimento da linguagem e a ausência da reflexão, incentivados pela normatividade neoliberal, são fenômenos que atendem a finalidade de domesticar o imaginário [...], o objetivo visado envolve a potencialização dos lucros dos detentores do poder econômico, a demonização da política, a proliferação do egoísmo, a produção de medo e a generalização da sensação de impotência relacionada com a imagem de que inexistente alternativa ao projeto neoliberal. A *colonização do imaginário* [...] funciona, portanto, como uma espécie de reforma da alma, que antecede e explica a reforma do Estado, da sociedade, da família etc.

Essa concepção de mundo, um tipo de *colonialismo das mentes*⁷⁸, vai muito além do campo econômico e mesmo da esfera governamental, ela, na realidade, se espalha por todas as esferas da nossa vida. O imaginário neoliberal acabou sendo “percebido pelo indivíduo assujeitado como natural e não como resultado, sempre provisório, de um processo histórico.” (Ibidem p. 297).

Nessa contínua expansão dos seus tentáculos, o neoliberalismo ainda se apropria de ideias e imagens originalmente transformadoras e anticapitalistas, como aconteceu com franjas dos movimentos feminista, negro, LGBTQIA+, entre outros, para fins de mercados de nicho, em busca de lucro: "The market actively fosters social *fragmentation* as a means of maximizing the potentials of niche markets. Hence the market has an interest in the development and support of distinct

⁷⁸ É interessante notar que além da exploração material, a dominação é sobretudo ideológica, uma dominação deveras mais eficaz que a dominação através de violência física, afinal, ela elimina do imaginário a hipótese revolucionária, ou seja, reforça um imaginário conservador e conformista de manutenção do *status quo* (CASARA, 2021).

lifestyles, with former (at least partly) ethical concerns swept aside [...]”⁷⁹ (KRESS, 2010, p. 20), ou seja, o comportamento neoliberal é:

(...) compatível com a assimilação de pautas identitárias, mas que necessita da manutenção da desigualdade para ampliar as margens de lucro. Dá-se, então, a apropriação neoliberal da igualdade cultural e jurídica das minorias sociais e étnicas, reduzindo a maioria dos militantes dessas causas a meros consumidores *satisfeitos* com os novos produtos que lhes são oferecidos, enquanto os direitos sociais são fragmentados, as relações de trabalho são precarizadas, e o mercado é desregulamentado (CASARA, 2021, 327)⁸⁰.

O maquinário que é responsável pela produção e disseminação do ideário neoliberal, segundo Louis Althusser (1985), é formado pelos chamados “aparelhos ideológicos de Estado”, instituições colonializadas/colonizadoras e enumeradas por Casara (2021) como: igrejas (na era neoliberal, especialmente igrejas pentecostais⁸¹), as escolas (públicas e privadas, assim como universidades), a família, a política (o sistema político, diferentes partidos e movimentos), o judiciário (tribunais, Ministério Público, polícias, o direto etc.), sindicatos, mídia e cultura (televisão, redes sociais, internet, rádio, imprensa, cinema, esportes etc.). Todos esses “compõem o mosaico de meios de produção de imagens e ideias neoliberais [...], submetendo cada pessoa e cada relação à lógica do mercado e da concorrência”, com o DNA digital do “curtir” com “likes” de forma simples, rápida e superficialmente, um “velamento do pensamento e da reflexão” (Ibidem, p. 302), a fim de naturalizar ideologicamente a desigualdade e a concentração de renda, por meio de ideias e imagens prontas, simplificadas e estereotipadas, como defende Thomas Piketty (2019, p. 20):

[...] o mercado e a concorrência, o lucro e o salário, o capital e a dívida, o trabalho qualificado e não qualificado, os nacionais e os estrangeiros, os paraísos fiscais e a competitividade não existem enquanto tais, isto é, são construções sociais e históricas que dependem inteiramente do sistema legal, fiscal, educativo e político que se escolhe colocar em ação.

⁷⁹ "O mercado fomenta ativamente a *fragmentação* social como meio de maximizar as potencialidades dos nichos de mercado. Por isso, o mercado tem interesse no desenvolvimento e apoio a estilos de vida distintos, com anteriores (pelo menos parcialmente) preocupações éticas postas de lado [...]" - tradução minha.

⁸⁰ Isso pode ser facilmente ilustrado pelas aparentes lutas identitárias defendidas por empresas definidoras do capitalismo moderno, como Apple, Google e Facebook e suas campanhas sobre diversidade. Uma consequência mais complexa é a culpabilidade atribuída a minorias pela aparente perda de privilégio de alguns que se sentem ameaçados por estas.

⁸¹ Uma breve busca de canais abertos na TV ou estações de rádio, podemos associar a ligação entre os aparelhos ideológicos e o crescimento dos segmentos evangélicos, especialmente pentecostais no Brasil, que ajudaram levar a Jair Bolsonaro à presidência. Um outro motivo para entendermos a necessidade de definir um neocolonialismo é o fato da diminuição da influência católica, herdeira da modernidade, e o constante crescimento do movimento evangélico, principalmente pentecostal, que tem sua fortaleza nos Estados Unidos da América (MIER; HUNT, 2019).

Em outras palavras, a sociedade em que vivemos foi construída e se reconstrói constantemente. As ideias e as imagens hegemônicas que predominam nesse momento histórico em que vivemos não precisam ser determinantes de outro momento histórico por-vir. A razão neoliberal (foco da próxima seção) precisa ser constantemente desafiada, pois é “o resultado de um imaginário conformista e conservador, ou seja, de imagens negativas relacionadas às tentativas históricas de construir um futuro melhor.” (CASARA, 2021, p. 318). Essa pode ser umas das estratégias para superarmos, nas palavras de Casara, a *sociedade-rebanho* que se vê com liberdade e autonomia, porém é majoritariamente cega à *única* opção que lhe é dada.

5.2.3 Razão neoliberal

No dia 21 de janeiro de 1981, Ronald Reagan assumiu a presidência dos EUA. Em seu discurso inaugural, o mandatário propagou uma ideia, ou dogma, que tem eco até os dias de hoje: *Government is not the solution to our problem; government is the problem*⁸² (REAGAN, 1981, sem p.). A partir de então, o imaginário neoliberal começou a ser criado, ao se tornar o discurso oficial do império estadunidense, justificando contínuas reformas em favor do capital: o projeto de colocar o Estado em cheque se tornou manifesto; o *bem comum* passou a ser constantemente atacado.

Paralelamente, Margaret Thatcher foi outra proeminente porta-voz do discurso neoliberal. Em uma entrevista no ano de 1987, ela pronunciou uma sentença, ou dogma, ou até um mantra neoliberal, que deve ficar por muito tempo marcada nos anais da história: *não existe sociedade, apenas indivíduos* (THATCHER, 1993) - “there's no such thing as society, only individual men and women”. O neoliberalismo, inferindo de sua fala, pode ser definido com uma tentativa de acabar com a ideia de que vivemos numa sociedade: o individualismo é colocado como uma doxa da contemporaneidade.

A pandemia de COVID-19, entretanto, pode ser/ter sido um dos contra-argumentos mais explícitos no que tange o discurso neoliberal. Um bom *governo*, que pensasse a *sociedade* como um todo ao invés de dividi-la, poderia ter feito com que a pandemia tivesse ceifado um número muito menor de vidas.

⁸² "O governo não é a solução para o nosso problema; o governo é o problema" - tradução minha.

Há várias faces da nossa vida que gritam alguma das falácias - ou mentiras? - do discurso neoliberal. As duas falas citadas acima reverberam até hoje. Estou convencido de que se não usarmos esse momento histórico - de crise do capital em conjunto com a crise sanitária e a crise educacional - como um instrumento educativo, poderemos ter perdido a oportunidade de uma geração de transformar o mundo, como eu desejo, muito inspirado pelas obras Freiriana, Marxiana, e tantas outras que acreditam que as coisas como estão não precisam continuar assim: podemos ser sujeitos ativos e propositivos da nossa história.

Para tanto, é relevante ressaltar que o neoliberalismo vai muito além de ser uma ideologia ou uma política econômica. “É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e todas as esferas da vida.” (DARDOT; LAVAL, 2016). Em seu livro *A Nova Razão do Mundo: um ensaio sobre a sociedade neoliberal*, Pierre Dardot e Christial Laval fazem uma das mais apuradas análises sobre a fase contemporânea do capitalismo e sua racionalidade. A partir daqui, utilizo suas reflexões como guia para minhas ponderações.

Segundo os autores, o neoliberalismo tem acarretado a transição para uma era pós-democrática. Um projeto iniciado nos anos 1930, após a falência da sociedade liberal pela crise de 1929, o sistema neoliberal visa dificultar ações coletivas, levando indivíduos a concorrer em todos os níveis, buscando minar qualquer capacidade de (re)ação contra ele. Compreender como esse fenômeno ocorre é, ao ver desses estudiosos, uma “questão *estratégica* universal”, em outras palavras, uma razão para entendermos suas macro-estruturas.

Mesmo tendo seu momento seminal nos anos 1930 e 1940, sua proeminência vai se dar apenas na década de 1970 (cf. os *QR codes* ao lado). O capitalismo, por influência mais determinante de John Maynard Keynes, viveu o que muitos chamam de sua época de ouro entre a Segunda Grande Guerra e 1975, quando o economista se propôs a “salvar o capitalismo dos capitalistas”. Denominados *Trinta Anos Gloriosos* (1945-1975), o capitalismo viveu seus momentos de maior crescimento, distribuição de renda, criação do Estado de Bem-Estar Social, com forte interferência e planejamento estatais. Com a crise dos anos 1970, o neoliberalismo finalmente começou a ser revisitado, mesmo que sem o uso do nome "neoliberalismo" pelos seus defensores ou idealistas, quando o termo passou a ser usado majoritariamente por seus críticos (ANDRADE, 2021).



Michael Hudson
on The History of
Neoliberal



Origens
Históricas do
Neoliberalismo
como Luiz
Gonzaga Belluzo

Entendido estritamente como uma ideologia ou política econômica anti-estado ou a favor de Estado mínimo, esse erro de diagnóstico aproxima o neoliberalismo do liberalismo clássico, ou *laissez-faire*, impedindo a compreensão mais ampla e precisa de que, na verdade, a fase contemporânea do capitalismo é uma redefinição do papel do Estado, e não um apagamento dele. Ouvindo apenas o discurso dos neoliberais, podemos acreditar que seu maior interesse é apenas privatizar os bens públicos e deixar o mercado agir livremente. Todavia, essa é uma falácia que apenas limita nossa compreensão do contexto em que estamos vivendo. A meu ver, trata-se de uma forma de *neocolonialismo* que pode ser ainda mais eficaz que as anteriores, pois, além das apropriações materiais, é, majoritariamente um *colonialismo das mentes*, *buscando esconder o poderio das armas tanto quanto possível*, algo que se mostrava mais desafiador em outros momentos históricos quando as armas tinham um papel mais explícito, pois, o controle das mentes ainda *não conhecia o poderio midiático atual e sua indústria cultural de alcance mundial* (SOUZA, 2020; 2021).

Além disso, Dardot e Laval afirmam que o neoliberalismo não é apenas uma reestruturação das formas sociais, ele redefine a *forma da nossa existência*, produzindo novas subjetividades. Faz isso em quatro aspectos diferentes: aspecto político (conquista do poder estatal), aspecto econômico (globalização do capitalismo financeiro a todos os cantos do mundo), aspecto social (individualização das relações sociais, aumentando as desigualdades e defendendo a meritocracia (SANDEL, 2020)) e aspecto subjetivo (criação de um novo sujeito e de novas patologias psíquicas), em outras palavras, uma nova racionalidade: o neoliberalismo organiza tanto a ação dos governantes quanto a conduta dos governados.

Poderíamos dizer que o neoliberalismo é “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). Segundo Michel Foucault (2008, p. 324), “trata-se não da instituição 'governo', mas da atividade que consiste em reger a conduta dos homens no interior de um quadro e com instrumento de Estado.”. Ademais, Foucault introduziu o termo “governamentabilidade”, significando diversas formas pelas quais homens, pertencendo ou não a um governo, tentam conduzir a conduta de outros homens (DARDOT; LAVAL, 2016), e mais, “chamo de governamentabilidade o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si [...]” (FOUCAULT, 2001, p. 1604), ou seja, a *disciplina de um autogoverno do indivíduo pelo imaginário neoliberal* (CASARA, 2021) e sua lógica de

concorrência, seu modelo de empresa para o estado e para o indivíduo, destacando o caráter transversal dos modos de poder exercidos no interior de uma sociedade numa mesma época (DARDOT; LAVAL, op. cit.).

Essencial ressaltar, mais uma vez, que o modelo neoliberal não é a tomada do poder pelo mercado em detrimento do Estado, afinal, o Estado é uma instituição capitalista, “o mercado moderno não atua sozinho: ele sempre foi amparado pelo Estado” (Ibidem, p. 19), algo facilmente perceptível em cada crise econômica, quando o Estado sempre sai em socorro da economia com injeção de gigantescos auxílios emergenciais, os quais sempre se concentram nas mãos de instituições financeiras e não da população (HUDSON, 2018). Um outro exemplo que pode ser destacado é o limitado e inadequado auxílio emergencial dado às famílias durante a pandemia do COVID-19 enquanto bancos receberam, literalmente, auxílio que chegou 1 trilhão de reais⁸³, possibilitando lucros recordes mesmo nessa época⁸⁴.

O neoliberalismo é “uma resposta a uma crise de governabilidade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 26) que deu certo, afinal, nos últimos 40 anos de hegemonia neoliberal. Apenas nos Estados Unidos, a luta de classes que acarretou a transferência de renda dos 90% mais pobres para o 1% mais rico foi de cerca de 50 trilhões de dólares (PRICE; EDWARDS, 2020) e a fatia estadunidense da riqueza mundial que havia caído para 25% em 1970, voltou ao patamar de 50% com o projeto neoliberal encabeçado pelo império neocolonial estadunidense (CHOMSKY, 2017), mesmo nível de 1945, pós Segunda Guerra Mundial, quando os EUA assumiram o papel de hegemonia no capitalismo e redefiniram a ordem mundial através do Acordo de Bretton Woods, em 1944, que estabeleceu o dólar como base de indexação das outras moedas, estabelecendo a plenitude do neocolonialismo.

Em busca de uma governabilidade eficaz, as principais cabeças do neoliberalismo estão interessados na sujeição dos trabalhadores por meio da precarização do trabalho⁸⁵ e seu endividamento crônico, os deixando, pela insegurança e pelo medo, sem forças pra lutar pelos seus interesses.

⁸³ Veja: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/03/banco-central-anuncia-conjunto-de-medidas-que-liberam-r-1-2-trilhao-para-a-economia>.

⁸⁴ <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/17/bancos-brasileiros-tem-lucro-recorde-em-pior-ano-da-pandemia>.

⁸⁵ A implantação de reformas neoliberais é acompanhada de encarceramento em massa (BORGES, 2019), no Brasil e EUA, usando a guerra às drogas como desculpa para uma sociedade sem oportunidades para todos.

Essa condução da economia, montada na precarização (ANTUNES, 2018), nem sequer toma corpo em segredo, como poderia se pensar. Em um artigo no *New York Times*⁸⁶, Alan Greenspan (1997), presidente do Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos (*Federal Reserve*) de 1987 a 2006 - entidade responsável pela injeção de dinheiro da economia em tempos de crise no Estados Unidos -, atribui, durante um depoimento ao Congresso Americano, à insegurança trabalhista o papel de maior responsável pelo bom andamento da economia americana. Nesse sentido:

A corrosão progressiva dos direitos ligados ao status de trabalhador, a insegurança instilada pouco a pouco em todos os assalariados pelas "novas formas de emprego" precárias, provisórias e temporárias, as facilidades cada vez maiores para demitir e a diminuição do poder de compra até o empobrecimento de frações inteiras das classes populares são elementos que produziram um aumento considerável do grau de dependência dos trabalhadores com relação aos empregadores. Foi esse contexto de medo social que facilitou a implantação da neogestão nas empresas. Nesse sentido, a "naturalização" do risco no discurso neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda. Transferindo os riscos para os assalariados, produzindo o aumento da sensação de risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento muito maiores. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329).

Se a falácia presente no discurso midiático é de que o mercado deve ser livre e o Estado mínimo, a realidade mostra o Estado como protetor dos mercados: sua função é de garantidor das leis, dos contratos, da propriedade privada (algo intrínseco ao capitalismo), outrossim, regulador dos mercados de forma a garantir a concorrência, protegendo os investimentos capitalistas. O Estado muda de papel, de garantidor do bem-estar social para garantidor dos mercados construídos. Essa é uma clara diferença entre liberalismo e neoliberalismo (veja *QR code* ao lado). Se o primeiro defendia os mercados como naturais, o segundo pode até dizer que está interessado no mesmo, quando, na verdade, os mais importantes pensadores neoliberais acreditam que os mercados não são naturais como se defendia no século XIX, são, ao invés, criados e precisam ser mantidos com a mão forte do Estado (SLOBODIAN, 2020).



Liberalismo x
Neoliberalismo por
Rita Von Hunty

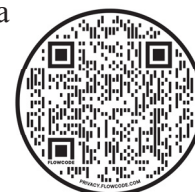
O Estado deve, então, se reformar para seguir o modelo da empresa e da concorrência. Todas as esferas da vida precisam virar mercadoria e entrar no mercado, até a educação (cf. seção 5.2.7) e a saúde. O empreendedorismo entra aqui, todos precisam investir em si mesmo. Investimentos no *capital humano* devem ser constantes e de responsabilidade individual. Sempre

⁸⁶ Artigo publicado pelo *New York Times*: <https://www.nytimes.com/1997/02/27/business/job-insecurity-of-workers-is-a-big-factor-in-fed-policy.html>, disponível em 03/09/2021.

ressaltando a concorrência entre todos. Cada indivíduo é encorajado a se ver como uma empresa, que precisa de constantes investimentos, ou seja, torna-se *empreendedor de si mesmo* (HAN, 2015). As pessoas se vendem nas redes sociais, criando imagens de si mesmo, passam a ver suas amizades como *networking*, criar filhos/as passa a ser visto como um investimento: preparação para o mercado. *Coaching* (estratégias gerenciais para a vida pessoal, com metas pessoais etc.) se torna parte do senso comum. O sucateamento dos serviços públicos é intencional, encorajando privatizações de bens públicos (usando como desculpa, também, a corrupção), e precarização trabalhista, ainda, acarreta-se o endividamento da população para enfraquecer seu poder de luta trabalhista (DARDOT; LAVAL, 2016).

Além disso, "alguns jogos televisivos, os chamados 'reality TV', também ilustram essa 'luta pela vida', em que apenas os mais espertos e, com frequência, os mais cínicos conseguem 'sobreviver'" (Ibidem, p. 354). O programa de TV Big Brother Brasil, por exemplo, é tanto a exemplificação do neoliberalismo, na qual um vence e leva quase tudo e a maioria dos participantes leva quase nada, quanto um dos difusores da nova racionalidade de forma naturalizada. Esse *reality show*, como tantos outros, ajuda a moldar tudo: nossa subjetividade, nossa visão de mundo, nossos valores, nossas relações uns com os outros, as instituições. Essa sociedade de mercado gera eleitores preocupados em votar apenas com interesses egoístas e em benefício próprio: lembrando Thatcher, não há sociedade, apenas indivíduos.

O Estado tem um papel, ao contrário do que se diz, extremamente ativo⁸⁷: agir politicamente para moldar a sociedade inteira através do modelo de mercado, o qual é idealizado, colocado em contradição ao Estado, que é descrito como corrompido. Diretores de escolas viram gestores, em outras palavras, a escola vira um negócio como outro qualquer. O governante ideal precisa ter experiência empresarial, dita mais eficiente. "Numa sociedade guiada pela concorrência, todo mundo precisa correr pra ficar no mesmo lugar"⁸⁸ (ANDRADE, 2021 - veja *QR code*); ficar parado, sem auto-investimento, é na prática ficar pra trás. Assim, as pessoas precisam se esforçar para não progredir. O trabalho no mundo empresarial, cada vez mais, possui gestão por projetos (DARDOT; LAVAL,



Neoliberalismo e suas definições no Brasil por Daniel Andrade

⁸⁷ Podemos ressaltar aqui a PEC dos gastos, desenvolvida para "controlar" as contas públicas e garantir o pagamento da dívida pública, detida pela fração mais rica da sociedade, em detrimentos de serviços sociais. Outro exemplo: as reformas trabalhista, e sua precarização do trabalho, e da previdência, e seu corte de benefícios equalizadores de renda e o incentivo da ampliação do mercado de planos previdenciários privados.

⁸⁸ Muitos das considerações deste trecho são baseadas na fala do professor Daniel Andrade, *Neoliberalismo e suas definições no Brasil*: https://youtu.be/A_xODsioGZg, disponível em 03/09/2021, que também pode ser acessada pelo *QR code* acima.

2016); num discurso de liberdade, motoristas de Uber se veem como chefes de si mesmo, quando na verdade são explorados e vigiados constantemente (ANTUNES, 2018). O “colaborador” deve sempre se mostrar positivo, cooperativo e satisfeito, para que entregue bom desempenho constantemente, respondendo às demandas. Se metas são atingidas, novas metas são imediatamente criadas. Repete-se, constantemente, que auto-estima e trabalho duro são o caminho para o sucesso, sempre ligados exclusivamente à performance de cada um. Assim, quando alguém se vê bem sucedido, alimenta seu ego, quando mal sucedido, se vê como único responsável pelo seu fracasso (HAN, 2015).

O trabalhador é levado a acreditar que risco e ganhos altos estão sempre ligados. Quando, na verdade, grandes investidores privatizam os lucros e socializam os prejuízos em tempos de crise, usando o Estado como garantidor de risco quase zero (HUDSON, 2018).

Os esportistas são vistos como “encarnações perfeitas do empreendedor de si, que não hesitam um instante sequer em se vender a quem pagar mais, sem muitas considerações a respeito da lealdade e da fidelidade [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 354), trazendo como símbolo da nossa sociedade o hino *We are the champions* (Nós somos os campeões), onde *No time for losers* (Não há tempo para perdedores).

O neoliberalismo, “com suas doses maciças de intervenção estatal no campo político e social, aparece como uma engenharia social.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021, p. 25). Uma das consequências desse processo é o grande aumento nos casos de depressão:

É notório que o diagnóstico de “depressão” se multiplicou por sete de 1979 a 1996, uma verdadeira doença de 'fin-de-siècle', como foi a 'neurastenia'. A depressão é, na verdade, o outro lado do desempenho, uma resposta do sujeito à injunção de se realizar e ser responsável por si mesmo, de se superar cada vez mais na aventura empresarial. O indivíduo é confrontado mais com uma patologia da insuficiência do que com uma doença da falta, mais com o universo da disfunção do que com o da lei: o depressivo é um homem em pane. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 366).

Nessa conjuntura, afirmam os autores (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 367), “o sujeito que não aguenta a concorrência pela qual pode entrar contato em com os outros é um ser fraco, dependente, que se suspeita não estar ‘à altura do desafio’”. Concomitantemente, “o discurso da ‘realização de si mesmo’ e do ‘sucesso de vida’ leva a uma estigmatização dos ‘fracassados’, dos ‘perdidos’ e dos infelizes, isto é, dos incapazes de aquiescer à norma social de felicidade” (Ibidem).

Em consonância, Han (2017, p. 23) declara que vivemos em uma “sociedade do desempenho” que, em contraste com um momento anterior de uma “sociedade disciplinar”, é

formada por “academias de *fitness*, prédios de escritórios, bancos, aeroportos, shopping centers e laboratórios de genética” onde os habitantes “não são mais 'sujeitos da obediência’, mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmo”. Prosseguindo em sua análise, o autor e filósofo afirma que essa sociedade “produz depressivos e fracassados” (Ibidem, p. 25), uma vez que na contemporaneidade “o que causa a depressão do esgotamento não é o imperativo de obedecer apenas a si mesmo, mas a *pressão do desempenho* [...], a depressão se expande ali onde os mandatos e as proibições da sociedade disciplinar dão lugar à responsabilidade própria e à iniciativa” (Ibidem, p. 27).

Analisando esse *neosujeito*, termo usado em seu livro, Dardot e Laval buscam delinear uma nova racionalidade. Nessa toada, eles destacam quatro traços determinantes da razão neoliberal:

Quadro 1 - Razão Neoliberal

| RAZAO NEOLIBERAL | |
|------------------|---|
| 1 | Ao contrário da visão compartilhada por economistas clássicos, o mercado não é um dado natural, mas uma realidade construída que, como tal, requer a intervenção ativa do Estado, assim como um sistema de direito específico. |
| 2 | A essência da ordem de mercado não reside na troca, mas na <i>concorrência</i> , definida como relação de desigualdade entre diferentes unidades de produção ou “empresas”, sendo ela a norma geral das práticas econômicas e o Estado como garantidor do quadro geral. |
| 3 | O Estado, além de ser a quem compete construir o mercado, é obrigado a se ver a si mesmo como uma empresa, construindo-se de acordo com as normas de mercado, e acarretando a primazia absoluta do direito privado e um esvaziamento progressivo de todas as categorias de direito público, porém, não através de uma ab-rogação formal destas últimas, mas de uma desativação de sua validade operatória (sucateamento). |
| 4 | A exigência de uma universalização da norma de concorrência ultrapassa largamente as fronteiras do Estado, atingindo até os indivíduos em suas relações consigo mesmo. A "governamentabilidade empresarial" prolonga-se ao governo de si do “indivíduo-empresa”, ou, mais exatamente, o Estado empreendedor deve, com os autores privados da "governança", conduzir indiretamente os indivíduos a conduzir-se como empreendedores: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se multiplicar. |

Fonte: DARDOT e LAVAL (2016, p. 377-378)

Nessa racionalidade, “a única questão autorizada no debate público é a da capacidade de levar a cabo ‘reformas’ cujo sentido não é explicitado, sem que se saiba muito bem quais resultados se tenta obter por essa ação sobre a sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 380). Ademais, se a democracia faz uso de eleições pelo voto da maioria, o neoliberalismo preocupa-se com uma limitação do poder (ainda que seja o da maioria); como defendia Hayek (1994), o neoliberalismo,

seja democrático ou autoritário, é sempre preferível à “tirania da maioria”⁸⁹, tornando-o, essencialmente, em um *antidemocratismo* (DARDOT; LAVAL, loc. cit.).

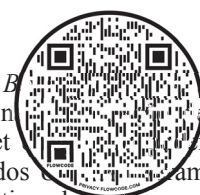
Segundo os autores, “a esquerda não pode contentar-se em defender a democracia liberal, como tende a fazer [...]” (Ibidem, p. 389), “a esquerda não pode ignorar essa realidade [neoliberal]; ao contrário, deve reconhecê-la para melhor enfrentá-la” (Ibidem, p. 395). A partir dessas afirmações é que defendo um letramento *outro*, ou seja, o LNC que pode contribuir para práticas de construção de sentidos sobre as macro-estruturas neocoloniais mais determinantes. Para superar, todavia, o neoliberalismo, a esquerda precisa de uma nova governamentalidade, que ainda precisa ser inventada (FOUCAULT, 2008), algo que poderá ser alcançado apenas por de num projeto comunal e em várias mãos.

5.2.4 Valores Familiares (neoliberalismo + neo-conservadorismo)

Um fato que desperta muita curiosidade na política brasileira e mundial é a união entre (neo)liberais⁹⁰ e conservadores para fins eleitoreiros e governamentais. A aparente contradição entre epistemologias, sendo que a primeira se diz em favor de liberdades individuais e a segunda em defesa de valores tradicionais/religiosos/conservadores, que parecem estar demasiadamente distantes gerou o que no Brasil se entende por “liberal na economia, conservador nos costumes”.

⁸⁹ A fala de Hayek faz alusão ao seu apoio à ditadura de Pinochet no Chile, onde os *Chicago Boys* (neoliberais da Universidade de Chicago, cujo maior expoente foi Milton Friedman) ajudaram nas medidas que fizeram o país o primeiro a adotar amplamente o neoliberalismo. Augusto Pinochet chegou ao poder através de um golpe que é chamado de “o primeiro 11 de setembro”, quando, em 1973, “os Estados Unidos tiveram êxito em seus esforços para derrubar o governo democrático de Salvador Allende [...]. O objetivo do golpe, nas palavras da administração Nixon, era matar o ‘vírus’ que poderia encorajar a todos esses ‘estrangeiros’ [que] estão a fim de foder com a gente’ - foder com a gente era tentar assumir o controle de seus próprios recursos e, em termos mais gerais, aplicar uma política de desenvolvimento independente, numa diretriz que causava repulsa a Washington. Em segundo plano, apoiando a decisão do golpe, estava a conclusão do Conselho de Segurança Nacional (National Security Council - NSC, na sigla em inglês) de Nixon de que, se os EUA não eram capazes de controlar a América Latina, não se poderia esperar que conseguissem ‘realizar a sua ordem auspiciosa em qualquer outro lugar do mundo’. A ‘credibilidade’ de Washington seria solapada” (CHOMSKY, 2017, p. 29-30). Vale ressaltar que Paulo Guedes, um *Chicago Boy*, foi para o Chile na década de 1980 para entender como o processo se dava por lá, e, hoje, tem aplicado os mesmos preceitos que culminaram nas graves crises sociais chilenas nos últimos anos, resultados de privatização e eliminação de programas sociais a partir da década de 1970. Para maiores detalhes sobre como isso se passou, confira: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/30/politica/1540925012_110097.html, disponível em 08/09/2021.

⁹⁰ Uso os termos “liberais”, “neoliberais”, “(neo)liberais” e suas variantes com o mesmo sentido quando os ligo ao contexto brasileiro. Faço isso pelo fato de que os neoliberalistas se auto-nomeiam “liberais” e pelo fato de que, como dito anteriormente, “neoliberal” é um termo, contemporaneamente, usado mais amplamente por críticos do que por aqueles que defendem seus princípios. Ainda, uso os termos “conservadores”, “neo-conservadores” e suas variantes também da mesma forma. No livro chave para esta seção, Cooper definem os “neo-conservadores” ou “conservadores sociais” como a geração pós-década de 1960 que se definiu por contrapor os movimentos sociais/civis dessa época.



Melinda Cooper, em seu livro intitulado *Family Values: between Neoliberalism and the New Social Conservatism* (*Valores Familiares: entre Neoliberalismo e o Novo Conservadorismo Social*) - veja *QR code* ao lado -, assume para si a responsabilidade de lançar luz sobre tal união inusitada. Suas reflexões guiam esta seção da minha pesquisa.

Segundo Cooper, não seria um exagero afirmar que o ativismo político dos neoliberais estadunidenses nos anos 1970 foi inspirado pelas mudanças estruturais da família que ocorreram a partir da década anterior: por motivos distintos, é a *familia* que aproximou os neoliberais e os conservadores: "In short, it was only when the liberation movements of the 1960s began to challenge the sexual normativity of the family wage as the linchpin and foundation of welfare capitalism that the neoliberal–new social conservative alliance came into being."⁹¹ (COOPER, 2017, p. 21).

Melinda Cooper on her book *Family Values*

De acordo com a autora, o mais determinante para os neoliberais e para os conservadores na apologia da família são pontos distintos. Para os neoliberais, há a preocupação de um “instrument for distributing wealth and income”⁹² (idem, p. 17). Para os conservadores, a preocupação está na tentativa de movimentos de “undermine and challenge existing order of gender and sexuality”⁹³. Ambos estão interessados na promoção e constrangimento legal de obrigações familiares. Os primeiros, por serem contra subsídios governamentais para o que consideram decisões de estilo de vida irresponsável (e.g. sexo fora do casamento, filhos fora do casamento e doenças sexualmente transmissíveis, que podem custar bastante para o Estado), enquanto os últimos porque eles veem os laços familiares a partir de um viés religioso e tradicional (COOPER, 2017). Unidos por uma bandeira em comum, “unlike many on the left, the key actors of the neoliberal-new social conservative alliance had no hesitation in recognizing the family as the locus of the crises.”⁹⁴ (COOPER, 2017, p. 24).

Segundo Cooper, os neoliberais estão muito mais preparados do que estão os (neo)conservadores para aceitar as mudanças na estrutura familiar que têm ocorrido nas últimas décadas. Um exemplo que pode ser mencionado é o fato de que os neoliberais já defendiam o

⁹¹ “Em suma, foi somente quando os movimentos de libertação da década de 1960 começaram a desafiar a normatividade sexual do salário familiar como o eixo e fundamento do capitalismo de bem-estar que a aliança neoliberal-neo-conservadora surgiu.” - tradução minha.

⁹² “instrumento de distribuição de riqueza e renda” - tradução minha.

⁹³ “minar e desafiar a ordem existente de gênero e sexualidade” - tradução minha.

⁹⁴ “ao contrário de muitos da esquerda, os atores-chave da aliança neoliberal-conservadora não hesitaram em reconhecer a família como o *locus* das crises” - tradução minha.

casamento gay desde os anos 1980 durante a epidemia do HIV, pois assim, mais famílias seriam criadas no sentido formal e legal, tirando a responsabilidade do Estado de prover programas assistencialistas (Ibidem), diferente dos neo-conservadores que defendiam valores familiares por motivos morais:

Although they are much more prepared than are social conservatives to accommodate changes in the nature and form of relationships within the family, neoliberal economists and legal theorists wish to reestablish the private family as the primary source of economic security and a comprehensive alternative to the welfare state. If American welfare reform has been singularly focused on the question of marriage promotion and responsible family formation in the past few decades, it is thanks to the ongoing collaboration between neoliberals and social conservatives on this point in particular. (COOPER, 2017, p. 9).

Embora estejam muito mais preparados do que os conservadores sociais para acomodar mudanças na natureza e na forma das relações dentro da família, os economistas e teóricos do direito neoliberais desejam restabelecer a família privada como a principal fonte de segurança econômica e uma alternativa abrangente ao estado de bem-estar social. Se a reforma da previdência americana tem se concentrado singularmente na questão da promoção do casamento e da formação responsável da família nas últimas décadas, é graças à colaboração contínua entre neoliberais e conservadores sociais nesse ponto em particular. (COOPER, 2017, p. 9).

De acordo com Wolfgang Streek (2009), a segurança social do período pós-guerra ocorria devido a uma forçada e estrita divisão de trabalho, na qual a família era formada por um homem que trabalhava e uma esposa que ficava em casa e tinha dois ou mais filhos. Com a revolução sexual dos anos 1960, mulheres ganharam independência com a ajuda do Estado de Bem-Estar Social (veja nota de rodapé 22), seus auxílios permitiram autonomia, auxiliaram na expansão feminismo e mudaram a estrutura da família para sempre. A revolução da família, com casamentos flexibilizados pelo advento do divórcio, seria o precursor para o modelo do mercado de trabalho menos estável⁹⁵. Essa mudança estrutural que aproximou os neoliberais dos neo-conservadores, cujos objetivos eram distintos, encontrou na família sua união de interesses: "If neoliberals were adamant that the economic obligations of family should be enforced even when the legal and affective bonds of kinship had broken down, social conservatives were intent on actively rekindling the family as a moral institution based on the unpaid labor of love."⁹⁶ (COOPER, 2017, p. 68-69). Ao contrário da esquerda, que muitas vezes pode ser acusada de purista, a direita não hesita em tomar posições pragmáticas como essa.

⁹⁵ Para uma discussão mais detalhada sobre o assunto, com pontos feministas e anti-feministas sobre essa temática, veja COOPER (2017).

⁹⁶ "Se os neoliberais estavam convencidos de que as obrigações econômicas da família deveriam ser cumpridas mesmo quando os laços legais e afetivos de parentesco se rompessem, os neo-conservadores sociais pretendiam reavivar ativamente a família como uma instituição moral baseada no trabalho não remunerado do amor." - tradução minha.

Nesse momento histórico, o neoliberalismo uniu forças com o (neo)conservadorismo para argumentar que o Estado não deve ser o responsável pela estabilidade financeira, como de mulheres independentes, fora do casamento, advogando pelo fim de projetos sociais que poderiam ajudá-las, defendendo que a família deve ser responsável por cuidar de pessoas em situações de vulnerabilidade como desemprego, problemas de saúde, necessidades educacionais etc. Os neoliberais e neo-conservadores argumentam que o Estado está muito endividado e não teria condições para fazê-lo. Então, o endividamento do Estado vai ser transferido para o endividamento das famílias, cada vez mais intenso na era neoliberal.

Assim, sem o Estado responsável por algum tipo de distribuição de renda e riqueza, o mercado seria a entidade melhor capacitada para fazê-lo. As consequências dessas posições são cada vez mais evidentes. Segundo Cooper (2017, p. 18), neoliberalismo e neo-conservadorismo são:

the contemporary expression of capital's double movement [...]. I follow Wendy Brown, whose seminal essay "American Nightmare" argues that neoliberalism and neoconservatism must be thought together — in their convergences, collisions, and symbioses — if we are to understand the political rationality of power.

a expressão contemporânea do duplo movimento do capital [...]. Sigo Wendy Brown, cujo ensaio seminal "American Nightmare" argumenta que o neoliberalismo e o neo-conservadorismo devem ser pensados juntos – em suas convergências, colisões e simbioses – se quisermos entender a racionalidade política do poder. - tradução minha.

Se o neoliberalismo era mais claramente identificável ideologicamente nos anos 1970, ele perdeu sua clara marcação porque desde então ele se tornou a norma para o discurso político, o *status-quo*, e como tal, passa despercebido por causa da extensa aceitação nos mais diversos contextos políticos e por ser "so thoroughly disseminated throughout mainstream economics"⁹⁷ (Ibidem, p. 19).

Seu foco na família⁹⁸ pode ser evidenciado nas leis impostas às responsabilidades familiares, impostas pelo Estado (como as leis de pensão alimentícia, uma das leis de maior eficácia no Brasil, pois é altamente defendida pelo capital neoliberal), que são bem vistas, porém, vão contra os princípios do liberalismo clássico de apagar o papel do Estado, mais uma vez reforçando que o

⁹⁷ "tão amplamente disseminado em toda a corrente econômica dominante" - tradução minha.

⁹⁸ "The neoconservatives are under no illusion that the traditional family will simply reassert itself of its own accord, absent government intrusion; rather, they see the primary function of the state as that of sustaining the family, the foundation of all social order, if necessary through the use of force" (COOPER, 2017, p. 61). ("Os neo-conservadores não têm ilusões de que a família tradicional simplesmente se reafirmará por vontade própria, sem a intromissão do governo; em vez disso, eles vêem a função primária do Estado como a de sustentar a família, a base de toda ordem social, se necessário pelo uso da força") - tradução minha.

Estado neoliberal não é mínimo como diz seu discurso. Afinal, o Estado é usado para impor seus ideais, tanto os claros quanto os velados.

Ademais, o neoliberalismo faz uso das guerras culturais, normalmente encabeçadas pelo conservadores⁹⁹, para cortar investimento na educação e nas artes (COOPER, 2017) e manter a transmissão de riqueza dentro da linhagem familiar, promovendo a concentração de renda que já nos é bem conhecida: "the history of economic formations cannot be prized apart from the operations of gender, race, and sexuality without obscuring the politics of wealth and income distribution itself."¹⁰⁰ (Ibidem, p. 24).

É relevante destacar, depois das considerações já mencionadas, que a posição neoliberal não é apenas individualista, ela possui outra determinação concomitante:

the nuance of the neoliberal position, which does not so much eliminate moral philosophy as posit an immanent ethics of virtue and a spontaneous order of family values that it expects to arise automatically from the mechanics of the free market system. Much like Kristol, critics of neoliberalism have failed to recognize that Friedman and his Chicago school colleagues posit the self- sufficient family as much as the individual as a basic manifestation of the free-market order (COOPER, 2017, p. 57).

a nuance da posição neoliberal, que não elimina a filosofia moral mas, ao invés, postula uma ética imanente da virtude e uma ordem espontânea de valores familiares que espera surgir automaticamente da mecânica do sistema de livre mercado. Assim como Kristol, os críticos do neoliberalismo falharam em reconhecer que Friedman e seus colegas da escola de Chicago postulam a família autossuficiente tanto quanto o indivíduo como uma manifestação básica da ordem do livre mercado (COOPER, 2017, p. 57) - tradução minha.

Podemos afirmar isso porque Friedman e outros defendem que gastos excessivos do Governo minam o equilíbrio da família e seu incentivo natural ao altruísmo e à dependência mútua: "This is really a family society, not an individual society [...] And the greatest incentives of all, the incentives that have really driven people on, have largely been the incentives of family creation."¹⁰¹ (FRIEDMAN, 1978). Gary Stanley Becker, um dos mais importantes pensadores neoliberais e também professor da Universidade de Chicago, defende que as mais profundas mudanças na família tem mais a ver com a expansão do Estado de Bem-estar Social do que com feminismo em si, o qual

⁹⁹ Segunda Cooper (2017, p. 62), "Although they rarely acknowledge or theorize this imperative, neoliberals must ultimately delegate power to social conservatives in order to realize their vision of a naturally equilibrating free-market order and a spontaneously self- sufficient family" - "Embora raramente reconheçam ou teorizem esse imperativo, os neoliberais devem, em última análise, delegar poder aos conservadores sociais para realizar sua visão de uma ordem de livre mercado naturalmente equilibrada e uma família espontaneamente auto-suficiente" - tradução minha.

¹⁰⁰ "A história das formações econômicas não pode ser apreciada à parte das operações de gênero, raça e sexualidade sem obscurecer a própria política de distribuição de riqueza e renda".

¹⁰¹ "Esta é realmente uma sociedade familiar, não uma sociedade individual [...] E os maiores incentivos de todos, os incentivos que realmente impulsionaram as pessoas, foram em grande parte os incentivos à criação de famílias." - tradução minha.

pode ser visto, segundo ele, com uma consequência ao invés de um instigador da mudança social (BECKER, 2009): "if we can therefore derive a pragmatic policy lesson from neoliberalism's philosophy of the family, it is that the dismantling of welfare represents the most effective means of restoring the private bonds of familial obligation."¹⁰² (COOPER, 2017, p. 60).

Nesta seção, espero ter demonstrado por que o discurso sobre a família é tão importante para o discurso neoliberal e por que ele aparece com tanta força no discurso bolsonarista, como tem-se observado desde antes de sua eleição. Além disso, nesta seção procurei enfatizar que o neoliberalismo não é uma linha ideológica uníssona: diferentes vertentes têm focos distintos, sendo que, como visto até aqui, alguns neoliberais focam com mais afinco o individualismo e outros têm a preponderância na família, todavia, com o mesmo fim: usar o Estado com aquele que impõe sua visão de mundo. Na próxima seção, volto no tempo um pouco pra buscar construir entendimentos sobre as bases do neoliberalismo.

5.2.5 Uma Nova Narrativa do século XXI pelo olhar neoliberal: *Globalistas*

Para alguns (HARDT; NEGRI, 2001), uma nova forma de império através da globalização havia substituído o colonialismo. Para outros (SLOBODIAN, 2018), imperialismo deu lugar ao neoliberalismo. Há, ainda, quem perceba imperialismo como o estágio superior do capitalismo (LENIN, 2012). Para mim, estamos numa época de *neocolonialismo*, uma nova forma de dominação através do neoliberalismo, do imperialismo estadunidense e do imperialismo das finanças, uma evolução do colonialismo que, quando possível, não faz uso de armas, ou seja, um *colonialismo das mentes pela elite financeira* como representação de sua luta de classes.

Nesta seção, busco trazer algumas reflexões sobre o nascimento do neoliberalismo e alguns de seus dogmas que têm consequências pontuais ilustradas nas seções anteriores. O livro que guia minhas discussões aqui é o estudo essencial escrito por Quinn Slobodian chamado *Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism* (*Globalistas: O Fim do Império e o Nascimento do Neoliberalismo*) - veja QR code ao lado. Antes de prosseguir, importante ressaltar que, como pode ser percebido já no nome do livro acima mencionado, minha conclusão de que imperialismo e



Quinn Slobodian on his book *Globalists*

¹⁰² "Se podemos, portanto, extrair uma lição pragmática de política da filosofia da família do neoliberalismo, é que o desmantelamento do bem-estar social representa o meio mais eficaz de restaurar os laços privados da obrigação familiar." - tradução minha.

colonialismo ainda vivem plenamente na contemporaneidade, apenas reformulados, difere da formulação de Slobodian. Porém, creio que seja apenas uma discordância de termos; nossas considerações são muito próximas, mesmo que demos nomes diferentes aos mesmos fenômenos.

Voltemos aos anos 1930. Depois da crise de 1929, um grupo de pensadores começou a se reunir para redefinir a ordem global (SLOBODIAN, 2018). A história deixou evidente que os mercados não conseguem se auto-regular. O neoliberalismo nasceu da aspiração de criar formas de salvaguardar o capitalismo ao redor de todo o mundo. Num momento histórico quando o princípio democrático estava se espalhando fortemente, tornou-se essencial que se criasse uma estrutura para conter as ameaças impostas pela democracia e pela soberania de Estados. Para tal fim, em 1938, cunhou-se o termo neoliberalismo durante o Colóquio Walter Lippmann que aconteceu em Paris (Ibidem), visando renovar o liberalismo (AUDIER, 2012); logo, neoliberalismo pode ser entendido como “an organized group of individuals exchanging ideas within a common intellectual framework”¹⁰³ (DEAN, 2012), buscando superar desafios que o século XX trazia de novo e em contraposição ao domínio do mundo pelo voto popular que começava a se estabelecer.

Para chegar ao seu objetivo, um grupo de pensadores uniu esforços para proteger o mercado de pressões democráticas através de instituições tais como FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial (World Bank), bancos centrais ao redor do mundo, Organização Mundial do Comércio (World Trade Organization, em inglês), Câmara Internacional do Comércio (ICC, sigla em inglês) e Liga das Nações, apenas para citar algumas, de forma que capitais internacionais fossem protegidos, provendo um sistema legal internacional que garanta que investidores estejam assegurados contra apropriações e não estejam sujeitos a leis nacionais soberanas que visem políticas de taxação ou redistribuição (SLOBODIAN, 2018).

Segundo os estudos de Slobodian, o processo de descolonização, acelerado depois da Primeira Guerra Mundial, foi “central to the emergence of the neoliberal model of world governance”¹⁰⁴ (Ibidem, p. 5), num processo complexo de redução dos poderes estatais em certos aspectos, e seu ganho de poder em outros, sendo capaz de impor leis de interesse do grande capital, com foco não “on the market per se but on redesigning states, laws, and other institutions to protect the market.” (Ibidem, p. 6). Sendo assim, o prefixo “neo” foi adicionado ao termo “liberalismo” para estabelecer o papel do Estado de uma outra forma (Ibidem). Hayek (1973), um dos mais

¹⁰³ “um grupo organizado de indivíduos trocando ideias dentro de uma estrutura intelectual comum” - tradução minha.

¹⁰⁴ “central para o surgimento do modelo neoliberal de governança mundial” - tradução minha.

importantes pensadores neoliberais, inclusive, repudiou que advogasse por um “estado mínimo”, uma mera simplificação de muitos críticos do neoliberalismo, ou seja, não é uma questão de “quanto” Estado, mas sim de “qual tipo” de Estado.

É interessante ressaltar que o pensamento neoliberal teve origem na Europa, apenas posteriormente migrando para os EUA. Uma proeminente escola do pensamento neoliberal, *Geneva School*, evidenciou a importância para a Europa de uma nova ordem internacional, afinal, depois do processo de descolonização política no final do século XIX e início do XX, seus países se viram limitados territorial e populacionalmente, sem mencionar em termos de riquezas naturais e fontes de matérias-primas: “it made sense that Central European neoliberals were precocious theorists of world order. Their countries did not enjoy a vast domestic market like that of the United States [...]”¹⁰⁵ (SLOBODIAN, op. cit., p. 9), conseqüentemente, foram levados a pensar em uma outra forma de dominação quando seus impérios estavam em processo decadente e a hegemonia global estava sendo deslocada para outro continente.

Como narrado por Slobodian em seu livro, foi a vertente neoliberal da *Geneva School* que elaborou que não viveríamos em um mundo, mas em dois, baseados nas formulações de Carl Schmitt: um mundo dividido em Estados territoriais, com fronteiras e governo local, chamado de mundo do *imperium*, usando o termo romano; o outro seria o mundo da propriedade, onde pessoas possuíam coisas, dinheiro e terra, espalhados ao redor do mundo: o mundo do *dominium* (SCHMITT, 2006, p. 235):

over, under, and beside the state-political borders of what appeared to be a purely political international law between states spread a free, i.e., non-state sphere of economy permeating everything: a global economy. [...] This minimum standard consisted of the freedom - the separation - of the state-public sphere from the private sphere, above all, from the non-state sphere of property, trade, and economy.

sobre, sob e ao lado das fronteiras político-estatais do que parecia ser uma lei internacional puramente política entre os estados espalhava-se uma esfera de economia livre, isto é, não-estatal, permeando tudo: uma economia global. [...] Esse padrão mínimo consistia na liberdade - a separação - da esfera pública-estatal da esfera privada, sobretudo, da esfera não-estatal da propriedade, comércio e economia.

Nesses termos, podemos perceber as raízes do pensamento neoliberal. Segundo Schmitt, mais importante do que a diferença entre estrangeiro ou doméstico, está a diferença acima detalhada, entre nação e propriedade privada. Essa divisão prática do mundo começou a ser construída no século XIX quando o capital foi se espalhando pelo mundo através de investimentos

¹⁰⁵ “Fazia sentido que os neoliberais da Europa Central fossem teóricos precoces da ordem mundial. Seus países não desfrutavam de um vasto mercado doméstico como o dos Estados Unidos [...]” - tradução minha.

por proprietários que nem sequer tinham pisado em países onde investiam. Nesse modelo, contratos eram esforçados por códigos de conduta de negócios, às vezes escritos e outras vezes não. De acordo com Slobodian, mesmo invasões militares não interferiam nessas propriedades. O interesse dos neoliberais era criar um sistema análogo, porém que respondesse à nova conjuntura do século XX, garantido pelas instituições que viram a ser criadas.

É essencial apontar que na visão de Schmit isso era um problema para o exercício da soberania nacional: "Schmitt meant the doubled world as something negative, an impingement on the full exercise of national sovereignty. But neoliberals felt he had offered the best description of the world they wanted to conserve."¹⁰⁶ (SLOBODIAN, 2018, p. 10). Em consonância, Wilhelm Röpke, professor em Genebra por quase trinta anos, acreditava que essa seria a fórmula ideal para um mundo neoliberal, com duas esferas globais através de uma lei internacional executória, com a separação entre esfera pública e o domínio privado: "to diminish national sovereignty is most emphatically one of the urgent needs of our time"¹⁰⁷ (RÖPKE, 1955), afirmou o autor.

Em 1947, a sociedade Mont Pelerin foi criada em Vevey, Switzerland. Segundo Mirowski e Plehwe (2015), ela foi formada por pensadores multinacionais como Friedrich Hayek, Milton Friedman, George Stigler, Karl Popper, Michael Polanyi e Luigi Einaudi e se tornou em um dos mais importante *think tanks* do pensamento neoliberal - quiçá o mais importante. Ao longo do tempo, continuam os autores, suas ideias foram se espalhando pelo mundo todo, sendo responsável, por exemplo, pelas plataformas políticas de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Além disso, teve grande influência no Consenso de Washington, um grupo de medidas tomadas em 1989 quando os EUA não eram apenas a mais importante potência mundial, algo que se materializou depois da Segunda Guerra Mundial, mas estavam se tornando a única superpotência do mundo com o esvaziamento da União Soviética.

Nesta seção, busquei construir entendimentos sobre o nascimento da razão neoliberal que busca se disseminar por todas as partes da sociedade, sem limitações, a fim de absorver para o meio de produção capitalista áreas que outrora não faziam parte da exploração. O LNC é uma proposta para, pouco a pouco, percebermos as forças mais determinantes, macro-estruturais, da nossa sociedade neocolonial, sendo o neoliberalismo uma delas. Na próxima seção, busco descrever como

¹⁰⁶ "Schmitt percebeu o mundo duplo como algo negativo, um impacto no pleno exercício da soberania nacional. Mas os neoliberais sentiram que ele havia oferecido a melhor descrição do mundo que eles queriam preservar." - tradução minha.

¹⁰⁷ "Diminuir a soberania nacional é uma das necessidades mais urgentes do nosso tempo" - tradução minha.

o pensamento neoliberal, a nova razão do mundo (DARDOT; LAVAL, 2016), pode permear até a ideologia daqueles que se dizem progressistas ou de esquerda para, a partir dessa percepção, desafiarmos constantemente ideia/percepções que podem parecer quase naturais.

5.2.6 Neoliberalismo Progressista

Em seu livro *The Old is Dying and the New Cannot Be Born* (O velho está morrendo mas o novo não consegue nascer) - acesse pelo *QR code* ao lado um painel sobre algumas ideias centrais do livro -, Nancy Fraser (2019) faz uma análise profunda do bloco no poder nos EUA (que teve um hiato quando Donald Trump esteve no governo mas que está de volta com a presidência de Joe Biden) nas últimas décadas. Segundo Fraser (2019, p. 9), essa conjuntura de poder implicou:



The Old is
Dying: The New
Cannot Be Born

the metastasis of finance; the proliferation of precarious service-sector McJobs; ballooning consumer debt to enable the purchase of cheap stuff produced elsewhere; conjoint increases in carbon emissions, extreme weather, and climate denialism; racialized mass incarceration and systemic police violence; and mounting stresses on family and community life, thanks in part to lengthened working hours and diminished social supports. Together, these forces have been grinding away at our social order for quite some time without producing a political earthquake.

a metástase das finanças; a proliferação de McJobs precários do setor de serviços; aumento da dívida do consumidor para permitir a compra de coisas baratas produzidas em outros lugares; aumentos conjuntos nas emissões de carbono, condições climáticas extremas e negacionismo climático; encarceramento em massa racializado e violência policial sistêmica; e tensões crescentes na vida familiar e comunitária, em parte graças ao aumento das horas de trabalho e à diminuição das assistências sociais. Juntas, essas forças vêm esgarçando nossa ordem social há algum tempo sem produzir um terremoto político - tradução minha.

O bloco hegemônico no império estadunidense durante a maior parte da fase neoliberal é denominado por Fraser como “neoliberalismo progressista”. Segundo a autora, o bloco que domina/dominou a política estadunidense seria formado por uma aliança de dois inesperados companheiros:

on the one hand, mainstream liberal currents of the new social movements (feminism, antiracism, multiculturalism, environmentalism, and LGBTQ+ rights); on the other hand, the most dynamic, high-end, “symbolic”, and financial sectors of the US economy (Wall Street, Silicon Valley, and *Hollywood*). What held this odd couple together was a distinctive combination of views about distribution and recognition” (FRASER, 2019, p. 11 - ênfase minha).

de um lado, correntes liberais dominantes dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ambientalismo e direitos LGBTQ+); do outro lado, os setores mais dinâmicos, sofisticados, “simbólicos” e financeiros da economia norte-americana (Wall Street, Vale do Silício e *Hollywood*). O que mantinha esse estranho casal unido era uma combinação distinta de visões sobre distribuição e reconhecimento” (FRASER, 2019, p. 11 - ênfase e tradução minhas).

Para Fraser, indispensável para entendermos o conceito de *hegemonia*, precisamos voltar a Antonio Gramsci: “*Hegemony* is his term for the process by which a ruling class makes its domination appear natural by installing the presuppositions of its own worldview as the common sense of society as a whole.”¹⁰⁸ (Ibidem, p. 9). Para estabelecer seu domínio, a classe dominante precisa estabelecer o que é certo e justo e o que não é. Para tal fim, explica a autora, a hegemonia capitalista tem se alicerçado em dois aspectos: um focado em *distribuição* e outro em *reconhecimento*.

Na últimas décadas, podemos associar o modelo distributivo com as políticas neoliberais e o de reconhecimento com as questões progressistas¹⁰⁹ sobre feminismo, anti-racismo, multiculturalismo, ambientalismo e direitos LGBTQ+: “only when decked out as progressive could a deeply regressive political economy become the dynamic center of a new hegemonic bloc”¹¹⁰ (Ibidem, p 13). Assim, podemos entender como o neoliberalismo se manteve no bloco de poder durante os anos Trump, pois as questões de reconhecimento mudaram para perspectivas racistas (*white-supremacist*), anti-imigrantes, anti-islâmicas e religiosas conservadoras, enquanto o aspecto distributivo permaneceu o mesmo.

Além disso, como apontou Casara (2021) e abordei anteriormente, o neoliberalismo é um projeto como muita plasticidade, que se adapta a contextos diversos, se unindo, como abordado por Cooper (2017), aos preceitos de família como determinados por um viés religioso (neo)conservador na guinada da extrema-direita nos últimos anos. Além disso, uma contribuição enriquecedora de Fraser (2019, p. 42) é, corroborada pelos exemplos acima, de que :

a key realization for me, which came in a flash, was the idea that neoliberalism is not a total worldview. Many people believe it is, but in fact it is a political-economic project that can articulate with several different and even competing projects of recognition—including progressive ones¹¹¹.

¹⁰⁸ “Hegemonia é o seu termo para o processo pelo qual uma classe dominante faz sua dominação parecer natural ao instalar os pressupostos de sua própria visão de mundo como o senso comum da sociedade como um todo.” - tradução minha.

¹⁰⁹ Para uma discussão mais detalhada sobre como questões progressistas, todas justas e necessárias, foram e ainda são apropriadas pelo neoliberalismo de forma deturpada, veja Fraser (2019).

¹¹⁰ “Somente quando enfeitada como progressista, uma economia política profundamente regressiva pôde se tornar o centro dinâmico de um novo bloco hegemônico” - tradução minha.

¹¹¹ Um outro claro exemplo encontramos no governo de Fernando Henrique Cardoso, que se dizia de esquerda, porém, implantou o projeto neoliberal no Brasil na década de 1990 (RIBEIRO JUNIOR, 2013).

uma constatação fundamental para mim, que veio em um piscar de olhos, foi a ideia de que o neoliberalismo não é uma visão de mundo total. Muitas pessoas acreditam que sim, mas na verdade é um projeto político-econômico que pode se articular com vários projetos de reconhecimento diferentes e até concorrentes – inclusive progressistas - tradução minha.

Em consonância, importante ressaltar que, apesar de o início do projeto neoliberal ser associado nos EUA com Ronald Reagan, o presidente que fez as reformas mais relevantes envolvendo, por exemplo, precarização do trabalho, cortes em programas sociais e encarceramento em massa (principalmente de negros) foi Bill Clinton (FRASER, 2019; SOUZA, 2020). Assim como foi o presidente Barack Obama quem esbanjou imensuráveis quantias de dinheiro público para salvar os bancos durante a crise de 2008/2009, enquanto assistiu 10 milhões de estadunidenses perderem suas casas, “the overwhelming thrust of his presidency was to maintain the progressive-neoliberal status quo, despite its declining popularity”¹¹² (Ibidem, op. cit., p. 20), cujas práticas ajudaram na eleição de Trump em 2016.

Em outras palavras, mesmo que com aspectos diferentes no que tange o reconhecimento, “on the big questions of political economy, reactionary neoliberalism did not substantially differ from its progressive-neoliberal rival”¹¹³ (Ibidem, p. 17). Ambos apoiaram desregulamentação do mercado financeiro, baixos impostos para grandes corporações, precarização trabalhista, primazia dos interesses dos acionistas em detrimento dos trabalhadores, compensações altíssimas para pequenas frações do 1% mais ricos da sociedade, imperialismo econômico/militar/cultural etc.

Nessa conjuntura, Fraser (Ibidem, p. 33) advoga por um bloco popular progressista:

Let me be clear. I am not suggesting that a progressive-populist bloc should mute pressing concerns about racism, sexism, homophobia, Islamophobia, and transphobia. On the contrary, fighting these harms must be central to a progressive-populist bloc. But it is counterproductive to address them through moralizing condescension, in the mode of progressive neoliberalism. That approach assumes a shallow and inadequate view of these injustices, grossly exaggerating the extent to which the trouble is inside people’s heads and missing the depth of the structural-institutional forces that undergird them.

Deixe-me ser clara. Não estou sugerindo que um bloco populista progressista deva silenciar preocupações urgentes sobre racismo, sexismo, homofobia, islamofobia e transfobia. Pelo contrário, combater essas violências deve ser central para um bloco populista progressista. Mas é contraproducente abordá-las por meio de condescendência moralizante, à maneira do neoliberalismo progressista. Essa abordagem assume uma visão superficial e inadequada dessas injustiças, exagerando grosseiramente a extensão em que o problema está dentro da cabeça das pessoas e perdendo de vista a profundidade das forças estruturais-institucionais que as sustentam. - tradução minha.

¹¹² “o objetivo determinante de sua presidência foi manter o status quo neoliberal progressista, apesar de sua popularidade em declínio” - tradução minha.

¹¹³ “nas grandes questões da economia política, o neoliberalismo reacionário não difere substancialmente de seu rival neoliberal progressista” - tradução minha.

Como aponta a autora, não conseguiremos superar questões misóginas, racistas e homofóbicas, por exemplo, sem enfrentarmos questões de classe e numa perspectiva anti-capitalista. Questões essas que frequentemente são deixadas de lado no discurso hegemônico do Norte global, uma vez que seu discurso busca trocar questões de classe por questões de identidade (discurso similar ocorre, às vezes, pela influência do Norte Global na LA brasileira que parece ter uma foco maior em questões de identidade em detrimento de questões de classe - veja seção 5.4.2) como se precisássemos escolher entre elas: *elas só serão superadas quando tratadas em conjunto*. Afinal, como sugere Fraser, questões raciais, machistas etc. não se resolverão simplesmente com a leitura de um livro pelos reacionários; apenas transformações/revoluções sociais, não apenas pequenas reformas, poderão superar as classes e a subjugação da maioria da população pela ínfima minoria, pois não são questões apenas morais: “the structural bases of racism have as much to do with class and political economy as with status and (mis)recognition” (FRASER, 2019, p. 35). Ainda:

Especialmente importante, [progressive populism] must highlight the shared roots of class and status injustices in financialized capitalism. Conceiving of that system as a single, integrated social totality, it must link the harms suffered by women, immigrants, people of color, and LGBTQ+ people to those experienced by the working-class strata now drawn to right-wing populism. In that way, it can lay the foundation for a powerful new coalition among all those now being betrayed by Trump and his counterparts¹¹⁴ — , not just the immigrants, feminists, and people of color who already oppose his hyperreactionary neoliberalism, but also the white working-class strata¹¹⁵ who have so far supported it. Rallying major segments of the entire working class, this strategy could conceivably win. Unlike every other option considered here, progressive populism has the potential, at least in principle, to become a relatively stable counterhegemonic bloc in the future (FRASER, 2019, p. 35-36).

Especialmente importante, [o populismo progressivo] deve destacar as raízes compartilhadas das injustiças de classe e *status* no capitalismo financeirizado. Concebendo esse sistema como uma totalidade social única e integrada, ele deve vincular as violências sofridas por mulheres, imigrantes, pessoas de cor e pessoas LGBTQ+ àquelas experimentadas pelas camadas da classe trabalhadora agora atraídas pelo populismo de direita. Dessa forma, [o populismo progressivo] pode lançar as bases para uma nova e poderosa coalizão entre todos aqueles que agora estão sendo traídos por Trump e seus colegas – não apenas os imigrantes, feministas e pessoas de cor que já se opõem ao seu neoliberalismo hiper-reacionário, mas também os estratos de classe *de* trabalhadores brancos que até agora o apoiaram. Reunindo grandes segmentos de toda a classe trabalhadora, essa estratégia poderia vencer. Diferentemente de todas as outras opções aqui consideradas, o populismo progressista tem potencial, pelo menos em princípio, para se tornar um bloco contra-hegemônico relativamente estável no futuro (FRASER, 2019, p. 35-36).

¹¹⁴ Jair Bolsonaro, por exemplo, pode ser considerado um deles.

¹¹⁵ Podemos perceber uma clara correlação entre os Brasil e os EUA nesse aspecto, afinal, aqui, os eleitores de Bolsonaro que saem às ruas são majoritariamente a classe média branca e o sul do país (também majoritariamente branco), que foram traídos por Bolsonaro, mesmo que muitos ainda não o tenham aceitado.

Ao desenvolver esse novo bloco progressiva, podemos estar desenvolvendo o que Foucault (2008) - cf. seção 5.2.3 - chamou de uma nova governamentalidade anti-neoliberal. Para isso, contudo, estou convencido de que há a necessidade de que mesmo aqueles que se vêem como progressistas, como eu, questionem a governamentalidade neoliberal que se espalha como erva daninha, pois, “o longo sucesso do neoliberalismo foi assegurado não apenas pela adesão das grandes formações políticas de direita a um novo projeto político de concorrência mundial, mas também pela porosidade da ‘esquerda moderna’ nos grandes temas neoliberais” (DORDOT; LAVAL, 2016, p. 233); além disso, me parece que a governamentalidade neoliberal ter se tornado uma força dominante até mesmo dentro da universidade pública, como busco abordar na próxima seção.

5.2.7 Neoliberalismo nas Universidades Públicas Brasileiras

Outra análise que corrobora a leitura de Fraser explorada na seção anterior, ou seja, que demonstra que o neoliberalismo está em todas as partes e mentes, pode ser encontrada num artigo da revista Piauí e assinado pelo pseudônimo Benamê Kamu Almudras (e que pode ser acessado pelo *QR code* ao lado), porém tratando da realidade universitária pública brasileira.



Parece que é
revolução mas é
só
neoliberalismo

No artigo, Almudras descreve várias experiências vividas em sala de aula, por vários professores, que ilustram como muitos universitários têm, às vezes, atitudes que demonstram o neoliberalismo como "forma cultural, em que o mercado, a ética individualizante e o espírito do consumismo são erigidos como o modelo cognitivo e normativo da vida social" (ALMUDRAS, 2021, sem p.). De acordo com seus relatos, alunos, muitas vezes, exigem que:

a universidade [seja] como um supermercado ou um restaurante, onde quem decide o que consome (que textos ler), quanto consome (quantos textos ler), por quanto tempo consome (quantas aulas ter) e como consome (como as aulas devem ser) são os consumidores. Subjacente [está] a ideia de que o professor tem função parecida à de um gerente de hotel ou um alfaiate: servir ao cliente e satisfazer seus desejos. E o cliente, sabemos, tem sempre razão! (Ibidem, sem p.)

Presente nos relatos, termos como *garantias* - termo tipicamente mercantil - de aprovação, retorno pelo *tempo investido* - um termo-fetiche do neoliberalismo - e exigências sobre o quê e quanto ler são constantes nas exigências dos alunos em relação às aulas, aos professores e à universidade, vendo esta última como uma *prestadora de serviços* e os alunos como os *consumidores*. Ele continua:

Quando a coletividade política se transforma em um conjunto de indivíduos-consumidores competindo no mercado, perde-se a ideia de que o professor é um servidor público dedicado a formar cidadãos instruídos e qualificados. Mesmo na educação pública, e entre aqueles que falam em seu nome, cresce o desejo de que ela passe a servir, de modo neoliberal, a esse consumidor autocentrado e oportunista que busca minimizar custos e maximizar benefícios. Assim, o professor universitário é tratado cada vez menos como um servidor público e cada vez mais como um prestador de serviços a indivíduos – um serviço privado (ALMUDRAS, 2021, sem p.).

Hoje, “a força do neoliberalismo como fenômeno cultural se revela até nos ambientes mais progressistas, entre pessoas identificadas (por elas mesmas e por outros) como sendo de esquerda e que dizem estar lutando contra injustiças sociais” (Ibidem, sem p.), o que autor chama de *neoliberalismo de esquerda*.

Essa influência do neoliberalismo nas universidades pode ser constatada de outras formas. Em seu livro chamado *Neoliberalismo e sofrimento psíquico: o mal-estar nas universidades*, Maia (2022) faz uma análise detalhada de como o neoliberalismo afeta professores, alunos e servidores universitários, porém vai além, dita o *modus operandi* das instituições em certos aspectos.

Como destaca Mota, a educação, mais especificamente pela sua vertente pública, ainda não é totalmente mercantilizada, o que, como aponta Dunker (2017, p. 118), se mostra como “um obstáculo para o novo espírito do neoliberalismo ao advogar que cada um de nós é uma espécie de livre empresa que deve escolher livremente seus fornecedores e aplicar seus investimentos segundo os princípios de otimização de resultados.”. Sendo assim, enquanto o mercado não domina por completo a educação, a razão neoliberal (DARDOT; LAVAL; 2016) é introjetada nas escolas e universidades, primeiramente por um convencimento social e discursivo de que a empresa deve ser o modelo de todas as instituições, mesmo as públicas, que deveriam ter o bem comum como alvo maior, e, em segundo lugar, com reformas institucionais mediadas por governos neoliberais, como detalha Maia.

Segundo o autor, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, durante a primeira onda neoliberal no Brasil, uma reengenharia institucional tomou corpo pela criação do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), tendo como um dos seus objetivos

“alterar a relação do Estado com os serviços não exclusivos ao Estado, em especial as escolas técnicas e as universidades.” (MAIA, 2022, p. 112-113). Nessa toada, Júnior Silva (2021, p. 269) detalha: "Nos anos FHC, por exemplo, pudemos testemunhar esse princípio se transmutar em novas políticas públicas da educação superior brasileira. Políticas construídas pela redefinição da função da formação universitária a partir da ideia de *habilidades e competências* [...]”. Em consequência, estabeleceu-se o modelo concorrencial/empresarial como guia das práticas administrativas ao trazer as leis do mercado e seus processos de gestão e avaliação para a educação superior pública (MAIA, op. cit.).

Mas não acabou por aí, o projeto reformista foi além de apenas implementar práticas de gestão empresarial e neoliberal, iniciou-se um processo de desinvestimento proporcional e de defasagem no salário docente e da equipe administrativa, além da sub-contratação de profissionais durante um aumento de número de vagas e de cursos, sobrecarregando seus profissionais e causando estresse e esgotamento pelas novas condições de trabalho, além de, como destaca Maia, piorar as condições de estudo e permanência discente. Elencarei abaixo alguns dados-chave, resultados das reformas neoliberais, que aparecem com mais detalhe no trabalho de Maia:

Tabela 3: Universidades Federais e as medidas neoliberais (1995-2005)

| | |
|--|--|
| Número de matrículas | Aumento de 136,6% |
| Contratação de técnicos administrativos | Aumento de 14,1% |
| Contratação de professores | Aumento de 10% |
| Repassse de verbas | Redução de 29% |
| Verbas para pessoal (ativos e inativos) | Redução de 26% |
| Verbas para pessoal (apenas ativos) | Redução de 33% |
| Valores parar o funcionamento dos campi | Redução de 26% |
| Salário de professor doutor | Perda salarial de 21,19% |
| Salário de professor com dedicação exclusiva | Perda salarial de 27,56% |
| Produtividade ligada a gratificações | Aumento de 134% (média de 2,4 "produtos" para 3,68 <i>per capita</i>) |

Fonte: Maia (2022)

Como podemos notar,

o Brasil impôs à universidade uma gestão neoliberal (empresarial), que alia arrocho fiscal, expansão quantitativa, precarização e aumento de produtividade. [...] Criou-se as condições de um ambiente sufocante em termos de pressão física e mental, afinal, se por um lado mais campus (SIC) foram construídos, aumentando muito as matrículas e, conseqüentemente, o número de estudantes, por outro o número de professores, técnicos e, especialmente, de verbas pouco cresceram ou até mesmo diminuíram. Todo esse processo foi acompanhado, também, por um redesenho da cultura acadêmica que faz eco com o novo *ethos* do capitalismo que pariu a "sociedade do desempenho" (MAIA, 2022, p. 121).

Se focarmos na produção acadêmica, continua Maia, uma lógica quantitativa se converte em reconhecimento social por meio do “modelo Capes de avaliação” em conjunto com o gerenciamento de si mesmo pelo “*lattes*” de cada pesquisador, uma vez que esses orientam “obrigações” *tácitas*, detalhadas por Sguissardi e Silva Junior (2018, p. 37-38):

a) produzir e publicar determinada média anual de “produtos” científicos em periódicos, classificados pela Agência, ou em editoras de renome; b) dar aulas na pós-graduação e na graduação; c) ter pesquisa financiada por agências de fomento que gozem de prestígio acadêmico; e d) prestar assessorias e consultorias científicas. É de grande importância, ainda, seja para as atividades de pesquisa e intercâmbio do professor pesquisador, seja para o “bom nome” do programa, que ele obtenha algum tipo de bolsa, em especial a de produtividade do CNPq e que profira amiúde palestras e conferências e participe de eventos nacionais e internacionais; sabendo-se que tudo isso se dará em contexto de crescente individualismo e competitividade em face da também crescente competição por publicação e financiamento, este sempre abaixo da demanda.

Ou seja, os professores/pesquisadores e professoras/pesquisadoras vivem num ambiente “de constante pressão, onde tudo que é feito é medido, quantificado e registrado e será usado futuramente para fins avaliativos, [conduzindo] à ansiedade, às doenças e às tensões [...]”, em outras palavras, isso quer dizer “[...] que o tempo da educação, da formação de futuros pesquisadores, dos processos educativos, da pesquisa e do conhecimento foi colonizado pelo tempo da economia neoliberal.” (MAIA, 2022, p. 128).

Quando o neoliberalismo não está apenas atacando a educação pública de fora, mas faz parte da ideologia de alunas, alunos e docentes de universidades públicas, colonizando até mesmo os progressistas ou de esquerda - pois precisamos nos adequar ao sistema para avançar academicamente -, resignificando a educação em termos do mercado, precisamos considerar que apenas uma revolução em favor do bem comum pode nos livrar da miséria neoliberal (CASARA, 2021).

Aqui encerro as reflexões centradas no neoliberalismo. Como foi o início desta pesquisa, é a parte mais extensa e aprofundada. Estou convencido de que apenas a conscientização das suas artimanhas pode nos permitir superá-lo. Sigo agora para abordar outra face do neocolonialismo contemporâneo, o racismo cultural.

5.3 NEOCOLONIALISMO: A FACE DO RACISMO CULTURAL

A decolonialidade, como já abordado anteriormente (seção 4), critica a modernidade/colonialidade como duas faces da mesma moeda (MIGNOLO, 2003): uma não existiria sem a outra. Nessa toada, pode-se dizer que a *colonialidade do poder* (QUIJANO, 2019) se estabeleceu por meio de ideais colonizadoras, das quais gostaria de destacar, nesta seção, apenas duas: *nacionalismo* e *racismo*; começo por aquela, em seguida abordarei esta. Considero que refletir sobre elas ajudará no entendimento do que Souza (2019, 2021) denomina por *racismo cultural*, uma forma de dominação que, como buscarei demonstrar, fazem parte da construção do que hoje entendemos por Sul Global e Norte Global.

De acordo com West (2022 - em vídeo), “nationalism remains the most powerful ideology of the modern world that people are willing to live and die for no matter how much we talk about class and race and gender and sexual orientation”. Mesmo sendo uma opinião que pode parecer bastante categórica, passível de questionamento, difícil argumentar contra o poder que a ideia de nação projeta até os dias de hoje, afinal, é a forma de organização social que conhecemos a nível mundial.

Não consigo formar uma convicção sobre o nacionalismo¹¹⁶. Devemos apoiá-lo, defendê-lo, propagá-lo? Devemos, ao contrário, vê-lo apenas como uma construção europeia que herdamos e, como muitas outras, precisamos superá-la?

Às vezes penso que o nacionalismo tem o seu lugar. O Brasil, por exemplo, é um país com uma clara identidade nacional: quanto mais estudo e conheço a cultura brasileira, mais encontro razões de identificação e, posso até dizer, de orgulho. Digo isso, apenas a título de exemplo, me referindo à nossa tradição musical, literária, de festas populares, de pensadores extraordinários etc. Em um dos seus livros, Darcy Ribeiro declarou: “Faço política e faço ciência movido por razões éticas e por um fundo patriotismo” (RIBEIRO, 2015, p. 15). Segue o autor:

Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo (Ribeiro 1970), num novo modelo de estruturação societária. Novo

¹¹⁶ Quando trato de “nacionalismo”, me refiro no sentido de um pensamento que valoriza as características específicas de uma nação, sua história, sua cultura e que defende os interesses do povo com um todo, se preocupando com uma melhoria na sua qualidade de vida, diferente do nacionalismo falso, apenas demagógico, como aquele expressado por Jair Bolsonaro, cujas intenções são apenas retóricas. Afinal, como lembra Ribeiro: “Cada vez que um político nacionalista ou populista se encaminha para a revisão da institucionalidade, as classes dominantes apelam para a repressão e a força” (RIBEIRO, 2015, p. 22), as mesmas classe que não têm tentado tirar o presidente genocida do poder aqui no Brasil.

porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existam. Povo novo, ainda, porque é um novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. Novo, inclusive, pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e comove a todos os brasileiros (RIBEIRO, 2015, p. 17).

Uma mistura de povos muitas vezes forçada, através de muita violência. Um povo que até hoje sofre pela constante humilhação de um discurso desmerecedor sobre algumas de suas características mais marcantes e/ou difundidas. Uma constante flagelação que o povo sofre com um objetivo que me parece muito claro: que o brasileiro aceite o *status quo*, não acredite em si mesmo ou em transformações estruturais e, por isso, saia pouco às ruas para lutar por um futuro diferente.

Olhando para nossa história, Souza (2019; 2021) narra como a escravidão se dava no Brasil. Muitos autores falaram sobre o assunto e muitos outros já pensaram sobre ele também. Mas eu não tinha a processado intelectual e emocionalmente até a leitura de seu trabalho; me refiro à constante humilhação que os escravos sofriam, talvez uma das armas mais fortes para a manutenção do sistema de exploração e escravidão: “Assim que chegava à fazenda do novo proprietário, o indivíduo era surrado severamente e sem nenhum motivo. O objetivo era tornar automáticos o medo e a imposição da vontade e do arbítrio do novo senhor. O intuito era desumanização.” (SOUZA, 2021, p. 137).

O povo brasileiro contemporâneo como um todo, a meu ver, não pelo método físico - a não ser aqueles marginalizados, na maioria negros, pobres e moradores de favelas, que sofrem dessas forma por ataques constantes da polícia - mas por ideias e por meio da manufatura do consentimento (HERMAN; CHOMSKY, 1988) - leia-se manipulação e engano - , sofre um constante ataque à sua auto-estima para que se veja como menor em relação à outros povos, idealizando os de fora e diminuindo os de dentro. Essa ferramenta é, possivelmente, umas das mais importantes armas para convencer os brasileiros de que as coisas aqui não dão certo por causa do povo que aqui habita. Eu, cada dia mais, não acredito nessa explicação que ouço desde criança.

Não obstante, às vezes penso que nacionalismo e nação são apenas ideias criadas para a existência de o *nós* e os *outros*, indo contra ao que argumentei anteriormente sobre minha valorização da brasilidade. Talvez daí venha a máxima de Marx (1998) de que os trabalhadores do mundo todo deveriam se unir contra as forças dominantes/exploradoras capitalistas, afinal, a divisão real do mundo é entre o 1% e o 99%. Aí, talvez, resida o interesse das elites mundiais em alimentar

as diferenças nacionais, a criação do outro como uma ameaça, sempre incentivando uma competição não saudável entre diferentes nacionalidades.

Ao lado do *nacionalismo*, o *racismo* (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007) foi estabelecido durante na modernidade. O poder dessa segunda criação da modernidade acarretou, durante o século XIX e no começo do século XX, o que ficou conhecido como “racismo científico” (SOUZA, 2021). Nesse contexto, alguns discursos que no mínimo devem ser chamados de “absurdos” ou desumanos foram registrados. Césaire (2020), em seu livro chamado *Discurso sobre o colonialismo*, cita muitos exemplos; para destacar a brutalidade do racismo explícito da época, mencionarei alguns a título de exemplificação da violência colonial europeia, pois vale registrar de que forma se deu a construção do racismo que se mantém vivo até nossos dias, pois, como destaca o autor, “é minha vez de apresentar uma equação: *colonização = coisificação*” (CÉSAIRE, 2020, p. 24) :

Nós aspiramos, não à igualdade, mas à dominação. O país de raça estrangeira terá que se tornar novamente um país de servos, diaristas agrícolas ou trabalhadores industriais. Não se trata de eliminar as desiguais entre os homens, mas de ampliá-las e torná-las uma lei (HITLER, *apud* CÉSAIRE, 2020, p. 19).

Do ponto de vista da seleção natural, classificaria como lamentável o grande desenvolvimento numérico dos elementos amarelos e pretos, o que seria difícil de eliminar. Se, no entanto, a sociedade futura estiver organizada em uma base dualística, *com uma classe dólico-loira e uma classe de raça inferior confinada à força ao trabalho mais grosseiro, é possível que este último papel seja reservado a elementos amarelos e pretos. Não devemos esquecer que [a escravidão] não tem nada de mais anormal do que a domesticação do cavalo ou do boi*. Além disso, nesse caso, não seriam um embaraço, mas uma vantagem para o dólico-loiro. Portanto, é possível que reapareça no futuro de alguma forma. Provavelmente isso acontecerá de maneira inevitável se a solução simplista não intervier: uma única raça superior, nivelada pela seleção. (LAPOUGE, *apud* CÉSAIRE, 2020, p. 36).

Sei que devo me considerar superior aos pobres [da República Centro-Africana]. Eu sei que devo ter orgulho do meu sangue. Quando um homem superior deixa de acreditar que é superior, ele deixa de ser superior. Quando uma raça superior deixa de acreditar que é uma raça eleita, efetivamente deixa de ser uma raça eleita. (PSICHARI, *apud* CÉSAIRE, 2020, p. 36).

Apesar de tudo, o bárbaro é da mesma raça que os romanos os gregos. É um primo. O amarelo, o preto não são nossos primos. Aqui há uma diferença real, uma distância verdadeira, etnológica. Afinal, a civilização só foi feita até agora pelos brancos. Se a Europa ficar amarela, então certamente haverá uma regressão, um novo período de obscurantismo e confusão, ou seja, uma segunda Idade Média. (FAGUET, *apud* CÉSAIRE, p. 37).

Não tenho nada a acrescentar neste momento sobre o racismo engendrado pela modernidade. Apenas as citações falam por si e mais alto do que qualquer coisa pela qual eu possa argumentar.

O que me interessa, a partir do que escrevi até aqui nesta seção, é ter contextualizado duas ideias/ideologias extremamente determinantes para o processo de colonização europeia. Contudo, a história está sempre em movimento e novos processos, narrativas e discursos são criados para continuar justificando a dominação, a exploração e, como tenho argumento, o neocolonialismo.

Tenho defendido que os EUA desenvolveram um novo sistema de colonização de forma a impor seu domínio planetário (LOSURDO, 2020). Esse domínio, entretanto, não foi criado do zero. Ao contrário, foi construído pelas bases deixadas pelo exemplo europeu, pois, pode-se argumentar que os EUA são seu descendente. Para tais fins, o nacionalismo e o racismo vão, na minha leitura, ganhar uma nova roupagem para o que Souza (2021) denomina “racismo cultural” (o qual abordarei mais detidamente na seção 5.3.2).

Com fins competitivos e divisórios, segundo O’Byrne e Hensby (2020), o imperialismo cultural é a forma através da qual há a promoção de valores estadunidenses ao redor do globo. Se no passado se falava de *American way of life*, ou seja, um modo de viver dos americanos, mais recentemente fala-se em *American dream*, uma vez que, principalmente no período neoliberal, as oportunidades de melhora de vida são muito mais limitadas mesmo na metrópole¹¹⁷. De uma forma ou de outra, com o mesmo objetivo:

Alguns, como os Estados Unidos, irão considerar a si mesmos o “sal da terra”, o “povo eleito”, diferente e melhor que todos os outros. Essa noção também irá se basear já na noção de virtude que estamos expondo aqui. Os americanos se veem como o país do protestante ascético, disciplinado e produtivo destinado a dominar o mundo exterior. Obviamente, essa leitura do mundo é a legitimação perfeita e típica de uma elite expansiva, primeiro domesticamente e depois internacionalmente. Por meio das ideias de gente como Parsons e de seus milhares de seguidores, os Estados Unidos legitimam a expansão mundial de seu império “informal” (Jessé Souza, 2020, p. 30).

Encontramos no discurso de excepcionalismo a justificativa para o imperialismo estadunidense, uma forma de racismo cultural que se assenta na ideia de nação. Segundo Fals Borda e Luis Mora-Osejo (2007), o colonialismo intelectual estadunidense é uma das armas ideológicas do imperialismo estadunidense na América Latina. Os autores propõem, como alternativa, uma sociologia da libertação, um desejo por uma mudança revolucionária, pois a ciência dos trópicos e sub-trópicos ainda está por nascer: segundo os autores: uma ciência que considere o conhecimento produzido pelo Norte Global e suas construções históricas, mas que porém se construa com um olhar local, em busca de descolonização intelectual.

¹¹⁷ Na verdade, os EUA apresentam, contrário ao discurso midiático e cultural, a menor mobilidade social dos países considerados desenvolvidos (STIGLITZ, 2012; BLANCHARD; RODRIK, 2021), mostrando mais uma vez que a ideia de país da oportunidade é só mais um capítulo da propaganda imperialista.

Para haver essa revolução, “não pode haver educação cívica se não se denuncia profundamente o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo e o neorracismo.” (LOSURDO, 2020, p. 140). Essa educação para a liberdade social, econômica e cultural passa por desafiar explicitamente o discurso e a narrativa oficiais. Esses que são criados pela manufatura do consentimento, um método de controle discursivo sobre a realidade.

Se o conceito da manufatura do consentimento já foi citado várias vezes até aqui, julgo agora necessário me aprofundar um pouco nele, pois entendê-lo pode se transformar numa ferramenta para a revolução cultural necessária para abandonarmos as amarras neocoloniais que dão sustentação ao racismo cultural, manifestado no Brasil (*não unicamente mas de forma marcante*), pelo complexo de vira-latas. A saber, decidi guardar maior aprofundamento para esse conceito até aqui por entender que há intrínseca ligação entre ele e a impressão, no senso comum, das ideias de Norte/Sul Global e no reforçamento do “racismo cultural”.

5.3.1 Manufatura do consentimento

Nos livros *Manufacturing Consent*¹¹⁸: *The Political Economy of the Mass Media* (HERMAN; CHOMSKY, 1988) e *Necessary Illusions: Thought Control in Democratic Societies* (CHOMSKY, 1989) - cujas ideias principais são abordadas nos vídeos¹¹⁹ que podem ser acessados pelos *QR codes* ao lado e abaixo -, os autores demonstram como o discurso e a narrativa oficiais são construídos pelo império estadunidense e como o império dita os termos das discussões sociais e faz uso de um modelo de propaganda para esconder as práticas usadas pela sua classe dominante para impor seus interesses ao redor de todo o mundo. Fazendo uso do seu poder e de sua riqueza pela manufatura do consentimento, ou seja, a manutenção do *status-quo* através de narrativas falsas, uma narrativa é criada:



Noam Chomsky:
Manufacturing
Consent



Manufacturing
Consent: Noam
Chomsky and the
Media - Feature
Film

A propaganda model focuses on this inequality of wealth and power and its multilevel effects on mass-media interests and choices. It traces the routes by which money and power are able to filter out the news fit to print, marginalize

¹¹⁸ Essa expressão, emprestada pelos autores, é originária do pensador Walter Lippmann e apareceu primeiramente em seu livro *The Public Opinion* (A Opinião Pública), publicado pela primeira vez em 1922.

¹¹⁹ Os três vídeos disponíveis tratam das questões principais dos livros mencionados da seguinte forma: o primeiro traz uma breve definição do termo principal em poucos minutos; o segundo *QR code* dá acesso a um filme no modo documental e mais detalhado; já o terceiro vídeo apresenta uma programa jornalístico trinta anos depois do lançamento do primeiro livro, revisitando e atualizando o tema.

dissent, and allow the government and dominant private interests to get their messages across to the public (HERMAN; CHOMSKY, 1988, p. 2).

Um modelo de propaganda focaliza essa desigualdade de riqueza e poder e seus efeitos multiníveis sobre os interesses e escolhas da mídia de massa. Ele traça as rotas pelas quais o dinheiro e o poder são capazes de filtrar as notícias que podem ser impressas, marginalizar a dissidência e permitir que o governo e os interesses privados dominantes transmitam suas mensagens ao público (HERMAN; CHOMSKY, 1988, p. 2).



Noam Chomsky's
Manufacturing
Consent - revisited

Essas narrativas midiáticas procuram narrar os acontecimentos a partir do olhar dos detentores do poder. Sendo assim, "my personal feeling is that citizens of the democratic societies should undertake a course of intellectual self-defense to protect themselves from manipulation and control, and to lay the basis for more meaningful democracy"¹²⁰ (CHOMSKY, 1989, p. 2), com vistas de desconstruirmos as falsas narrativas, como tenho tentado neste trabalho. Segundo o autor, o objetivo da manipulação discursiva é o seguinte: "the general public must be reduced to its traditional apathy and obedience, and driven from the arena of political debate and action"¹²¹ (IDEM, p. 3), acreditando que pequenas reformas nas instituições burguesas podem mudar o *status quo*.

Especialmente nos EUA, a questão patriótica é demasiadamente enfatizada nessa narrativa oficial tendenciosa:

Many other factors induce the media to conform to the requirements of the state-corporate nexus. To confront power is costly and difficult; high standards of evidence and argument are imposed, and critical analysis is naturally not welcomed by those who are in a position to react vigorously and to determine the array of rewards and punishments. Conformity to a "patriotic agenda", in contrast, imposes no such costs. Charges against official enemies barely require substantiation; they are, furthermore, protected from correction, which can be dismissed as apologetics for the criminals or as missing the forest for the trees. The system protects itself with indignation against a challenge to the right of deceit in the service of power, and the very idea of subjecting the ideological system to rational inquiry elicits incomprehension or outrage, though it is often masked in other terms. One who attributes the best intentions to the U.S. government, while perhaps deploring failure and ineptitude, requires no evidence for this stance, as when we ask why "success has continued to elude us" in the Middle East and Central America, why "a nation of such vast wealth, power and good intentions [cannot] accomplish its purposes more promptly and more effectively" (Landrum Bolling). Standards are radically different when we observe that "good intentions" are not properties of states, and that the United States, like every other state past and present, pursues policies that reflect the interests of those who control the state by virtue of their domestic power, truisms that are hardly expressible in the mainstream, surprising as this fact may be (CHOMSKY, 1989, p. 7).

Muitos outros fatores induzem a mídia a se adequar às exigências do nexo Estado-corporativo. Confrontar o poder é custoso e difícil; altos padrões de evidência e argumentação são impostos, e a análise crítica naturalmente não é bem-vinda por aqueles que

¹²⁰ "meu sentimento pessoal é que os cidadãos de sociedades democráticas deveriam realizar um curso de autodefesa intelectual para se proteger da manipulação e do controle e estabelecer as bases para uma democracia mais significativa" - tradução minha.

¹²¹ "o público em geral deve ser reduzido à sua apatia e obediência tradicionais, e expulso da arena do debate e da ação política" - tradução minha.

estão em posição de reagir vigorosamente e determinar o conjunto de recompensas e punições. A conformidade com uma "agenda patriótica", ao contrário, não impõe tais custos. As acusações contra os inimigos oficiais carecem de comprovação e são, além disso, protegidas da correção, que pode ser descartada como apologética para os criminosos ou como se estivesse perdendo de vista a floresta por conta das árvores. O sistema protege-se com indignação contra a contestação do direito do engano a serviço do poder, e a própria ideia de submeter o sistema ideológico à investigação racional suscita incompreensão ou indignação, embora muitas vezes mascarada noutros termos. Alguém que atribui as melhores intenções para o governo dos EUA, embora talvez deplora o fracasso e a inépcia, não requer evidências para essa postura, como quando perguntamos por que "o sucesso continuou a nos fugir" no Oriente Médio e na América Central, por que "uma nação de tão vasta riqueza, poder e boas intenções [não podem] cumprir seus propósitos com mais rapidez e eficácia" (Landrum Bolling). Os padrões são radicalmente diferentes quando observamos que "boas intenções" não são propriedades dos Estados, e que os Estados Unidos, como qualquer outro Estado passado e presente, persegue políticas que refletem os interesses daqueles que controlam o Estado em virtude de seu poder doméstico, truísmos que dificilmente podem ser expressos no *mainstream*, por mais surpreendente que seja esse fato (CHOMSKY, 1989, p. 7 - tradução minha).

Quando os livros de Chomsky e Herman foram escritos na década de 1980, os autores estavam preocupados com a concentração de conglomerados midiáticos que controlavam a informação. Na época, o número de corporações midiáticas nos EUA era de cerca de 50, hoje são apenas seis - AT&T (Time Warner), ViacomCBS, Newscorp (FOX), Walt Disney, Comcast e Sony (LEVY, 2022).

Um dos objetivos da mídia seria, em teoria, o de checar o poder e desafiá-lo quando ele estivesse sendo usado de forma imprópria. Na cultura estadunidense, seria um dos atores do chamado "checks and balances" da democracia liberal. Na visão de Herman e Chomsky, apoiada por mim, a mídia se mostra, ao contrário, como um ator com objetivos de desinformar, ou seja, um dos mais importantes aparelhos ideológicos de Estado, o que Amorim chamou de "O quarto poder" (AMORIM, 2015) em favor da manutenção do *status quo*.

Como todo esse processo de manipulação discursiva se dá é de fato complexo, por essa razão adicionei acima três vídeos que podem ajudar a compreendê-lo. Assistí-los, em minha opinião, é essencial para aqueles que buscam desenvolver um senso crítico e um pensar autônomo em relação à grande mídia, tão livre quanto possível das amarras do discurso imperial e da classe dominante de qualquer país. A seguir, abordarei dois frutos desse controle discursivo, um de aspecto mundial, *racismo cultural*, e outro brasileiro, o *complexo de vira-lata*¹²².

¹²² Na literatura, encontrei a frase "vira-lata (s)" tanto no singular quanto no plural, não vendo distinção entre elas, não as diferencio aqui também.

5.3.2 "Um novo racismo para um novo império: racismo cultural"¹²³

Césaire (2020, p. 33), em seu livro publicado originalmente em 1955, já destacava uma mudança hegemônica e "civilizatória": “Indo além, não faço segredo de que, para mim, a barbárie da Europa Ocidental é hoje incrivelmente grande, só superada, e muito, apenas por uma: a norte-americana.”.

Antes de suas ambições mundiais, o império se fortificou localmente. Primeiramente, através do extermínio dos povos originários da América do Norte e apropriação de suas terras, em seguida, por meio de guerras a fim de anexação de territórios, como de terras mexicanas, e assimilação de colônias, como Porto Rico (veja 5.1.1). Concomitantemente, a doutrina Monroe estabeleceu a “América para os americanos”, sendo, é claro, que “americanos” significa “estadunidenses”.

Desde então, o continente americano como um todo foi visto como *quintal* ("backyard" em inglês) pelo império. Se Donald Trump enquanto presidente usou essa mesma terminologia, Joe Biden chegou a usar o termo *jardim da frente* (“front yard”) para se referir ao nosso continente¹²⁴, enfatizando o olhar condescendente do neocolonizador.

Para exercer seu domínio, o império neocolonial sempre faz uso de armas econômicas e, apenas quando necessário, de arma bélicas. Todavia, não para por aí. Há a necessidade também de uma justificativa moral para que a exploração se mantenha.

Relativos a esse contexto, nos termos de Souza (2015; 2019; 2021), *culturalismo* e *racismo cultural* se referem a uma construção paradigmática a partir da qual argumentos são elaborados nas ciências sociais estadunidenses. Me parece que com o primeiro termo, o autor enfatiza a criação, pela teoria da modernização, da ideia de que existem culturas superiores e culturas inferiores, o que justificaria seus respectivos níveis de desenvolvimento e riqueza. Já o segundo termo trata das consequências desse discurso que gera a separação no senso comum entre Norte Global e Sul Global, um mais avançado moral e socialmente, outro mais atrasado e ligado à corrupção sistêmica e à inerente desonestidade.

De acordo com o autor, se no começo do século XX, o *racismo científico* (aquele que buscava justificar preconceitos baseado na cor da pele) ainda era aceitável no discurso, ao longo do

¹²³ (SOUZA, 2021, p. 150).

¹²⁴ Cf. <https://english.almayadeen.net/articles/analysis/biden-says-latin-america-is-us-front-yard-trump-says-backyard>

século XX, as ciências sociais estadunidenses estabeleceram um novo tipo de racismo, agora baseado em questões apenas culturais. Baseado no racismo cultural, países do centro-capitalista (países considerados mais desenvolvidos) justificam sua supremacia sobre o resto do mundo por possuírem culturas mais avançadas, mais elevadas, mais civilizadas, e, conseqüentemente, mais justas, apagando, intencionalmente, sua história (neo)colonial: *é umas das formas discursivas/narrativas da criação do Sul Global e do Norte Global*.

Para tal feito, as marcas coloniais e neocoloniais - que funcionam de formas diferenciadas, como tenho tentado demonstrar nesta dissertação - precisam ser invisibilizadas, com objetivo de convencer outros povos de que eles são inferiores intelectualmente, mas “tão ou mais importante, também moralmente. Que é melhor entregar nossas riquezas a quem sabe melhor utilizá-las, já que outros são honestos de berço, enquanto nós seríamos corruptos de berço” (SOUZA, 2019, p. 25), assim, justificando, por exemplo, as privatizações de empresas nacionais para o capital estrangeiro.

Como afirma Souza, todo tipo de racismo “precisa escravizar o oprimido no seu espírito, e não apenas no seu corpo. Colonizar o espírito e as ideias de alguém é o primeiro passo para controlar o seu corpo e seu bolso” (Ibidem, op. cit.). Em contraposição ao discurso hegemônico, Souza afirma (Ibidem, p. 27):

Em vez de um código genético [...], nós só podemos construir e reproduzir um padrão de comportamento por força de ideias que nos ajudam a interpretar o mundo. Afinal, são essas ideias que irão esclarecer os indivíduos e as classes sociais acerca de seus objetivos, interesses e conflitos. [...] Toda a nossa ação no mundo é influenciada, quer saibamos disso ou não, por ideias. São elas que nos fornecem o material que nos permite interpretar nossa própria vida e dar sentido a ela. Por conta disso, quem controla a produção das ideias dominantes controla o mundo. Por conta disso também, as ideias dominantes são sempre produto das elites dominantes. É necessário, para quem domina e quer continuar dominando, se apropriar da produção de ideias para interpretar e justificar tudo o que acontece no mundo de acordo com seus interesses.

Como detalha Souza, as ciências sociais estadunidenses, ao longo do século passado, desenvolveram a *teoria da modernização*, com liderança de Talcott Parsons:

Essa tradição de pensamento, em vez de enfatizar os estoques raciais e fenótipos como base do comportamento humano e social diferencial [como na modernidade], irá localizar na tradição cultural, ou seja, na herança comum dos costumes, tradições, língua e crenças, a verdadeira motivação para o fato de distintos povos, nações e grupos sociais terem comportamentos diferentes. (SOUZA, 2021, p. 143).

Nessa teoria, “primeiro esforço coletivo coordenado e com alcance mundial que mobilizou gerações de pesquisadores para encontrar uma resposta ao desafio de compreender as causas do desenvolvimento diferencial entre diversas sociedades existentes” (SOUZA, 2021, p. 151),

construiu-se a imagem de um estadunidense como sendo objetivo, pragmático, anti-tradicional, universalista e produtivo. Os pensadores brasileiros, respondendo à essa crescente dominação econômica e política estadunidense, construíram “o brasileiro como pré-moderno, tradicional, particularista, afetivo e, para completar, com uma tendência irresistível à desonestidade” (Ibidem, p. 28). Baseado primordialmente em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, continua o autor, o brasileiro é o contraparte “vira-lata” do estadunidense, aquele que age apenas emotivamente, com o “jeitinho brasileiro”, com prática patrimonialistas, desonestas e corruptas “para, consciente ou inconscientemente, atender a interesses geopolíticos americanos que visam a permanência do Brasil como mero exportador de matéria-prima” (Ibidem, p. 36), caminho que o Brasil tem voltado a percorrer com mais afinco desde a implantação do projeto neoliberal, através de privatizações e de sua desindustrialização¹²⁵ recentes, por exemplo.

Nessa forma de pensar estadunidense, superando o modo de pensar de viés eurocêntrico, “não existe preconceito maior do que aquele que divide sociedades avançadas de sociedades periféricas como se essa diferença fosse de ‘substância’, ou seja, de tipos de seres humanos distintos, uns mais refinados e outros mais primitivos, corruptos, sensuais etc.” (Idem, 2015, p. 164). Nisso se alicerça, também, a diferença entre o Norte Global e o Sul Global, ou os desenvolvidos e os subdesenvolvidos, nos mais distintos aspectos possíveis: “Esses pressupostos são compartilhados tanto pelo senso comum que dividimos com todos na vida cotidiana quanto pela própria prática (pseudo) científica das ‘ciências da ordem’, ou seja, das ciências que existem para afirmar e legitimar o mundo como ele é” (SOUZA, 2015 p. 168).

Como demonstraram Grosfoguel e Castro-Gómez (2007), *raça* foi uma criação da modernidade. Consequentemente, o racismo racial, ou seja, baseado na cor da pele, foi uma das armas mais importantes da modernidade européia para impor seus interesses ao redor do mundo: enfrentamos suas consequências até hoje através do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019). Na leitura de Souza (2015; 2019; 2021), em contrapartida, o racismo cultural parece ser uma das principais armas do neocolonialismo estadunidense desde quando a “teoria da modernização” (PARSONS, 1967) se tornou proeminente, primeiro nas ciências sociais nas décadas de 1950 e 1960, e de forma ainda mais determinante quando...

¹²⁵ A saber, a indústria de transformação brasileira era em torno de 24,5% do PIB antes da primeira onda neoliberal dos anos 1990, momento que nossa produção industrial, que gera mais renda para população e empregos com maior segurança trabalhista, por meio de, por exemplo, carteira assinada, decresceu hoje para em torno de 11% da economia, acarretando uma volta do país ao papel de exportador de *commodities*, associado a concentração de renda, precarização do trabalho, informalidade e desemprego/subemprego. Veja, por exemplo: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-12-07/o-brasil-vai-virar-uma-grande-fazenda-um-pais-em-acelerada-desindustrializacao.html>

ela "morreu" como teoria apenas para se tornar realidade prática viva, um pensamento que se transformou numa emoção sobre a qual não mais se reflete, tornou-se "corpo", reflexo automático como o ato de respirar, pressuposto implícito de tudo que somos, dizemos e pensamos sobre o mundo social" (SOUZA, 2021, p. 188).

Em outras palavras, virou senso comum (por meio da *manufaturado do consentimento*) e ajudou a definir simbólica e ontologicamente a divisão Norte/Sul, sendo o primeiro ligado a nações consideradas ascéticas, trabalhadoras e justas, enquanto o segundo sendo o seu oposto. Voltemos a Souza para tentarmos melhor entender esse processo e a sua escolha pelo termo *racismo cultural*: "Como somos seres precários, transitórios e vulneráveis, necessitamos do reconhecimento social dos outros para podermos exercer nossas capacidades e faculdades mais básicas. Nesse sentido, o racismo é, antes de tudo, a negação do reconhecimento social em suas múltiplas formas" (Ibidem, p. 130). Souza (Ibidem, p. 132) defende que há diversas maneiras de redução de um ser humano a uma dimensão animalizada:

Como a violência física aberta é um caso necessariamente transitório e limítrofe de dominação e opressão [...], a dominação que se pretende contínua no tempo precisa "convencer" o oprimido da sua própria inferioridade [...]. Proponho, portanto, definir racismo como toda forma de amesquinhar, humilhar e desprezar o oprimido convencendo-o da sua própria inferioridade [...], negando-lhe o reconhecimento social de sua humanidade [...]. Essa nova compreensão nos habilita a perceber as máscaras que esse racismo assume para se apresentar com outras roupas e outros nomes.

Nesse sentido, "a verdadeira dominação global se dá pela associação entre as elites mundiais do Norte Global, *comandadas pela elite americana*, e as elites [neo]colonizadas dos países do Sul Global" (p. 133 - ênfase minha), sendo que estas elites, por aceitarem seu lugar de inferioridade, aceitam também o papel de lacaios (SOUZA, 2019) na exploração neocolonial.

Para atingir tal feito, defende o sociólogo (Idem, 2021, p. 136), o "racismo científico" precisa ser apagado ou escondido; assim, "raça" é substituída por "cultura": essa troca torna a dominação "mais difícil de ser percebida". Além disso, haverá necessidade de aproximar as ideias de cultura e língua, que segundo Souza (Ibidem, p. 144-145), ficou a cargo de Franz Boas:

É que, embora a língua seja, ela própria, um produto histórico¹²⁶, também é um pressuposto de todo processo de aprendizado social por conta do seu processo de aquisição pré-reflexivo na socialização primária. Assim, do mesmo modo que aprendemos a utilizar inconscientemente as regras da gramática de cada língua, aprendemos [, segundo Boas,] a

¹²⁶ Quando Souza, um sociólogo, usa a frase "produto histórico", a leio como uma aproximação à chamada "prática social" pelos linguistas aplicados, como expresso em outros momentos desta pesquisa, mesmo que não com a mesma precisão. Porém, essa é uma questão menos importante, pois, os termos da "teoria da modernização" não foram pensados por linguistas aplicados, ou para linguistas aplicados, foram pensados para a manufatura do senso comum.

desempenhar as regras do comportamento de cada cultura singular. A partir dessa ideia de cultura - como produto inconsciente presente tanto em cada indivíduo quanto no todo social e que determina a forma como forjamos nossas opiniões e nosso comportamento efetivo -, Boas irá influenciar decisivamente o pensamento da antropologia e das ciências sociais nos EUA e no mundo durante o século XX.

Ao longo do século passado, a partir desses pressupostos, como demonstra Souza, a ciência globalmente dominante deixa para trás uma linguagem baseada em "estoques raciais" e passa a se utilizar de "estoques culturais" para justificar a dominação e a exploração pelo Norte Global. Ainda, como destaca o autor, o momento histórico que todo esse processo se deu foi depois da Segunda Guerra Mundial, no Departamento de Relações Sociais de Harvard, concomitante com muitos movimentos de libertação de coloniais do Sul Global, em boa medida sendo uma resposta a esse "novo desafio", pois, uma vez que os EUA assumiram controle do mundo capitalista, a construção simbólica dessa dominação foi desenvolvida.

Como aponta Souza, "a diferença mais marcante em relação ao imperialismo europeu anterior é a recusa do exercício de um imperialismo formalizado¹²⁷ pela submissão política militar explícita" (SOUSA, 2021, p. 154), usando essas armas apenas quando a construção simbólica não obtenha sucesso, ou seja, quando movimentos de soberania e autonomia tomam corpo. Sem haver necessidade de demonstração mais explícita de força, o imperialismo estadunidense funda-se em exploração econômica e cultural, por meio do projeto neoliberal e pela sua indústria cultural.

De forma a imprimir a dominação "consentida", justificada por uma suposta superioridade cultural, o império neocolonial faz uso de algumas ferramentas. Ao lado de uma base militar e industrial, defende Souza, associadas a fundações privadas de portadores de grandes riquezas, como fundações Ford, Carnegie e Rockefeller, há necessidade de uma fundação simbólica acadêmica e hollywoodiana:

Hollywood, cujos principais estúdios passam a ter efetivamente o controle direto do Estado americano e de seus ramos estratégicos de espionagem, servia como referência de toda uma nova indústria cultural, que surge naturalizando a suposta defesa do "mundo livre" em uma série de arquétipos e clichês culturais que passam a ser consumidos acriticamente pelo mundo inteiro. (SOUZA, 2021, p. 155).

Nesse sentido, exemplificadamente e de forma emblemática, filmes de guerra são constantemente feitos de forma a pintar o exército estadunidense de forma positiva e justa. Conjuntamente, programas de TV possuem um viés quase doutrinário sobre a sociedade estadunidense: o malandro Zé Carioca é um símbolo de Brasil e os mexicanos fazem "os papéis de

¹²⁷ Vale ressaltar que existem exceções a esse modelo que Souza chama de "informal", como abordei na seção 5.1.1.

criminosos não confiáveis" (Ibidem, p. 156), sendo alicerces de preconceitos e estereótipos sobre o Sul Global e criando o chamado *soft power* estadunidense.

Como busquei demonstrar nesta seção, ancorado principalmente em Souza, por meio da "teoria da modernização" uma nova narrativa foi criada para justificar uma nova forma de dominação para um novo momento histórico. Como já destaquei anteriormente pela fala de Souza, essa teoria acadêmica morreu para entrar no inconsciente popular e determinar uma nova forma de divisão de mundo. Segundo o autor, essa teoria "é a base da atual teoria da globalização e funciona até hoje como pano de fundo hegemônico e dominante de qualquer discurso afirmativo sobre o mundo globalizado". (Ibidem, 2021, p. 182). Sobre a globalização, me deterei na seção 5.4.

5.3.3 Complexo de vira-latas

O racismo cultural, um projeto global de diferenciação e hierarquização de povos/nações, toma corpo no Brasil em diversas formas, sendo uma das mais determinantes, na minha leitura, o *complexo de vira-latas*¹²⁸. Essa expressão e o seu conceito foram criados por Nelson Rodrigues em 1958, inspirados pelas suas reflexões sobre o futebol, para explicar a perda da final da Copa do Mundo em 1950 no Maracanã, pois, segundo o autor, o Brasil tinha perdido aquele jogo pelo seu senso de inferioridade latente - o *QR code* ao lado dá acesso a um documentário que conta um pouco dessa construção cultural. Na época, o senso de inferioridade descrito por Rodrigues se referia mais detidamente ao futebol, porém podemos perceber suas amarras de formas mais abrangentes, fazendo parte da psique de grande parte dos brasileiros (SOUZA, 2021).



O Complexo de Vira-latas - Documentário

Para Tiburi (2021), o complexo de vira-latas se define pela humilhação (neo)colonial sofrida pelos brasileiros: "a humilhação é uma práxis, ou seja, uma ação que é, ao mesmo tempo, uma produção mental, teórica e linguística, emocional e afetiva" (TIBURI, 2021, p. 11). Através da colonização, o brasileiro teria sido criado num lugar social inferior:

Colonizados são aqueles que perderam suas formas de ser e de viver para a colonização. [...] A colonização como método implica imitar o colonizador, o senhor, o dono do poder, o rico para tentar sair da posição humilhada. [...] Por meio da colonização, o colonizador faz com que o colonizado se veja como um indivíduo que não vale nada. [...] O objetivo é retirar de cada corpo a memória, a capacidade de pensar, o senso de pertencer a uma comunidade, bem como a criatividade de produzir sentido individual e coletivamente.(TIBURI, 2021, p. 40-42).

¹²⁸ Para ver como o complexo de vira-latas é utilizados pela mídia nacional, ver, por exemplo, Rocha (2016).

Se por consequência da colonização europeia, o senso de inferioridade do brasileiro estava ligado à sua mestiçagem tendo em vista o racismo científico; hoje ele é associado à estoques culturais. Na fase neoliberal do capital, afirma a autora: “colonizadores externos associam-se a colonizadores internos e seguem suas práticas de destruição de países, territórios e povos. É a colonização *sempre renovada* que evolui velozmente sob o regime econômico neoliberal” (Ibidem, p. 54 - ênfase minha). E ela vai além: “O combate à memória em países colonizados é uma prática comum” (Ibidem, p. 71). Posso corroborar esse argumento citando minha experiência estudantil e também profissional. Desde criança, cresci com um constante alimentar do complexo de vira-lata; lembro claramente como tanto eu quanto muitos de meus colegas de escola sempre nos interessávamos mais pela História Mundial do que pela História do Brasil. Hoje, enquanto professor, reiteradamente ouço de meus alunos que a história de outros países, impérios e civilizações são mais interessantes que a nossa. Como se a nossa fosse menos importante, menos relevante e menos atrativa. Apenas com os estudos decoloniais fui me atentar para essas preferências, minhas e das minhas alunas/os/es.

Por meio de filmes, novelas, jornais, falas, discursos, piadas etc., somos bombardeados, desde pequenos, a ver/perceber o brasileiro como emotivo e desonesto, como aquela pessoa que usa o *jeitinho brasileiro* para se dar bem em todas as situações, quando o que realmente destrói nosso país é o *jeitão* (OLIVEIRA, 2012). Para Oliveira, em uma leitura distinta da hegemônica, “o peculiar modo nacional de livrar-se de problemas, ou de falsificá-los, constitui o famoso jeitinho brasileiro” (Ibidem, p. 1), o que lembra a *gambiarra*, ou seja, formas de superar todas as dificuldades que afligem a maioria dos nosso povo a maior parte do tempo. “O jeitinho é um atributo das classes dominantes brasileiras que se transmitiu às classes dominadas” (Ibidem, loc. cit.), em outras palavras, a desonestidade da classe dominante nacional, de constante saque e roubo das riquezas nacionais para si (SOUZA, 2019), se reflete no povo, porém, na sua tentativa de sobrevivência, pois:

as ideias e os hábitos das classes dominantes transformam-se em hegemonia e caráter nacional. No Brasil, a classe dominante burlou de maneira permanente e recorrente as leis vigentes, sacadas a fórceps de outros quadros históricos. O drible constante nas soluções formais propicia a arrancada rumo à informalidade generalizada. E se transforma, ao longo da perpétua formação e deformação nacionais, em predicado dos dominados (OLIVEIRA, 2012, sem p.).

Precisamos superar tanto o racismo cultural que nos diminuiu quanto o *jeitão* da classe dominante da rapina e do atraso (SOUZA, 2019). Afinal, *o Brasil não cabe no quintal de ninguém* (BATISTA, 2019, p. 3). A conscientização é o início da superação desses aspectos tão prejudiciais para nosso povo:

So once you realize that your inferiority is a fiction created to dominate you, and you do not want to either assimilate or accept in resignation the bad lack of having been born equal to all human beings but losing your equality shortly after being born because of the place you have been born, then you delink. Delinking means that you do not accept the options that are available to you (MIGNOLO, 2011, p. 276).

Então, uma vez que você percebe que sua inferioridade é uma ficção criada para dominá-lo, e você não quer assimilar ou aceitar com resignação a má falta de ter nascido igual a todos os seres humanos, ao invés perdendo sua igualdade logo depois de nascer por causa da lugar onde você nasceu, então você se desvincula. Desvincular significa que você não aceita as opções que estão disponíveis para você (MIGNOLO, 2011, p. 276).

Durante o processo de *delinking*, “you need to be epistemically disobedient. You will pay the price, for journals, magazines, disciplines in the social sciences and humanities as well as the social sciences and professional schools, are territorial”¹²⁹ (Ibidem, p. 277). Estou convencido de que esse talvez seja um dos maiores desafios de um cientista social contemporâneo.

Como mencionei acima, no meio familiar, comunitário e até estudantil onde cresci, a ideia de brasilidade não era associada a algo positivo. Ideias de depreciação da cultura nacional permeavam o discurso dominante que *eu mais ouvia*: por exemplo, *o jeitinho brasileiro* (sempre por um viés negativo) e sua quase inexorável permeabilidade social associava as injustiças sociais a um caráter no mínimo duvidoso do povo brasileiro, como formado por pessoas sempre tentando “tirar vantagem”. Eu, hoje, não aceito mais essa explicação para as mazelas sociais que afligem a maioria da população brasileira que, estou convencido, sofre de um mal que *une o neocolonialismo estadunidense a uma elite nacional de tradição escravista e exploradora, submissa ao imperialismo estadunidense* (SOUZA, 2019; 2020).

Termino essa seção com um convite escrito por Freire na década de 1960 e que ainda tem muito a nos dizer. Para Freire (2020b, p. 51-52), precisamos superar...

esse ontem que significava uma sociedade sem povo, comandada por uma “elite” superposta ao seu mundo, alienada, em que o homem simples, minimizado e sem consciência desta minimização, era mais “coisa” que homem mesmo [...], por uma sociedade que se “descolonizasse” cada vez mais. Cada vez mais cortasse as correntes que a faziam e fazem permanecer como objeto de outras, que lhe são sujeitos [...]. A educação das massas se faz,

¹²⁹ “você precisa ser epistemicamente desobediente. Você vai pagar o preço, pois jornais, revistas, disciplinas nas ciências sociais e humanas, bem como as ciências sociais e escolas profissionais, são territoriais” - tradução minha.

assim, algo absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida de roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação.

Uma educação questionadora pode ser uma das ferramentas para uma realidade *outra*, a qual não culpe os explorados/sofredores pelo seu *status quo*. Estou convencido de que esse processo de conscientização e de *delinking*, entretanto, é apenas um dos primeiros passos para a transformação social que me parece tão indispensável.

Para dar prosseguimento aos esforços do LNC em sua investigação de macro-estruturas neocoloniais de dominação e exploração, de desafio à ordem estabelecida e ao senso comum acrítico com o qual tive contato boa parte da minha vida, na próxima seção trato da quarta e última face do neocolonialismo segundo a minha leitura: a globalização.

5.4 NEOCOLONIALISMO: A FACE DA GLOBALIZAÇÃO

Globalização parece ser entendida como algo dado, uma premissa que caracteriza o mundo contemporâneo. Algo que não pode voltar atrás. Contudo, questionar premissas consideradas inquestionáveis talvez seja um dos papéis mais relevantes para um pesquisador. Segundo Zygmunt Bauman, “no fenômeno da globalização há mais coisas do que pode o olho apreender; revelando as raízes e as consequências sociais do processo globalizador [podemos] dissipar um pouco de névoa que cerca esse termo” (BAUMAN, 2021, p. 7), algo que considero vital, pois a globalização é, a meu ver, um dos alicerces da matriz contemporânea de poder. Conforme o autor:

A globalização tanto divide como une; divide enquanto une. [...] As localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos, ações que elas não controlam. [...] Já os centros de produção de significado e valor são hoje extraterritoriais e emancipados de restrições locais - o que não se aplica, porém, à condição humana, à qual esses valores e significados devem informar e dar sentido. (BAUMAN, 2021, p. 8-9).

Provocado por Bauman, sou levado a questionar quais os efeitos mais determinantes da globalização¹³⁰ em nossa construção histórica. Para tanto, parto de uma concordância com Immerwahr (2019, p. 18):

[The U.S.] replaced colonization with globalization. *Globalization* is a fashionable word, and it's easy to speak of it in vague terms - to talk of increasingly better technologies drawing a disparate world together. But those new technologies didn't just crop up. Many were developed by the U.S. military in a short burst of time in the 1940s, with the goal of giving the United States a new relationship to territory. Dramatically, and in a just a few years, the military built a world-spanning logistical network that was startling in how little it depended

¹³⁰ Para distintas leituras sobre o processo de globalização recente, veja, por exemplo Figueiredo (2018).

on colonies. It was also startling in how much it centered the world's trade, transport, and communication on one country, the United States.

[Os EUA] substituíram a colonização pela globalização. Globalização é uma palavra da moda, e é fácil falar dela em termos vagos – falar de tecnologias cada vez melhores que unem um mundo dispar. Mas essas novas tecnologias não surgiram do nada. Muitas foram desenvolvidas pelos militares dos EUA em um curto período de tempo na década de 1940, com o objetivo de dar aos Estados Unidos uma nova relação com o território. Dramaticamente, e em apenas alguns anos, os militares construíram uma rede logística de alcance mundial que foi surpreendente pelo pouco que dependia de colônias. Também era surpreendente o quanto centralizava o comércio, transporte e comunicação do mundo em um país, os Estados Unidos.

Nessa conjuntura, como expus anteriormente, se colônias no sentido tradicional não são mais tão determinantes, uma nova forma de dominação foi criada baseada por um tipo de *neocolônia*: um espaço territorial que, no discurso, se diz autônomo e soberano, sem a tradicional *ocupação territorial*, porém, ainda sim, ser um território subjugado na prática.

Essa mudança paradigmática de dominação se explica, em parte, pelo movimento do chamado terceiro mundo em meados do século passado. Em outras palavras, “the worldwide anti-imperialist revolt drove the cost of colonies up. Yet, at the same time, new technologies gave powerful countries ways to enjoy the benefits of empire without claiming populated territories. In doing so, they drove the demand for colonies down.”¹³¹ (IMMERWAHR, 2019, p. 264).

Dessa forma, creio ser relevante apreender um pouco o movimento *terceiro mundista*. Apesar de hoje percebermos o termo *Terceiro Mundo* de forma derogatória e pejorativa, uma forma de minorização ou ofensa aos países que compõe esse grupo, não foi assim durante a criação do termo. O termo apareceu, como narra Vincent Bevins (2020), no movimento anticolonial que se fortaleceu depois da Segunda Guerra Mundial. O Primeiro Mundo era composto pelos EUA, Canadá, Europa Ocidental, Austrália e Japão, *todos* países que enriqueceram através de colonialismo. O Segundo Mundo, por outro lado, era composto pela União Soviética e pelos territórios europeus onde havia sedes do Exército Vermelho. Já o Terceiro Mundo era formado por todos os outros povos.

Esse termo, Terceiro Mundo, foi concebido nos anos 1950 por Alfred Sauvy com conotações apenas positivas, pois nomeava os povos que haviam sofrido colonização no passado e naquele momento vislumbravam a chance de serem sujeitos de sua história: “when the leaders of these new nation-states took up the term, they spoke it with pride; it contained a dream of a better

¹³¹ “a revolta anti-imperialista mundial elevou o custo das colônias. No entanto, ao mesmo tempo, novas tecnologias deram aos países poderosos maneiras de aproveitar os benefícios do império sem reivindicar territórios povoados. Ao fazer isso, eles reduziram a demanda por colônias.” - tradução minha.

future in which the world's downtrodden and enslaved masses would take control of their own destiny"¹³² (Ibidem, p. 13).

Esses povos não desejavam se aliar ao Primeiro ou ao Segundo Mundo, ao contrário, pretendiam projetar soberania: “*Third* did not mean third-rate, but something more like the third and final act [...], the new movement, full of energy and potential, just waiting to be unleashed. For much of the planet, the Third World was not just a category; it was a movement”¹³³ (Ibidem, loc. cit.). A minha intuição é a de que, com o tempo, esse termo com conotações positivas passou a ser atacado e associado a tons negativos, ajudando assim a enfraquecer seu ímpeto inicial. Ao mesmo tempo, a associação de imperialismo apenas com o passado de hegemonia europeia pode ter auxiliado no enfraquecimento de suas lutas.

Nessa conjuntura, os EUA, mesmo numa posição militar favorável à anexação de novas colônias, agiu de outra forma. Em 1946, os EUA reconheceram a independência da sua maior colônia, as Filipinas. Ou seja, a nação mais poderosa “descolonizou”. Isso “cannot be explained by a sudden onset of altruism”, como explica Immerwahr; foi devido “in part to the revolt of colonized peoples worldwide”, mas não apenas isso. Foi devido a lições aprendidas durante a guerra, “*the art of projecting power without claiming colonies. New technologies helped it achieve [...] domination without annexation*”¹³⁴ (IMMERWAHR, 2019, p. 315 - ênfase minha).

A meu ver, a globalização pode ser entendida como o discurso propagandístico para “vender” o modelo neocolonial, ampliando sua dominação, enquanto, discursivamente, se diz em favor da auto-determinação dos povos. Assim como os EUA trocaram o termo “colônia” por “território” para esconder sua natureza de dominação e exploração, o conceito de globalização foi, e continua sendo, utilizado para descrever um processo novo e antigo ao mesmo tempo. *Novo* no que tange a forma, *antigo* no que tange a essência, ou seja, uma resposta à um novo contexto geopolítico onde aparência e essência divergem brutalmente:

¹³² “quando os líderes desses novos estados-nação adotaram o termo, eles o falaram com orgulho; continha um sonho de um futuro melhor em que as massas oprimidas e escravizadas do mundo assumiriam o controle de seu próprio destino” - tradução minha.

¹³³ “*Terceiro* não significava terceira categoria, mas algo mais parecido com o terceiro e último ato [...], o novo movimento, cheio de energia e potencial, apenas esperando para ser desencadeado. Para grande parte do planeta, o Terceiro Mundo não era apenas uma categoria; era um movimento”

¹³⁴ “não pode ser explicado por um súbito início de altruísmo”, como explica Immerwahr; foi devido “em parte à revolta dos povos colonizados em todo o mundo”, mas não apenas isso. Foi devido a lições aprendidas durante a guerra, “a arte de projetar poder sem reivindicar colônias. Novas tecnologias ajudaram a alcançar [...] a dominação sem anexação” - tradução minha.

No movimento de protesto dos anos sessenta e setenta, [imperialismo] ainda fazia parte - não apenas por conta da influência da guerra do Vietnã -, do vocabulário político padrão. No início dos anos noventa, após o fim da confrontação entre os blocos, da pretensa vitória histórica do capitalismo e das correlatas visões de uma “sociedade mundial” pacífica, ele desapareceu do linguajar político e científico, inclusivo no próprio espectro da esquerda. “Globalização” ou “*Global Governance*” tornam-se as categorias principais. [...] Nesse contexto, o abandono do termo imperialismo, no sentido de luta política, marcou no final das contas uma mudança de posição política (HIRSCH, 2010, P. 206).

Em outras palavras, em um contexto de hegemonia estadunidense sem forte contestação, depois do desmonte da União Soviética (e seu modelo alternativo), o império neocolonial passou a ter controle quase absoluto no que tange a economia, o modelo social/cultural/político e, fundamentalmente, o discurso e a narrativa oficiais/hegemônicos, mesmo num contexto de, como demonstrado anteriormente, maior ofensiva militar estadunidense contra aqueles (como Irã, Iraque e Afeganistão, por exemplo) que ousam desafiar essa nova ordem durante a chamada, erroneamente a meu ver, “pax americana” (NYE, 1991). Hoje, infelizmente, países que formavam o Terceiro Mundo e se viam como livres da exploração colonial, em minha leitura, sofrem de neocolonialismo.

Nesse novo modelo globalista, como demonstrou Bauman (2020), vende-se a ideia de que as empresas não pertencem aos seus empregados, aos seus fornecedores ou a sua localidade, mas sim às pessoas que investem nessas empresas e usufruem da desregulamentação neoliberal de mercados de capital, conseqüentemente,

é bem provável que o último quarto deste século [XX] passe à história como o da Grande Guerra de Independência em relação ao Espaço. O que aconteceu no curso dessa guerra foi um consistente e inexorável deslocamento dos centros de decisões, junto com os cálculos que baseiam as decisões tomadas por esses centros, livres de restrições territoriais — as restrições da localidade. [...] Apenas as “pessoas que investem” — os acionistas — não estão de forma alguma presas no espaço; elas podem comprar qualquer participação em qualquer bolsa de valores e através de qualquer corretor, e a proximidade ou distância geográfica da companhia será com toda a probabilidade a consideração menos importante na sua decisão de comprar ou vender. (BAUMAN, 2020, p. 15).

Nesses termos, a comunidade local perdeu importância, fazendo com que a classe exploradora/dominante internacional - minoria mesmo no Norte Global - não seja mais sujeita às conseqüências de sua exploração, fato que explica a concentração de renda e riqueza nos EUA ao mesmo tempo que a maioria de sua população tenha enfrentado estagnação salarial, sucateamento da infra-estrutura local e perda de qualidade de vida (STIGLITZ, 2012; BLANCHARD; RODRIK, 2021).

Nesse modelo globalista/neoliberal/neocolonial, "graças à mobilidade dos seus recursos agora líquidos, [os detentores do capital] não enfrentam limites reais o bastante [...] que obriguem ao respeito. Os únicos limites que se poderiam fazer sentir e respeitar seriam aqueles impostos

administrativamente sobre o livre movimento do capital e do dinheiro." (BAUMAN, op. cit., p. 18). Um exemplo claro é o fato de que no Brasil não há taxaço de dividendos, ou seja, sobre a renda dos investidores na bolsa de valores. Usa-se o argumento de que a taxaço no Brasil seria alta e que não proveria o retorno devido. Argumento falho que apenas favorece ainda mais a concentraço de renda e, também, favorece investidores estrangeiros pela liberaço financeira da era neoliberal.

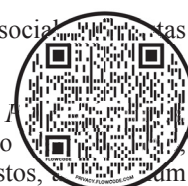
Esse processo de expropriaço neocolonial é facilitado pela tecnologia da informaço que ressignificou as questões de distância, tempo e espaço para exploraço como bem elaborou Bauman: "o aparecimento da rede mundial de computadores pôs fim — no que diz respeito à informaço — à própria noço de 'viagem' (e de 'distância' a ser percorrida), tornando a informaço instantaneamente disponível em todo o planeta, tanto na teoria como na prática." (Ibidem, p. 22).

Ainda, importante sublinhar que, como explica o Bauman, a globalizaço acentuada pelas novas tecnologias não homogeneizou a condiço humana, como alguns defendem. Ao contrário, globalizaço "is increasingly an anathema, as it brings misery, loss of food sovereignty, social exclusion for ever vaster populations of the world, and ecological destruction"¹³⁵ (SOUSA SANTOS, 2006, p. 395); a anulaço tecnológica do espaço causou apenas mais polarizaço entre aqueles seres humanos que se tornaram extraterritoriais pelas suas condiço materiais e aquelas pessoas que "continuam sendo confinadas" territorialmente, pois "augura para alguns a liberdade face à criaço de significado, mas para outros pressagia a falta de significado" (BAUMAN, 2020, p. 25), o que poderíamos chamar de um tipo de *desigualdade espacial*¹³⁶.

Pelas breves características apresentadas aqui sobre a globalizaço recente, o LNC enfatiza que questioná-la/problematizá-la como algo dado e/ou prejudicial para muitos pode fazer parte de uma educaço linguística, mas especificamente em inglês, uma vez que esta é a língua mais associada ao fenômeno aqui discutido. Na próxima seço, analiso os entrelaces entre esses dois aspectos.

¹³⁵ "é crescentemente anátema, pois ela traz miséria, perda de soberania sobre os alimentos, exclusão social das populaço mundiais, e destruiço ecológica" - tradução livre

¹³⁶ Uma série de reportagem do *El País* (como de tantos outros veículos que trataram dos *Pandora Papers*) como, por exemplo, Paulo Guedes, ministro da economia do governo Jair Bolsonaro, e Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central do Brasil, mantêm riquezas em paraísos fiscais para não pagarem impostos, e assim para as classes dominantes/exploradoras ao redor do mundo. Para eles, o espaço tem menos importância: Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/pandora-papers/>>. Acesso em: 3/1/2022.



5.4.1 Globalização e língua

Ao longo da segunda metade do século XX, durante a globalização recente, o inglês se transformou na língua hegemônica ao redor do mundo em consequência da soberania estadunidense, ou seja, transformou-se na língua internacional *de facto* (MCKAY, 2002). Como sublinhou Kress, “the English language has acted as a vector for the spread of relevant ideologies: neoliberal/neoconservative conceptions of market, state, family and the individual.” (KRESS, 2010, p. 19).

Em 95% dos artigos científicos, inglês cria 'ditadura da língua'

A expansão mundial do inglês, então, tem consequências que extrapolam o fato de ela se tornar a língua franca de comunicação. Em um artigo publicado pelo jornal *El País* (que pode ser acessado pelo *QR code* ao lado), Bonilla (2021) descreve que no ano de 2020, 95% dos artigos publicados em revistas científicas foram escritos em inglês, sendo apenas 1% em espanhol e português. Mesmo os pesquisadores ibero-americanos, segundo o artigo, preferiram a língua inglesa 84% das vezes, número que sobe para 88% quando considerados apenas os cientistas brasileiros. Sendo assim, a "hegemonia do inglês na produção e divulgação da ciência atualmente é absoluta" (Ibidem, 2021, sem p.).

Como explica o artigo, *o problema não é a publicação do conhecimento científico em inglês, mas sim a sua não publicação nas outras línguas*, fato que o artigo atribui a questões geopolíticas e ao poderio de indústrias privadas anglo-saxãs, responsáveis pelas publicações consideradas mais relevantes e que muitas vezes são inacessíveis para grande parte da comunidade científica do Sul Global:

As scholars coming from [the Global South], we are deeply aware of the struggles that scholars in southern institutions (geopolitically and epistemologically speaking) face, for example, when trying to access articles published in major journals from the Global North and also when attempting to publish their own research in such journals (JORDÃO; FIGUEIREDO; MARTINEZ, 2020, p. 835).

Como estudiosos vindos [do Sul Global], estamos profundamente cientes das lutas que os estudiosos das instituições do Sul (geopolítica e epistemologicamente falando) enfrentam, por exemplo, ao tentar acessar artigos publicados em grandes periódicos do Norte Global e também ao tentar publicar suas próprias pesquisas nesses periódicos (JORDÃO; FIGUEIREDO; MARTINEZ, 2020, p. 835).

Nesse sentido, se as línguas da ciência já foram o latim, o francês e o alemão, pela influência geopolítica dos EUA, hoje, o inglês, através do projeto globalizante recente, tomou o

lugar de língua mais importante. Entender como esse processo se deu, conseqüentemente, se torna pertinente, afinal, “English has spread like an invasive weed, implanting itself in nearly every habitat. It has created a world full of people ready and able to assist English speakers, wherever they may roam. A world almost *designed* for the convenience of the United States”¹³⁷ (IMMERWAHR, 2019, p. 318).

Nesse contexto, escolas de inglês se espalharam pelo Brasil e pelo mundo todo, uma das motivações de minha busca por aprender inglês. Ou seja, no neoliberalismo, até a língua(gem) se torna mercadoria e é vendida, associada à ideia de que falar inglês lhe traz melhores oportunidades (FERRAZ, 2015), como se fosse um passaporte para o sucesso: discurso constante em cursos de inglês, como no local onde eu trabalho, aguçando conflitos internos sobre meu papel nesse processo.

Se línguas são práticas sociais, creio que devemos tentar entender qual o papel social do inglês ao redor do mundo:

Languages are standards, just like stop signs and screw threads, but they run much deeper. Languages shape thought, making some ideas more readily thinkable and others less so. At the same time, they shape societies. Which languages you speak affects which communities you join, which books you read, which places you feel at home. That a single language has become the dominant tongue on the planet, spoken to a degree by nearly all educated and powerful people, is this an occurrence of profound consequence (IMMERWAHR, 2019, p. 318).

As linguagens são padrões, assim como os sinais de parada e as roscas, mas são muito mais profundos. As linguagens moldam o pensamento, tornando algumas ideias mais facilmente pensáveis e outras menos. Ao mesmo tempo, eles moldam as sociedades. Quais idiomas você fala afetam quais comunidades você participa, quais livros você lê, quais lugares você se sente em casa. Que uma única língua tenha se tornado a língua dominante no planeta, falada até certo ponto por quase todas as pessoas instruídas e poderosas, é uma ocorrência de profundas conseqüências (IMMERWAHR, 2019, p. 318).

Seguindo o raciocínio de Immerwahr, precisamos considerar como a língua inglesa faz parte da educação. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017)¹³⁸, o idioma hegemônico deve ser a escolha padrão no ensino regular no Brasil, fato recebido com grande

¹³⁷ “O inglês se espalhou como uma erva daninha invasora, implantando-se em quase todos os habitats. Ele criou um mundo cheio de pessoas prontas e capazes de ajudar os falantes de inglês, onde quer que estejam. Um mundo quase projetado para a conveniência dos Estados Unidos” - tradução minha.

¹³⁸ A meu ver, é pelo menos curioso o fato de que o inglês assumiu esse papel homogêneo em um país com realidades locais tão diversas. Ainda mais curioso é o fato de chegar a essa posição num documento taxativo e para cuja escolha não encontro justificativas e/ou defesas na literatura acadêmica brasileira. Quais poderes determinaram essa decisão? É uma pergunta para a qual não vejo explicações que fujam do tema do imperialismo estadunidense e sua prática social que, em conseqüência, estabelece o imperialismo linguístico (PHILLIPSON, 1992).

contestação por muitos da LA brasileira¹³⁹. Decisões como essa tem como objetivo, na minha leitura, solidificar no senso comum a preponderância desse idioma sobre os outros.

Durante a colonização estadunidense, “inculcating English was the ‘cardinal’ point of the whole Philippine school system [...]”¹⁴⁰ (IMMERWAHR, 2019, p. 320) - poderia ser esse o plano que estabeleceu inglês como única língua estrangeira de instrução regular em nosso país? Ainda, “the Philippines has more call-center workers than any other country. It’s also an international center for teaching English, a place where aspiring speakers can learn the language cheaply, with a clear mainland accent”¹⁴¹ (Ibidem, p. 322).

Ademais, como destaca o autor, as Filipinas seriam um local onde o sotaque se manifestaria de forma próxima a daquele encontrado nos EUA. Mesmo que discussões recentes na literatura defendam que o falante não-nativo não deveria se preocupar em buscar falar como um nativo (MCKAY, 2002; ALBUQUERQUE; HAUS, 2020; JENKINS, 2009; entre tantos outros), não podemos esquecer que a opinião acadêmica e o senso comum, muitas vezes preocupado com *status* e capital social, se diferenciam, digo isso baseado nas falas que ouço de meus alunos em sala de sala.

Tendo estabelecido a hegemonia do inglês sobre as outras línguas, podemos refletir sobre como esse processo se deu historicamente. Quando os EUA saíram da Segunda Guerra Mundial como potência hegemônica, o inglês ainda não possuía o mesmo papel: esse papel era do francês na diplomacia, enquanto que na ciência, alemão e russo (na química) preponderavam (IMMERWAHR, 2019). Nesse novo contexto, por preocupações geopolíticas e militares...

the [US] army launched a training program to give soldiers a crash course in the languages they’d need to fight a global war. Eventually it encompassed some forty languages (and it pioneered the “audio-lingual” method used in classrooms today). But training an army of millions to speak the dozens of languages its men might encounter as they hopped from continent to continent was wholly impractical. It really would be better if the foreigners could learn English. (Ibidem, p. 321).

o exército [dos EUA] lançou um programa de treinamento para dar aos soldados um curso intensivo nos idiomas necessários para lutar uma guerra global. Eventualmente, abrangeu cerca de quarenta idiomas (e foi pioneiro no método “áudio-lingual” usado nas salas de aula hoje). Mas treinar um exército de milhões para falar as dezenas de idiomas que seus homens

¹³⁹ No Brasil, por exemplo, um movimento recente, *Inglês como língua franca feito no Brasil*, que destoa do movimento *Inglês com língua franca* no âmbito internacional, se propõe em favor do multilinguismo. Veja, por exemplo, Duboc e Siqueira (2020).

¹⁴⁰ “inculcar o inglês era o ponto ‘cardinal’ de todo o sistema escolar filipino [...]” - tradução minha.

¹⁴¹ “As Filipinas têm mais trabalhadores de *call center* do que qualquer outro país. É também um centro internacional para o ensino de inglês, um lugar onde aspirantes a falantes podem aprender o idioma de forma barata, com um claro sotaque da *mainland*” - tradução minha.

poderiam encontrar ao pular de continente em continente era totalmente impraticável. Realmente seria melhor se os estrangeiros pudessem aprender inglês. (Ibidem, p. 321).

Em outras palavras, o inglês foi entendido como uma ferramenta/arma de guerra, assim como ainda o é hoje aos olhos do império, uma arma de guerra tanto militar quanto econômica e cultural. E mais:

As Allied leaders contemplated how the world might look after the war, they thought about language. “The empires of the future are empires of the mind,” Winston Churchill announced in 1943 in a speech at Harvard. The key to that mental colonization, he believed, was linguistic. Churchill invited Harvard students to imagine the “grand convenience” that English speakers would enjoy if their language were used globally. No longer hemmed in by territorial empires, they’d be able to “move freely about the world.” It was a stirring vision. Yet it was also, Churchill recognized, far from reality. English wasn’t a global lingua franca in 1943, and it didn’t seem likely to become one anytime soon (IMMERWAHR, 2019, p. 321).

Enquanto os líderes aliados contemplavam como o mundo poderia ficar depois da guerra, eles pensavam sobre a linguagem. “Os impérios do futuro são impérios da mente”, anunciou Winston Churchill em 1943 em um discurso em Harvard. A chave para essa colonização mental, ele acreditava, era linguística. Churchill convidou os estudantes de Harvard a imaginar a “grande conveniência” que os falantes de inglês desfrutariam se seu idioma fosse usado globalmente. Não mais cercados por impérios territoriais, eles seriam capazes de “se mover livremente pelo mundo”. Foi uma visão emocionante. Mas também estava, reconheceu Churchill, longe da realidade. O inglês não era uma língua franca global em 1943, e não parecia provável que se tornasse uma tão cedo (IMMERWAHR, 2019, p. 321)

Mesmo que no momento descrito acima parecesse algo difícil de acontecer rapidamente, os líderes anglo-saxões da época começaram a traçar planos para mudar o cenário. Em sua fala em Harvard, narra o autor, Churchill declarou que ele era a favor de um inglês básico para estrangeiros que (chamado apenas *Basic* em inglês) contava com apenas 850 palavras, sendo apenas 18 delas verbos (*come, get, give, go, keep, let, make, put, seem, take, be, do, have, see, say, send, may, and will*). Outros pensadores que apoiavam a ideia foram Ezra Pound, Lawrence Durrell e George Orwell. “H. G. Wells predicted that Basic would 'spread like wildfire' and that by 2020 there would be 'hardly anyone in the world' unable to understand it”, além disso, eles defendiam que “it takes only 400 words of Basic to run a battleship,” Richards told Time. ‘*With 850 words you can run the planet*’¹⁴². (IMMERWAHR, 2019, p. 322 - ênfase minha).

Mesmo que o *Basic* não tenha atingido o sucesso almejado na época, o projeto linguístico já começava a ser desenhado. A partir daí “textbooks, comics, and movies all poured from the Anglophone countries into the rest of the world, sometimes with governmental subsidies”¹⁴³

¹⁴² “H. G. Wells previu que o *Basic* 'se espalharia como fogo' e que em 2020 haveria 'difícilmente alguém no mundo' incapaz de entendê-lo”, além disso, eles defendiam que “são necessárias apenas 400 palavras do Basic para executar um encouraçado”, disse Richards à Time. ‘Com 850 palavras você pode governar o planeta’”. - tradução minha.

¹⁴³ “livros didáticos, quadrinhos e filmes, todos despejados dos países anglófonos para o resto do mundo, às vezes com subsídios governamentais” - tradução minha.

(Ibidem, p. 327). Além disso, os EUA, ressalta o autor, estabeleceram a promulgação do inglês como um *objetivo de política externa* em 1965. Línguas podem não ser imperialistas, pois são apenas um construto social; práticas sociais, todavia, claramente podem ser imperialistas. Logo, na minha visão, a maneira como o inglês foi intencionalmente espalhado ao redor do mundo pode ser entendida como *uma prática social imperialista*.

O historiador descreve o espalhamento do inglês ao redor do mundo em três momentos determinantes. Primeiramente, por meio da aviação. “Aviation, being technically complex and profoundly international, is an area where standards are vital. A common language is especially so, given the paramount importance of clear communication in the skies.” (Ibidem, p. 329). Em 1944, estabeleceram-se regras internacionais para aviação, “a standard language was chosen for international flights. It was, not surprisingly, English”¹⁴⁴ (Ibidem, loc. cit.).

Em segundo lugar, vieram os cientistas. Durante os quinze anos que procederam a Segunda Grande Guerra, “55 percent of the Nobel Prizes in science went to scholars at U.S. universities, and 76 percent of laureates were at Anglophone ones. By the 1960s, more than half of publications on natural science in the world were in English.”¹⁴⁵ (Ibidem, p. 330). Assim, o inglês se estabeleceu como a língua de acesso à produção científica mais respeitada. Se os prêmios Nobel realmente foram para os cientistas mais merecedores ou se eles foram premiados justamente por produzirem em inglês é uma questão em aberto.

Em terceiro lugar, e mais determinadamente, segundo o Immerwahr, foi a invenção da internet pelo *exército estadunidense*: “The most powerful force for anglicization has been the internet. It has promoted international communication, but it has set English proficiency as the price. The web was invented in the United States and has been disproportionately Anglophone ever since.”¹⁴⁶ (IMMERWAHR, 2019, p. 330).

Como destaca o autor, as pessoas aprendem a língua por questões, muitas vezes, associadas ao poder e ao prestígio (Ibidem, loc. cit.). Para citar apenas um exemplo como ilustração:

¹⁴⁴ “A aviação, sendo tecnicamente complexa e profundamente internacional, é uma área onde os padrões são vitais. Uma linguagem comum é especialmente assim, dada a importância primordial de uma comunicação clara nos céus.” (Ibidem, p. 329). Em 1944, estabeleceram-se regras internacionais foi escolhida, “um idioma padrão para voos internacionais. Era, não surpreendentemente, inglês” - tradução minha.

¹⁴⁵ “55 por cento dos Prêmios Nobel de ciência foram para acadêmicos de universidades americanas, e 76 por cento dos laureados foram para universidades anglófonas. Na década de 1960, mais da metade das publicações sobre ciências naturais no mundo eram em inglês.” - tradução minha.

¹⁴⁶ “A força mais poderosa para a anglicização tem sido a internet. Promoveu a comunicação internacional, mas estabeleceu como preço a proficiência em inglês. A web foi inventada nos Estados Unidos e tem sido desproporcionalmente anglófona desde então.”

In South Korea, parents alert to this dynamic have sent their young children, usually under the age of five, to clinics for lingual frenectomies, surgery to cut the thin band of tissue under the tongue. The operation ostensibly gives children nimbler tongues, making it easier for them to pronounce the difficult l and r sounds. If masters once cut slaves' tongues out to prohibit native languages, today people do the cutting themselves. And they do it to enable English (Ibidem, p. 334).

Na Coreia do Sul, pais alertas para essa dinâmica têm enviado seus filhos pequenos, geralmente com menos de cinco anos, para clínicas de frenectomias linguais, cirurgia para cortar a fina faixa de tecido sob a língua. A operação ostensivamente dá às crianças línguas mais ágeis, tornando mais fácil para elas pronunciar os sons difíceis de *l* e *r*. Se antes os senhores de escravos cortavam a língua dos escravos para proibir as línguas nativas, hoje são as próprias pessoas que se cortam. E fazem isso para habilitar o inglês (Ibidem, p. 334).

Mesmo com esse exemplo, não estou argumentando aqui contra ensinar/aprender a língua. Estou, ao invés, argumentando em defesa do LNC que inclua questões como as apresentadas aqui em uma educação linguística crítica. Não apenas um ensino/aprendizagem que leve o falante a uma prática proficiente da/na língua, o que quer que isso queira dizer¹⁴⁷, mas que, também, inclua questões de preconceito linguístico e que questione o ideal nativo como modelo de fala¹⁴⁸, além de questões geopolíticas e históricas que buscam construir entendimentos sobre por que quase um terço da população mundial hoje tem alguma familiaridade com a prática da língua inglesa, além de um alcance ainda maior se tratarmos de questões culturais (filmes, programas de TV, música, produção acadêmica etc. produzidos em inglês).

Ademais, a meu ver, uma educação linguística em/sobre inglês deve promover um discurso anti-hegemônico sobre o papel que os EUA tem no mundo contemporâneo, que inclua, por exemplo, construções de sentidos sobre o envolvimento estadunidense em golpes de Estado ao redor do mundo (BEVINS, 2020), especialmente no Brasil (SOUZA, 2016, 2020; MIER; HUNT, 2019 - veja seção 5.1.4) e suas consequências neocoloniais para as populações locais, explorando o projeto de globalização recente que é determinado pelo neoliberalismo (veja seção 5.2).

Na próxima seção, busco abordar a hipótese de que a globalização (neocolonial contemporânea) e a perspectiva de inglês como língua-franca podem estar ligadas para o espalhamento do projeto neoliberal encabeçado pelos EUA (KRESS, 2010), pois como destaca Ferraz (2015, p. 71-72):

o ensino de línguas estrangeiras pode colaborar para a formação de cidadãos críticos e deveria estar preocupado com aspectos linguísticos [...] e com os culturais e identitários

¹⁴⁷ Não me ateei aqui à discussão sobre o que significa proficiência. Para essa discussão, veja, por exemplo, Widdowson (1991), Clark (2000), Retorta e Marochi (2018) e Schoffen (2019).

¹⁴⁸ Cf. Haus e Albuquerque (2020) e Schmicheck (2021).

(saber uma língua estrangeira para entender o outro e a si mesmo e as razões pelas quais estuda determinada língua e não outra. [...] A língua inglesa é vista como um imaginário social pelos alunos e professores [...]. [Ness sentido], trata-se de um imaginário social fundamental para as relações capitalistas neoliberais uma vez que, ao imaginar a língua inglesa como global e essencial, gera-se, por exemplo, um discurso coletivo de necessidade/obrigatoriedade que leva as pessoas a estudarem a língua.

Assim sendo, passemos à próxima seção para refletirmos um pouco mais sobre uma educação linguística em/sobre inglês a partir do LNC.

5.4.2 Inglês como Língua Franca, Letramento Neocolonial Crítico e Educação Linguística

Inglês como língua-franca¹⁴⁹ (*ELF* em inglês) é uma abordagem de grande prestígio na LA contemporânea, especialmente na Europa e Ásia (RUDWICK, 2021). No Brasil, a perspectiva de inglês com língua franca também ganhou destaque na BNCC (2017), o que me faz indagar: essa perspectiva iria ao encontro da realidade da maior parte dos alunos do ensino regular do nosso país? Faria parte de seu cotidiano práticas linguísticas onde o inglês teria a função de auxiliar a comunicação com falantes de outras países, principalmente daqueles que não são falantes nativos do inglês? Ou seria essa uma realidade mais relevante para poucos, marcada por cortes de classe e formação acadêmica? Essas problematizações que dão o impulso inicial para esta seção.

Como apontado anteriormente, já em meados do século passado, no momento de transição da hegemonia capitalista, quando a Inglaterra passava o bastão de potência/império mais importante do mundo para os EUA, seus líderes vislumbravam, como descrevi anteriormente, um mundo onde o inglês fosse a língua franca mais importante do mundo. Esse momento chegou (RUDWICK, 2021; MCKAY, 2002; BONILLA, 2021).

Num esforço acadêmico, os trabalhos de Jenkins (2000) e Seidlhofer (2001) são considerados por muitos como seminais em ELF. Inicialmente, suas pesquisas buscavam identificar características-chave do uso de ELF ao redor do mundo (ou seja, contextos onde inglês era usado como língua-franca, especialmente entre não-nativos), porém essa ênfase foi deixada de lado a fim de não equiparar ELF à uma variedade da língua e, ao invés, ver ELF como uma função ou prática linguística (FIGUEIREDO, 2018; JORDÃO; MARQUES, 2018).

¹⁴⁹ No Brasil, uma nova linha de pesquisa, chamada *Inglês como língua franca feito Brasil*, que alguns defendem como terceira fase dos estudos (opinião ainda em disputa), tem se construído com preocupações locais e contra-hegemônicas, incluindo questões dos estudos dos letramentos e estudos decoloniais. Nessa toada, que não será aprofundada aqui (pois este trabalho está preocupado com questões contra-hegemônicas em respeito ao Norte Global), veja, por exemplo, Duboc e Siqueira (2020), Figueiredo (2018), Jordão (2014), Jordão e Marques (2018), Haus e Albuquerque (2020), e Schmicheck (2021).

Durante o segundo momento da linha de pesquisa, (e.g. JENKINS; BAKER; DEWEY, 2017), nativos foram incorporados mais detidamente no espectro uma vez que também precisam demonstrar uma atitude de acomodação em situações de uso do inglês com uma língua franca em favor de uma comunicação mais fluída, respeitando a riqueza de variedades com as quais podem entrar em contato.

Como destaca Rudnick (2021, p. 21), "ELF as research field is the recognition that in the contemporary world English is employed as an additional language far more commonly than as a first language", porém, ao mesmo tempo, vale destacar que "colonialism and the spread of English are inextricably linked"¹⁵⁰. Será que essa aplicabilidade como língua franca não é mais marcada na Europa, um continente com extensão territorial um pouco maior que o Brasil mas com várias línguas nacionais/oficiais distintas, do que para os alunos de escolas regulares ao longo de todo Brasil, um país que ainda vive sua herança majoritariamente monolíngue¹⁵¹, por uma imposição que pode ser entendida como colonial, e onde grande parte da população nem sequer tem acesso à internet para se comunicar em outras línguas? Aqui, me parece mais latente a observação de Pennycook e Makoni (2020, p. 136 - ênfase minha): "many education systems in Third World countries are a result of *neo-imperial* and *neocolonial* relations, continuing to serve the interests of the former colonizers and *Central nations*"¹⁵², uma vez que o domínio da língua parece limitado a um grupo restrito, marcado por classe e práticas acadêmicas, por exemplo.

Ao lado das minhas problematizações, baseado nos autores/as acima citados, creio que há algumas preocupações nos estudos de ELF que são muito relevantes para a contemporaneidade, das quais destaco:

- a) Falantes não-nativos devem se apropriar da língua inglesa para suas demandas (*language ownership*);
- b) Falantes nativos não devem ser vistos como únicos modelos a serem seguidos e/ou emulados;
- c) Em ELF, todos usamos uma língua não-nativa uma vez que até falantes nativos de inglês precisam fazer adaptações e negociações;

¹⁵⁰ "ELF como campo de pesquisa é o reconhecimento de que no mundo contemporâneo o inglês é empregado como língua adicional muito mais comumente do que como primeira língua", porém, ao mesmo tempo, vale destacar que "o colonialismo e a disseminação do inglês estão indissociavelmente ligados" - tradução minha.

¹⁵¹ 98% dos brasileiros falam português, mesmo que povos indígenas falem cerca de 274 línguas diferentes: https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_do_Brasil.

¹⁵² "muitos sistemas de educação nos países do Terceiro Mundo são resultado de relações *neo-imperialistas* e *neocoloniais*, continuando a servir os interesses dos antigos colonizadores e nações centrais" - ênfase e tradução minhas.

d) ELF não é uma variedade mas uma *função* da língua.

Em consonância, segundo a BNCC (2017, p. 241):

Nessa proposta, a língua inglesa não é mais aquela do “estrangeiro”, oriundo de países hegemônicos, cujos falantes servem de modelo a ser seguido, nem tampouco trata-se de uma variante da língua inglesa. Nessa perspectiva, são acolhidos e legitimados os usos que dela fazem falantes espalhados no mundo inteiro, com diferentes repertórios linguísticos e culturais, o que possibilita, por exemplo, questionar a visão de que o único inglês “correto” – e a ser ensinado – é aquele falado por estadunidenses ou britânicos. (BNCC, p. 241).

Concordo que quando a visão de língua muda de “língua estrangeira” para “língua franca”, há consequências diretas sobre questões identitárias para aqueles interessados em aprendê-la, possivelmente questionando a ideia de aprender a língua "do outro"; da mesma forma, a visão de língua como "prática social" ao invés de língua como um objeto abstrato, rígido e/ou independente - visão herdada do estruturalismo saussuriano - tem grandes vantagens. Contudo, creio que algumas problematizações sobre o contexto brasileiro no que tange o ensino numa perspectiva como a descrita por Jenkins (2000) e pela BNCC podem ser levantadas, pois o Brasil, me parece, apresenta uma realidade linguística bem distinta da europeia onde a língua franca tem maior proeminência para o cidadão médio (RUDNICK, 2021). Por esses motivos, elenco cinco possíveis questionamentos:

1. Argumentar por apropriação da língua (*language ownership*) com práticas próprias mas sem abordar claramente questões da prática social imperialista em/do inglês pode ser uma forma de apenas espalhar ainda mais os valores neoliberais pelo mundo (KRESS, 2010)? Como destaca Philipps (2008, p. 5), "labelling English as a lingua franca, if this is understood as a culturally neutral medium that puts everyone on an equal footing, is simply false."¹⁵³. Ademais, "although the ELF movement wishes to pretend that ‘ELF’ is ideology and culture free, in fact it is very much neoliberal-bound [...]"¹⁵⁴ (O'REGAN, 2014, p. 9), conscientemente ou não;
2. No discurso, alguns defendem: *aprenda inglês pra ter voz no diálogo global e expor sua visão de mundo e de forma anti-hegemônica*; na prática da maior parte dos alunos brasileiros em escolas regulares, há mais práticas de desafio ao *status quo* ou há mais situações de acesso à indústria cultural estadunidense (através de músicas, filmes, seriados, literatura etc.)? Como aponta O'Regan (2014, p. 8),

¹⁵³ "rotular o inglês como uma língua franca, se isso for entendido como um meio culturalmente neutro que coloca todos em pé de igualdade, é simplesmente falso." - tradução minha.

¹⁵⁴ "embora o movimento ELF deseja fingir que 'ELF' é livre de ideologia e cultura, na verdade é muito ligado ao neoliberalismo [...]" - tradução minha.

a further dimension also obscured is the historico-social one of how speakers in the world are possessed of various forms of capital – social, cultural, linguistic and economic [...] – which depending on their distribution, afford differential access to English and to its prestigious forms. The distinctions of class, race, gender and political economy are crucial here, but by their general neglect the ELF movement succeeds only in constituting ‘ELF’ as a mystical and universal thing-in-itself, devoid of class character and free of the political economy of capital, as well as gender and race¹⁵⁵.

uma outra dimensão também obscurecida é a histórico-social de como os falantes do mundo possuem várias formas de capital – social, cultural, linguístico e econômico [...] – que dependendo de sua distribuição, proporcionam acesso diferenciado ao inglês e ao seu idioma e suas formas de prestígio. As distinções de classe, raça, gênero e de economia política são cruciais aqui, mas por sua negligência geral, o movimento ELF só consegue constituir 'ELF' como uma coisa mística e universal em si, desprovida de caráter de classe e livre da influência da economia política do capital, bem como questões de gênero e raça.

3. Ainda que discussões em ELF se atenham a questões ligadas à globalização,

all of this has meant that what has emerged in applied linguistics is a view of globalization which is almost exclusively about culture. Yet it is a partial view of globalization, as it relegates political economy to a brief mention or even no mention at all. It has led to a certain fascination with - and often celebration of - notion associated with postmodernism, such as diaspora, interstices, heterogeneity, translation, flexibility, intertextuality, hybridity, fluidity, fragmentation, instability, liquidity, turbulence and so on. (BLOCK; GRAY; HOLBOROW, 2013, p. 61).

tudo isso tem significado que o que emergiu na linguística aplicada é uma visão da globalização que é quase exclusivamente sobre cultura¹⁵⁶. No entanto, é uma visão parcial da globalização, pois relega a economia política a uma breve menção ou mesmo a nenhuma menção. Isso levou a um certo fascínio por - e muitas vezes celebração de - noções associadas ao pós-modernismo, como diáspora, interstícios, heterogeneidade, tradução, flexibilidade, intertextualidade, hibridismo, fluidez, fragmentação, instabilidade, liquidez, turbulência e assim por diante. (BLOCO; CINZA; HOLBOROW, 2013, p. 61).

4. Se não lutarmos contra questões neocoloniais/imperialistas contemporâneas numa educação linguística, especialmente em inglês, além de toda a espoliação de riquezas pelo Norte Global que se dá hodiernamente, podemos caminhar para um mundo onde o inglês se torne uma força cada vez mais hegemônica, rumo à um potencial proto-monolingüismo no mundo, como parece ser a tendência no que tange literatura acadêmica (BONILLA, 2021), destacando que "English has penetrated societies and impacted upon the lives of individuals to an extent which has no parallel in human history – in education, tourism, business, trade, diplomacy,

¹⁵⁵ Vale ressaltar que por influências do movimento decolonial, *ILF feito no Brasil*, diferentemente do movimento do Norte Global, parece buscar abordar algumas dessas questões.

¹⁵⁶ Creio que a crítica aqui em direção à LA pode ser questionada quando se trata da LA brasileira que tem tido preocupações distintas da LA hegemônica no Norte Global: cf. Jordão; Figueiredo; Martinez, 2020.

politics, development, finance, digital communications, fashion, culture and war.”¹⁵⁷ (O'REGAN, 2014, p. 2)?

5. Quando a BNCC (2017), seleciona o inglês como língua padrão no ensino regular, por um viés de língua franca, quais podem ser as consequências? Afinal, diferentes comunidades poderiam ter outras línguas como mais apropriada para o ensino/aprendizagem. Há alguns que defendem que:

a necessidade de impor a língua comum se vincula necessariamente à destruição¹⁵⁸ das outras línguas, sem dar sequer a oportunidade de contemplar a possibilidade de fazer compatível a diversidade linguística dos diferentes povos com a difusão de uma língua comum de intercomunicação (MONTEAGUDO, 2012, p. 49).

Os questionamentos acima levantados, a meu ver, podem ser formas de complexizar a discussão com preocupações que reflitam o momento histórico no qual nos encontramos desde o Golpe de 2016 que, claramente, teve suas razões locais, mas que contou com ajuda do império neocolonial estadunidense, como discuti anteriormente (cf. seção 5.1.4), e, em seguida, vivemos a determinação da BNCC (2017) sobre inglês ser a única língua estrangeira que passa a ser ofertada de forma obrigatória nas escolas de ensino regular. Pelo fato de eu ser um professor de inglês, esses são questionamentos que passam em minha mente constantemente, uma vez que pode-se perguntar: quem são os autores da BNCC? A que propósitos ela serve? Como foi construída essa base nacional comum curricular e com quais fins? Quem defende que inglês deveria ser a única opção e por quais motivos?

Vale destacar que, "although ELF research has undergone extensive changes in approach and paradigm there is still a lack of engagement with the socio-cultural politics of English"¹⁵⁹ (RUDWICK, 2021, p. 22), e "ELF approach has located its struggle between so-called native and nonnative speakers. Yet [it doesn't engage] with wider questions of power, inequality, class, ideology or access"¹⁶⁰ (PENNYCOOK, 2017, p. IX).

¹⁵⁷ "O inglês penetrou sociedades e impactou na vida dos indivíduos em uma extensão que não tem paralelo na história humana - na educação, turismo, negócios, comércio, diplomacia, política, desenvolvimento, finanças, comunicações digitais, moda, cultura e guerra." - tradução minha.

¹⁵⁸ Há outras leituras que destoam desse entendimento (PENNYCOOK; MAKONI, 2020).

¹⁵⁹ "embora a pesquisa em ELF tenha sofrido extensas mudanças de abordagem e paradigma, ainda há uma falta de envolvimento com a política sociocultural do inglês" - tradução minha.

¹⁶⁰ "A abordagem de ELF localizou sua luta entre os chamados falantes nativos e não nativos. No entanto, [não se envolve] com questões mais amplas de poder, desigualdade, classe, ideologia ou acesso" - tradução minha.

Nesse sentido, falando de uma prática de apropriação (*ownership*) da língua, em outro momento histórico, bell hooks (2017, p. 226) afirmou:

Aprender o inglês, aprender a falar a língua estrangeira, foi um modo pelo qual os africanos escravizados começaram a recuperar seu poder pessoal dentro de um contexto de dominação. De posse de uma língua comum, os negros puderam encontrar de novo um modo para construir a comunidade e um meio para criar a solidariedade política necessária para resistir. Embora precisassem da língua do opressor para falar uns com os outros, eles também reinventaram, refizeram essa língua, para que ela falasse além das fronteiras da conquista e da dominação.

Trago esse trecho da autora não para comparar a escravidão com o modelo de exploração atual. Afinal, são modelos muito distintos. Mas, quem são os colonizadores e exploradores hoje? Qual é o poder que interfere diretamente no Brasil a todo momento que nosso país caminha numa direção progressista, soberana e a favor de seu povo (veja seção 5.1.4)?

Assim como nossa classe dominante tem um histórico escravista, boa parte da estadunidense o tem também (SOUZA, 2019; 2020). Isso facilita o amálgama entre elas, como explica Souza, afinal, grande parte da nossa *Elite do Atraso* não sonha em uma vida melhor no Brasil e para os brasileiros, apenas sonha em enriquecer o quanto possível e deixar o Brasil, muitas vezes para viver em Miami (Ibidem).

A culpa do descrito aqui não é da língua inglesa, mas da prática social em inglês da nossa classe dominante e da estadunidense. Concordo com hooks (2017, p. 224) quando ela afirma que: “Sei que não é a língua inglesa que me machuca, mas o que os opressores fazem com ela, como eles a moldam para transformá-la num território que limita e define, como a tornam numa arma capaz de envergonhar, humilhar, colonizar”.

Me inspirando em hooks, afirmo que não é a língua que nos machuca aqui no Brasil, afinal, a língua(gem), como entendemos hoje, não é um ser autônomo ou um objeto palpável. A língua(gem) é uma construção que apenas ganha sentido em práticas sociais. Hoje, a meu ver, ela é, em muitos contextos, propagandeada com fins de divulgação de um modo de vida capitalista neoliberal, como uma mercadoria - como no meu ambiente profissional -, através tanto da indústria cultural estadunidense quanto do pensamento hegemônico do Norte Global, os quais precisam ser constante e abertamente questionados.

Continua hooks, “um uso do inglês que rompia com o costume e o sentido padronizados, de tal modo que os brancos muitas vezes não conseguissem compreender a fala dos negros, transformou o inglês em algo mais que a simples língua do opressor” (Ibidem, p. 227).

Se não desafiamos os pressupostos que são hegemônicos hoje no Norte-Global (como, “o termo 'imperialismo' deve ser substituído por discussões sobre ‘globalização’, pensando na formação de um cidadão global” (sem uma análise crítica mas detida), “o projeto decolonial precisa superar o modo de pensar euro-cêntrico” ou “ELF é uma forma de empoderamento do falante não-nativo”, deixando questões neocoloniais/neoliberais/imperialistas em segundo plano), não estaremos, na minha leitura, realizando uma educação como prática de liberdade; ao invés, estaremos contribuindo para reforçar a dominação neocolonial e, creio eu, “é possível dar aula sem reforçar os sistemas de dominação existentes” (bell hooks, 2017, p. 31), questionando “o racismo, o sexismo, a exploração de classes e o *imperialismo*.” (Ibidem, p. 42 - ênfase minha).

Concomitantemente, penso ser vital nos perguntarmos, "por que se estabeleceu que inglês seria a única língua nas escolas regulares no Brasil?". Essa determinação legal poderia ser defendida por argumentos como: será melhor para o futuro profissional do aluno, afinal, ele poderá utilizar a língua como uma língua-franca. Mas será que essa é uma resposta para a conjuntura brasileira?

Tenho consciência de que tanto o português quanto o espanhol, e tantas outras línguas, têm um histórico de práticas colonizadoras sobre outras línguas, porém, eu não posso apagar esse histórico relacionado à modernidade. Entretanto, sou um sujeito histórico no momento em que o inglês está fazendo esse mesmo papel: neste momento histórico em que nos encontramos, posso ter ações que podem questionar, quiçá desafiar, o *status quo*, buscando ter um impacto quando tenho condições de fazer parte do processo, um que tem tendências hegemônicas mas que não é determinado.

Encerradas minhas problematizações, antes de listar alguns pressupostos que creio serem importantes para um letramento crítico em/sobre inglês (alicerçado em LNC e nas reflexões apresentadas nesta dissertação), acho conveniente citar Pennycook (2017, p. 326) e sua proposição otimista, uma que tem certa consonância com o proposto por esta pesquisa:

English offers a community of speakers through which oppositional projects can be taken up. Said (1990) speaks of the possibilities presented by some of the new social and political movements around the world, such as new and insurgent democracy or ecology movements, but laments that few of these movements 'have the capacity and freedom to generalise beyond their own regionally local circumstances' But English does offer some possibilities in enabling what Said calls a 'common counter articulation'. To articulate critical moments in English can open up possibilities of joint struggles. If English is the major language through which the forces of neocolonial exploitation operate, it is also the language through which 'common counter-articulations' can perhaps most effectively be made. I want to conclude, then, on a certain note of optimism here and suggest a role for the English language classroom in the world that makes it not the poor cousin to other classes that it so often

seems to be, but rather a key site in global cultural production. Counter-discourses formulated through English and the articulation of insurgent knowledges and cultural practices in English offer alternative possibilities to the colonizers and post-colonizers, challenging and changing the cultures and discourses that dominate the world. In some senses, then, the English language classroom, along with other sites of cultural production and political opposition, could become a key site for the renewal of both local and global forms of culture and knowledge. I shall close this book here on this optimistic note, in the hope that critical English language educators may be able to use the concept of worldliness I have been developing here and engage in a critical, transformative and listening critical pedagogy through English.

O inglês oferece uma comunidade de falantes por meio da qual projetos de oposição podem ser iniciados. Said (1990) fala das possibilidades apresentadas por alguns dos novos movimentos sociais e políticos em todo o mundo, como a democracia nova e insurgente ou movimentos ecológicos, mas lamenta que poucos desses movimentos tenham a capacidade e a liberdade de generalizar além de suas próprias circunstâncias regionais locais. Mas o inglês oferece algumas possibilidades para permitir o que Said chama de uma "contra-articulação comum". Articular momentos críticos em inglês pode abrir possibilidades de lutas conjuntas. Se o inglês é a principal língua por meio da qual operam as forças da exploração neocolonial, também é a língua por meio da qual "contra-articulações comuns" podem ser feitas de forma mais eficaz. Quero concluir, então, com uma certa nota de otimismo aqui e sugerir um papel para a sala de aula de inglês no mundo que a torna não a prima pobre de outras classes como tantas vezes parece ser, mas sim um local chave na produção cultural global. Os contra-discursos formulados através do inglês e a articulação de saberes insurgentes e práticas culturais em inglês oferecem possibilidades alternativas aos colonizadores e pós-colonizadores, desafiando e mudando as culturas e discursos que dominam o mundo. Em alguns sentidos, então, a sala de aula de inglês, junto com outros locais de produção cultural e oposição política, poderia se tornar um local chave para a renovação das formas locais e globais de cultura e conhecimento. Vou encerrar este livro aqui com esta nota otimista, na esperança de que educadores críticos da língua inglesa possam usar o conceito de mundanismo que venho desenvolvendo aqui e se engajar em uma pedagogia crítica, transformativa e de escuta crítica através do inglês. - tradução minha

5.4.3 Consequências em minha práxis

Estou convencido de que, com aporte do apresentado até aqui e pelo olhar de minha proposta para o desenvolvimento do LNC, uma educação linguística no contexto do inglês pode abordar os seguintes pontos (os quais tenho buscado incluir na minha práxis tanto como educador, quanto pesquisador e/ou ativista). Em outras palavras, elenco a seguir *exemplificações* de pensamentos-chave que fazem parte de minha prática, sem a pretensão de ser um receituário para outras práticas:

1. O espalhamento de inglês ao redor do mundo pode ser lido como uma prática social imperialista/neocolonial e seu ensino deveria abordar discussões sobre tais questões;
2. Os círculos de Kachru (1985), um marco nas discussões de inglês num contexto internacional, mesmo que passíveis de serem percebidos como sendo simplificadores de realidades mais complexas, podem ser lidos a partir dos/das argumentos/reflexões desta dissertação da seguinte forma: a) *países do centro* ou *círculo interno* são aqueles países envolvidos no projeto colonial

britânico e onde foram estabelecidas colônias de povoamento/exterminação da população originária; b) *países do círculo externo* são aqueles onde o império britânico e depois o império estadunidense estabeleceram colônias de exploração; c) *países do círculo em expansão* são aqueles onde o Norte Global impõe o projeto neocolonial/neoliberal sob a liderança dos EUA:

The very concept of an international, or world, language was an invention of Western imperialism (Ndebele, 1987). Lurking behind such claims are the sentiments similar to Phillipson's (1992) that English as an international language (EIL) has been created, promoted and sustained to the benefit of Western powers, global capitalism, the developed world, the center over the periphery, or neoliberal ideology. (PENNYCOOK, 2007, p. 90).

O próprio conceito de uma língua internacional, ou mundial, foi uma invenção do imperialismo ocidental (Ndebele, 1987). Espreitando por trás de alegações ruins estão os sentimentos mais sorridentes para Phillipson (1992) de que o inglês como língua internacional (EIL) foi criado, promovido e mantido em benefício das potências ocidentais, do capitalismo global, do mundo desenvolvido, do centro sobre a periferia ou ideologia neoliberal (PENNYCOOK, 2007, p. 90).

3. Produzir academicamente em inglês para disseminar o pensamento brasileiro pode se caracterizar como uma forma de fazer um discurso contra-hegemônico quando desafia construtos imperialistas e/ou neocolonizadores;
4. ELF - (na perspectiva do Norte Global, e.g Jenkins (2009) - se preocupa com questões de preconceito linguístico e de identidade, ambas essenciais; entretanto, questões políticas e imperialistas/neocoloniais de exploração/dominação parecem ter menos relevância, ou seja, preocupações hegemônicas do Norte Global regularmente deixam questões de economia política e de classe em seguinte plano. Ainda, me parece que a globalização é vista como um dado em ELF; mesmo que encontremos algumas críticas à globalização, essas críticas dificilmente se aprofundam buscando questionar quais forças pensaram/encorajaram a globalização recente, com quais intuítos e com quais consequências das ações neocoloniais/imperialistas em forma de exploração/dominação em países da periferia capitalista, como o Brasil, e, muitas vezes, sem destacar o papel do inglês no processo de *manufaturação do consentimento* (HERMAN; CHOMSKY, 1988) durante o espalhamento da razão neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2017; KRESS, 2010) a todos os cantos do planeta, destacadamente através da grande mídia estadunidense (que dita o/a discurso/narrativa hegemônico/a no Ocidente) em combinação com a indústria cultural estadunidense (FRASER, 2019; SOUZA, 2020; CHOMSKY, 1989; 2017);
5. ELF se propõe não como uma variedade linguística mas sim como uma função linguística e/ou de prática social, uma forma de encorajar uma atitude com vistas a buscar as estratégias

necessárias para comunicação. Contudo, se a universidade pública está pensando na formação de professores para atuarem no ensino de escolas públicas no Brasil, será que praticar socialmente o inglês como uma língua franca - como determina a BNCC - é uma realidade para maioria de tais alunos ou é uma realidade que está mais associada a outro grupo social, um pequena minoria da população que tem tais experiências (por exemplo, pessoas que viajam internacionalmente, pessoas do meio acadêmico e pessoas que se envolvem com comercio internacional)?

6. Parece relevante construir entendimentos, em sala com nossos alunos, sobre por que razões o inglês tem hegemonia em: ciência, negócios, tecnologia, indústria cultural, turismo etc. através de questões sócio-históricas sobre a globalização recente, por exemplo, buscando entender criticamente *com* nossas alunas por que razões aprendemos a língua. Uma reflexão/leitura: aprender inglês para trabalhar em multinacionais não é apenas um possível benefício para o aluno, pois representa uma forma de multinacionais fazerem uso de uma mão-de-obra barata que a ajudará a remeter maiores lucros da empresa para fora do país, quando poderíamos, como nação soberana, desenvolver projetos de desenvolvimento que invistam em empresas nacionais e abandonem o modelo de exploração financeira por multinacionais, de forma que falantes de inglês no Brasil façam uso da língua em situações de comunicação internacional de modo que as rendas geradas fiquem no país);
7. Práticas indisciplinadas têm um local privilegiado em aulas de inglês, especialmente aquelas em que se desenvolvem práticas na perspectiva de educação linguística, pois em aulas de línguas os alunos podem buscar se desenvolver com o objetivo de se expressar sobre os mais diversos assuntos na língua-alvo, por exemplo, sobre política, economia, relações internacionais, neocolonialismo, imperialismo etc. Há...

uma necessidade de entendermos os estudos de língua não somente em termos de 'construção de sentidos, categorias sociais (identitárias) e de relações sociais', mas também nas condições econômicas e políticas [...], ou seja, defender uma educação em LI [língua inglesa] focadas nos aspectos socioculturais significa também considerar o contexto econômico (classe, poder, acesso) no qual estamos inseridos. (FERRAZ, 2015, p. 48).

Faço as colocações acima estando ciente de que "to speak of English as 'only' an imperial tool yields little insight into the complexities of appropriation and ownership taking place on the individual and collective identification level"¹⁶¹ (RUDWICK, 2021, p. 25-26). Porém, como já

¹⁶¹ "falar do inglês como 'apenas' uma ferramenta imperial produz pouca visão sobre as complexidades da apropriação e propriedade que ocorrem no nível de identificação individual e coletiva" - tradução minha.

destaquei e o farei novamente na seção seguinte, não é uma questão disso ou daquilo, são as duas ao mesmo tempo: inglês pode ser usado contra-hegemonicamente, porém também pode - e muitas vezes é - usado como uma arma imperial. Este trabalho concentra-se na última pela minha leitura de que esse discurso tem tido menos atenção na LA brasileira. Como destaca Rudwick (p. 26),

Power dynamics emerging from ELF communication in everyday social life, politics, the media, and education have not found much attention in ELF scholarship. [...] ELF scholars have responded to criticism and acknowledged that ELF is best studied in multidisciplinary frameworks (Jenkins, Cogo & Dewey 2011: 302). However, the field is still lacking analytical tools to grapple with the extent of cultural politics and necessary decolonization practices (Pennycook 2020).

Dinâmicas de poder emergentes da comunicação de ELF na vida social cotidiana, política, mídia e educação não encontraram muita atenção entre acadêmicos de ELF. [...] Os estudiosos da ELF responderam às críticas e reconheceram que a ELF é melhor estudada em estruturas multidisciplinares (Jenkins, Cogo & Dewey 2011: 302). No entanto, o campo ainda carece de ferramentas analíticas para lidar com a extensão das políticas culturais e as práticas de descolonização necessárias (Pennycook 2020).

Nesse sentido que busquei construir esse trabalho, pois língua não é apenas uma ferramenta comunicacional, na verdade língua engloba, a título de exemplo, questões identitárias, políticas e até ontológicas.

6 APENAS DANDO UM *PAUSE* NA CONVERSA: UM RESUMO, ÚLTIMAS REFLEXÕES, LIMITAÇÕES E UM CONVITE

“Aqui chegamos ao ponto de que talvez devêssemos talvez ter partido. O do inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento” (FREIRE, 1996, p. 50).

6.1 UM RESUMO

Faço aqui um resumo da narrativa *outra* que proponho para os estudos dos letramentos e decoloniais em LA brasileira a partir do LNC, me sustentando na posição de que: "As we see it, what makes a project decolonial is its very existence in terms of plurality and not generalizations or commonalities." (JORDÃO; FIGUEIREDO; MARTINEZ, 2020, p. 839).

Na minha leitura, as quatro faces do *neocolonialismo contemporâneo*:

1. O *imperialismo estadunidense*, domínio planetário gerenciado pelos EUA mas que favorece outras classes dominantes internacionais do Norte Global, faz uso de ferramentas/armas econômicas, militares, midiáticas, linguísticas, (pseudo) científicas e culturais para promover os interesses da classe dominante/exploradora estadunidense, através de expropriações de *commodities* primárias e matérias-primas das neocolônias, concomitantemente, as usando como mercados consumidores de produtos mais sofisticados e, além disso, com vistas a impor o *modelo neocolonial* ao redor do mundo.
2. O *neoliberalismo* é o projeto civilizatório que virou hegemônico em resposta à perda relativa de poder da classe dominante estadunidense nos anos 1970 (TAVARES, 1985). Se nos anos 50, os EUA tinham cerca de 50% da riqueza mundial, em meados dos anos 70, sua parcela estava reduzida para algo em torno de 25%, devido ao crescimento de outras potências (ascendência do Japão e re-estruturação da Europa que havia sido dizimada durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo). Além disso, o neoliberalismo é uma guerra de classes interna e externa que concentra a renda e a riqueza em frações do 1% mais rico, que surgiu em resposta ao relativo fortalecimento da classe trabalhadora durante o período fordista e seus ganhos salariais, de direitos e de bem-estar social. Práticas como liberalização de mercados de capital, privatizações, precarização do trabalho, espalhamento de multinacionais monopolistas, desindustrialização em certos lugares, criação de um exército trabalhador de reserva (aumento do desemprego, sub-emprego e/ou emprego informal) etc. são utilizadas;

3. O *racismo cultural*, que no Brasil tem uma de suas manifestações no complexo de vira-latas, é uma construção social com fins de legitimar as diferenças/desigualdades entre nações, uma forma de justificativa moral para a desigualdade, exploração e dominação (sugerindo que existem, por nascença, povos mais honestos, trabalhadores e menos corruptos). Esse discurso se iniciou, como demonstra Souza (2015; 2021), nas ciências sociais estadunidenses e influenciam, até hoje, toda a academia mundial, sendo ela progressiva ou conservadora, trazendo consequências sociais devastadoras, principalmente para o chamado Sul Global, associado a ideias de subdesenvolvimento, corrupção endêmica e atraso;
4. A *globalização* pode ser entendida como o discurso, ou propaganda (no sentido de manipulação discursiva), que se diz em favor da aproximação entre povos e em favor da multiculturalidade, mas que funciona como um modelo substituto para colonização como entendida na modernidade, ou seja, é um modelo neocolonial que busca atingir todo o planeta; o inglês é apresentado como língua franca desse processo, sendo espalhado ao redor do mundo; um discurso aparentemente inclusivo é usado (aceitação, por exemplo, de que "inglês não tem dono", "é daquele quem o usa, com suas peculiaridades"), mesmo que no final, o inglês seja usado para ganhos do império, seja para o consumo de sua indústria cultural, seja para consumo de tecnologias/internet, seja para prover mão-de-obra barata para multinacionais, ou ainda para facilitar a comunicação dos falantes nativos de inglês ao redor do mundo, imprimindo interesses/ideologias imperiais/neocolonizadores/as. Através da globalização, o Norte Global, especialmente a classe dominante/exploradora dos EUA, extrai e extrai imensurável quantidade de riqueza do Sul Global;

Se Menezes de Souza (2021) nos convida a *identificar, interrogar e interromper marcas coloniais* numa tentativa de lutar contra a colonialidade, advogo por *identificar, interrogar e interromper marcas neocoloniais* com o intuito de lutarmos contra o sistema de dominação e exploração neocoloniais liderado pelos Estado estadunidense, buscando construir sentidos/entendimentos numa *educação como prática de liberdade*, tendo com uma de suas ferramentas o LNC.

6.2 REFLEXÕES QUASE FINAIS

Os últimos meses foram de imensos desafios para mim, cheios de sofrimentos emocionais e intelectuais. Não lembro de outros momentos recentes em minha vida nos quais perdi o sono e passei horas no meio da noite me questionando, me perguntando se o trabalho que tenho desenvolvido se quer faz sentido ou se de alguma forma pode oferecer algum tipo de contribuição para a área da LA.

Muitas vezes, ao apresentar as ideias que busquei desenvolver nesta dissertação, questionamentos sobre a validade das mesmas vieram também de outros. Me encontrei várias vezes chorando e pensando se minhas proposições são relevantes ou são apenas delírios de um sujeito que vive a miséria neoliberal no contexto da universidade: um ambiente, como outros, cheio de competitividade, concorrência e que revolve, muitas vezes, em torno de *status*.

Dentro de mim, perguntas como, “você está produzindo o suficiente?”, “você tem dado tudo quanto poderia?”, “você realmente é capaz de oferecer ideias *outras* para o meio acadêmico ou deveria apenas pesquisar, citar e repetir as ideias de outros, pessoas mais *gabaritadas*?”, “quem é você, apenas um aluno de mestrado, na *fila do pão*? Vai querer discordar de pessoas muito mais qualificadas, estudas, experientes etc.?”, foram e continuam sendo um constante para mim.

Houve momentos em que, pela pressão, não queria ver ninguém, queria apenas fugir e me esconder de todos por um bom tempo até que minha ansiedade diminuísse e eu conseguisse encarar outras pessoas novamente.

Encontrei um certo conforto no fato de que a decolonialidade, que além de reconhecer e valorizar a sentimentalidade em uma pesquisa (JORDÃO; FIGUEIREDO; MARTINEZ, 2020), é uma proposta que defende a multiplicidade e a não-universalidade, em outras palavras, está aberta a leituras *outras*, sendo esta dissertação uma resposta direta às minhas vivências. Decidi ser um sujeito da minha história, como defendeu Freire, e aceitar as consequências de pensar e propor ideias: ouvir críticas, algo sempre desafiador, às vezes doído mas deveras necessário. Apenas assim posso pelo menos tentar desafiar o *status quo*, um de exploração, de espoliação, de capitalismo neoliberal, de neocolonialismo.

Há várias formas válidas de lutar contra o *status-quo*. Agir pelas brechas (DUBOC, 2012), por exemplo, se mostra como uma abordagem que tem sido bastante disseminada na LA brasileira. Partindo dessa perspectiva, sugiro pensar em como usar as brechas na educação linguística de

formas sistemáticas com o objetivo de, ao longo prazo, derrubar toda a estrutura neocolonial contemporânea. Afinal, acredito que precisamos superar a máxima neoliberal de que não há alternativas para o sistema social do qual fazemos parte.

Nessa toada, na minha leitura, o neoliberalismo é uma *colonização das mentes* tanto daqueles que se dizem de direita quando daqueles que se dizem de esquerda, afinal, tem marcado a *sociedade do desempenho* (HAN, 2017; MAIA, 2022) e da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016) em que vivemos e, como abordei na seção 5.2, é marcado pela privatização de bens comuns, como de empresas essenciais para o povo como um todo, em combinação com a privatização dos direitos, ou seja, de saúde e educação, por exemplo. Quando o projeto privatista não tem sucesso, a governamentalidade neoliberal é introjetada pelo modelo de empresa privada dentro das instituições públicas, como a universidade, como abordei na seção 5.2.7.

Provocado pelos estudos dos letramentos e pelos estudos decoloniais, tenho me levado a repensar minha prática em várias maneiras como, por exemplo, de que formas posso incluir na minhas práticas de sala de aula, como professor de inglês, o LNC, desenvolvendo eventos de letramento (HEATH, 1983) que problematizem questões de poder, imperialismo, neocolonialismo etc., desafiando a ideia de que apenas o capitalismo pode ser o sistema econômico em que possamos viver.

Mesmo assim, é relevante lembrar que é extremamente desafiador saber como o capitalismo funciona plenamente; parece que ele sempre está "uma casa à frente". Como afirmam Laval e Dardot (2017), uma das características do capitalismo, que vive sua fase neoliberal, é que suas práticas estão em constante mudança. O neoliberalismo é plástico, sempre se adapta e sofre metamorfoses para enfrentar as peculiaridades de cada local onde busca explorar a população (CASARA, 2021). Talvez muitas pessoas aceitem as circunstâncias como estão por falta de entender como elas funcionam ou por não acreditar que elas possam ser diferentes. Creio que um empreendimento visando à compreensão do sistema-mundo e suas *macro-estruturas*, para um diagnóstico das causas de tanta desigualdade e sofrimento, se faz necessário. Para tanto, eu propus neste trabalho o *letramento neocolonial crítico*.

É fundamental destacar que minha proposta pode ser caracterizada como uma luta política, na perspectiva de *educação como ato político* de viés freiriano. Entretanto, essa não é uma luta contra o povo estadunidense. Ao invés, ao buscar descrever o imperialismo estadunidense na seção 5.1, incitei uma luta contra a sua classe dominante, uma classe que por meio de seus ideias

imperialistas enganam o mundo, mas só depois de ter enganado seu próprio povo. Os culpados pelo abuso de seu próprio povo e, depois, do resto do mundo são a classe política e a classe capitalista estadunidenses e aqueles ligados ao seu complexo militar. Nesse intuito, precisamos ir além da aparência e do discurso apresentados por essas forças. *A aparência não é enganosa porque ela é mentirosa. Ela é enganosa porque ela não mostra as estruturas que a compõe, as velando e, conseqüentemente, mostrando apenas parte do objeto que estamos observando, ou seja, sendo incompleta.*

A fim de imaginar outros possíveis futuros, precisamos desafiar a ideologia meritocrática neoliberal: “A meritocracia, a crença de que qualquer pessoa pode enriquecer em razão das suas atitudes, é fundamental para o imaginário neoliberal” (CASARA, 2021, p. 313). Precisamos desafiar essa falácia para, em contrapartida, pensarmos um mundo centrado no bem comum (DARDOT; LAVAL, 2016; CASARA, 2021) e na revalorização do local em detrimento do global (NORBERG-HODGE, 2019).

Na seção 5.3 tratei do racismo cultural a fim de construir sentidos sobre a justificativa moral utilizada pelo Norte Global para sua dominação capitalista global. A separação entre sociedades ditas mais desenvolvidas e avançadas e outras ditas subdesenvolvidas ou em desenvolvimento parece buscar apagar o modelo neocolonial de dominação e exploração, um dos mais determinantes aspectos da sociedade contemporânea.

Ao iniciar minha pesquisa, me propus a criar entendimentos sobre as marcas neocoloniais vigentes e, após minhas tantas leituras e reflexões, nas quais me debrucei nos últimos dois anos, me fazem estar convencido de que as marcas neocoloniais se manifestam pelo imperialismo estadunidense, pelo neoliberalismo, pelo racismo cultural que nos separa entre Norte e Sul Globais e pelo discurso em favor da globalização, sendo que esta última encontra-se associada à disseminação da língua inglesa ao redor do planeta, ao mesmo tempo que naturaliza os ideais neoliberais por meio da indústria cultural estadunidense, por exemplo. Logo, uma educação linguística crítica pode trazer tais questões para sala de aula.

6.3 LIMITAÇÕES E UM CONVITE

Como já mencionado anteriormente neste trabalho, um dos objetivos do projeto decolonial é "construir macronarrativas na perspectiva da colonialidade" (MIGNOLO, 2003, p. 47). A

narrativa proposta por Mignolo no livro que contém essa citação transformou a minha vida. Me ajudou demasiadamente no processo de construção de uma narrativa pessoal sobre o que aconteceu durante a modernidade imperialista europeia. O que busquei, de forma apenas seminal e limitada, foi propor uma narrativa contra-hegemônica sobre o papel dos EUA na contemporaneidade. Se o país se coloca como a “maior democracia do mundo” - o que não seria verdade nem em dados numéricos, uma vez que podemos citar a Índia como uma democracia direta mais numerosa - e “líder do mundo livre”, percebo uma construção narrativa idealista e desconectada da realidade.

Se nos propomos, nos diferentes espaços educacionais nos quais atuamos, como professores e pesquisadores de nossas práticas pedagógicas a criar conhecimentos e estarmos abertos a buscar informações de forma indisciplinar, podemos nos desafiar a propor um discurso diferente, práticas diferentes, *outras*. Ao invés de se ocupar com preocupações internacionais imperialistas, podemos contar histórias e narrativas outras sobre nossa realidade. Pensando em tudo que aprendi até hoje com as minhas educadoras formadoras, acho que é válido tentar essa empreitada.

Se concordamos que somos uma força contra-hegemônica, quais discursos hegemônicos queremos questionar? Espero ter conseguido descrever neste trabalho o que minha educação, meus educadores, minha leitura de mim mesmo e do meu mundo, me levaram a tentar desconstruir, desafiando ideias hegemônicas. Quiz aproximar, de forma epistemofágica (JORDÃO, 2011), o conceito de letramento e a conceito de decolonialidade, me perguntando se poderia contribuir de alguma forma com a área da LA.

Ao longo desta dissertação, um trabalho majoritariamente de análise bibliográfica e teórica numa autoetnografia com traços propositivos (ROCHA, 2010), porém de reflexões diretas sobre minha práxis educativa, elenquei argumentos para advogar pela ideia de que não apenas vivemos a colonialidade, ou seja, consequências da colonização europeia; estou convencido de que, encabeçado pelo imperialismo estadunidense, um modelo neocolonial foi erguido na história mais recentemente, contra o qual precisamos lutar constantemente.

Já mudei muitas vezes de opinião na minha vida, você, leitora ou leitor, não imaginaria quantas vezes. Se esta leitura te provocou, me avise para conversarmos mais. Se você discordou, entre em contato ainda mais rápido. Talvez, você me convença a mudar de ideia. Faço minhas as palavras de Ferraz (2015, p. 138):

Embora tenha feito algumas releituras deste texto, reconheço o conflito do pesquisador com o pensamento dicotômico em muitas passagens. Ao invés de retirá-los, decidi entendê-los com a agência de um pesquisador que se percebe educado em contextos positivistas, porém que acredita que a “boa” educação (BIESTA, 2010), a educação da conscientização (FREIRE, 1996, 1999, 2000) e a educação em línguas estrangeiras (MENEZES DE SOUZA; MONT MÓR, 2006) podem colaborar para um mundo menos injusto.

Mesmo assim, “venho buscando desaprender” (Ibidem, p. 139) essa minha formação com influências do positivismo. Como já afirmei antes nesta dissertação, procurei apresentar uma possibilidade de interpretação do meu mundo, estando nele e *com* ele.

Algumas limitações que claramente percebo na minha dissertação, que carecem de aprofundamento futuro, por mim ou por outros interessados, são:

- a. Detalhar como o império neocolonial estadunidense imprime seus interesses por armas econômicas, por exemplo, pelo domínio do dólar, pelas suas práticas autoritárias por meio de sanções e bloqueios econômicos/financeiros;
- b. Detalhar como a indústria cultural estadunidense imprime seus valores e a governamentalidade neoliberal ao redor do mundo;
- c. Detalhar como a *Sociedade Mont Pelerin* divulga e normaliza o pensamento neoliberal ao redor do mundo por patrocínios e divulgações ideológicas nos mais diversos contextos, por exemplo, fazendo uso de meios de comunicação para tal fim;
- d. Detalhar as ações militares estadunidenses ao redor do mundo, caracterizando os EUA como o império terrorista mais vil, cruel e assassino da contemporaneidade, a título de exemplo, descrever suas intervenções no Iraque, Afeganistão, Síria, Líbia e Somália de forma direta, no Iêmen e na Palestina de forma indireta, nas últimas décadas, numa falsa guerra ao terror; repito, apenas para citar alguns exemplos de uma lista de intervenções que poderia ser imensamente mais longa;
- e. Detalhar de forma mais aprofundada como os EUA imprimem sua dominação na América Latina, especialmente no Brasil, considerada pelo império neocolonial como seu quintal;
- f. Detalhar a obscena concentração de renda e riqueza nas mãos de um ínfimo grupo de pessoas nos EUA, algo acentuado pelo projeto neoliberal e suas práticas de espoliação e exploração;
- g. Detalhar como foi construído o discurso em favor da globalização e aprofundar qual o papel da *teoria da modernização* na sua origem.

Nesse contexto de incompletude e de contradições *intelectuais e emocionais* permanentes, o LNC é, também, um convite para superar o paradigma de "ou isso ou aquilo", “ou revolução ou as brechas”, “ou raça ou classe”, numa educação linguística indisciplinar, anti-capitalista, anti-

imperialista e anti-neocolonial. Não precisamos escolher, buscando pensar na totalidade, como sugerido por Freire. Estou convencido de que precisamos agir diariamente nas brechas, mas precisamos também pensar coletivamente em como derrubar a estrutura neocolonial como um todo. Por isso, momentos são importantes. As brechas nos proporcionam oportunidades de ataques pontuais e não poderia ser diferente. A revolução, o *inédito viável*, é o coletivo pensando em como usar várias brechas, ao mesmo tempo, para com planos de médio e longo prazo derrubarmos a estrutura hegemônica de poder porque, estrategicamente, usamos as várias brechas e, ao mesmo tempo, construímos um projeto para que *o velho morra e o novo nasça*, um novo guiado para o bem comum.

Como defendeu Freire, a educação pode servir para *sermos mais*. Busquei nesta dissertação argumentar em favor dos menos favorecidos, os mais explorados e advogar pelo fato de que o povo que sofre demasiadamente no capitalismo neoliberal não sofre por falta de esforço ou porque não trabalha duro o suficiente; ao contrário, creio que é constantemente espoliado por um sistema injusto e cruel, por meio de um ideário neoliberal que é enganoso e (neo)colonizador: "Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar." (FREIRE, 2020a, p. 253). O LNC que propus aqui é uma ferramenta para desmascarar as macro-estruturas sociais do poder neocolonial que, de alguma forma, ajudam a determinar tal conjuntura, visando conhecê-las para superá-las. É talvez um sonho ou uma utopia, mas prefiro *esperançar*, como afirmava Freire, sobre um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, T. E.; JONES, S. H.; JONES, S. L. H. **Autoethnography**. Oxford University Press, USA, 2014.
- ALBUQUERQUE, M. L. V. DE; HAUS, C. Decolonialidade e inglês como língua franca: diálogos com professores brasileiros. **Cadernos do IL**, n. 61, p. 181–208, 2020.
- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALMUDRAS, B. K. Parece revolução mas é só neoliberalismo: professor universitário em meio às cruzadas autoritárias da direita e da esquerda. **Revista Piauí**, 2021. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/parece-revolucao-mas-e-so-neoliberalismo/>>. Acesso em: 5/1/2022.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1985.
- AMORIM, P. H. **O quarto poder: Uma outra história**. Hedra, 2015.
- ANDERSON, J. L. The Dictator. **The New Yorker**, 12. Oct. 1998. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/1998/10/19/the-dictator-2>. Acesso em: 4/11/2021.
- ANDRADE, D. Neoliberalismo e suas definições no Brasil. **YouTube**, 30. Mar. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/A_xODsioG>. Acesso em: 15/6/2022.
- ANTUNES, R. **O Privilégio Da Servidão: o novo proletariado de serviços da era digital**. 2018.
- AUDIER, S. **Le Colloque Walter Lippman: Aux origines du “néo-libéralisme”. Texte intégral précédé de Penser le “néo-libéralisme.”** Editions Le Bord de l’eau, 2012.
- BARTON, D. Preface: Literacy events and literacy practices. In: HAMILTON, M.; BARTON, D; ROZ, I. (Ed.). **Worlds of literacy**. Clevedon: Multilingual Matters Ltd., 1993.
- BATISTA, J. B., Jr. **O Brasil não cabe no quintal de ninguém: bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata**. São Paulo: LeYa, 2019.
- BAUMAN, Z. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- BNCC, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>>. Acesso em: 3/1/2022.
- BECKER, G. S. **A Treatise on the Family**, Enlarged Edition. Harvard University Press, 2009.
- BEVINS, V. **The Jakarta Method: Washington’s Anticommunist Crusade and the Mass Murder Program that Shaped Our World**. Hachette UK, 2020.

BLANCHARD, O.; RODRIK, D. **Combating Inequality: Rethinking Government's Role**. MIT Press, 2021.

BLANCO, K. Lessons From Brazil: Fighting Corruption Amid Political Turmoil. Disponível em: <<https://www.atlanticcouncil.org/unused/webcasts/lessons-from-brazil-fighting-corruption-amid-political-turmoil/>>. Acesso em: 5/4/2022.

BLOCK, D.; GRAY, J.; HOLBOROW, M. **Neoliberalism and Applied Linguistics**. Routledge, 2013.

BORDA, O. F.; MORA-OSEJO, L. Beyond Eurocentrism: Systematic Knowledge in a Tropical Context. A Manifesto. in: **Cognitive Justice in a Global World: Prudent Knowledges for a Decent Life**, ed. SOUSA SANTOS, B. de. 397–406. Lanham, MD: Lexington, 2007.

BORELLI, J. D. V. P.; SILVESTRE, V. P. V.; PESSOA, R. R. Towards a Decolonial Language Teacher Education. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 20, n. 2, p. 301–324, 2020.

BONILLA, J. M. H. Em 95% dos artigos científicos, inglês cria ‘ditadura da língua’. Apenas 1% está em português e espanhol. **El País Brasil**, 28. Jul. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-07-28/em-95-dos-artigos-cientificos-ingles-cria-ditadura-da-lingua-apenas-1-esta-em-portugues-e-espanhol.html>>. Acesso em: 30/12/2021.

BORGES, J. **Encarceramento em Massa**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BROWN, W. Défaire de démos. **Le néolibéralisme, une révolution furtive**. Paris: Éditions Amsterdam, 2019.

CARIÑO et al., “Pensar, sentir, y hacer pedagogías feministas descoloniales: Diálogos y puntadas,” in: **Pedagogías descoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**, vol. 2, ed. Catherine Walsh (Quito: Ediciones AbyaYala, 2017), 524.

CASARA, R. **Contra a miséria neoliberal**. Autonomia Literária, 2021.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHARPENTIER, A. **The U.S. Has Been At War 222 Out of 239 Years**. Disponível em: <<https://freakonometrics.hypotheses.org/50473>>. Acesso em: 27/1/2022.

CHOMSKY, N. **Quem Manda no Mundo?** Editora Planeta do Brasil, 2017.

CHOMSKY, N. **Necessary Illusions: Thought Control in Democratic Societies**. Pluto Press, 1989.

CLARK, Herbert H. O uso da linguagem. In: **Cadernos de tradução n. 9**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, jan-mar, 2000

COATSWORTH, J. H. United States Interventions. **Harvard Review of Latin America**, Verão, 2005. Disponível em: <<https://archive.revista.drclas.harvard.edu/book/united-states-interventions>>. Acesso em: 11/1/2022.

COOPER, M. **Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism**. Princeton University Press, 2017.

COPE, B.; KALANTZIS, M. **A Pedagogy of Multiliteracies: Learning by Design**. Springer, 2016.

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary; PINHEIRO, Petrilson. **Letramentos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

COWIE, J. “A One-Sided Class War”: Rethinking Doug Fraser’s 1978 Resignation from the Labor-Management Group. **Labor History**, v. 44, n. 3, p. 307–314, 2003. Acesso em: 15/12/2021.

CUSICANQUI, S. R. Ch’ixinakax utxiwa: A Reflection on the Practices and Discourses of Decolonization. In: Fernanda Beigel (Ed.); **Key Texts for Latin American Sociology**. p.290–306, 2019. SAGE Publications Ltd. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4135/9781526492692.n20>; Acesso em: 26/10/2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Boitempo Editorial, 2016.

DEAN, M. Rethinking neoliberalism. **Journal of Sociology**, v. 50, n. 2, p. 150–163, 2012. Acesso em: 10/9/2021.

DUARTE, L. **Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil**. Mórula Editorial, 2020.

DUBOC, A. P. M. **Atitude Curricular: Letramentos Críticos nas Brechas da Formação de Professores de Inglês**, 2012. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA).

DUBOC, A. P.; SIQUEIRA, S. ELF feito no Brasil: Expanding Theoretical Notions, Reframing Educational Policies. **Status Quaestionis**, [S. l.], v. 2, n. 19, 2020. DOI: 10.13133/2239-1983/17135. Disponível em: <https://rosa.uniroma1.it/rosa03/status_quaestionis/article/view/17135>. Acesso em: 3 jan. 2022.

DUNKER, C. **Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano**. Ubu Editora, 2017.

DUTRA, R. Q.; SEPÚLVEDA, G. O TRABALHO NOS APLICATIVOS DE ENTREGA DE MERCADORIAS: a desconstrução do sujeito de direitos trabalhistas. **REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS**, v. 6, n. 3, p. 1230–1252, 2020.

ESCOBAR, P. **Raging Twenties: Great Power Politics Meets Techno-Feudalism**. Nimble Books, 2021.

FERRAZ, D. DE M. Educação crítica em língua inglesa: neoliberalismo, globalização e novos letramentos. Curitiba: CRV, 2015.

FIGUEIREDO, E. H. D. DE. Globalization and the global spread of English: Concepts and implications for teacher education. In: T. Gimenez; M. S. E. Kadri; L. C. S. Calvo (Eds.); **English as a Lingua Franca in Teacher Education: A Brazilian Perspective**. Germany: De Gruyter Mouton, 2018

FIORI, J. L. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Florence, 1986.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: As confissões da carne (Vol. 4)**. Editora Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Martins Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Power/knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977**. New York : Pantheon Books, 1980.

FRANCO, Z. M. B. **Cartografias de letramentos na língua inglesa na educação profissional e tecnológica**, 2021. Tese de doutorado, UFPR.

FRASER, N. **The Old Is Dying and the New Cannot Be Born**. Verso, 2019.

FREIRE, A. M. A. Notas explicativas. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021. p. 273-333.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez, 2016.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 47. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2020b.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. EGA, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo, Editora Unesp, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 74 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020a.

FREIRE, P. **The Politics of Education: Culture, Power, and Liberation**. Greenwood Publishing Group, 1985.

FREITAS, A. L. Parentesco intelectual entre Paulo Reglus Neves Freire e Boaventura de Sousa Santos. In: Ana Lúcia Souza de Freitas; Gomercindo Ghiggi; Thiago Ingrassia Pereira. (Org.). **Paulo Freire em diálogo com outros(as) autores(as)**. 1ed. Passo Fundo - RS: Méritos Editora, 2014, v. 1, p. 17-40.

FREITAS, A. L. S. DE. **Pedagogia da conscientização: um legado de Paulo Freire à formação de professores**. EDIPUCRS, 2004.

FRIEDMAN, F. **Milton Friedman Speaks: Lecture 1 —What is America?** (New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1978). Video. 1:07:14–1:09:09. Available online at http://www.freetochoose.tv/program.php?id=mfs_1&series=mfs

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. L&PM Editores, 2010.

GROSGUÉL, R. La compleja relación entre modernidad y capitalismo: una visión descolonial. **Pléyade (Santiago)**, n. 21, p. 29–47, 2018.

HAN, B.-C. **Sociedade do cansaço**. Editora Vozes Limitada, 2015.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Editora Record, 2001.

HARVEY, D. **O Novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HAYEK, F. A. **Law, Legislation and Liberty, Volume 3: The Political Order of a Free People**. University of Chicago Press, 1973.

HEATH, S. B. **Ways with Words: Language, Life and Work in Communities and Classrooms**. Cambridge University Press, 1983.

HERMAN, E. S.; CHOMSKY, N. **Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media**. Pantheon, 1988.

HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estados**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991**. Companhia das Letras, 1995.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HUDSON, M. **...and Forgive Them Their Debts: Lending, Foreclosure and Redemption from Bronze Age Finance to the Jubilee Year**. ISLET, 2018.

HUDSON, M. **Super Imperialism. The Economic Strategy of American Empire**. Third Edition. 2021.

HUSSEIN, M.; HADDAD, M. Infographic: US military presence around the world. **Al Jazeera**, 10. Sep. 2021. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2021/9/10/infographic-us-military-presence-around-the-world-interactive>>. Acesso em: 1/12/2021.

IMMERWAHR, D. **How to Hide an Empire: A History of the Greater United States**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2019.

JANKS, H. Panorama sobre letramento crítico. In: D. M. de Jesus ; D. Carbonieri (Orgs.); **Práticas de Multiletramentos e Letramento Crítico: outros sentidos para sala de aula de línguas**. Campinas, SP: Pontes, 2016.

JENKINS, J. English as a lingua franca: interpretations and attitudes. **World Englishes**, v. 28, n. 2, p. 200–207, 2009.

JENKINS, J.; BAKER, W.; DEWEY, M. **The Routledge Handbook of English as a Lingua Franca**. Routledge, 2017.

JHONSON , C. **Blowback: os custos e as consequências do império americano**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

JOHNSON, P. Colonialism's Back -- and Not a Moment Too Soon. **The New York Times**, 18. Apr. 1993. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1993/04/18/magazine/colonialisms-back-and-not-a-moment-too-soon.html>>. Acesso em: 25/11/2021.

JORDÃO, C. M. **A educação literária no lado dos anjos**, 2001. Tese de doutorado, USP.

JORDÃO, C. M. ILA - ILF - ILE - ILG: quem dá conta? **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 14, n. 1, p. 13–40, 2014.

JORDÃO, C. M. Crítica e Letramentos Críticos: reflexões preliminares. In: D. M. de Jesus ; D. Carbonieri (Orgs.); **Língua Estrangeira e Formação Cidadã: por entre discursos e práticas**. Campinas, SP: Pontes, 2015.

JORDÃO, C. M.; FIGUEIREDO, E. H. D. DE; MARTINEZ, J. Z. Trickstering Applied Linguistics with Pennycook and Makoni: Transglobalizing North and South. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, n. 1, p. 834–843, 2020.

JORDÃO, C. M.; MARQUEZ, A. N. English as a lingua franca and critical literacy in teacher education: Shaking off some “good old” habits. In: T. Gimenez; M. S. E. Kadri; L. C. S. Calvo (Eds.); **English as a Lingua Franca in Teacher Education: A Brazilian Perspective**. Germany: De Gruyter Mouton, 2018.

JORDÃO, C. M.(Org.); MARTINEZ, J. Z. (Org.); MOR, W. M. (Org.). **Letramentos em Prática na Formação Inicial de Professores de Inglês**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2018.

JÚNIOR SILVA, N. O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do “Pacto Edípico, pacto social”, de Helio Pellegrino, ao “E daí”, de Jair Bolsonaro. In: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. DA S.; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica Editora, 2021.

KACHRU, B. **Standards, Codification, and Sociolinguistics realism: the English language in the outer circle**. CUP/British Council, 1985.

KOCK, K. F.; GODOI, C.; LENZI, F. Aprendizagem Organizacional Em Uma Situação De Catástrofe. **RGO**, v. 5, n. JAN/JUN-2012, p. 93–106, 2012.

KRESS, G. R. **Multimodality: A Social Semiotic Approach to Contemporary Communication**. Routledge, 2010.

KRONBLUTH, P. **Chile and the United States: Declassified Documents Relating to the Military Coup, September 11, 1973**. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm>>. Acesso em: 4/11/2021.

KUMARAVADIVELU, B. The Postmethod Condition: (E)merging Strategies for Second/Foreign Language Teaching. **TESOL Quarterly**, Vol. 28, No. 1. (Spring, 1994), pp. 27-48, 1994.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Boitempo Editorial, 2019.

LENIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEVY, A. The Big 6 Media Companies. **The Motley Fool**, 10. Mar. 2021. Disponível em: <<https://www.fool.com/investing/stock-market/market-sectors/communication/media-stocks/big-6/>>. Acesso em: 6/1/2022.

LOSURDO, D. **Colonialismo e luta anticolonial: Desafios da revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

LUKE, A. **Critical Literacy, Schooling, and Social Justice: The Selected Works of Allan Luke**. Routledge, 2018.

MAIA, H. **Neoliberalismo e sofrimento psíquico: o mal-estar nas universidades**. Recife, PE: Ruptura, 2022.

- MARINI, R. M.; SADER, E. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MASCARO, A. L. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- MATTOS BRAHIM, A. C. M.; HIBARINO, D. A. (Org.) . **Entre línguas: Letramentos em prática**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2020.
- MARX, K. **O Capital – crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.
- MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.
- MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. Portfolio-Penguin, 2014.
- MCKAY, S. L. **Teaching English as an International Language: An Introduction to the Role of English as an International Language and Its Implications for Language Teaching**. Oxford University Press, 2002.
- MENEZES DE SOUZA, L. M. T. Decolonial Pedagogies, Multilingualism and Literacies. Multilingual Margins, **Western Cape, ZA**, v. 6, n. 1, p. 9-13, 2019.
- MENEZES DE SOUZA, L. M. DELA - Ciclo 1: Camila Haus e Lynn Mario T. Menezes de Souza. **Pós-Graduação em Letras UFPR**, 23. Sep. 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/UkwfFona7-A>>. Acesso em: 25/3/2022.
- MENEZES DE SOUZA, L. M. T.; DUBOC, A. P. M. De-universalizing the decolonial: between parentheses and falling skies. **Gragoatá**, 26(56), 876-911, 2021.
- MENEZES DE SOUZA, L. . T. Para um redefinição de letramento crítico: conflito e produção de significação. In: Maciel, R.F & Araújo, V.A.. (Org.). **Formação de Professores de Línguas: ampliando perspectivas**. Jundiaí: Paço Editorial, 2011
- MIER, B.; HUNT, D. (EDS.). **Year of Lead: Washington, Wall Street, & the New Imperialism in Brazil**. Sumaré Editions , 2019.
- MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008.
- MIGNOLO, W. D. Geopolitics of sensing and knowing: on (de)coloniality, border thinking and epistemic disobedience. **Postcolonial Studies**, v. 14, n. 3, p. 273–283, 2011.184184184

- MIGNOLO, W. D. **Histórias locais - Projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Editora UFMG, 2003.
- MIGNOLO, W. D.; WALSH, C. E. **On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis**. Duke University Press, 2018.
- MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. **The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective**. Harvard University Press, 2015.
- MOITA LOPES, L. P. DA. **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. Parabola Books, 2006.
- MONTE MÓR, W. Crítica e Letramentos Críticos: reflexões preliminares. In: D. M. de Jesus ; D. Carbonieri (Orgs.); **Língua Estrangeira e Formação Cidadã: por entre discursos e práticas**. Campinas, SP: Pontes, 2015b.
- MONTE MÓR, W. Learning by design: reconstructing knowledge processes in teaching and learning practices. In: B. Cope; M. Kalantzis (Eds.); **A pedagogy of multiliteracies: learning by design**. p.186–208, London: Palgrave Macmillan, 2015a.
- MONTEAGUDO, Henrique. A invenção do monolinguismo e da língua nacional. **Gragoatá**. Niterói, n. 32, p. 43-53, 1 sem. 2012.
- MONTE MÓR, W. **Sobre pensamento crítico**. [Entrevista cedida à] Barbara Cortat Simoneli; Luana Francine Mayer. Curitiba, 20 mai. 2021.
- NKRUMAH, K. **Neo-colonialism: The Last Stage of Imperialism**. International Pub, 1965.
- NORBERG-HODGE, H. **Local Is Our Future: Steps to an Economics of Happiness**. Local Futures, 2019.
- NYE, J. S. **Bound To Lead: The Changing Nature Of American Power**. 1991.
- O'BYRNE, D. J.; HENSBY, A. **Theorizing Global Studies**. Bloomsbury Publishing, 2020.
- OLIVEIRA, F. DE. Jeitinho e Jeitão: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro. **Revista Piauí**, Out. 2012. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/jeitinho-e-jeitao/>>. Acesso em: 23/11/2021.
- O'REGAN, J. P. English as a Lingua Franca: An Immanent Critique. **Applied Linguistics**, v. 35, n. 5, p. 533–552, 2014.
- OSÓRIO, L. F. **Imperialismo, estados e relações internacionais**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.
- PAÍS, E. **Pandora Papers em EL PAÍS Brasil**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/pandora-papers/>>. Acesso em: 3/1/2022.

PANITCH, L.; GINDIN, S. **The Making of Global Capitalism: The Political Economy of American Empire**. Verso Books, 2012.

PARSONS, T. **Structure of Social Action** 2ed v1. Free Press, 1967.

PENNYCOOK, A. **The Cultural Politics of English as an International Language**. Taylor & Francis, 2017.

PENNYCOOK, A. The Myth of English as an International Language. **Disinventing and Reconstituting Languages**. p.90–115, 2006. Multilingual Matters.

PENNYCOOK, A. Translingual entanglements of English. **World Englishes**, v. 39, n. 2, p. 222–235, 2020.

PENNYCOOK, A.; MAKONI, S. **Innovations and Challenges in Applied Linguistics from the Global South**. Routledge, 2020.

PEREZ, C. Prefácio: Desfazer mitos não é uma coisa fácil. In: MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. Portfolio-Penguin, 2014.

PIKETTY, T. **Capital e Ideologia**. Intrínseca, 2019.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Intrínseca, 2014.

PIRES, B. Ciência brasileira sofre com cortes de verbas e encara cenário dramático para pesquisas em 2021. **El País Brasil**, 31. Dec. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-31/ciencia-brasileira-sofre-com-cortes-de-verbas-e-encara-cenario-dramatico-para-pesquisas-em-2021.html>>. Acesso em: 15/12/2021.

PHILLIPSON, R. **Linguistic Imperialism**. Oxford University Press, 1992.

PHILLIPSON, R. Lingua franca or lingua frankensteinia? English in European integration and globalisation. **Linguistic Imperialism Continued**. p.155–202, 2013. Routledge.

PRASHAD, V.; BEJAR, A. ‘We Will Coup Whoever We Want’: Elon Musk and the Overthrow of Democracy in Bolivia - **IDN-InDepthNews**. Disponível em: <<https://www.indepthnews.net/index.php/opinion/3735-we-will-coup-whoever-we-want-elon-musk-and-the-overthrow-of-democracy-in-bolivia>>. Acesso em: 15/3/2022.

PRICE, C.; EDWARDS, K. **Trends in Income From 1975 to 2018**. RAND Corporation, 2020.

QUIJANO, A. Coloniality of Power and Eurocentrism in Latin America. **International Sociology**, v. 15, n. 2, p. 215–232, 2000.

- QUIJANO, A. **Ensayos en torno a la colonialidad del poder**. Ediciones del Signo, 2019.
- RAJAGOPALAN, K. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- REAGAN, R. **Inaugural Address**, 1981. Disponível em: <<https://www.reaganfoundation.org/ronald-reagan/reagan-quotes-speeches/inaugural-address-2/>>. Acesso em: 23/3/2022.
- RETORTA, Miriam Sester; MAROCHI, Thaís Barbosa. **Avaliação em línguas estrangeiras: da teoria à prática**. Curitiba: CRV, 2018.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2015.
- RIBEIRO JUNIOR, A. **A privatária Tucana**. Geração Editorial, 2013.
- RISCO, I. Mandela, a Loyal Friend of Cuba's Fidel. **Havana Times**, 7. Dez. 2013.
- ROCHA, B. L. **Viralatismo e entreguismo midiático e as TVs internacionais**, 2016. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/noticias/557494-viralatismo-e-entreguismo-midiatico-e-as-tvs-internacionais>>. Acesso em: 6/1/2022.
- ROCHA, C. H. **Propostas Para O Inglês No Ensino Fundamental I Público: Plurilinguismo, Transculturalidade E Multiletramentos**, 2010. Universidade Estadual de Campinas.
- ROCHA, J. C. DE C. Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.
- RÖPKE, W. **Economic Order and International Law**. Leiden: A. W. Sijthoff, 1955.
- RUDWICK, S. **The Ambiguity of English as a Lingua Franca: Politics of Language and Race in South Africa**. Routledge, 2021.
- SAFATLE, V.; JUNIOR, N. DA S.; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica Editora, 2021.
- SANDEL, M. J. **A tirania do mérito: O que aconteceu com o bem comum?** Editora José Olympio, 2020.
- SCHMITT, C. **The Nomos of the Earth in the International Law of the Jus Publicum Europaeum**. Telos Press Publishing, 2006.
- SCHMICHECK, J. V. **DELA - Ciclo 2: João Victor e Francesca**. Pós-Graduação em Letras UFPR, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CfHAKvs3KJk&t=3s>> . Acesso em 04/01/2021.

- SCHOFFEN, J. R. **Gêneros do discurso e parâmetros de avaliação de proficiência em português como língua estrangeira no exame Celpe-Bras**. 2009. 192 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, RS. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16900>>. Acesso em: 28 ago. 2021.
- SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. Navegando Publicações, 2018.
- SLOBODIAN, Q. **Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism**. Harvard University Press, 2018.
- SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 5a Ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- SOUSA SANTOS, B. Globalizations. Theory, Culture, Society, v. 23, n. 2–3, p. 393–399, 2006.
- SOUSA SANTOS, B. DE. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SOUSA SANTOS, B. DE. **O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul**. Autêntica, 2019.
- SOUZA, J. **A Classe Média No Espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.
- SOUZA, J. **A Elite Do Atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- SOUZA, J. **A Guerra Contra O Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.
- SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. Rio de Janeiro, 2015.
- SOUZA, J. **A Radiografia Do Golpe: Entenda Como E Por Que Voce Foi Enganado**. Leya, 2016.
- SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil**. Estação Brasil, 2021.
- STIGLITZ, J. E. **The Price of Inequality: How Today's Divided Society Endangers Our Future**. W. W. Norton & Company, 2012.
- STREECK, W. **Flexible Employment, Flexible Families, and the Socialization of Reproduction**. MPIfG Working Paper No. 09/13, 2009.
- STREET, B. Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e práticas nos novos estudos do letramentos. In: I. Magalhães (Org.); **Discursos e práticas de letramento**, 2012. Mercado de letras.
- STREET, B. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Parábola, 2014.

TAKAKI, N. H. (Org.); Monte Mor, W. (Org.). **Construções de Sentido e Letramento Digital Crítico na Área de Línguas/Linguagens**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2017.

TAVARES, M. da C. A retomada da hegemonia norte-americana. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 5, n. 2, 1985.

THATCHER, M. **The Downing Street years**. Harpercollins, 1993.

TERRA, M. R. Letramento & letramentos: uma perspectiva sócio-cultural dos usos da escrita. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 29, n. 1, p. 29–58, 2013.

THE NEW LONDON GROUP. A Pedagogy of Multiliteracies: Designing Social Futures. **Harvard Educational Review**, v. 66, n. 1, p. 60–93, 1996. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17763/haer.66.1.17370n67v22j160u>>. Acesso em: 8 Jan. 2021.

TIBURI, M. **Complexo de vira-lata: Análise da humilhação colonial**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2021.

TOGLIATTI, P. **Palmiro Togliatti Opere Vol. V, 1944–1955**. 1984.

VOLOCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2018.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales Tomo I: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Editorial Abya - Yala, 2013.

WEST, C. Dr. Cornel West: Philosophy in Our Time of Imperial Decay. **Youtube - The New School**, 29. Mar. 2022. Disponível em: <<https://youtu.be/k5ydesBadno>>. Acesso em: 12/4/2022.

WIDDOWSON, H. G. **O ensino de línguas para a comunicação**. Campinas: Pontes, 1991.

APÊNDICES E ANEXOS¹⁶²

APÊNDICE 1¹⁶³: HOW THE US MAKES COUNTRIES PAY FOR ITS WARS: ECONOMICS OF AMERICAN IMPERIALISM WITH MICHAEL HUDSON



<https://youtu.be/paUgY6SGlgY>

This *live* describes the way in which the US empire colonizes the world through making use of organizations such as the World Bank, making sure it dominates the world economically and, in tandem with that, ensuring its economic actions are safeguarded by the US military.

It also explores the most important ideas of the book *Super Imperialism* by Michael Hudson which might be of the most precise books that explain the US economic actions globally, exemplifying the theory with detailed real-life examples of the US imperial, neocolonialist measures. Professor Hudson explains how the US empire has pulled off the biggest rip-off in history, making previous European empires pail in comparison. The details might become a little technical and complex at times, a feature that is meant to be so in order to hide the neocolonial system. I, Raphael, am available to discussions so that I can help create meanings and understandings as much as I can. I'm not an expert, but I've been studying the topic for a while and I might be able to help.

One of the terms used in the video a few times is IOY's (I owe you's). They represent the US debt to the world which has no intentions of being paid. Nowadays, it stands at around 30 trillion dollars, or around 163 trillion reais. In the video, it's detailed how neoliberal thought helped the debt to grow impressively in recent decades.

Of the points emphasized is about the way in which economics syllabuses in colleges and universities do not, intentionally, cover the most essential aspects of contemporary economic practices, hiding the neocolonial methods and strategies.

As the title of the video suggests, it describes, among many other things, how the US makes other countries pay for its forever-wars, using other countries' own resources to attack, manipulate, colonize, and exploit them.

Also, the Venezuelan case is mentioned, briefly discussing the US-empire-created crisis in the country, the cause of indelible human suffering in Venezuela. The Venezuelan citizens' migration, clearly present in Curitiba, should be a topic of enthusiastic study to Brazilians, in my view.

¹⁶² Esta seção apresentará vários *QR codes* para acesso a *lives* que expandem as reflexões deste trabalho. Na maioria das vezes, usarei o próprio nome da *live*; e alguns momentos, porém, adaptarei o nome para destacar o ponto mais revelante presente na *live* em conexão com esta pesquisa.

¹⁶³ Este apêndice não será traduzido intencionalmente, pois busca ser uma prática linguística contra-hegemônica *em inglês*.

In addition to that, this *live* shows some of the work of the Youtube channel *Greyzone* and the show *Moderate Rebels*, which are especially oriented towards describing thoroughly and *counter-hegemonically* the US empire.

The video also discusses the consequences of trying to be an independent, sovereign country: overt US neocolonial measures. The Brazilian coup of 2016 is mentioned: an attack on South-South relations. One of numerous US operations against the Global South. The World Bank's role in the process is highlighted. **It helps to explain, for example, why Brazil produces so much soy, Brazil's largest crop and export, even though you hardly see it in the supermarket.** Haven't you ever wondered about this fact? In the video, you will understand this quote: **if you give a man a fish, he'll eat for a day. If you teach a man how to fish, he'll eat for his whole life. [...] If you lend the man the money to buy the fish, he ends up bankrupt and you can grab all his properties."**

One of the last thoughts in the presentation is: how do we have a double standard system where the US protects itself and makes other countries not do the same = this could be the basic principle behind neocolonialism.

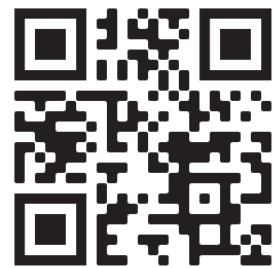
P.S. This critical exercise is a way, in my view, of actually using the English language in a counter-hegemonic way, using it to literary attack the empire. The same can be said about *Greyzone*, but in a much more meaningful way.

APÊNDICE 2: A THEORY OF IMPERIALISM

(*LIVE* [HTTPS://YOUTU.BE/2I8FMEEPOC8](https://youtu.be/2i8FMEEPOC8))

In this live the author Prabhat Patnaik describes how the imperialist system works (briefly summarized below):

1. Capitalism Cannot Exist without Imperialism;
2. Countries in the Global North (mainly the US but not only) get their raw materials from the Global South (mainly agricultural crops and minerals);
3. When the imperial power(s) don't get exactly what they want, it/they impose(s) measures that harm the local population directly, mainly economically and through its media control (used as propaganda machines in the most devious ways by *manufacturing consent*) nowadays; many times imposing income deflation in the neocolonies (the way they did in Brazil recently through labor reform, for example);
4. They resort to coups, wars, sanctions, etc. when these neocolonies produce mainly oil (Iraq, Libya, Syria, Venezuela, Brazil, to name a few) or when they try to get out of the imperialist system and develop sovereignty/autonomy in order to favor locals (China, Iran, Cuba, Russia, North Korea, Venezuela, Brazil, to name a few).



Prabhat Patnaik -
Capitalism Cannot
Exist without
Imperialism

Minha brevíssima exemplificação do processo de exploração nas neocolônias usando o arcabouço teórico de Prabhat Patnaik como guia:

O Brasil tem andado para trás historicamente, tornando-se mais uma vez um exportador de commodities primárias e matérias primas (nos anos 90 tínhamos cerca de 30% da economia baseada em indústria de transformação, quando nossa indústria era maior que a chinesa, decorrente de um período de industrialização dos anos 30 aos anos 80, seguida pela desindustrialização da fase neoliberal iniciada no anos 90, trazendo nossa indústria para perto de 10% da economia). Somos uma fazenda de soja cada vez maior, para fins de exportação, diminuindo a área de produção de alimentos para consumo local, prática que manda para fora do país algo que países dominantes não conseguem produzir pelo clima e pela falta de água, causando fome e falta de água no Brasil. O mesmo acontece com carnes que, focadas no mercado de exportação, não podem ser consumidas por grande parte da população brasileira por sua deflação salarial ocorrida desde o golpe de 2016. Os fazendeiros exportadores, é claro, enriquecem e se tornam aliados de elites estrangeiras, tendo mais em comum com outras classes exploradoras internacionais (especialmente dos EUA), e assim se cria e se mantém o que Jesse Souza chama de *Elite do Atraso*.

Even though LuLa didn't try to get out of the imperial system, he wanted Brazil just want to have some autonomy and favor low-income population's income growth, one of his main goals which helped Brazil develop throughout most of PT's time in power, he was sent to prison through a media derogatory propaganda campaign (*manufacturing consent*) plus a law-far campaign (using the judiciary as a means). Any measure that doesn't meet the Empire's interests leads to neocolonial counter attack.

Is there a solution? Prabhat Patnaik argues that only struggles against imperialist capitalist interventions will open possibilities, through revolutionary and freedom-seeking education which would help the population understand how the imperial system works, making the population willing to fight against the system and make temporary sacrifices so that this could be the “starting point” towards real independence. Not the final step, though. As Freire defends, education is not the solution, but it's a necessary and essential tool. This could be called “educação como prática de liberdade”.

APÊNDICE 3: CRIAR UM GRUPO DE ESTUDO PRA CONSTRUIR ENTENDIMENTOS SOBRE NOSSA SOCIEDADE (GRUPO LNC):

LNC - almejo criar um grupo de estudos indisciplinar que a cada semestre trabalhe para criar entendimentos sobre algum ponto central/nodal da nossa sociedade neocolonial. Um tópico seria estudado por semestre. Ex. neoliberalismo, capitalismo, educação, saúde (pública e privada), redes sociais, mídia, jornais, editoras/preços dos livros etc. Talvez capitalismo/neoliberalismo poderiam ser o ponto un inicial para podermos melhor entender a sociedade em que vivemos. Depois desse primeiro semestre, temas recorrentes começam a ganhar importância para os semestres seguintes. Poderíamos ter várias estratégias de início a cada semestre, por exemplo: a) ter alguém no grupo que estuda o assunto mais a fundo e que provoque os outros à importância do tema; b) fazer uma pesquisa com especialistas em alguma área de interesse do grupo antes de começar as leituras; construindo continuamente, alterando, planos para semestres seguintes; c) no final do semestre, poderíamos ter apresentações das opções de tema para o próximo semestre, quando cada

participante poderia preparar uma breve exposição entre 5-10 minutos sobre sua sugestão, além disso, pelo menos um outro participante do grupo deveria apoiar a apresentação antes dela acontecer para todos (assim, uma pré seleção entre pares já aconteceria). Um voto final decidiria o tema para o próximo semestre.

ANEXO 1: LIVES QUE AJUDAM A APROFUNDAR O CONCEITO DE RACISMO CULTURAL



Como o Racismo cultural, de classe e de raça criou o Brasil



Como o Racismo Criou o Brasil - com Jessé Souza

ANEXO 2: LIVES QUE AJUDAM A DEMONSTRAR O NEOLIBERALISMO AO VIVO A CORES NO BRASIL E NO MUNDO



A Crise Hídrica e o Desmanche do Setor Elétrico



A lista de bilionários da Forbes e a destruição do Brasil



Bilionários da Forbes e os pobres



Guedes destruiu a economia do Brasil



Privatização da Eletrobras



Privatização dos



The World's Billionaires Have Gotten \$1.9 Trillion Richer In 2020 - Forbes



Governo FHC e a privatização tucana



Medidas neoliberais recentes no Brasil



Até agora ao grande poder financeiro falar de quem realmente fica com o 'filé' do gasto público

ANEXO 3: *LIVES* QUE AJUDAM A COMPREENDER O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE



Os Estados Unidos e a Economia da Guerra



Profits of War/
Corporate Beneficiaries of the Post-9/11 Pentagon Spending Surge



How the US government actually handles free speech



The Murderous History and Deceitful Function of the CIA